

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO

ROSANGELA MOLENTO FERREIRA

**“O QUE DIZEM DE NÓS” O MOVIMENTO FEMININO E
EDUCACIONAL DE ANALIA FRANCO PUBLICADO NA
IMPrensa DE 1875-1919**

SANTOS

2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO

ROSANGELA MOLENTO FERREIRA

**“O QUE DIZEM DE NÓS” O MOVIMENTO FEMININO E
EDUCACIONAL DE ANALIA FRANCO PUBLICADO NA
IMPrensa DE 1875-1919**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – Doutorado - da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação e Formação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira

SANTOS

2020

ROSANGELA MOLENTO FERREIRA

**“O QUE DIZEM DE NÓS” O MOVIMENTO FEMININO E
EDUCACIONAL DE ANALIA FRANCO PUBLICADO NA
IMPRENSA DE 1875-1919**

TESE APRESENTADA COMO EXIGÊNCIA AO TÍTULO DE
DOUTORA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO
SENSU* EM EDUCAÇÃO.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira
Presidente da Banca – UNISANTOS

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Franco Pereira
1º Membro - UNISANTOS

Prof.^a Dra. Adélia da Silva Saraiva
2º Membro – FATEC

Prof. Dr. Jorge Monteiro Junior
3º Membro - FATEC

Profa. Dra. Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
4º Membro - UNISANTOS

SANTOS
2020

*Dedico este trabalho a todos os professores e professoras que se conservam
na altura de sua missão!*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que colaboram, de alguma forma, para o desenvolvimento da pesquisa, da descoberta, das ideias e dos projetos, aos que acreditam em sonhos e em lutas, e que todas as experiências são oportunidades de avanço para a apropriação do que for melhor para o bem comum.

A Meus pais, Norton e Teresinha, que nos legaram o valor do trabalho e da honestidade; minhas irmãs Débora, Cristiane e Priscila, pela fé na vida e confiança nos ideais; e minha avó Elvira, pelo imenso carinho que nos dedicou.

Às amigas queridas, Mari Lacerda, por tanto companheirismo na vida e parceria nas aventuras, Luciana Paiva, com quem se pode contar a qualquer momento, e Nádía dos Santos, que me incentivou muito neste projeto.

Ao meu querido diretor prof. Jorge Monteiro, doutor em sabedoria, erudição, mansidão e senso de humor, tornando sua companhia sempre muito agradável!

À minha colega profa. Adélia Saraiva, cuja competência e dedicação são exemplos em minha caminhada profissional.

À minha querida profa. Cida Franco, esbanjadora de conhecimento e simpatia, que sempre acreditou em mim.

Ao mestre mais fascinante e indescritível, meu orientador prof. Luiz Carlos Barreira, a concretização deste projeto se deu por causa de seu acolhimento, paciência, perseverança, sapiência, sensatez, cortesia, são tantas qualidades que me fizeram acreditar que era possível transformar um tímido desejo em um dos projetos mais ousados da minha vida. Serei sempre muito grata.

Agradeço aos meus pets, os companheiros mais amorosos e inocentes.

E a Deus, essa força infinita que criou um universo tão perfeito, tudo em equilíbrio, no qual temos a tarefa de viver em harmonia com o próximo, a natureza, os animais, e deu-nos o poder de realizar tudo que sonharmos.

ANALIA FRANCO

“Pensando em ti, no teu fecundo exemplo
De proteção e amor aos pequeninos,
Entre por vezes no sagrado templo
Das tuas obras e dos teus ensinios.

Cheio de espanto, mudo e respeitoso,
Quedo me diante do teu nobre vulto,
De bençãos e sorrisos luminosos,
E crente, e humilde, rendo te o meu culto!

Teu seio lembra o mar imenso, quando
Queres a infancia toda, que sem ninho
Vive na terra, misera penando,
Sob as azas guardar do teu carinho!

Ante a caricia ideal dos teus olhares,
Desentranha-se em flores a miseria;
Mudam-se em riso os prantos e os pesares.
Espiritualizando-se a matéria?

Ah! quando entre as creanças, lhes propina
Tua alma o beijo e o pão da caridade,
Creio-te santa, creio-te divina,
Uma Nossa Senhora da orphandade!”

Casimiro Cunha

Vassouras, Dezembro de 1908.

(Jornal “O Município”, RJ, 24 de dezembro de 1908)

RESUMO

Este trabalho investiga a história de vida de Analia Emilia Franco (Resende, 01/02/1853 – São Paulo, 20/01/1919) por meio das informações publicadas especialmente na imprensa entre o ano de 1875, primeira aparição de seu nome nos periódicos, até 1919, ano de sua morte, com destaque aos jornais A Província de São Paulo (atual O Estado de S. Paulo), Correio Paulistano, A Família (de Josephina Álvares de Azevedo), A Vóz Maternal (publicação da AFBI) e os Anuários de Ensino e Estatístico do Estado de São Paulo (de 1902 a 1915). Para a produção deste conhecimento de abordagem exploratória, sobre as categorizações e representações da atuação de Analia Franco no campo educacional e social, datada no final do século XIX e início do XX, apresenta-se uma reflexão e análise historiográfica das fontes documentais, utilizando os métodos apoiados nos conceitos e procedimentos de exame dos registros e narrativas que fazem autores da área da história, sociologia, filosofia, educação, ciência política, biografia, entre outras. Em um diálogo com as evidências e com o que está posto nos materiais compilados, propõe-se uma análise dos elementos que identificam a sua trajetória como professora de primeiras letras nas cidades do interior de São Paulo e nesta capital, escritora, pedagoga, intelectual, empresária, vanguardista, idealista, cristã; o que ela entendia por instrução e assistência social; e o grupo do qual ela fazia parte, e que revelam o seu engajamento no movimento feminino e no empreendedorismo educacional, como uma das pioneiras no campo da educação escolar brasileira, criando a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo – AFBI, por meio da qual fundou mais de 30 instituições educativas, direta e indiretamente, para atender, principalmente, a infância desvalida e viabilizar um caminho de independência econômica, social e intelectual das mulheres.

Palavras-chave: Analia Franco. Biografia. Empreendedorismo educacional. Movimento feminino.

ABSTRACT

This work investigates the life story of Analia Emilia Franco (Resende, 02/01/1853 - São Paulo, 01/20/1919) through information published especially in the press from 1875, the first appearance of her name in periodicals, to 1919, the year of her death, with emphasis on newspapers A Província de São Paulo (now O Estado de S. Paulo), Correio Paulistano, A Família (editor Josephina Álvares de Azevedo), A Vóz Maternal (AFBI publishing), and Anuários de Ensino e Estatístico do Estado de São Paulo (from 1902 to 1915). In production of this knowledge of exploratory approach, on the categorizations and representations of Analia Franco's performance in the educational and social field, dated at the end of the 19th century and beginning of the 20th, a reflection and historiographic analysis of the documentary sources is presented, using the methods supported by concepts and procedures for examining records and narratives by authors in the field of history, sociology, philosophy, education, political science, biography, among others. In a dialogue with the evidence and with what is in the compiled materials, it is proposed an analysis of the elements that identify her trajectory as a teacher of first letters in the cities of the interior of São Paulo and in this capital, writer, pedagogue, intellectual, businesswoman, avant-garde, idealist, Christian; what she meant by education and social assistance; and the group of which she was a part, and which reveals her engagement in the women's movement and in educational entrepreneurship, as one of the pioneers in the field of Brazilian school education, creating the Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo - AFBI, through which founded more than 30 educational institutions, directly and indirectly, to attend, mainly, the deprived childhood and to make possible a path of economic, social and intellectual independence of women.

Keywords: Analia Franco. Biography. Educational entrepreneurship. Women's movement.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| <u>Figura 1 – Rota das cidades que Analia lecionou</u> | 33 |
| <u>Figura 2 – Divulgação do <i>Collegio Santa Cecilia</i> sob direção de Analia</u> ... | 39 |
| <u>Figura 3 - Crianças e adultos no pátio da Colônia Regeneradora entre 1912-1918 e foto atual</u> | 56 |
| <u>Figura 4 – Anexo do começo do século 20 (entre 1912 e 1918) com as camas usadas pelos internos e foto atual</u> | 57 |
| <u>Figura 5 - Escolas maternais da AFBI na capital e interior em 1907</u> | 134 |
| <u>Figura 6 – Primeiro exemplar do jornal <i>A Vóz Maternal</i></u> | 140 |
| <u>Figura 7 – Notícia publicada nos jornais</u> | 157 |
| <u>Figura 8 – Nota de crédito de Irmãos Maffei</u> | 161 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| <u>Quadro 1 - Condições financeiras da AFBI de 1902 a 1907</u> | 130 |
| <u>Quadro 2 - Condições financeiras da AFBI de 1908 a 1912</u> | 131 |
| <u>Quadro 3 – Movimento anual do Asilo e Creche da AFBI</u> | 132 |
| <u>Quadro 4 – Relatório estatístico de estabelecimentos de ensino da AFBI</u> | 139 |
| <u>Quadro 5 – Saldo mensal da Associação e suas instituições</u> | 150 |
| <u>Quadro 6 – Frequência mensal das escolas da AFBI</u> | 154 |
| <u>Quadro 7 – Valor dos donativos publicados em cada exemplar</u> | 155 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS..... | 15 |
| 1.1.1 | O escrutínio dos fatos | 15 |
| 1.1.2 | O gênero biográfico | 18 |
| 1.1.3 | Periódicos como fontes documentais | 20 |
| 1.2 | ORGANIZAÇÃO DA TESE..... | 23 |
| 2 | TRAJETÓRIA SOCIOEDUCACIONAL | 26 |
| 2.1 | PROFESSORA DE PRIMEIRAS LETRAS NO INTERIOR E CAPITAL..... | 32 |
| 2.1.1 | A expansão cafeeira | 33 |
| 2.1.2 | De Guaratinguetá a São Paulo | 36 |
| 2.2 | ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUTIVA DE SÃO PAULO - AFBI | 43 |
| 2.2.1 | Grupo dramático e musical | 44 |
| 2.2.2 | Colônia Regeneradora Dom Romualdo | 52 |
| 2.3 | ILUSTRAÇÕES FOTOGRÁFICAS | 57 |
| 3 | MOVIMENTO DE SORORIDADE | 69 |
| 3.1 | MANIFESTAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA..... | 71 |
| 3.2 | <i>A BELLE ÉPOQUE</i> PAULISTANA – AS IMPOSIÇÕES DA NOVA ORDEM.. | 74 |
| 3.2.1 | Quanto mais a civilização progride, mais aumenta consideravelmente o número de pobres | 76 |
| 3.3 | A CONDIÇÃO LABORAL DAS MULHERES | 82 |
| 3.4 | CONCEPÇÕES EDUCATIVAS NA MODERNIZAÇÃO DO PAÍS | 90 |
| 3.4.1 | O estado da primitiva deseducação | 92 |

| | |
|---|-----|
| 3.5 AS PROTAGONISTAS DE ANALIA | 111 |
| 4. EMPREENDEDORISMO EDUCACIONAL | 124 |
| 4.1 A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA NA EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES | 124 |
| 4.2 REGISTROS DAS ESCOLAS DA AFBI | 127 |
| 4.2.1 Os Anuários do Estado de São Paulo | 128 |
| 4.2.1.1 Anuário Estatístico do Estado de São Paulo | 129 |
| 4.2.1.2 Anuário do Ensino do Estado de São Paulo | 136 |
| 4.2.2 A Vóz Maternal | 140 |
| 4.2.2.1 Textos informativos, a famílias e doutrinários | 143 |
| 4.2.2.2 Documentos regimentais | 146 |
| 4.2.2.3 Balanços financeiros | 149 |
| 4.2.2.4 Notícias, anúncios e agradecimentos | 151 |
| 4.2.3 Jornal “O Estado de S. Paulo” | 156 |
| 4.2.3.1 Divulgações da AFBI | 156 |
| 4.2.3.2 Aportes da sociedade | 161 |
| 4.2.3.3 As Sucursais | 169 |
| 4.2.4 Jornal “Correio Paulistano” | 172 |
| 4.2.4.1 Anúncios escolares | 172 |
| 4.2.4.2 Aportes da sociedade | 174 |
| 4.2.4.3 As Sucursais | 177 |
| 4.2.5 Nas demais publicações | 179 |
| 4.2.5.1 Liceu feminino | 180 |
| 4.2.5.2 Escolas no Rio de Janeiro | 182 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 185 |

| | |
|--|------------|
| REFERÊNCIAS | 188 |
| ANEXO A – Certificado de batismo | 194 |
| ANEXO B – Discurso do senador Dr. Paulo Egydio..... | 195 |

1 INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a história da educação brasileira, das práticas pedagógicas e das trajetórias de educadoras despertaram para o desafio de indagar quem foi Analia Franco, denominação de muitas instituições educacionais, por exemplo, o *Educandário Analia Franco*, em Santos, SP, e logradouros, como a rua em que resido, nesta mesma cidade de Santos. No caminho de leitura e atribuição de significados dos materiais de pesquisa, como dissertações e livros biográficos que, em meio a comprovações e contradições, apresentam suas atividades sociais e educacionais, foi possível vislumbrar a dimensão das ações dessa mulher que entendeu a educação como instrumento de ação política e de inclusão, o que tornou imprescindível vasculhar arquivos institucionais, públicos e coleção de jornais para maior conhecimento de sua atuação e compreensão do contexto em que viveu, como o alicerce empírico do trabalho.

Este trabalho, portanto, investiga a história de vida de Analia Emilia Franco (Resende, 01/02/1853 – São Paulo, 20/01/1919) por meio, especialmente, das informações publicadas na imprensa entre o ano de 1875, primeira aparição de seu nome nos periódicos, até 1919, ano de sua morte, e, em um diálogo com as evidências e com o que está posto nesses materiais compilados, propõe-se a uma análise dos elementos que identificam o que ela entendia por instrução, assistência social e o grupo do qual ela fazia parte, e que revelam o seu engajamento no movimento feminino e no empreendedorismo educacional, como uma das pioneiras no campo da educação escolar brasileira, com a criação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo – AFBI, e, por meio desta, a fundação de mais de 30 instituições educativas, direta e indiretamente, para atender, principalmente, a infância desvalida e viabilizar um caminho de independência econômica, social e intelectual das mulheres.

A frase “O que dizem de nós”, usada no título desta tese, refere-se ao nome de uma coluna do seu jornal “A Vóz Maternal”, a partir da edição número 6, de 1º de maio de 1904, na qual ela publicava as notas e comentários dos diversos periódicos de todas as partes do Brasil referentes às atividades desenvolvidas por sua instituição, a AFBI, bem como sobre os ideais deste jornal, quais sejam: o movimento feminino, o altruísmo e a

educação de menores desvalidos e de mulheres, como meio de emancipação social, e sobre as análises e opiniões de sua pessoa.

1.1 REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para a produção deste conhecimento de abordagem exploratória, sobre as categorizações e representações da atuação de Analia Franco no campo educacional e social, datada no final do século XIX e início do XX, apresenta-se uma reflexão e análise historiográfica das fontes documentais, de caráter qualitativo, com foco nas informações publicadas na imprensa, como objeto empírico, utilizando os métodos apoiados nos conceitos e procedimentos de exame dos registros e narrativas que fazem autores da área da história, sociologia, filosofia, educação, ciência política, biografia, entre outras, como por exemplo os processos de análise dos fatos e das evidências examinados por Paul Veyne e Edward Palmer Thompson; as questões sobre o estudo e a escrita biográfica apresentadas por Vavy Pacheco Borges, Pierre Bourdieu, Giovanni Levi e François Dosse; a imprensa como fonte de pesquisa nos estudos de Tania Regina de Luca, Heloisa de Faria Cruz, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Luiz Carlos Barreira e suas contribuições para a construção desta pesquisa.

1.1.1 O escrutínio dos fatos

A história é uma narrativa de eventos, como conceitua Paul Veyne (1998), os quais são selecionados, simplificados e organizados, e não são apreendidos de uma maneira direta e completa, mas sim de forma incompleta e lateralmente, pois cada um pode ter uma compreensão peculiar sobre um mesmo fato: “minha própria interpretação dos acontecimentos não seria, talvez, a mesma que a de meus amigos, do meu confessor, do meu historiador e do meu psicanalista, que poderia ter suas próprias versões sobre a minha decisão e julgar saber melhor do que eu o que eu desejava” (p. 08); a história nunca se repetiria, mesmo que contasse o mesmo episódio. E é possível inferir a natureza das fontes utilizadas pelo historiador pela importância que ele dá a certos fatos, recortando a história a seu modo, de acordo com suas preferências pessoais, de forma subjetiva.

A narração histórica pode ser conhecida por meio dos documentos (todo acontecimento que deixou uma marca material), testemunhos e por indícios, “não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’” (VEYNE, 1998, p. 08), portanto, na análise dos fatos, considera-se que estes acontecem num dado momento, cujo sentido há de ser considerado dentro de uma sequência, um encadeamento de ocorrências, pois os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; e não são descritos em sua totalidade, pois esta descrição é seletiva, uma escolha crítica, como afirma o historiador:

O objeto de estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos; conforme a questão que levantamos, a mesma situação espaço temporal pode conter um certo número de objetos diferentes de estudo (p. 21).

As totalidades são núcleos de relações e as verdades são parciais, fazendo sentido dentro do que o autor chama de “trama”, de número indefinível.

A respeito da biografia, que é a abordagem deste trabalho, o autor reconhece a riqueza de referências presentes nas narrativas de vida: “A história biográfica e anedótica é a menos explicativa, mas a mais rica do ponto de vista da informação, já que considera os indivíduos nas suas particularidades e detalha, para cada um deles, as nuances do caráter, a sinuosidade de seus motivos, as etapas de sua deliberação” (p. 12). E não se trata do que essas histórias são na realidade, mas sim do que se pode apreender a partir delas.

O que Thompson (1981) propõe, a partir das evidências históricas, é que se leia esse material à luz de indagações que busquem novas evidências e, nesse diálogo, sejam propostas novas questões, pois os fatos, registrados historicamente com determinadas propriedades, não revelam seus significados e relações por si mesmos:

Qualquer historiador sério sabe que os "fatos" são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes, podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras - técnicas que nos forneceria a "história" já embalada e sem o contato da mente humana, através da ingestão automática do computador - podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas (p. 38).

Este autor levanta questões que podem ser feitas de seis diferentes maneiras para se interrogar os fatos isolados da evidência histórica (pois ela, existindo em sua forma primária, não revela seu próprio significado), numa “desconfiança atenta”: 1) primeiro de tudo deve-se examinar como os fatos históricos foram registrados, com que finalidade e se podem ser confirmados por evidências adjacentes; 2) quando os fatos são fenômenos sociais ou culturais, as *evidências são portadoras de valor*, nas quais as qualidades inerentes aos fenômenos tornam-se objeto de estudo; 3) as *evidências isentas de valor* são as “neutras” (que o autor exemplifica como os índices de mortalidade, escalas de salários, etc.) cujas perguntas têm seus procedimentos próprios e adequados, limitando as atribuições ideológicas; 4) como *elos numa série linear de ocorrências*, os fatos circunstanciais, ou como a história “realmente aconteceu”, mas nunca será plenamente conhecida, identificam as relações estruturais e causais; 5) como *elos numa série lateral* de relações sociais/ideológicas/econômicas/políticas, nas quais se pode inferir, a partir de muitos exemplos, um corte provisório de uma sociedade no passado (o autor cita como exemplo as suas relações características de poder, dominação, parentesco, servidão, relações de mercado, e outras); e 6) mesmo os fatos isolados podem ser questionados na procura de *evidências que sustentam a estrutura*.

Essas maneiras de interrogar as evidências, sugeridas por Thompson, são procedimentos empíricos “elaborados, nas diferentes disciplinas, não só para interrogar os ‘fatos’, como para assegurar que eles respondam, não com a voz do interrogador, mas com a sua voz própria” (p. 42). Consiste num diálogo entre conceito e evidência, movido por hipóteses sucessivas e pela pesquisa empírica, no qual a lógica histórica interroga a evidência (que possui suas propriedades determinadas) sobre uma hipótese, o modo como os fenômenos agiram em relação aos outros.

Em relação à pesquisa biográfica, como uma seleção de evidências e de aspectos que não estão isolados do todo, o objeto real continua sendo uma soma unitária do comportamento humano e não um conjunto de histórias separadas, “cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.)” (p. 50).

1.1.2 O gênero biográfico

Por se tratar de um estudo biográfico, esta parte da introdução apresenta um levantamento do debate historiográfico a respeito da biografia e sua relação com os historiadores, para que se possa identificar e localizar minha pesquisa nessa discussão, e as possibilidades de integração das questões e dos procedimentos de análise e produção apresentados por cada um desses estudiosos.

Vavy Pacheco Borges (2005) comenta os limites e a fecundidade do gênero biográfico, comparando seu longo percurso até o atual sucesso, iniciando com a chamada biografia clássica, no mundo grego antigo, com o objetivo dar exemplos, positivos ou negativos, do caráter político, moral ou religioso do biografado, passando pela Idade Moderna, em que o interesse era contar a “verdade” e não o panegírico, até chegar na década de 1980, marcada pelo “retorno” da biografia, justificando que: “Dois eixos claramente imbricados podem explicar hoje esse interesse pelas biografias: os movimentos da sociedade e o desenvolvimento das disciplinas que estudam o homem em sociedade” (p. 209). A autora explica o foco do primeiro eixo como o espaço cada vez maior que o indivíduo tem na sociedade e do atual interesse da mídia sobre a vida das pessoas, citando o literato Alain de Botton, o qual identificou a biografia como “voyeurismo” e bisbilhotice. E, no segundo eixo, devido às crises dos grandes paradigmas, surgiu o interesse pelas minorias sociológicas, tendo as mulheres como um dos exemplos, considerando que o ser humano está inserido numa rede de relações: “Assim, algumas coordenadas devem ser levadas em conta pelo pesquisador: deve-se atentar para os condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia” (p. 222). A experiência de Borges (2005) com a biografia (começando por seu mestrado sobre a imagem de Getúlio Vargas) foi despertando o interesse pelo problema do papel do indivíduo na história, sua trajetória, origens, personalidade e seu contexto.

O equívoco de tratar a vida como um relato coerente de fatos é destacado por Bourdieu (2006):

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados

sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (p. 184).

Com a intenção de dar coerência aos acontecimentos, é comum fazer uma seleção dos fatos significativos para determinar as conexões que lhes dão coerência, podendo criar, portanto, um sentido artificial. Por isso que, para o autor, é uma ilusão retórica produzir um relato de vida com coesão de sequência dos acontecimentos, com um curso e significação, como uma representação comum da existência, reforçada pela tradição literária de que a história é coerente e totalizante, previsível, identificando a normalidade com a identidade, sem considerar as particularidades circunstanciais e os acidentes individuais. Ou seja, compreender uma vida como uma série única e suficiente de acontecimentos sucessivos, “é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações” (p. 189), pois a trajetória de uma pessoa está sujeita a transformações constantes, com colocações e movimentos na dimensão social.

As ambiguidades biográficas são apontadas de forma similar por Giovanni Levi (2006), mencionando as distorções que os historiadores fazem ao imaginar que “os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado”, segundo uma tradição biográfica que associa “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (p. 169), e afirma ser fundamental a reconstrução da pluralidade de campos em que o sujeito está inserido. Este historiador formula uma tipologia a partir das diferentes abordagens que os historiadores fazem do problema biográfico, qual seja, da incapacidade de compreender a singularidade irreduzível da vida, com os seguintes temas: Prosopografia e biografia modal; Biografia e contexto; A biografia e os casos extremos; e Biografia e hermenêutica. Nestas proposições aborda-se as questões das complexidades biográficas e da necessidade de tratar o material biográfico de maneira menos simplista, considerando as incoerências das normas de cada sistema social, o tipo de racionalidade atribuído aos atores e a relação entre o indivíduo e o grupo ao qual pertence.

François Dosse (2009) situa o gênero biográfico entre a narração ficcional e a realidade histórica (a busca pela evidenciação), entre a literatura e as ciências humanas, destacando seu caráter híbrido (entre a vocação romanesca, a ânsia de erudição e o discurso moral exemplar) que dificulta a classificação numa disciplina organizada, mas que as virtudes deste gênero estão sendo redescobertas pelas ciências humanas e, em

particular, pelos historiadores, acarretando numa “verdadeira explosão biográfica que se apossa dos autores e do público num acesso de febre coletiva que dura até hoje” (p. 16).

Este historiador também chama a atenção para uma ilusão, aquela que se refere ao envolvimento do biógrafo com seu objeto, que se dá por meio “de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe comparar sua própria finitude à da personagem biografada. A impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com outro” (p. 13), fazendo com que o pesquisador, pela necessidade da empatia com o objeto e o desejo de lhe fazer justiça, de propiciar o devido reconhecimento da sua grandeza, seja “possuído” pelo biografado, seja modificado e transformado por ele, vivendo no seu universo durante o período da pesquisa e redação. O biógrafo “acalenta a ilusão de devolver a vida, de ressuscitar os mortos. Sem dúvida, a ânsia de dar sentido, de refletir a heterogeneidade e a contingência de uma vida para criar uma unidade significativa e coerente traz em si boa dose de engodo e ilusão” (p. 14). O autor alerta para o perigo da perda da própria identidade e da não determinação da peculiaridade do biografado, mas que esses “arroubos passionais” são tão necessários quanto a distância objetivante, e, ainda, que o biógrafo tem a consciência de que nunca concluirá a sua obra, sejam quantas forem as fontes que ele consiga exumar.

1.1.3 Periódicos como fontes documentais

A pesquisa dos periódicos como prática metodológica deve-se ao fato do jornal ter se tornado uma das principais fontes de informação histórica, a utilização de materiais da imprensa, como fonte e objeto de consulta, está cada vez mais abrangente nos diversos campos de pesquisa sobre os mais diversos temas e problemáticas, pois os arquivos da imprensa fornecem informações sobre o cotidiano e as formas de ver o mundo por meio de relatos dos fatos ordinários da experiência humana, hábitos e costumes, apesar do conteúdo editorial ser caracterizado, muitas vezes, como parcial, tendencioso e como um veículo de expressão e formação de opiniões, daí a importância de não se negligenciar as circunstâncias das fontes de informação, da publicação, da área de divulgação, dos interesses econômicos e financeiros a que atendem, dado que em todo documento há que se considerar o campo de subjetividade e da intencionalidade.

Tania Regina de Luca (2005) lembra o pioneirismo incontestado de Gilberto Freyre que, por meio dos anúncios de jornais, estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX, e destaca a riqueza desse corpo documental pelos informes de natureza econômica (câmbio, produção e preços), demográfica e os múltiplos aspectos da vida social e política, questões sobre gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, “sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade” (p. 118), e que os estudos das transformações ocorridas no início do século XX nas principais capitais brasileiras, importante campo temático da pesquisa histórica, foram feitos por meio da imprensa:

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as "classes perigosas", a constituição dos espaços públicos e os meandros que regem seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro (p. 120).

A imprensa constitui-se, portanto, um importante instrumento de pesquisa que, apesar das ideologias dos grupos editoriais, anunciava as mudanças do final do século XIX e da chegada do século XX, passagem da monarquia e da escravidão para o crescimento da produção fabril e de serviços, da vinda dos imigrantes, do avanço da comunicação e do letramento, cenário em que está inserida Anália no auge de seu ativismo como pedagoga, escritora e colaboradora de jornal feminino.

Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração. Os jornais diários profissionalizavam-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública (LUCA, 2005, p. 122).

As historiadoras Cruz e Peixoto (2007) destacam a questão da historicidade da imprensa e a problematização de suas articulações nas conjunturas gerais e específicas “do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder

burguês nas sociedades modernas, e da lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo” (p. 257), pois a imprensa mostra um viés da história do capitalismo, no campo de lutas sociais, não se constituindo um simples depositário de acontecimentos, visto que “o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social e, por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui” (258). Entende-se que seu projeto editorial está inserido numa relação de forças conjunturais e sociais, na materialidade histórica, que nos leva a inquirir sobre suas posições e articulações em um tempo histórico determinado, tomando o cuidado de não lidar com caracterizações generalizantes.

Na averiguação desses conteúdos, essas autoras propõem um roteiro de análise da imprensa periódica que consideram como “dimensões simultâneas e articuladas, não sendo tomados como etapas que possam sugerir hierarquização e sequenciação” (p. 265):

- I. *Identificação do Periódico* (Título, Subtítulo, Datas-Limites da publicação, Periodicidade, Classificação na Instituição).
- II. *Projeto Gráfico/Editorial*
 - A. *Projeto Gráfico* (Capas e Primeiras Páginas; Partes e Cadernos; Cadernos Especiais e Suplementos; Edições Comemorativas; Seções: Colunas Fixas e Assinadas; Iconografia: ilustrações, charges, desenhos, gráficos; Manchetes, Legendas, Colunagem e Frisos; Anúncios e Publicidade).
 - B. *Produção e Distribuição*
 - B.1. *Grupos Produtores* (Proprietários, Diretores, redatores e colaboradores; Condições Técnicas: tecnologias de produção e impressão, organização da redação e sucursais e serviços de apoio);
 - B.2. *Circulação e Distribuição* (Tiragem, Preço e Formas de Venda e Distribuição; Espaços de Circulação e Distribuição).
- III. *Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político na Conjuntura* (Intervenções na Agenda Pública; Principais Temas e Campanhas Gerais; Posicionamentos Políticos Explícitos; Perspectiva Histórica, Construção de Temporalidade, constituição de Sujeitos Sociais, proposta de alinhamentos e negociação de pactos políticos).

Os procedimentos metodológicos propostos nesta análise objetivam a problematização do material para a compreensão da conjuntura, identificando a imprensa num momento, expressão ou reflexo de uma dada realidade.

Em seu estudo sobre a consciência dos lugares e dos papéis que as mulheres operárias sorocabanas, no início do século 20, foram adquirindo na sociedade de então, Barreira (2017) analisa o jornal *O Operário*, apresentando as relações entre os gêneros que estão ligadas a outras, como as de classe, etnia, geração e, ainda, os tempos (que ele chama de pontos de intersecção entre diacronia e sincronia), e os espaços geográficos, sociais e culturais dessas relações. Por mais que a imprensa operária tenha sido investigada, este historiador lembra que não se pode julgar como esgotada em todas as suas possibilidades, pois a história é “sempre escrita a partir de questões postas pelo presente daqueles que inquiram o passado, razão pela qual as escritas ou escrituras da história trazem sempre as marcas dos tempos e lugares dos sujeitos que se debruçam ou se debruçaram sobre ela” (p. 91). A condição do ser social, formada pelos “fazer e saberes”, só pode ser percebida “na sua singularidade, ou seja, no âmbito das relações, sempre contraditórias, que o singular estabelece com o universal” (p. 91), e o autor considerou como um dos maiores desafios de sua pesquisa a apreensão dessa singularidade da vida rotineira do operariado sorocabano no início do século XX, daí a relevância de se analisar a imprensa como prática social historicamente determinada.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Quanto à organização do trabalho, pretendeu-se fazer uma apresentação e análise sobre as atividades de Analia Franco, encontradas nas publicações da imprensa do entre século XIX e XX, entre outras fontes, que foram demonstradas em três seções: num primeiro momento foi apresentado o desenvolvimento temporal da vida da biografada, relatando os fatos de forma ordenada, seguindo o tradicional percurso cronológico e, nas seções seguintes, fez-se um corte temático, examinando dois aspectos que me chamaram a atenção em relação à sua produção textual e criação da AFBI, respectivamente: seu engajamento no movimento feminino e o empreendedorismo no campo educacional, como explicado a seguir.

Capítulo 2 - Esta primeira parte, intitulada “Trajetória socioeducativa”, é a apresentação de um panorama de todo o percurso da sua vida, iniciando como professora de primeiras letras pelo interior do Estado de São Paulo, principalmente no Vale do Paraíba, SP, acompanhando o crescimento da economia cafeeira, como mostrado pelo historiador Fausto (1995), começando pela cidade de Guaratinguetá até chegar na capital e, seguindo a linha temporal, é apresentado um breve comentário sobre as publicações de seus textos (pois estes serão analisados na seção seguinte), o anúncio do seu casamento, a criação da AFBI com sede em São Paulo e que, a partir dessa Associação, foram criadas várias instituições de educação para crianças, mulheres, liceus para professoras e a Colônia Regeneradora, e o grupo artístico e musical, formado pelas alunas da AFBI, que se apresentaram por todo o Estado de São Paulo. E, então, os anúncios de sua morte com as devidas homenagens, que foram publicados em diferentes jornais. Esta seção inicial fica circunscrita à coletânea de dados e informações que se referem às etapas da vida pessoal, com destaque ao seu envolvimento com as atividades sociais e educacionais.

Capítulo 3 - Sob o título “Movimento de sororidade”, esta seção ocupa-se dos textos de Analia, publicados no jornal “A Família”, de Josephina de Azevedo, a partir de 1888, os quais atestam o seu engajamento no combate pela justiça e equidade nas principais atividades femininas, e que são apresentados de forma sintética na sequência das abordagens das condições sociais, educacionais, laborais e econômicas que a mulher vivenciava naquele período: os movimentos feministas manifestados na imprensa nas referências de Célia Regina Pinto (2003), Norma Telles (1997) e Margareth Rago (1997); a conjuntura socioeconômica brasileira da virada dos séculos XIX e XX mostrada por Gilberto Freyre (2006), Rachel Soibet (1997); as condições laborais e educacionais femininas por Maria Izilda Santos de Matos (2017) e Boris Fausto (1995), Joan Scott (1991), Guacira Lopes Louro (1997). Os argumentos mais relevantes da sua produção textual são as reflexões sobre a caridade cristã, a educação acessível a todos e, principalmente, a denúncia da condição de opressão social e econômica da mulher, revelando seu engajamento no movimento em prol da autonomia feminina. Na última parte desta seção são mostradas treze sinopses de histórias da literatura romântica escritas por Analia, protagonizadas por personagens femininas que revelam as diversas características comportamentais das mulheres nas diferentes situações vividas por elas.

Capítulo 4 - Esta última seção levanta a questão da identificação de Analia como uma empreendedora no campo educacional, e a criação de escolas gratuitas para crianças

desvalidas, principalmente, mas também oferecendo instrução para mulheres desafortunadas. A partir das considerações referentes à expansão das instituições educacionais que marcaram o início do período republicano até o final da Primeira República, com a criação de escolas públicas e a participação da maçonaria neste processo, serão apresentados os registros das atividades educacionais da AFBI, nas publicações, principalmente, dos seguintes documentos: nos Anuários do Estado de São Paulo, A Vóz Maternal (publicação da AFBI), nos jornais A Província de São Paulo (atual O Estado de S. Paulo), Correio Paulistano, entre outros jornais, revistas, livros, almanaques e artigos, na elaboração da leitura crítica da descrição das informações e das práticas concretas deste empreendimento de Analia.

Ao pesquisar sobre a vida de Analia, foi inevitável meu envolvimento passional à medida que eu cumpria a tarefa de investigar a trajetória de sua existência, por suas atitudes e valores que me foram sendo apresentados e que me pareceram de grande relevância e virtude, com foco na busca pelo verossímil, pelo que pode ser possível ou provável nas fontes documentais, sem deixar de questionar e contestar essas mesmas fontes.

2 TRAJETÓRIA SOCIOEDUCACIONAL

Pela relevância da trajetória socioeducacional de Analia, suas atividades pedagógicas, literárias e sociais, do nascimento até sua morte, realizou-se um levantamento de dados e verificação das informações referentes à sua atuação como professora de primeiras letras no Estado de São Paulo, publicações das mais diversas literaturas de sua autoria, a criação da AFBI, o matrimônio e seu falecimento, são apresentados de forma cronológica, de acordo com a sequência das publicações das notícias e relatórios. As fontes de pesquisa foram os relatos de fatos e acontecimentos publicados, basicamente, nos periódicos que datam de 1875 a 1919, disponíveis em formato digital nos sites da Biblioteca Nacional Digital e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre outros jornais, livros, revistas e os documentos oficiais do governo, citados no decorrer do trabalho.

Analia Emilia Franco (01/02/1853 – 20/01/1919, 65 anos) nasceu na cidade de Resende, Rio de Janeiro, e foi batizada no dia 29 de março de 1853, na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Resende, pelo vigário Ignácio Ferreira Franco, e os pais: Antonio Mariano Franco Junior e Dona Teresa Emília Franco; foram padrinhos Tenente coronel Joaquim Louis Jardim e Dona Antonia Ferreira Jardim. Estas informações constam na certificação da certidão de batismo de Analia, copiada do original, a qual me foi enviada por e-mail no dia 20 de dezembro de 2018, pelo diretor do acervo do Arquivo Histórico da Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda, de Resende (Anexo A). Analia teve mais dois irmãos: Antonio Mariano Franco e Ambrosina Franco de Salles (casada com o Coronel Julio Salles) e, em 1861, com 08 anos de idade, Analia muda-se com sua família para a cidade de São Paulo (MONTEIRO, 1992, p. 37).

A partir da cidade de Guaratinguetá, de acordo com os registros encontrados que datam de 1875, Analia dedica-se a suas atividades pedagógicas como professora de primeiras letras pelo interior do estado de São Paulo até chegar na capital. Este percurso está detalhado mais abaixo, com informações sobre os locais e datas, conforme as fontes documentais dos impressos da época.

No ano de 1888 começam a ser publicados seus muitos textos (aproximadamente 50) dos mais diversos assuntos e gêneros literários, são artigos, contos, crônicas, dissertações evangélicas, hinos, peças teatrais, poemas, romances, folhetos, veiculados na imprensa e outras produções, que serão analisados, conforme os temas, no capítulo específico “Movimento de sororidade” referente a essas publicações.

Ela também publica seus próprios periódicos e materiais didáticos, na seguinte ordem temporal: a revista *Album das Meninas* (1898); o *Manual para as Escolas Maternais* (1902); o jornal da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: *A Vóz Maternal* (1903); *Lições para as Escolas Maternaes* (1905); os livros *Leituras Progressivas para Creanças* (1906); *Novo Manual Educativo* (1906); *Manual das Mães* (1913); *Lições aos Pequeninos* (1914). Com exceção do jornal *A Vóz Maternal*, que será analisado no capítulo 4, estes materiais são apenas citados neste trabalho, pois exige bastante investigação por sua riqueza de conteúdo, não havendo tempo e espaço neste momento, quiçá numa outra oportunidade.

Em 1901 ela criou a AFBI, Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, com a missão de fundar escolas de ensino gratuito, a princípio na capital e interior do Estado, para o acesso à educação de crianças desvalidas, órfãos e mulheres social e financeiramente desamparadas, mantidas com subvenções públicas, contribuições da população com serviços, ajuda financeira e todo tipo de auxílio material, e em parcerias com instituições religiosas (principalmente espíritas), a maçonaria, órgãos públicos e iniciativa privada. Além dos conhecimentos sobre a criação e desenvolvimento da AFBI, nesta seção é apresentado o grupo artístico e musical criado por Analia que realizou turnês com grande sucesso por todo o Estado de São Paulo, que angariava fundos para manutenção das instituições da Associação e, a partir de 1911, Analia funda a Colônia Regeneradora Dom Romualdo de Seixas onde vive até o final de seus dias.

Retomemos, então, a partir do casamento de Analia, que aconteceu em 08 de novembro de 1902 (um ano após a criação da AFBI), em São Paulo, ela estava com 49 anos de idade, bastante incomum para a época. Seu cônjuge é Francisco Bastos, o contador da Associação, conforme publicado na coluna “Felicitações”¹: “Casaram-se hontem nesta capital a exma. sra. d. Analia Emilia Franco, professora do 8º districto, com

¹ Jornal “O Commercio de São Paulo”, edição 3113, 09 nov. 1902, p. 03.

o sr. Francisco Antonio Bastos, guarda-livros da Associação Feminina Beneficente”². Francisco se torna oficialmente seu companheiro matrimonial até a morte dela. Como se pode comprovar, Analia possuía uma certa projeção midiática e popularidade, pois as datas e eventos sociais de sua vida, como o aniversário, casamento e falecimento, são publicados em alguns diferentes jornais, tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro.

Neste mesmo jornal, Analia foi felicitada pelo seu aniversário em quatro anos seguidos, de 1905 a 1908, sempre na publicação de 01 de fevereiro, na coluna “Chronica social” sobre os aniversariantes do dia, “A exma. sra. d. Analia Franco, benemerita educacionista, presidente da Associação Beneficente e Instructiva”³, nesta ocasião ela estaria completando 52 anos. A edição de 1906 (p. 02), é na mesma coluna e com os mesmos dizeres, mas com o nome completo, incluindo o sobrenome do marido: sra. Analia E. Franco Bastos. Na publicação de 1907, a coluna chama-se “Carnet do dia”, na p. 03, e é grafado novamente com o nome de solteira. E em 1908, na coluna “Vida social”, p. 03, o texto é: “Fazem annos: A exma. sra. d. Analia Franco Bastos, directora das Associações Beneficentes do Ensino e Créche”. Outro jornal, “O Combate”⁴, p. 02, em 01 fev. 1918, traz uma nota sobre seu aniversário e, diferente do que lemos na maioria das informações, é citado o seu marido, na coluna “Chronica da vida social”, anunciando o aniversário naquele dia de “Analia Franco, esposa do sr. Antonio Francisco Bastos e presidente da Associação Beneficente”. Era rara a aparição do nome do seu marido e, quando isso acontecia, estava sempre vinculado a alguma notícia referente a Analia e suas atividades.

No “Almanak Laemmert”⁵, um indicador nominal dos principais habitantes, negociantes, industriais e profissionais da cidade de SP, consta o endereço e telefone da sede da AFBI, com o sobrenome Bastos: “Bastos (Amalia Franco), *dir. ger. das Créches e Asylos*, r. S. Paulo, 47, TELEPH. 1355”. Nota-se que a maioria das informações sobre Analia que veremos neste trabalho não está incluído o sobrenome do marido, e a grafia com “m” no nome de Analia era comum ocorrer.

² Todos os excertos transcritos neste trabalho estão registrados de acordo com a literalidade e a grafia original do texto.

³ Edição de 01 fev. 1905, p. 02

⁴ “O Combate: Independencia, Verdade, Justiça” (SP), jornal publicado de 1917 a 1927.

⁵ Edição 73, ano 1917, p. 4574.

Na ocasião do seu falecimento, no dia 20 jan. 1919, em São Paulo, houve uma epidemia da influenza, mais conhecida como gripe espanhola, sendo a maior epidemia da história, de acordo com o artigo de Anna C. R. de C. Ribeiro⁶, com a estimativa que tenha atingido de 80% a 90% da população mundial, entre os anos finais da guerra e o início do ano de 1919; “Desabastecimento, saques e pilhas de cadáveres aguardando enterramentos passaram a compor a paisagem caótica paulistana durante os dias de combate à epidemia. Até o último dia de 1918 somaram-se oficialmente 5.331 mortes na cidade de São Paulo”. Entre os jornais que noticiaram o seu falecimento, é feita menção desta epidemia associada à causa da morte de Anália.

Vários jornais noticiam a sua morte, como O Combate, Correio Paulistano e os jornais cariocas A Epoca e A União, dando informações da data, local e horário do seu falecimento féretro e enterro, com a presença de representantes de grupos escolares, de autoridades públicas e de instituições espíritas e maçônicas, prestando suas homenagens no evento. Alguns produziram longos textos destacando suas atividades como escritora, fundadora de periódicos e instituições educacionais na capital e no interior, com palavras elogiosas à sua pessoa e atuação na educação, na caridade e no feminismo, publicando em até três dias seguidos maiores informações, sendo uma delas como matéria de capa (primeira página). Mas para um jornal católico, ela havia sido uma pecadora diante dos olhos da Igreja Católica, por ter se associado a outros seguimentos e, portanto, necessitada do perdão de Deus. Todas essas informações são detalhadas a seguir.

O jornal O Combate, de 21 jan. 1919, p. 03, na coluna “Chronica da vida social” notifica que Anália havia falecido no dia anterior nesta capital, e seu enterro fora realizado no dia desta publicação, às 9h, saindo o féretro do Asilo e Creche, à rua São Paulo, 47, para o cemitério da Consolação.

O periódico carioca A Epoca⁷ faz um relato sobre muitas de suas atividades literárias e educacionais de benemerência, inclusive as sucursais, e destaca sua atuação no movimento feminino. Inicia afirmando que, em São Paulo, havia falecido e enterrado

⁶ Historiadora (FFLCH- USP), pós-graduanda do Programa de Saúde Pública (FSP-USP), especialista em Educação Permanente em Saúde (UFRGS), pesquisadora do Centro de Memória da FSP-USP e membro dos Grupos de Pesquisa História e Memória da FSP-USP e Salus – História da Medicina e da Saúde (FM-USP). Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/ha-cem-anos-a-gripe-espanhola-assolava-sao-paulo/>>. Acesso em 21 set. 2019.

⁷ A Epoca (RJ), foi impresso de 1912 a 1919. A notícia em questão é do dia 23 jan. 1919, p. 06, na coluna “Sociaes”.

a professora Anália Franco Bastos (o único anúncio que cita o sobrenome do marido). É informado que ela era fluminense e tinha 63 anos de idade (e não 65), havia sido uma brilhante figura didática e achava-se ultimamente em comissão nas escolas maternais do Estado de São Paulo; que fundara a revista de educação “O Album das Meninas”; escrito vários livros escolares, comédias, dramas, poesias, os romances “A filha do artista” e “A égide materna”; e era fundadora de várias instituições de benemerência pública, destacando-se a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, e os asilos em “Santos, Jundiahy, Monte Azul, Rio Claro, Jaboticabal, Barretos, São José do Rio Pardo, Ribeirão Preto e em outras localidades do Estado de São Paulo”. Reconhecendo sua atividade em prol da mulher, a nota termina destacando sua imagem feminista: “A professora Analia Franco era uma figura do verdadeiro feminismo nacional”.

No Correio Paulistano⁸, de 21 jan. 1919, p. 02, há um extenso relato sobre a vida de Analia, com mais informações que os outros jornais, incluindo detalhes sobre sua família. Inicia com a notícia de que havia falecido no dia anterior, nesta capital, às 12:00, a diretora da AFBI do Estado de São Paulo, e lamenta pela infância desvalida, não somente da capital, mas de todo o interior, com a perda de uma das suas maiores protetoras, a qual dedicara esforços em prol das crianças desamparadas, instituindo asilos e creches para os “pequeninos infelizes”, colégios nesta capital e outros em São Vicente e diversas cidades. A seguir há um texto enaltecendo o que disseram ser sua grandiosa e hercúlea obra: “Ella era, ao mesmo tempo, o cerebro creador e o braço executor das idéas que se arrojava em iniciativas gigantescas e as ia levando avante, embora a difficuldades surgissem, algumas vezes, á sua frente. Foi uma batalhadora energica e intelligente (...) A morte da virtuosa senhora vai ecoar tristemente por toda a parte, porque ninguem desconhecia o benefício que ella vinha prestando, como mãe prodiga, a milhares de crianças desprotegidas”. É informado que ela nasceu em Rezende, em 1856 (e não em 1853, mesmo equívoco da notícia anterior, que afirmou sua idade de 63 anos), colaborou em diversas revistas, escreveu sobre educação, era formada pela escola normal e professora do grupo escolar do Arouche, mas achava-se em comissão, fundou o “Album das meninas”, revista de educação feminina, escreveu dramas e comédias para crianças, muitos livros escolares, dois romances, “A filha do artista” e “A égide materna”, e muitas

⁸ Periódico da cidade de São Paulo, publicado entre os anos de 1854 a 1969, do Editor gerente: Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

poesias. E que em 1901 fundou a AFBI, asilos e creches em 17 cidades: Santos, Jundiáhy, Dobrada, Rio Claro, Brotas, Pederneiras, Jaboticabal, Barretos, São José do Rio Pardo, Dourado, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Monte Azul, São José do Rio Preto, Santa Ernestina, Rincão e Sales Oliveira; e na capital o asilo e creche, à rua São Paulo, 47, e a Colônia Regeneradora numa chácara no alto da Mooca, informando que é um instituto para “meninos”. E nessas creches e asilos mantinha mais de 600 órfãos e viúvas internas e mais de 1000 externas. Ao final, é informado sobre a família dela, o nome do marido, do irmão Antônio Mariano Franco, que residia em Monte Azul, da irmã d. Ambrosina Franco de Salles, casada com o coronel Julio de Salles; e que o sobrinho dela trabalhava em outro jornal: “tia do bacharelado Julio de Salles Junior, nosso prezado collega do ‘Jornal do Comercio’”. O enterro se realizaria naquele dia, às 14h, saindo o féretro da rua São Paulo 47, para o cemitério da Consolação. “As nossas condolências”.

Continua na edição do dia seguinte, na p. 02, informando que o enterro havia se realizado no dia anterior, às 16h, com grande acompanhamento, citando os nomes de representantes das instituições parceiras, de autoridades públicas, seu irmão e sobrinho, entre outros: o diretor do grupo escolar do Arouche e um representante do corpo docente, representantes do presidente do Estado, da União Espírita do Estado de São Paulo, do grupo “Luz e Caridade”, de Limeira, uma comissão da Associação Feminina, das escolas “7 de Setembro”, da loja “Estrela D’Oeste”, e muitos outros nomes. A seguir há uma descrição dos dizeres das coroas, sendo a maioria deles de adeus, saudades e gratidão, começando pelos do seu marido, dos órfãos da Colônia Regeneradora, de sua irmã e cunhado, da Loja Maçônica de Ribeirão Preto, do asilo de Ribeirão Preto, da creche e asilo de Santos, das órfãs do asilo de Jundiáí, do asilo de Barretos, das representações citadas acima e nomes de várias outras pessoas.

Ainda neste jornal, na publicação de 25 jan. 1919, a primeira matéria da primeira página, assinada por Paulo Moutinho, com o título “Pela infancia desvalida (Carta as senhoras paulistas)”, descreve um reconhecimento da obra de Analia por ela ter abrigado milhares de órfãos, e um apelo à continuidade desta missão pelas compatriotas do autor, denunciando o grande número de crianças desafortunadas, “Innumeradas victimas da miseria que vagabundeiam pelas ruas, pedindo uma esmola. Esta scena é repetida quasi todos os minutos. Em todos os pontos da cidade, os mantenedores da ordem recolhem numerosas criancinhas esfarrapadas, que faqueiam os transeuntes”, afirmando que certamente são crianças que perderam o pai ou a mãe durante a epidemia da gripe, e

imploram a caridade, pois não há asilos suficientes. E não há quem não conheça o nome de Analia em São Paulo pois ela atuava há 15 anos no socorro aos desgraçados da fortuna, estendendo o texto com palavras emotivas e poéticas sobre sua figura maternal e cuidadosa, pedindo de porta em porta pelos seus filhos, empreendendo excursões pelas educandas, socorrendo outros menores pobres pelo interior e, assim “organizou talvez o melhor serviço beneficente do paiz”. E o autor dirige-se às suas patrícias, dizendo que Analia “já não continu’ a no seu mister sacrossanto. Uma enfermidade insidiosa roubou-a á bençã dos seus milhares de protegidos”, deixando uma herança legada às “senhoras da minha terra” que precisam ser as novas mães substitutas dela.

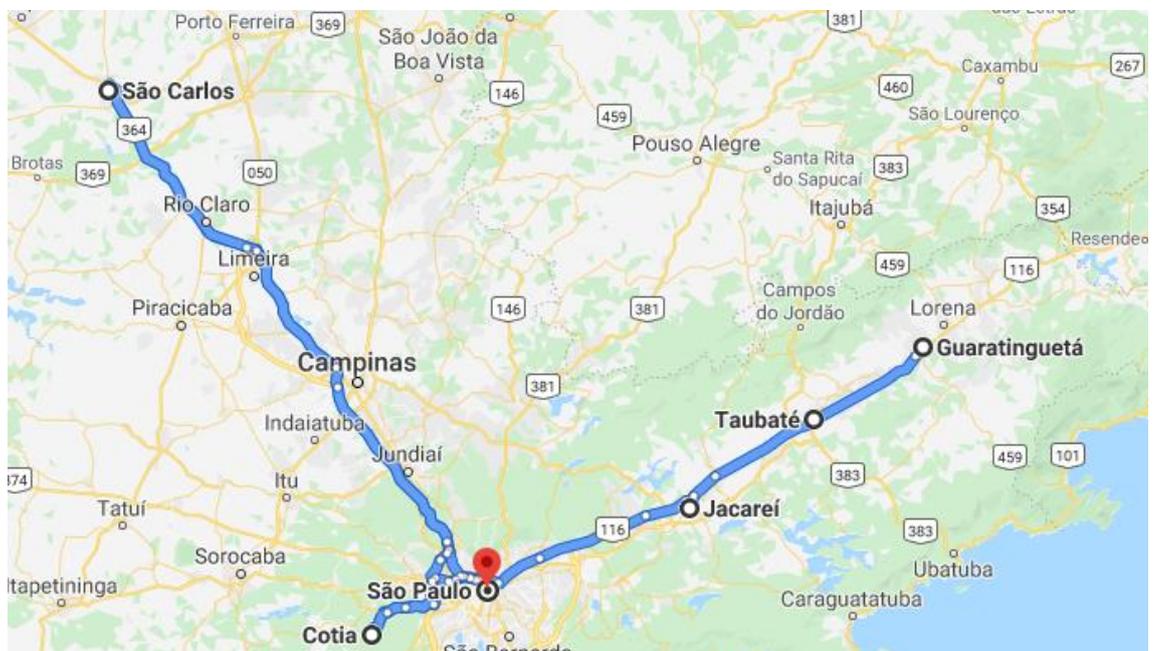
Por outro lado, o jornal católico A União, RJ, na edição de 06 fev. 1919, apresenta um texto sob o título “Falleceu a sra. Analia Franco! – documentos contristadores” criticando Analia por ter desenvolvido, por todo o Estado de São Paulo, “uma acção pertinaz em favor do protestantismo e outras seitas. Por mais de uma vez fomos obrigados a prevenir os catholicos contra as suas palavras blandiciosas”, citando um jornal de S. Paulo (provavelmente o Correio Paulistano) que informou sobre quem representavam os presentes ao seu enterro: o representante da União Espírita do Estado de São Paulo, de uma família protestante, do grupo Luz e Caridade e da Loja Estrella Oeste; e sobre as homenagens das coroas: da Loja Maçônica de Ribeirão Preto, da Estrela d’Oeste de Ribeirão Preto, da Loja 7 de setembro e de uma família protestante. “Por aqui se pôde fazer um juizo das idéas de Analia Franco. Que Deus lhe perdôe os pecados”.

Sabe-se que, logo após sua morte, houve mudanças nos Estatutos da AFBI, como informa o jornal Correio Paulistano, de 17 fev. 1919, p. 02, sobre a realização, no dia anterior a esta publicação, de uma sessão especialmente convocada para discutir a reforma do Estatuto que seria realizada na assembleia do próximo dia 23, já ficando resolvido facilitar a entrada para o quadro social de todos os que quisessem fazer parte desta instituição, acrescentando que abriga mais de 1.500 crianças pobres. E na edição de 22 mar. 1919, p. 01, é comunicado o nome da nova diretora, a sra. d. Rosina Nogueira Soares. E o nosso recorte temporal limita-se até a data do falecimento dela, portanto não prosseguiremos com maiores informações sobre a situação da AFBI após esse período.

2.1 PROFESSORA DE PRIMEIRAS LETRAS NO INTERIOR E CAPITAL

Nas pesquisas realizadas em periódicos digitalizados do site da Biblioteca Nacional Digital, encontra-se o seguinte percurso, pelas cidades do interior do Estado de São Paulo, os locais e datas que Analia lecionou como professora de primeiras letras, entre outras funções: Guaratinguetá, até 1875, Jacareí, 1875 a 1876, São Paulo, 1877 a 1878 (para cursar o primeiro ano do magistério), volta a Jacareí, 1878 a 1880, São Carlos, 1882 a 1885, Cotia, 1885 a 1887, Taubaté, a partir de 1887, e em São Paulo, 1895 em diante, conforme ilustrado na rota do mapa abaixo.

FIGURA 1: ROTA DAS CIDADES QUE ANALIA LECIONOU



Fonte: Elaborada pela própria autora, a partir do mapa de rotas do *google maps* (<https://www.google.com.br/maps>).

O mapa acima ilustra o roteiro das cidades onde Analia atuou como professora no final do século XIX, sendo que Guaratinguetá, Taubaté e Jacareí fazem parte do Vale do Paraíba, região que nesta época estava em franco crescimento econômico devido à expansão da produção cafeeira, um fator de justificativa do crescimento da criação de escolas nas fazendas desta área, e a necessidade da contratação de professores, como vem elucidado a seguir.

2.1.1 A expansão cafeeira

Sobre a questão socioeconômica, a produção cafeeira foi a atividade agrícola que se destacou neste período, seu grande avanço se deu de 1821 a 1900, deslocando-se para o Centro-Sul do país, crescendo consideravelmente com o surgimento da produção para exportação desde as primeiras décadas do século XIX.

O Vale do Rio Paraíba, estendendo uma parte para o Rio de Janeiro, apresentava melhores condições pela disponibilidade de terra virgem e do clima favorável a este tipo de agricultura, para a sua grande expansão em níveis comerciais, devido à proximidade com o porto do Rio de Janeiro e de Santos, facilitando o escoamento do produto, e para obtenção de crédito e compra de mercadorias, como afirma o historiador Boris Fausto (1995). Os grandes fazendeiros do vale do Paraíba receberam benefícios do poder central (como a concessão de títulos de nobreza), pois para implantar uma fazenda de café, o fazendeiro tinha de fazer investimentos que incluíam a derrubada da mata, o preparo da terra, o plantio, as instalações e a compra de escravos, portanto a Lei do Ventre Livre estava em oposição aos fazendeiros, sendo que nesse período boa parte da expansão do tráfico de escravos se deveu às necessidades da lavoura do café, por isso que a maioria dos cativos foi enviada para as lavouras cafeeiras do vale do Paraíba ou ficou no Rio de Janeiro até a supressão do tráfico:

O suprimento de cativos após 1850 se deu através do tráfico interprovincial, sob a triste forma da transferência forçada de escravos de uma região para outra. Entre 1864 e 1874, o número de escravos no nordeste declinou de 774.000 (45% do total de escravos existentes no Brasil) para 435.687 (28% do total). No mesmo período, nas regiões cafeeiras, a população escrava aumentou de 645 mil (43% do total de escravos) para 809.575 (56% do total) e só na província de São Paulo o número de cativos dobrou, passando de 80.000 a 174.622 (FAUSTO, 1995, p. 204).

O autor relata que a economia do Oeste Paulista deu origem a uma nova classe denominada *burguesia do café* que, num processo de muitas décadas, ocorreu a acumulação de capitais, diversificação da economia, formação de um mercado de terras, de produção e de consumo, como resultado da produção cafeeira e, então, foi se combinando com investimentos em ferrovias, bancos e no comércio. A expansão do café gerou uma rede de núcleos urbanos que se tornou centros de pequena produção industrial e de consumo de 1858 a 1880: Jaú, Ribeirão Preto, Barretos, São José do Rio Preto e Bauru.

Além das cidades citadas acima, destaca-se uma grande fazenda em Guaratinguetá, do coronel Virgílio Rodrigues Alves, irmão do que viria a ser o presidente da República, que se associou a parentes para plantar café em São Manuel e em Piratininga, justificando o percurso pelo Vale do Paraíba onde Anália foi professora de primeiras letras, iniciando por Guaratinguetá em 1875.

A partir de então chega a massa de imigrantes, diversificando a economia de forma decisiva; a imigração para as zonas cafeeiras de São Paulo começa no Segundo Reinado mas, principalmente, nos anos posteriores à proclamação da República, havendo uma retomada dos esforços para atrair imigrantes a partir de 1871, renunciando a aprovação da Lei do Ventre Livre. Fausto (1995) apresenta os seguintes dados:

O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas. Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período 1887-1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Esta concentração se explica, em entre outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café (...) O Estado de São Paulo se destacou no conjunto, concentrando sozinho a maioria de todos os residentes estrangeiros no país (52,4%). Essa preferência se explica pelas facilidades concedidas pelo Estado (passagens, alojamento) e pelas oportunidades de trabalho abertas por uma economia em expansão (p. 207).

Nos primeiros anos da imigração em massa para o Estado de São Paulo, os imigrantes submetiam-se às mesmas duras condições gerais de tratamento dos trabalhadores no país, equivalendo praticamente a dos escravos, comprovado pelo grande número dos que acabaram voltando ao país de origem, pelas queixas dos cônsules e as medidas tomadas pelo governo italiano.

Quanto à educação, o autor apresenta alguns aspectos do Brasil em sua primeira fase como país independente, entre 1822 e 1890: “Os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres” (FAUSTO, 1995, p. 237), completando que somente 16,85% da população entre 6 e 15 anos frequentavam escolas e apenas 12.000 alunos estavam matriculados em colégios secundários. Este era a

realidade vivida por Analia nos anos iniciais e subsequentes do seu magistério, por isso a sua luta pela necessidade da instrução ao alcance de todos, no contexto do desenvolvimento do capitalismo, do processo de industrialização e do crescimento dos polos urbanos.

O autor completa que, paradoxalmente, um número de 8000 pessoas tinha educação superior no país, um grande abismo entre a elite letrada e a grande massa de analfabetos e de gente com educação rudimentar. O Brasil continuava a ser um país essencialmente agrícola: 80% da economia estava voltada ao setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% à indústria, desde as últimas décadas do século XIX até 1930.

Quando Analia volta para São Paulo e lá estabelece a AFBI para a criação de escolas na capital e no interior, justifica-se por outro fenômeno importante destacado por Boris: a urbanização, especialmente o grande crescimento na capital do Estado de São Paulo, pelo afluxo de imigrantes e dos que saíram das atividades agrícolas. A cidade oferecia, como afirma Fausto (1995) espaço livre “ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados ‘mestres italianos’, aos profissionais liberais. Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico” (p. 285). A partir de 1886, São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado, “a grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, o período em que a população paulistana passou de 64.934 para 239.820 habitantes” (p. 286). Era na capital paulista a sede dos maiores bancos e os principais empregos burocráticos, e o grande centro distribuidor dos produtos importados, o elo entre a produção cafeeira e o Porto de Santos.

2.1.2 De Guaratinguetá a São Paulo

Nos primeiros registros encontrados sobre a sua atividade pedagógica consta que, até o ano de 1875, ela lecionava em Guaratinguetá e, nesse ano, mudou-se para Jacareí para assumir a cadeira criada naquela cidade, de acordo com uma publicação⁹, na coluna “Noticiário Geral”, sobre os atos da presidência, por despacho do dia 15 de abril

⁹ Jornal Correio Paulistano, de 17 de abril de 1875, edição 05565, p. 02.

de 1875, concedendo à professora de primeiras letras de Guaratinguetá, Analia Emilia Franco, a remoção para a 3ª cadeira criada na cidade de Jacareí.

Confirma-se, não só a Analia como professora da cidade de Jacareí em 1875, mas a precariedade da condição da escola pela necessidade de mobília¹⁰, na coluna “Parte Oficial” – Expediente da presidência – 1ª seção, dia 02, comunicando à professora pública de primeiras letras de Jacareí, d. Analia Emilia Franco, que fora providenciado os móveis e utensílios necessários à sua escola.

Do mesmo modo, na edição de 30 de março de 1876¹¹, na seção “Noticiário”, sobre a cidade de Jacareí do jornal “Jacarehyense”, consta que Anália era professora nesta cidade e que sua mãe era a diretora do colégio de meninas: “a professora de primeiras letras dessa cidade, a sra. d. Analia Franco tem em mãos uma comédia e um drama já quasi concluídos, com os quaes pretende solemnizar o aniversário da fundação do collegio de meninas dirigido por sua mãe”, e seriam representados por suas discípulas no teatro dessa cidade.

Com a reabertura da Escola Normal de São Paulo, em 1877, ela vai para a capital cursar o magistério, com autorização do inspetor geral da instrução pública que mandou matricular a professora pública da cidade de Jacareí, Analia Emilia Franco, no 1º ano da escola normal, com o respectivo ordenado, de acordo com a publicação no jornal “Diario de S. Paulo”¹².

No final deste ano, Analia presta o exame e é aprovada, conforme consta na seção “Noticiário”¹³, que traz a informação sobre o início dos exames da Escola Normal, em 17 de dezembro de 1877, dos alunos-mestres, citando os nomes da comissão examinadora do segundo e do primeiro ano, no qual o seu nome “D. Amalia Emilia Franco” (nota-se o erro na grafia do seu nome, como dissemos anteriormente) aparece, em segundo lugar pela ordem alfabética, como *aprovada plenamente* no primeiro ano. E na edição de 29 de dezembro de 1877, o texto com o título “A exma. sra. d. Amalia Franco”, assinado por “Justus”, faz um destaque elogioso, informando que Analia,

¹⁰ Jornal Diario de S. Paulo, de 07 de setembro de 1875, edição 2938, p. 01.

¹¹ Jornal A Província de São Paulo (atual O Estado de S. Paulo), p. 03. Exatamente o mesmo texto é publicado na edição 94, de 03 de abril de 1876, na p. 02, do jornal O Globo (RJ), na coluna “Mala do Interior”, sobre o que consta no *Jacarehyense*.

¹² Edição 3368, de 08 de março de 1877, na coluna “Parte Oficial” – Expediente da presidência – 2ª seção.

¹³ Jornal A Província de São Paulo, de 01 de janeiro de 1878, p. 02.

professora da cadeira da cidade de Jacareí, realizou o exame do primeiro ano da Escola Normal de forma “brilhante”, revelando uma “inteligência digna de apreço”.

No ano seguinte, em 1878, a Escola Normal foi interrompida (reaberta posteriormente pela Lei nº 130, de 25/4/1880), e Analia não pôde dar continuidade aos seus estudos, mas a lei nº 880, de 6 de outubro de 1903¹⁴, equiparou aos normalistas os alunos que haviam sido aprovados nas matérias do 1º ano e estavam matriculados no 2º ano, e que tivessem exercido o magistério primário em grupos escolares ou escolas isoladas públicas do Estado. Assim, Analia pôde obter a mesma condição dos diplomados.

De volta a Jacareí é publicado na imprensa uma nota escrita por ela sobre sua partida¹⁵ de São Paulo, com o título “Despedida”, datada de 16 de maio de 1878, informando que, de partida para a cidade de Jacareí, Analia usa esta “folha” para despedir-se, já que não pôde fazê-lo pessoalmente, dos seus dignos professores e amigos, bem como de todos os normalistas seus colegas, oferecendo-lhes os seus préstimos em Jacareí. E em 1880, a pedido da própria Analia, ela é exonerada do emprego de professora pública da 3ª cadeira da cidade de Jacareí¹⁶.

A partir de 1882, há propagandas¹⁷ sobre o “Collegio Santa Cecilia” para meninas, em São Carlos do Pinhal (atual cidade de São Carlos), uma escola diferenciada das outras que ela tinha trabalhado até então (possivelmente pela condição de diplomada pela Escola Normal), onde, além de professora, Analia foi também diretora, com informações sobre o ano de fundação, o currículo dos cursos primário e secundário, os valores¹⁸ trimestrais para internos e externos de ambos os cursos, os acréscimos e descontos e o período de férias, de acordo com a figura 2.

¹⁴ Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1903/lei-880-06.10.1903.html>. Acesso em 30 nov. 2018.

¹⁵ Edição de 18 de maio de 1878¹⁵ do jornal “A Província de São Paulo”, p. 02, na coluna “Seção Livre”.

¹⁶ Jornal Correio Paulistano (SP), edição 07022, de 23 de abril de 1880, na coluna “Noticiário”, título “Actos da presidência”, em 20 do corrente.

¹⁷ Jornal A Província de São Paulo, nas edições de 20, 21 e 28 de setembro de 1882, todos na p. 03.

¹⁸ Para uma noção aproximada (pois com os períodos de inflação não se pode ter um valor exato) do valor monetário deste período, foi utilizado o acervo do site do jornal Estadão como uma ferramenta para conversão do valor de referência, baseado apenas nos preços do jornal da época, sem considerar o poder de compra dos consumidores, por exemplo: em 20 de setembro de 1882, o valor do número avulso deste jornal era de Rs 60 (sessenta réis). O valor atual do jornal é de R\$ 5,00 (cinco reais). Dividindo 5 por 60, resulta em Rs 1 (um réis) = R\$ 0,08 (oito centavos de reais). No Collegio Santa Cecilia, o valor do curso

FIGURA 2 – DIVULGAÇÃO DO COLLEGIO SANTA CECILIA SOB DIREÇÃO DE ANALIA

COLLEGIO SANTA CECILIA
PARA MENINAS
Em S. Carlos do Pinhal

Este modesto estabelecimento de educação, fundado a 3 de julho do corrente, em um dos mais aprasíveis e saudáveis pontos da cidade de S. Carlos, oferece não só as condições desejáveis para a educação physica, moral e intellectual das suas alumnas, como também a maior modicidade possível nos preços, collocando-o ao alcance de todos aquelles que desejam ás suas filhas uma instrução solida e proficua educação.

O collegio divide-se em dois cursos : primario e secundario.

As materias do curso primario são : Leitura, calligraphia, grammatica portugueza, arithmetica, costura, tecidos de malha, crochel, bordado, tapeçaria.

O curso secundario abrange as materias seguintes :

Portuguez, francez, inglez, allemão, geographia, historia, desenho, piano e canto ; bordado a matiz, a ouro, flôres artificiaes, trabalhos de missangas e todas as obras de mero recreio.

Todas estas materias são leccionadas por professoras habilitadas e com longa pratica do magisterio.

As condições de admissão são :

| | |
|----------------------------|-----------------------|
| Internos, curso primario | 75\$000 por trimestre |
| Externos, " " " | 25\$000 " " |
| Internos, curso secundario | 93\$000 " " |
| Externos, " " " | 50\$000 " " |

Pelos ensinos de inglez, allemão historia e desenho pagar-se-ha mais 30\$ trimensalmente por cada alumna.

As pensões para internas serão pagas com um abatimento de 20 % desde que sejam duas.

Pela lavagem e engomado da roupa pagar-se-ha 12\$ per trimestre.

As férias do collegio, que segundo o programma estabelecido, deveriam ser em dezembro, ficam transferidas para março.

Analia Emilia Franco,
DIRECTORA.

40 - 2

Fonte: Acervo digital do jornal O Estado de S. Paulo, de setembro de 1882.

<https://acervo.estadao.com.br/>

Nota-se neste anúncio o oferecimento da educação física, moral e intelectual, três princípios básicos da educação sempre defendidos por Analia, seguido do conteúdo curricular dos cursos, incluindo o ensino das habilidades manuais, e o ensino de línguas, história e desenho com acréscimo de valor. Oferece desconto para a pensão de duas internas e acréscimo de valor para lavagem e engomado de roupa. Por todas essas informações pode-se inferir que este colégio era destinado a um público de melhores condições econômicas e, portanto, Analia também teve experiência de trabalho em escolas particulares.

Na edição de 27 de fevereiro de 1883¹⁹, com o título “S. Carlos do Pinhal”, encontra-se uma crítica elogiosa de uma nova peça dramática *O chefe dos Anambés*, escrita por Analia, diretora do Collegio Santa Cecilia, para ser apresentada pelas alunas

primário por trimestre para interno era de Rs 75\$000 (setenta e cinco mil réis) multiplicado por 0,08, equivaleria, atualmente, a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

¹⁹ Jornal A Província de São Paulo, p. 01.

deste colégio. O autor (desconhecido) deste texto relata a precocidade da vocação de Analia e seu grande conhecimento dos efeitos cênicos e que se espera, no palco, um “êxito brilhante” na interpretação das alunas. Afirma ainda que, à primeira vista, o assunto parece extremamente simples, com lances dramáticos verdadeiramente interessantes e bem arquitetados, e os “caracteres têm alguns traçados com bastante relevo, outros pouco mais que bosquejados”, o que o autor considera um defeito “ligeiro”, que pode ser corrigido se “resolver-se confiar a peça á luz da publicidade” como ele pede e aconselha. Ele considera Analia como uma autora talentosa, pois já escreveu várias composições dramáticas que “têm sido lidas com geral applauso dos poucos que as conhecem”. E termina dissertando sobre a exposição dos autores dramaturgos às críticas e parabenizando “á estudiosa brasileira pela sua mimosa producção”.

Em outro jornal, o “Almanach Provincia de São Paulo”²⁰, de 1885, informa sobre a cidade de São Carlos, SP, na qual Analia e sua mãe, Teresa Emilia Franco, constam como professora na lista do corpo docente do Collegio Santa Cecilia, abaixo das informações que esta escola, de instrução primária e secundária para meninas, foi fundada em 05 de julho de 1882, sob a direção da normalista D. Analia Emilia Franco, e na ocasião estava sendo construído um edifício próprio com a subscrição dos pais de alunas e algumas “pessoas generosas” (ou seja, de iniciativa particular), e que contava com um total de 35 alunas.

Posteriormente, ela leciona em Cotia, conforme é publicada, em 27 de maio de 1885²¹, a sua nomeação para reger a cadeira pública da “villa da Cotia”. E no dia 29 de maio de 1886²² foi publicada a concessão de 3 meses de licença para “Analia Emilia Franco professora da Cotia” tratar de sua saúde. Em outro jornal²³, de 12 de setembro de 1886, na seção “Noticiário”, com o título “Despachos da presidência”, há um extrato dos despachos proferidos pelo governo da província, da atribuição da Analia Emília Franco como professora da 1ª cadeira de Cotia – como ela havia requerido.

²⁰ Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial (SP), publicado de 1884 a 1888. Esta é a edição 003, ano 1884/1885, p. 490.

²¹ Jornal Correio Paulistano (SP), edição 08628, p. 02.

²² Jornal Correio Paulistano (SP), edição 08928, p. 02.

²³ Jornal A Província de São Paulo, p. 03.

E no ano seguinte, ela passa a lecionar em Taubaté, conforme a publicação²⁴ de 21 de agosto de 1887: “a sra. d. Analia Emilia Franco, professora de instrução primária da cadeira da villa da Cotia, passou a reger, por meio de permuta, uma das cadeiras da cidade de Taubaté”, e, além de ter informado a permuta, a qualidade de seu trabalho já era reconhecida, pois continua com um comentário elogioso, “A sra. d. Analia Franco é uma distinta professora, que, estamos certos, muitos e bons serviços prestará no magisterio, áquella importante cidade”. Três dias depois, no mesmo jornal²⁵, na coluna “Requerimentos despachados”, é informado que foi impetrada a licença para as respectivas cadeiras, de Maria José de Toledo Aymberé, professora do Alto de São José, em Taubaté, e Analia, professora da Cotia, como requerem. Essa mesma informação também é publicada no jornal “A Província de São Paulo”²⁶, na seção “Atos Oficiais”. E na coluna “Offícios despachados”²⁷, do dr. diretor da instrução, comunicando que Analia assumiu o exercício da cadeira do bairro de São José em 20 de outubro último.

O seu drama *O chefe dos anambés* também foi prestigiado na publicação do jornal “Echo das Damas”²⁸, de 04 de janeiro de 1888, elogiando o talento e instrução de Analia, professora em “Taubaté”, cujo tema moral da obra é o amor sublime de mãe, e a “illustrada escriptora Analia Franco, foi feliz, revelando-se com primor nas paginas desse seu drama...”.

Analia teria participado na preparação de uma festa religiosa na cidade de São Carlos, pois na edição de 29 de junho de 1893 do jornal “O Estado de S. Paulo”, p. 02, na coluna “Seção Livre”, com o título “São Carlos do Pinhal”, sobre as informações da solenidade do Mês Mariano naquela cidade, destacada como a festa religiosa mais popular dos São-Carlenses, descreve as atividades festivas e nomes dos participantes dos hinos, solos, sermões. E que o andor da Santa Virgem foi “caprichosamente preparado pela propecta professora d. Analia Franco”.

Em 1895 ela já estava de volta a São Paulo, como regente de escolas públicas do 2º distrito, na notícia sobre a inspeção das escolas públicas por autoridades, relatando que

²⁴ Jornal Correio Paulistano (SP), edição 09291, p. 02.

²⁵ Jornal Correio Paulistano (SP), edição 09293, 24 de agosto de 1887, p. 01.

²⁶ Em 24 de agosto de 1887, p. 01.

²⁷ Jornal Correio Paulistano (SP), edição 09328, 05 de outubro de 1887, p. 01. Nota-se que a data da publicação do jornal é anterior ao comunicado.

²⁸ Jornal Echo das Damas: Orgão dedicado aos interesses da Mulher (RJ) – 1879 a 1888. Edição 11, 04 janeiro de 1888, p. 02.

estas se agradaram da visita por causa do bom desempenho dos alunos, de acordo com o Correio Paulistano de 30 ago. 1895, na coluna “Telegrammas”, da primeira página, sob o título “Visitas escolares”, onde é informado que o sr. dr. Alfredo Pujol, secretário do interior, acompanhado dos inspetores literários da capital, havia visitado no dia anterior as escolas públicas do 2º distrito, regida por d. “Amalia” Emilia Franco, entre outros nomes de professores, e que nas duas primeiras escolas eles assistiram a exercícios sobre desenho geométrico, leitura, geografia, história natural, noções de química e física, ginástica, canto, etc., e que o dr. Secretário felicitou aos professores pela disciplina e aproveitamento que notou nos seus alunos.

Dois anos depois ela mudou de distrito, como consta no Almanak do Estado, do ano de 1897, p. 38, que Analia era professora do 8º distrito, no Largo do Arouche, 56. E, a partir da p. 35, apresenta-se as divisões distritais do Ensino Primário, segundo o decreto número 330 de 18 de janeiro de 1896²⁹.

E desde então ela permaneceu nas escolas desta região (inclusive foi o bairro onde ela fundou a sede da AFBI), como noticiado no jornal O Estado de S. Paulo³⁰, com o título “Festas escolares”, sobre a realização, naquela data, dos exames da escola feminina do largo do Arouche, com resultados “magníficos” e, nos intervalos, as alunas cantaram “formosos hinos da dedicada professora d. Analia Franco”.

Analia fazia parte da “Associação Beneficente do Professorado Público do Estado”, conforme a edição do dia 04 de fevereiro de 1902, na p. 02, informando que havia sido realizada, no dia 02 de fevereiro de 1902, a 14ª seção da direção desta sociedade em que Analia foi eleita mordoma para o mês de junho daquele ano.

Ela obteve uma licença de dois meses, publicada no jornal Correio Paulistano, de 16 abr. 1904, p. 02, na coluna “Nota”, em que o sr. Secretário do Interior e da justiça concedeu a Analia, professora do 8º distrito, dois meses de licença. E na edição de 22 de junho do mesmo ano, p. 04, na coluna “Secretaria da Camara Municipal”, expediente do dia 20 de junho, informa que foi comunicado à Secretaria do Interior que a professora da

²⁹ Fica o Estado dividido em 40 distritos literários: 1º Sul da Sé, 2º Norte da Sé, 3º Sul da Sé, 4º Norte da Sé, 5º Sul da Sé, 7º Norte da Sé, 8º Consolação, 9º Consolação, 10º Consolação, 12º Santa Efigênia, 13º Santa Efigênia, 14º Santa Efigênia, 15º Brás, 16º Brás, 17º Brás, 18º Santa Efigênia, 19º Consolação, 20º Sul da Sé, 22º Consolação. E na sequência apresenta a divisão do 2º ao 40º distrito de todas as cidades do litoral e interior do Estado.

³⁰ de 07 de dezembro de 1900, p. 02, na seção “Notícias Diversas”.

escola do oitavo distrito reassumiu o exercício no dia 18 do corrente, por ter terminado a licença que lhe havia sido concedida. Portanto mesmo dirigindo a AFBI e atuando em suas atividades, ela também trabalhava como professora municipal.

2.2 ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUTIVA DE SÃO PAULO - AFBI

Aos 17 novembro de 1901 foi realizada a assembleia geral para aprovação dos estatutos da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, criada por Anália Franco, com sede na cidade de São Paulo, no Largo do Arouche, n^os 58 e 60, e, por meio desta, foram fundadas escolas maternais e elementares, asilos, creches, liceus, escolas noturnas e oficinas profissionalizantes, na capital paulista (grupos de escolas reunidas e escolas isoladas) e no interior, no Rio de Janeiro, além da Colônia Regeneradora e de grupos artísticos.

Todas estas instituições foram estabelecidas objetivando, acima de tudo, a prática do amor e ajuda ao próximo com o suprimento de alimento e instrução a todos sem distinções, de acordo com as regras de funcionamento da AFBI. Alguns extratos dos principais estatutos da Associação foram publicados no Diário Oficial³¹, órgão de imprensa do governo que divulga as decisões e comunicados oficiais, e que são reproduzidos a seguir:

- Artigo 1^o, sobre a localização da sede (na capital do Estado de S. Paulo), o número indeterminado de sócias, sem distinção de nacionalidades e seitas, e residentes na cidade;
- Artigo 3^o, das finalidades da Associação que seriam, principalmente, distribuir o pão, a educação e o amor, abrangendo todos os credos e classes sociais e, no parágrafo 2^o, sobre aulas no modelo francês³² às crianças de 2 a 7 anos de ambos os sexos, para o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual;

³¹ Arquivo digital do site da Imprensa Oficial, do dia 27 de janeiro de 1903, p. 218, na seção “Publicações Particulares”.

³² No processo da revolução francesa surgiu a proposta de educação pública, gratuita, laica, universal e obrigatória, e o direito de toda criança ser adequadamente preparada para a vida (MELO, 2011).

- Artigo 6º, trata da composição administrativa da associação, que seria de oito senhoras (nota-se que é permitido apenas às mulheres a participação nos cargos oficiais) eleitas anualmente, para os cargos de presidente, vice-presidente, 1ª e 2ª secretárias, 1ª e 2ª tesoureiras e duas auxiliares;
- e o Artigo 29 estabelece que as associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade ou representantes, sendo estas satisfeitas pelos bens sociais.

De acordo com os registros encontrados, foram mais de 40 instituições educacionais criadas e dirigidas por Analia, na capital e no interior, por meio da AFBI, em parceria com vários segmentos da sociedade, inclusive da maçonaria, dos governos municipais e estaduais, de entidades beneméritas e muitos outros voluntários, como está especificado no capítulo 4 deste trabalho.

2.2.1 Grupo dramático e musical

Com o objetivo de angariar recursos para a subsistência dos estabelecimentos filantrópicos educacionais fundados pela Associação, Analia criou grupos artísticos, como o Grupo Dramático-Musical do Asilo e Creche da AFBI, grupos teatrais, orquestras e a Banda Musical Feminina “Regente Feijó” da Colônia Regeneradora “D. Romualdo”, sendo que a maioria das peças representadas era escrita pela própria Analia. Estes grupos musicais e dramáticos compostos pelos(as) alunos(as) (predominância feminina) das escolas da AFBI percorreram todo o Estado de São Paulo e Estados vizinhos, cujas apresentações artísticas eram, além de uma programação cultural e artística na cidade, também aconteciam por ocasião dos exames finais, pois estes eram um evento festivo e de exibição dos talentos e habilidades para as artes.

Por ordem de publicação no jornal “O Estado de S. Paulo”, a seguir há uma relação das notícias das atividades deste grupo, cujas exhibições compreendem desde o final do ano de 1910 até abril de 1917, com apresentações nas seguintes cidades, entre a capital, interior do Estado de São Paulo e interior do Estado de Minas Gerais: São Paulo, Santos, São Vicente, Jundiá, Dourado, Itápolis, Ribeirão Bonito, Guaranésia (MG), São José do Rio Pardo e Ribeirão Preto, sendo que em algumas delas houve mais de uma apresentação

em diferentes ocasiões, e em todas é relatado que os espetáculos eram calorosamente aplaudidos pela excelência no desempenho dos participantes.

- São Paulo³³ - o Asilo e Creche D. Genebra Barros, localizado na rua dos Estudantes, 76, realizou no dia 25 de dezembro de 1910, ao meio dia, a festa do encerramento das aulas, com grande concorrência, tendo a seguinte programação: parte 1 – Overture, Valsa, “Supplication”, pela orquestra do Asilo (com os nomes das alunas); parte 2 - a comédia “O presunçoso”, em 1 ato (com os nomes dos personagens e atores); parte 3 – uma polca “Che Ridere”, pela mesma orquestra; parte 4 – o intermezzo “Meninas senhoras”, escrito por Analia e com a citação dos nomes de todos os personagens e atores; parte 5 – mazurca “Dhalma”, pela orquestra novamente; parte 6 - o drama “A neta vaidosa”, em dois atos, escrito por Analia (com os nomes dos personagens e atores); parte 7 – a orquestra apresenta “Em família”; e parte 8 – a peça “As três virtudes”, escrita por Analia, com o nome das alunas que representaram a Esperança, a Caridade, a Fé, e as Enjeitadas.
- Santos e São Vicente³⁴ – são listados todos os nomes das alunas e senhoritas do grupo dramático e musical, do diretor, Sr. Professor E. Bourdot, e dos instrumentos musicais do grupo (requinta, clarinetes, pistões, trompas, trombones, bombardino, baixos, caixa, pratos, bumbos, violinos, violoncelo, contrabaixo, flauta, clarinete, pistão, trombone e bateria). Informou que o primeiro espetáculo seria “no theatrinho do Real Centro Portuguez com o drama ‘A Feiticeira’”.
- Santos³⁵ – No dia 08, às 14h00, no Teatro Guarany, seria realizado o terceiro festival com o seguinte programa: 1ª parte: a banda musical feminina Regente Feijó da Colônia Regeneradora D. Romualdo executaria diversas peças do seu repertório, sob a regência do maestro E. Bourdot, e na 2ª parte, o hino nacional e o hino da independência. Na 3ª parte seria apresentado o drama “A Feiticeira”, escrito por Analia, em 3 atos, informando os nomes dos atores e seus papéis.

³³ 27 dez. 1910, p. 06.

³⁴ 17 ago. 1913, p. 06, na coluna “Notícias do interior e litoral do Estado” - pelo telégrafo e pelo telefone, da cidade de Santos, dia 16.

³⁵ 07 set. 1913, p. 08, “Notícias do interior e litoral do Estado” (pelo telégrafo e pelo telefone), da cidade de Santos, dia 06.

- Santos³⁶ - seria realizado no domingo seguinte, dia 21, a programação: 1ª parte – a banda musical feminina Regente Feijó da Colônia Regeneradora D. Romualdo executaria diversas peças do seu repertório, sob a regência do maestro E. Bourdot. 2ª parte – o drama “A rainha cigana”, em 3 atos, escrito por Analia, e a comédia “Uma experiência”, em 1 ato.
- Jundiáí³⁷ - festival no teatro Polytheama pelo grupo dramático do Asilo e Creche D. Analia Franco, com a representação do drama em 3 atos “A feiticeira”, e que ao finalizar “uma ovação uníssona se fez ouvir na vasta sala”. A comédia “Choro ou rio?”, que “trouxe a plateia presa a riso interminável”. O grupo musical do asilo se apresentou nos intervalos “merecendo farto aplausos”. A notícia diz que esse mesmo grupo havia executado algumas peças musicais no jardim público naquela tarde e que, apesar da “ingratidão do tempo então reinante a assistência coroou de palmas as pequenas musicistas e ao seu dedicado professor sr. E. Bourdot”. Ao final foi informado que Analia permaneceria em Jundiáí durante a semana, pois pretendia dar um novo festival no domingo seguinte e instalar, em breve, o asilo e creche em Jundiáí, pois já havia alugado um bom prédio à rua Rangel Pestana. 25 de novembro de 1913, o grupo dramático feminino da colônia regeneradora D. Romualdo daria mais um espetáculo em Jundiáí, atendendo a insistentes pedidos.
- São Vicente³⁸ – Por ocasião da inauguração do Asilo e Creche, realizou-se as festividades no Rink Vicentino, no dia 04, pelas crianças do asilo, com a seguinte programação em cinco partes: 1ª parte – Overture, Saudação a Deus, soneto “A Caridade”, Saudação aos Vicentinos, poesia “A Órfã” e “O Som do Clarim”; 2ª parte – comédia “A Creche”, poesia “A Enjeitada”, diálogo “A Pátria”, comédia “As Vogais”, diálogo “As Três Gotas” e “Entre Flores”, canto “O Xiribiribi”; 3ª parte – comédia “A Semana”, comédia “A Caipira”, canções “As Barquinhas”, “Missa do Galo” (e uma terceira canção com o nome ilegível); 5ª parte, comédia “Amor aos netos”, terminando com o hino Regente Feijó, letra de Analia Franco e música de E. Bourdot, pela banda Feminina Regente Feijó.

³⁶ 19 set. 1913, p. 04, coluna “Notícias do interior e litoral do Estado” - pelo telégrafo e pelo telefone, da cidade de Santos, dia 18.

³⁷ 05 nov. 1913, p. 07, seção “Notícias do Interior”.

³⁸ 05 abr. 1914, p. 02, na coluna “Notícias do interior e do litoral do Estado” - pelo telefone e pelo telégrafo, da cidade de Santos, dia 04.

- São Vicente³⁹ - quermesse às 16h00 com seis barracas artísticas: Imprensa, Comércio, Indústria, Instrução, Lavoura e Arte. Apresentação da Banda Feminina Regente Feijó. Às 20h00 realizou-se uma sessão solene na sede do Asilo, com discurso pelo Dr. Galeão Carvalho Filho sobre “a philanthropica obra que se inaugurou sem S. Vicente, fallando sobre a caridade que há tempos vem sendo propagada pela sra. d. Analia Franco”. Após a sessão, a quermesse “se prolongou até alta noite”.
- Jundiaí⁴⁰ – no dia 15, no teatro Polytheama, o grupo dramático da AFBI levaria à cena o drama “A Feiticeira” e a comédia “Choro ou rio?”, em benefício das órfãs do asilo e creche daquela cidade; sobre a apresentação da banda musical da AFBI no jardim público, “um agradável concerto, que foi muito applaudido, indo depois abrilhantar a sessão cinematographica no Polytheama, onde foi igualmente merecedora de applausos”.
- Dourado⁴¹ - sobre a chegada, no dia 11, do Grupo Dramático e Musical da AFBI, e que, ao chegar à estação local, “a banda de musica feminina regida pela alumna senhorita Nathalia Novellino executou algumas peças do seu apreciado repertorio, as quaes agradaram muito”. Este grupo já havia dado três espetáculos naquela cidade e que foi um verdadeiro sucesso. É destacada a aluna Maria de Lourdes, de apenas sete anos de idade, que ganhou uma medalha de ouro em Bariri por um grupo de rapazes amadores, e que “tem sido vibrantemente aplaudida, mórmente na cançoneta ‘O Arara’, que diz com muita graça e naturalidade”. A nota informa, no final, que a cidade concorreu em massa para apreciar esse trabalho “das inteligentes alumnas do grupo, auxiliando assim tão útil instituição”.
- Itápolis, edição de 01 de maio de 1916, p. 07 – o grupo dramático e banda musical compostos de órfãos do asilo de Analia havia chegado a Itápolis, vindo de Dourado, e que foram recebidos, na gare da Douradense, onde desembarcaram, com grande massa do povo e pela corporação “Victor Manuel III”. E esse mesmo grupo se apresentaria no “Odeon” com o drama “A Feiticeira”. E que a empresa do circo de touros, de propriedade dos srs. Ribas & Comp., realizaria no domingo seguinte uma corrida em benefício dos órfãos do asilo dirigido por Analia.

³⁹ 07 abr. 1914, p. 04, na coluna “Notícias do interior e do litoral do Estado” (pelo telefone e pelo telégrafo).

⁴⁰ 17 jan. 1915, p. 06, na coluna “Notícias do interior e do litoral do Estado” - pelo telégrafo e pelo telefone.

⁴¹ 21 abr. 1916, p. 06, na coluna “Notícias do interior e do litoral do Estado” - pelo telégrafo e pelo telefone.

- Ribeirão Bonito⁴² – informa que o grupo dramático “Analia Franco”, composto de 30 senhoritas e de uma banda e orquestra femininas, percorreu o interior do Estado angariando donativos para o asilo que possuía cerca de 400 órfãos, e que no sábado seguinte o grupo estrearia no salão do “Electro Cinema”.
- Guaranésia⁴³ - esteve por 15 dias nesta cidade, dando uma série de espetáculos com sucesso, o Grupo Dramático e Musical da AFBI, dirigido pela educadora Analia Franco. A edição de 25 de fevereiro de 1917, avisou que o Grupo Dramático e Musical da Associação Feminina Beneficente “Anália Franco” seguiu para a cidade vizinha de São José do Rio Pardo após duas séries de espetáculos de grande sucesso na cidade de Guaranésia.
- Ribeirão Preto, 30 de abril de 1917 - no domingo, dia 29, “a ‘troupe’ musical e dramática Analia Franco dará mais um espetáculo no teatro Carlos Gomes”.

Nas informações noticiadas em O Estado de São Paulo referentes às atuações musicais e artísticas dos educandos das escolas da AFBI, há uma variedade de termos usados para nominar esses grupos de arte como, por exemplo, banda e orquestra femininas, orquestra do Asilo, orquestra da Colônia Regeneradora D. Romualdo, orquestra feminina da Colônia Regeneradora D. Romualdo, banda de música feminina, banda feminina Regente Feijó, banda musical feminina Regente Feijó da Colônia Regeneradora D. Romualdo, banda musical da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, grupo dramático e musical, grupo dramático feminino da colônia regeneradora D. Romualdo, Grupo Dramático e Musical da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, Grupo Dramático e Musical da Associação Feminina Beneficente “Anália Franco”, Grupo “Analia Franco”, grupo dramático “Analia Franco”, Trupe Analia Franco e trupe musical e dramática Analia Franco.

Quanto aos conteúdos musicais apresentados, nota-se uma multiplicidade de gênero, entre eles, valsa, ouverture, polca, intermezzo, mazurca, canto, cançoneta e hino. E com relação às apresentações dramáticas, incluem comédias (“O presunçoso”, “Uma experiência”, “Choro ou rio?”, “A Creche”, “As Vogais”, “A Semana”, “A Caipira”, “Amor aos netos”), dramas (“A neta vaidosa”, “A Feiticeira”, “A rainha cigana”), peça (“As três virtudes”), soneto (“A Caridade”), poesias (“A Órfã”, “O Som do Clarim”, “A

⁴² 01 jul. 1916, p. 04, coluna “Notícias do interior e litoral do Estado” - pelo telégrafo e pelo telefone, da cidade de Ribeirão Bonito, do dia 29.

⁴³ 11 jan. 1917, p. 03.

Enjeitada”), diálogos (“A Pátria”, “As Três Gotas”, “Entre Flores”), canto (“O Xiribiribi”) e canções (“As Barquinhas”, “Missa do Galo”). Conforme informado nas notícias, muitas das obras interpretadas, tanto musicais quanto dramáticas, são de autoria de Analia.

No jornal “Correio Paulistano”, segundo registros entre os anos de 1913 a 1918, uma grande turnê foi realizada por bastantes cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais, totalizando 26 municípios, em alguns deles houve retorno e determinados espetáculos aconteciam em um único dia ou até durante 2 meses no mesmo município, com apresentações não só em benefício das escolas da AFBI, mas também de variadas associações de caridade e de outros seguimentos da sociedade. As informações são apresentadas a seguir em ordem cronológica.

- Santos - 03 out. 1913, os asilados estiveram em Santos para uma série de espetáculos em benefício de diversas associações de caridade e regressaram naquele dia para a capital no trem das 12h10 da tarde.
- Santo Amaro - 26 out. 1913, havia chegado naquele dia, às 13h, em bonde especial cedido pela “Light”, o corpo dramático, banda de música, orquestra e diretoria da AFBI. Às 13h30 a orquestra do Asilo tocou num baile infantil do grupo escolar, às 16h00 a banda feminina tocou na praça Floriano Peixoto, às 20h00 aconteceu uma apresentação teatral de drama e comédia.
- Bragança - 06 nov. 1913, o Grupo Dramático Musical do Asilo e Creche da AFBI daria um concerto, à tarde, no largo da Matriz e, à noite, no Central Theatre, apresentando o drama educativo “A Feiticeira”, em benefício dos Asilos e Creches e da Colonia Regeneradora D. Romualdo.
- Barretos - 07 jan. 1914, acompanhada do sr. Francisco Antonio Bastos e de 40 meninas, Analia seguiu para Taiuva para apresentação de espetáculos dramáticos e concertos musicais, depois de dar 3 espetáculos em Barretos e ter organizado uma comissão, cujo presidente foi o prefeito da cidade, para a fundação de um Asilo e Creche.
- Jaú - 05 mar. 1914, a “troupe” dramática e a banda de música deu 2 espetáculos, com dramas de fundo moral e instrutivo, e a banda tocou no jardim público com enorme assistência.
- Brotas - 16 mar. 1914, espetáculos realizados no Cinema Popular pela troupe feminina os quais têm sido um “verdadeiro sucesso”. No segundo espetáculo

realizado na segunda-feira, o drama “A Rainha Cigana”, de Analia, o público chegou a 800 pessoas, esgotando os ingressos por falta de lugares. O terceiro espetáculo “A Filha Ingrata” (também de autoria de Analia), na quarta-feira, foi em benefício da pobreza de Brotas. Apresentou-se a banda feminina “Regente Feijó”, e informa ainda que a AFBI pretendia fundar naquela cidade um Asilo e Creche.

- Rio Claro - 21 mar. 1914, a trupe de educandas do Asilo de Analia havia estreado dois dias antes no Cinema Parque, e naquele dia apresentaria a cena “Rio ou Choro”, com a orquestra tocando entre os atos.
- Pederneiras - 22 out. 1914, o grupo dramático do Asilo e Creche havia realizado dois “esplendidos espectáculos” no Ideal Cinema no sábado e no domingo, com a orquestra “Regente Feijó”. Em 14 fev. 1916, informa a chegada, de Torrinha, o grupo dramático com grande massa popular, juntamente com a banda da cidade, aguardando na estação de trem. Em 16 fev. 1916, o grupo dramático realizou um espetáculo naquele dia no Ideal Cinema, com a comédia-drama “As duas collegias”, de Analia. E em 17 fev. 1916, mais um espetáculo naquele dia.
- Torrinha - 18 nov. 1914, a corporação musical feminina “Regente Feijó” apresentou três espetáculos com dramas, comédias e canções e seguiu para Rio Claro.
- Jundiá - 16 jan. 1915, a banda musical feminina se apresentou no dia anterior, às 17 horas, no coreto do jardim público, depois no Polytheama, em benefício da Creche Asilo Analia Franco, de Jundiá.
- São Pedro - 04 mai. 1915, os grupos dramático e musical estiveram naquela cidade e realizaram diversos espetáculos e concertos muito concorridos.
- Capivari - 27 mai. 1915, a companhia dramática das moças que trabalhavam pelas creches dirigidas por Analia apresentaram espetáculos no Iris Theatre que tinham sido grandemente concorridos.
- São Pedro - 05 jun. 1915, o grupo dramático e musical “Diogo Feijó” (erraram o nome) havia realizado novamente naquela cidade concertos e espetáculos.
- Mineiros - 26 fev. 1916, sobre a estreia do grupo dramático musical do Asilo e Creche D. Analia Franco, com um drama, uma canção e uma comédia.
- Itápolis - 01 mai. 1916, relata a chegada, vindo de Dourado, do grupo cênico e a banda “Regente Feijó”, recepcionados por uma banda e massa popular de 1.500 pessoas, e que se apresentariam naquela noite com a representação do drama “A

Feiticeira”. E que o circo de touros ofereceria à AFBI o produto da corrida do domingo próximo. 08 mai. 1916 é informado que foi realizado no Odeon, no dia 27, o espetáculo de estreia do grupo dramático com o drama “A Feiticeira” pelas moças da AFBI, “tendo a numerosa assistencia prodigalizado farto applausos, chamando-as varias vezes ao palco”, e que o circo de touro da empresa Ribas e Comp., realizou no domingo anterior uma corrida em benefício das órfãs do Asilo de Analia. 09 mai. 1916 noticia que o grupo dramático apresentaria naquele dia, no Odeon, o drama “Os dois collegiaes”, e, com a representação do dia seguinte, o grupo faria sua despedida do público itapolitano. De volta à Itápolis no ano seguinte, a edição de 10 dez. 1917 informa que o grupo dramático, pertencente à associação beneficente de d. Analia Franco, secção de Dourado, despediu-se com seu último espetáculo de domingo, que receberam fartos applausos.

- Ibitinga - 19 mai. 1916, o grupo dramático musical havia chegado na última quinta-feira, vindo de Itápolis, junto com Francisco A. Bastos e Analia Franco Bastos, recepcionados por uma banda e grande massa popular. E no sábado o grupo estreou no Theatro Rio Branco com uma poesia, execução do hino nacional pela banda “Regente Feijó”, apresentação de “A Feiticeira”, uma cançoneta e da comédia “Rio ou choro?”. Houve outro espetáculo no dia anterior, com apresentação da banda e do corpo cênico.
- Ribeirão Bonito - 09 jul. 1916, vindo da cidade de Dourado, o grupo dramático musical estava naquela cidade desde o dia 28, onde realizou dois espetáculos no sábado e domingo, e estavam anunciados mais três para o dia seguinte, sábado e domingo.
- Poços de Caldas - 25 set. 1916, o grupo dramático musical chegou no dia anterior, onde faria alguns espetáculos. 06 out. 1916, o grupo seguiu de Poços de Caldas para S. João da Boa Vista no trem misto das 13 horas.
- Mococa - 21 nov. 1916, o grupo tinha se apresentado no Theatro Variedades.
- Ribeirão Preto – nesta cidade houve várias apresentações, permanecendo por 02 meses: 28 abr. 1917, o grupo composto de 37 educandas chegou no dia anterior e realizaria uma série de espetáculos no Theatro Carlos Gomes. 29 abr. 1917, o grupo se apresentou no teatro Carlos Gomes, representando várias comédias, e em dois dias haveria novo espetáculo. 13 mai. 1917, espetáculo no dia anterior, no teatro Carlos Gomes, com execução de várias peças da corporação musical “Regente Feijó” e representação das peças “Uma culpa” e “Do prato á bocca”. 15

- mai. 1917, o grupo dramático e a banda realizaram naquele dia, no teatro Carlos Gomes, um novo espetáculo. 21 mai. 1917, às 20h30 daquele dia, no teatro Carlos Gomes, representação de comédias e um ato de variedades. 26 mai. 1917, o grupo se apresentou naquele dia, às 21h00, no teatro Carlos Gomes, um espetáculo de gala em homenagem ao aniversário da batalha de Tuiuti. E 26 jun. 1917, o grupo participou das festas promovidas pela Sociedade de Beneficência Portuguesa, às 14 horas, representando a comédia “Os crianças” e a opereta “Festa na aldeia”.
- Igarapava - 01 nov. 1917, realizou-se, no dia anterior, no Paris Theatre, um espetáculo do grupo que estava fazendo uma turnê. E 03 nov. 1917 informa que o espetáculo realizado dia 29 foi de despedida reverteu o produto em benefício da Santa Casa (a ajuda também era destinada a outras instituições).
 - Araguari - 06 dez. 1917, a solenidade, no dia anterior, da instalação desta comarca, no prédio estadual, o grupo dramático se apresentou depois dos discursos e à noite houve um espetáculo deste grupo no teatro Eden-Cinema.
 - Cajuru - 29 mar. 1918, o grupo estreou no dia anterior, no Eden Cinema, um drama e uma comédia, intercalada pela execução da orquestra deste grupo, e pretendia dar mais alguns espetáculos naquela cidade. E 04 abr. 1917 que a renda desse espetáculo foi oferecida por Analia ao tiro de guerra 497.
 - Tambaú - 29 abr. 1917, depois de ter realizado uma série de espetáculos naquela cidade, o grupo foi para Casa Branca.
 - Igarapava - 20 ago. 1918, durante alguns dias o “grupo infantil” fez apresentações teatrais e da orquestra, retirando-se naquele dia para Orlândia.
 - Santa Rita do Passa Quatro - 10 out. 1918, o grupo dramático Analia Franco “tem feito grande sucesso no teatro Variedades”, acompanhado da corporação musical feminina.

Este grupo artístico, formado basicamente por alunas das escolas da Associação, era composto de corpo dramático, o qual representava dramas e comédias (a maioria delas compostas por Analia), banda de música e orquestra (chamada de “Regente Feijó), que se apresentava em bailes infantis, teatros, praças e cinemas, em algumas ocasiões foi citada o acompanhamento por Analia e Antonio Bastos, e, como foi descrito acima na maioria das notícias, eram recebidos com grande audiência e expectativa e os comentários críticos eram muito elogiosos, denotando a “fama” que o grupo foi adquirindo e que essas performances se tornaram um grande evento.

2.2.2 Colônia Regeneradora Dom Romualdo

Até o final de seus dias, Analia viveu em uma chácara chamada Colônia Regeneradora Romualdo de Seixas que ela adquiriu em 1911. Alguns jornais relataram, ou melhor, denunciaram a situação precária do lugar e condição miserável das crianças após o falecimento dela, revelando a grande dificuldade que os sucessores tiveram de manter este abrigo, um problema econômico agravado pela conjuntura da pós Primeira Guerra e pela pandemia da gripe espanhola. O material pesquisado para essas notícias foi em site, revista, livro e nos jornais O Correio Paulistano (SP), A Epoca (RJ) e o Estado de S. Paulo (SP) das épocas do contexto e a atual.

Um pouco sobre a história deste lugar e como ela adquiriu o imóvel, o historiador Pedro Abarca (1994), em seu livro “Tatuapé: Uma história fascinante”, relata, nas p. 32 e 33, que o padre Antonio Diogo Feijó (Regente Feijó) adquire, em 1829, o Sítio Capão Grande, de João Mariano Bueno, e muda seu nome para Chácara Paraíso. Esta escritura foi lavrada pelo tabelião Francisco José Barbosa, em 02/11/1829. De 1845 a 1903 a Chácara Paraíso passa pelas mãos de diversas pessoas até que a AFBI adquire a propriedade, um terreno de 75 alqueires (1.800.000 metros quadrados). Na p. 40 é descrito o casarão construído por Regente Feijó: na parte superior apenas o quarto e a parte inferior do vestíbulo é composta de capela, saleta de acesso ao piso superior, sala de jantar e cozinha, e as senzalas. Nas p. 42 a 46, o autor traz uma biografia de Analia extraída do livro de Eduardo Monteiro (1992) e do então presidente da AFBI, sr. Hugo Paulo Braga, e, na p. 44, informa que a compra da Chácara Paraíso foi efetuada em 1911, do proprietário, o Cel. Serafim Leme da Silva, e a escritura da propriedade foi registrada no dia 18 de fevereiro de 1911, no 2º Tabelionato da titular Clara Liberato de Macedo, e que foi mudado o nome para Colônia Regeneradora Romualdo de Seixas, homenagem a um bispo baiano. O autor afirma, ainda, que as duas alas longas de senzala e estrebarias foram readaptadas para alojar mais de 400 abrigados, e que a entidade manteve as instalações no casarão até 1930, depois foi construída, a uns cem metros à frente, com um projeto do eng. Ramos de Azevedo, uma “magnífica” sede que ficou pronta quatro anos depois.

Com a crise na economia arruinada pela pós Primeira Guerra Mundial e pela devastadora mortalidade epidêmica da gripe espanhola que assolou o mundo, houve um

forte impacto social e as associações de beneficência, que dependiam da ajuda do governo e humanitária, sofreram uma grande privação com a recessão e a escassez. Logo após o falecimento de Analia, um texto publicado no Correio Paulistano, do dia 07 jun. 1919, mostra um quadro geral da situação deplorável que se encontrava a Colonia, que contou com a ajuda até da Cruz Vermelha. Sob o título “A Colonia Regeneradora oferece um quadro contristador” informando que abriga cerca de 180 menores e mais de 40 doentes (o mal que causou a morte de Analia, a gripe espanhola), e a presidente da Cruz Vermelha Brasileira, em visita àquele lugar, ficou comovida com o “quadro desolador”, e forneceu roupa, cobertores e camas, entre outras pessoas citadas que também fizeram doações, inclusive de condução para o local que é situado na 5ª parada e fica distante do bonde. É informado que a dra. Maria Renotte (amiga de Analia) visitava diariamente os doentes, além da enfermeira da Cruz vermelha e o Serviço Sanitário, com oferecimento de medicamentos. E, ainda, que a Associação possuía uma grande dívida e “no Asylo falta tudo e, nesta ocasião, em que precisa leite, caldo, ovos, pão, biscoitos, fortificantes, etc., mal pôde arranjar o feijão para o alimento indispensável”. Além da falta de comida, o local também não possuía energia elétrica, pois a diretoria pedia à Companhia Light and Power para levar luz elétrica até o local, visto que a iluminação à querosene é perigosa e insuficiente.

Até a autoridade pública acaba intervindo nesta questão, como relata o jornal A Epoca, de 13 jun. 1919, sobre um telegrama expedido pelo diretor do Serviço de Povoamento, determinado pelo ministro da Agricultura, dr. Padua Salles, expedido à Associação Feminina, para encaminhar 30 menores (e não 180), que se sabe estar em “extrema miséria”, aos internatos nos patronatos agrícolas, conforme suas idades.

29 de junho de 1919, p. 06, com o título “Coisas da cidade” – “Um asilo necessitado”, há uma coluna assinada por “P.” relata a situação em que se encontra a Colônia Regeneradora de Analia. Inicia narrando que crianças pobres, de aspecto triste, pediam esmolas nas mesas dos cafés do triângulo⁴⁴, repetindo a frase: “Uma esmola para as crianças do Asylo Analia Franco! Uma esmola, por caridade!” E que um dos redatores do “Estado” foi procurar o Asilo para ver como viviam aquelas crianças, referindo,

⁴⁴ É chamado de triângulo histórico o caminho das 3 principais ruas do centro de São Paulo, São Bento, que liga o mosteiro de São Bento à Igreja de São Francisco, a 15 de novembro, que se paralela à Boa Vista e o Pátio do Colégio para se encontrar na antiga Igreja da Sé com a rua Direita, no caminho do Viaduto do Chá e Capela do Santo Antônio de Paduá. Disponível em: <http://conhecasp.blogspot.com/2009/09/triangulo-historico.html>. Acesso em: 09 dez. 2018.

posteriormente nestas colunas, que foi “espantoso e horrível”: 183 crianças na mais completa miséria, numa chácara enorme, na 5ª Parada⁴⁵, que estava tão abandonada “que não contava com uma só galinha”, quase sem o que comer, só com a roupa do corpo, dormindo em quartos sem higiene, “a mais desoladora falta de recursos”. O texto continua informando que um grupo de senhoras muito devotadas havia assumido a direção do Asilo contando com, além de seus esforços, a ajuda do público, pois as dívidas já orçavam em 120 contos e os donativos eram fraquíssimos. Havia também a ajuda do grupo dramático das meninas asiladas que dava espetáculos pelas cidades do interior. E, logo no dia seguinte a essa publicação, surgiram donativos que, até o momento, somavam 18 contos arrecadados no escritório do “Estado”, mas que, sendo ainda muito pouco, o autor, dialogando diretamente com o leitor, pede todo o tipo de ajuda aos ricos.

A respeito da situação atual deste lugar, há algumas fontes de informação, por exemplo, na edição de 22 de maio de 1995, p. 19, do jornal O Estado de S. Paulo, com o título “Prefeitura quer parceiros para recuperar sítio – Área de 100 mil metros, na Zona Leste, pertenceu ao Regente Feijó e abriga casa de 1629 e senzala”, informa que esta área particular, da AFBI, foi declarada de utilidade pública pela prefeitura e o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) afirmou que uma construtora se interessou pela restauração, e que, no outro conjunto de prédios, a prefeitura faria uma universidade municipal. Há uma declaração do então diretor da AFBI, Hugo Paulo Braga, de que há muitos problemas de invasão nessa área e há muita deterioração do imóvel (infiltrações, madeiras podres, calhas caídas) e se queixa da falta de uma decisão da Prefeitura.

Outra edição, de 20 de dezembro de 2006, p. 50, do jornal O Estado de S. Paulo, com o título “Casa do Regente Feijó resiste na Zona Leste – Remanescente das casas de barro pode virar museu em São Paulo”, informa que a casa de taipa-de-pilão é uma construção tombada pelo patrimônio histórico municipal e estadual, e onde fazia parte o campus da Universidade Cruzeiro do Sul. Foi restaurada dois anos antes e esperava-se a instalação de um museu sobre a história de Feijó, e que a construção histórica é particular (grupo de empresários da região que construiu e inventou o bairro Jardim Anália Franco) e não estava aberta à visitação. A seguir, depois de uma breve explicação da transição da

⁴⁵ A estação *Tatuapé* foi inaugurada em 5/11/1981, substituindo a estação Clemente Falcão (*Revista Ferrovia*, nº 81, de 1981), que por sua vez era aproximadamente onde estava a *Quinta Parada* da antiga *Central do Brasil*. Fica no mesmo prédio da estação Tatuapé do metrô. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/t/tatuape.htm>. Acesso em: 09 dez. 2018.

propriedade de Feijó para a AFBI, informa que não havia acesso à casa pela rua, por causa de um bosque no terreno municipal do outro lado da ruela. A partir de então, a matéria descreve os cômodos restaurados pelo arquiteto Samuel Kruchin, que assumiu o projeto de restauração em 2002, com paredes de pau-a-pique e uma das portas com 30 camadas de tinta. Ao final, há um pedido do pesquisador de história de São Paulo, o sociólogo José de Souza Martins, de que a construção fosse um museu para Feijó.

A revista eletrônica, revistadotatuape.com.br, em uma matéria do dia 07 de fevereiro de 2017, com o título “Joia histórica”, é relatada a história sobre a propriedade tombada pelo CONDEPHAAT e pelo CONPRESP, citando o historiador Pedro Abarca, que estudou sobre o pertencimento daquelas terras à Feijó, entre outros, até chegar à AFBI e as atividades que eram desenvolvidas na Colônia Regeneradora D. Romualdo Seixas. É citada também a pesquisadora Eliane de Christo Oliveira (cuja dissertação é mencionada nas Referências Bibliográficas deste trabalho) que traz os seguintes números, em 1912: a Colônia Regeneradora mantinha 167 asilados (68 do sexo masculino e 99 do sexo feminino), sendo 63 maiores de 14 anos e 104 menores, 166 brasileiros e 1 estrangeiro, chegando a ter cerca de 400 abrigados no local. E depois da morte de Analia, as atividades da instituição continuaram funcionando naquele imóvel e, no começo da década de 1930, foi inaugurado o novo prédio, em frente, a Unicsul e que a Associação ficou lá até a década de 1990, quando foi transferida para Itapetininga. Esta página apresenta algumas fotos antigas e de como se encontra atualmente a construção, como são mostradas nas figuras 3 e 4.

FIGURA 3 – CRIANÇAS E ADULTOS NO PÁTIO DA COLÔNIA REGENERADORA ENTRE 1912-1918 E FOTO ATUAL



Fonte: Revista do Tatuapé. <http://revistadotatuape.com.br/2017/02/07/joia-historica/>

FIGURA 4 – ANEXO DO COMEÇO DO SÉCULO 20 (ENTRE 1912 E 1918) COM AS CAMAS USADAS PELOS INTERNOS E FOTO ATUAL



Fonte: Revista do Tatuapé. <http://revistadotatuape.com.br/2017/02/07/joia-historica/>

No site vivatatuape.com.br, do dia 01 de março de 2016, há uma matéria com o título “Casa do Regente Feijó – Um pedaço da história do Tatuapé” informando que foi tombada pelo CONDEPHAAT e pelo CONPRESP e que a propriedade é privada e não é aberta ao público para visitação. Fala brevemente sobre Feijó e posterior venda à AFBI, com 12 fotos atuais das partes internas e externas da casa e uma foto antiga, da época da AFBI.

2.3 ILUSTRAÇÕES FOTOGRÁFICAS

As fotografias mostradas a seguir foram publicadas a partir de 1907 em quatro diferentes periódicos e no livro de Monteiro (1992), oferecendo o recurso visual para oportunizar mais um instrumento de informação sobre o contexto e os fatos registrados e reproduzidos na imprensa.

No periódico O Malho (revista ilustrada carioca que começou a ser veiculada em 1902), são divulgadas duas fotos de Anália (ao centro do primeiro plano) com um grupo composto por mulheres jovens, maduras e também negras. Na edição de 20 jul. 1907, p. 31, a foto é com o corpo docente do Asilo da Associação, mostrado na ilustração 1, e o comentário abaixo da foto, além dos números de escolas e crianças pobres atendidas, diz que a sociedade paulista dispensa um justo auxílio à Associação. E na edição de 03 ago.

1907, p. 28, com as professoras e alunas do Liceu, na ilustração 2, e o comentário de que foi acrescido o nome dela.

ILUSTRAÇÃO 1 - ANALIA COM AS PROFESSORAS DO ASYLO



Fonte: Jornal O Malho, 20 jul. 1907.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201>

ILUSTRAÇÃO 2 – ANALIA COM AS PROFESSORAS DO LYCEU



Fonte: Jornal O Malho, 03 ago. 1907.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20190>

O periódico Ilustração Paulista, de São Paulo, impresso entre os anos de 1910 a 1912, divulgou uma foto em 15 abr. 1911, na p. 18, como mostra a ilustração 3, de um grupo de alunas do Asilo e Creche da Associação, as quais representaram com brilho, o que o comentário define como ser o novo método de ensino intitulado “Theatro Escola”, por ocasião do encerramento das aulas da escola “Loja 7 de setembro”. A foto da ilustração 4, publicada neste mesmo periódico, no dia 06 mai. 1911, p. 18, mostra alunos da primeira escola mantida pela “Loja 7 de setembro” (e não pela FBI) e dirigida por Analia. Apesar de estar escrito “Alumnas” abaixo da foto, nota-se a presença de alguns meninos.

ILUSTRAÇÃO 3 – ALUNAS DO ASILO E CRECHE DA “LOJA 7 DE SETEMBRO”



Fonte: Periódico Ilustração Paulista de 15 abr. 1911.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186848&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201911>

ILUSTRAÇÃO 4 –ALUNAS DA “LOJA 7 DE SETEMBRO”



Fonte: Periódico Ilustração Paulista de 06 mai. 1911.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186848&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201911>

O livro de Eduardo Monteiro (1992) apresenta fotos de sucursais, cujas notícias das criações destas escolas no interior de São Paulo não constam nos materiais pesquisados, por esse motivo que são ilustradas abaixo. São os asilos e creches em Monte Azul, com a presença de Analia na foto (a segunda mulher, da direita para a esquerda), na ilustração 5, com um número equilibrado de meninos e meninas. E a grande maioria está de braços cruzados, como acontece em quase todas as fotos.

ILUSTRAÇÃO 5 – ASILO E CRECHE DE MONTE AZUL



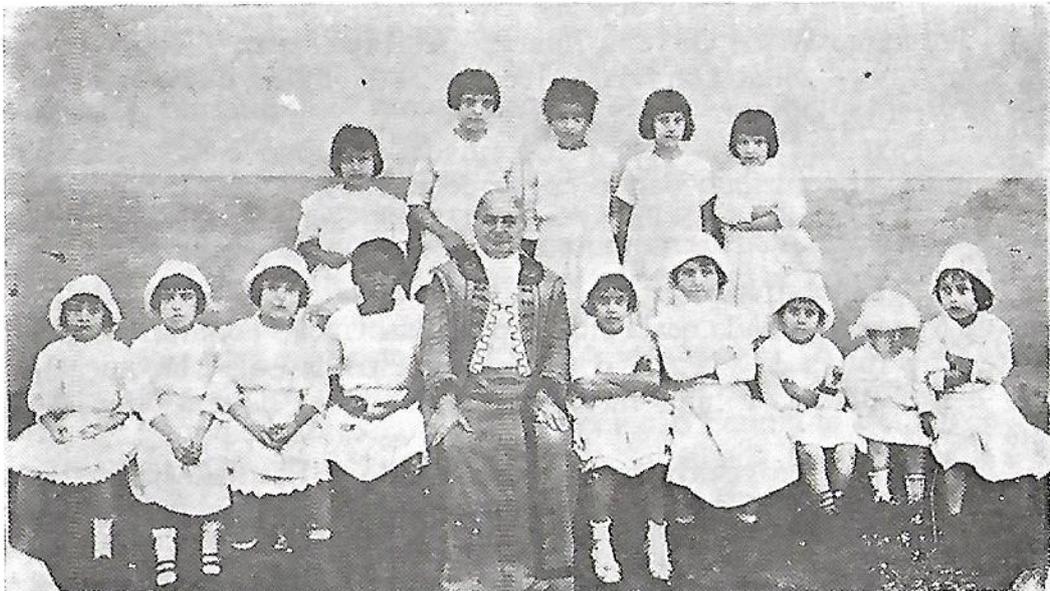
Fonte: Monteiro (1992).

Em Santa Ernestina, na ilustração 6, nota-se a predominância de meninos, as meninas estão vestidas de branco, de diferentes faixas etárias, desde crianças bem pequenas até pré-adolescentes, e algumas crianças negras.

ILUSTRAÇÃO 6 – ASILO E CRECHE DE SANTA ERNESTINA

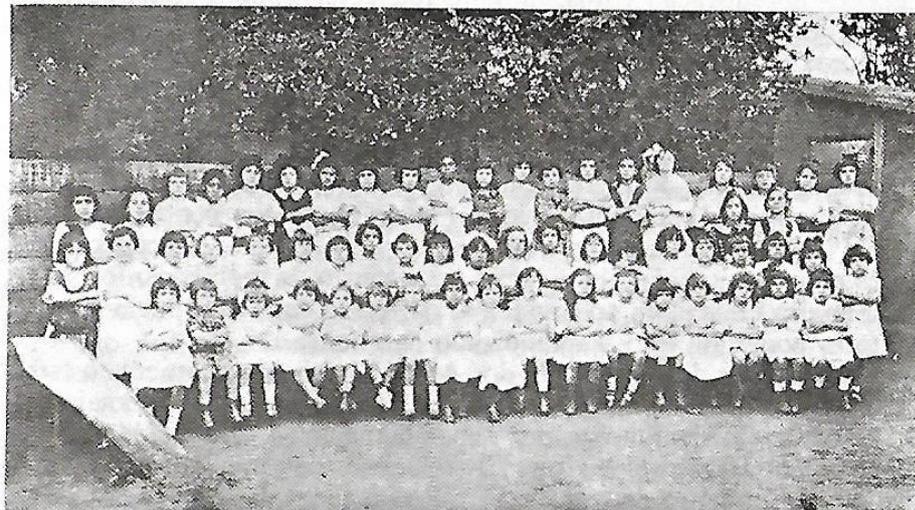
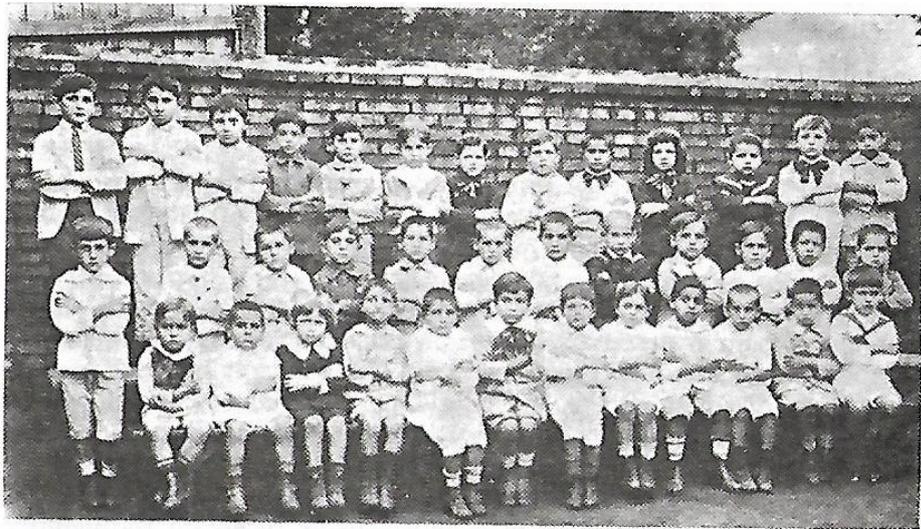
Fonte: Monteiro (1992).

Em Santos, na ilustração 7, só aparecem meninas na foto e não foi descrito que seja Anália no centro.

ILUSTRAÇÃO 7 - ASILO E CRECHE DE SANTOS

Fonte: Monteiro (1992).

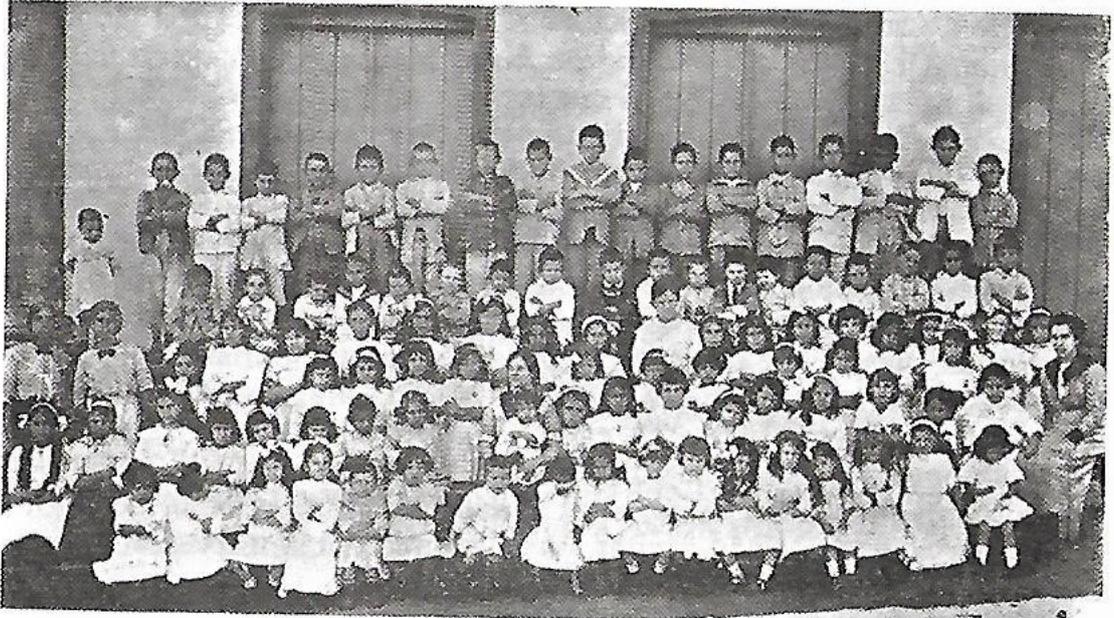
As duas fotos da ilustração 8 são de São José do Rio Preto, uma foto de meninos e outra de meninas (em maior quantidade a grande maioria vestidas de branco), desde pequenos até adolescentes, apenas alunos brancos, e as fotos não foram tiradas no mesmo local.

ILUSTRAÇÃO 8 - ASILO E CRECHE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Fonte: Monteiro (1992).

E na ilustração 9 é de Rincão, com expressivo número de alunos, a maioria de meninas e estão vestidas de branco, os meninos estão de braços cruzados, algumas crianças negras, e com idades que variam de pueril até pré-adolescentes

ILUSTRAÇÃO 9 – ASILO E CRECHE DE RINCÃO



Fonte: Monteiro (1992).

No jornal *A Cigarra*, de São Paulo, publicado entre os anos de 1917 a 1975, encontram-se duas fotos: a primeira, publicada em 1919, p. 22, mostra as mulheres que constituíam a diretoria de então da AFBI e das meninas da orquestra da Associação, tirada no contexto de uma festa de um asilo, de acordo com a ilustração 10.

ILUSTRAÇÃO 10 – BANDA MUSICAL DA AFBI

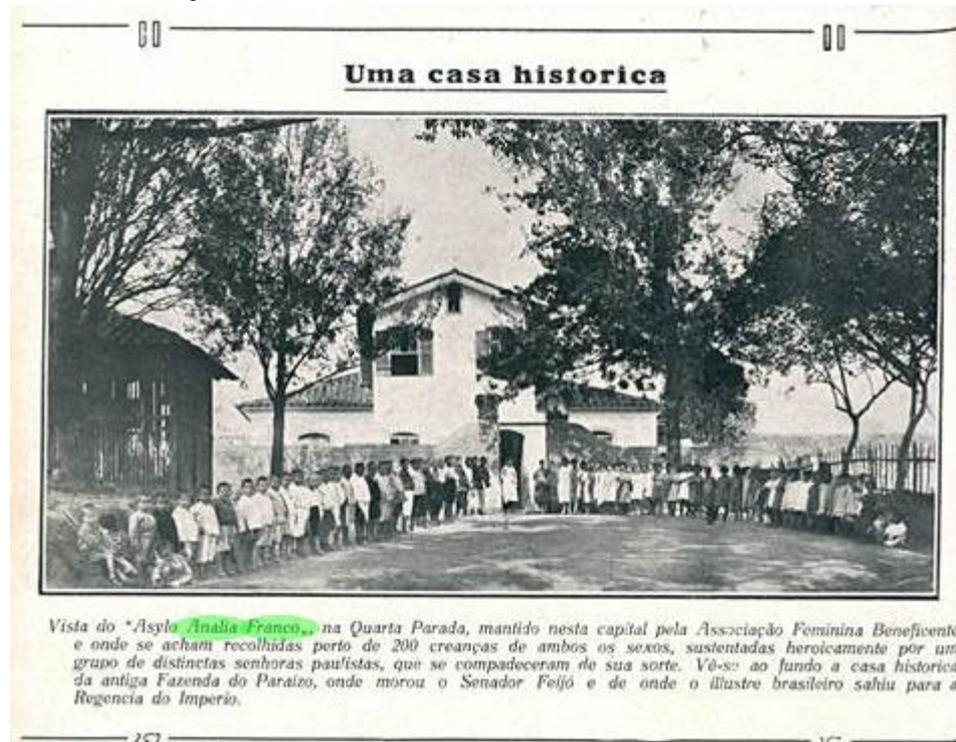


Fonte: Jornal *A Cigarra* de 1919.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201>

E a segunda foto foi publicada no ano de 1921, p. 18, da Colônia Regeneradora Dom Romualdo, após a morte de Analia, conforme ilustração 11.

ILUSTRAÇÃO 11 – COLÔNIA REGENERADORA DOM ROMUALDO



Fonte: Jornal A Cigarra, 1921.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201919>

Ainda sobre a Colônia, o jornal Ilustração Photographica, de São Paulo, editado durante os anos de 1919 a 1920, na 3ª edição do ano de 1919, p. 7, divulgou uma foto de alguns asilados da Colônia Regeneradora Dom Romualdo, mostrada na ilustração 12.

ILUSTRAÇÃO 12 - COLÔNIA DOM ROMUALDO



Fonte: Jornal Ilustração Photographica, de 1919.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=352012&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201919>

E por fim, a página 26 do jornal O Malho, publicado em 02 mai. 1925, com a foto dos alunos do “Asylo de Orphãos Analia Franco”, fundado por Francisco Bastos (ao fundo, o terceiro adulto da esquerda para a direita) na cidade do Rio de Janeiro, e a foto do edifício, como mostra a ilustração 13.

ILUSTRAÇÃO 13 – FRANCISCO BASTOS E O ASILO NO RIO DE JANEIRO

ASYLO DE ORPHÃOS ANALIA FRANCO



Esta instituição foi fundada pelo Sr. Francisco Antonio Bastos, viúvo de D. Analia Franco, em Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes, á 12 de Junho de 1919, após o desaparecimento daquella educadora, e com o montepio deixado por aquella Apostola do Bem, que era formada pela Escola Normal da capital do

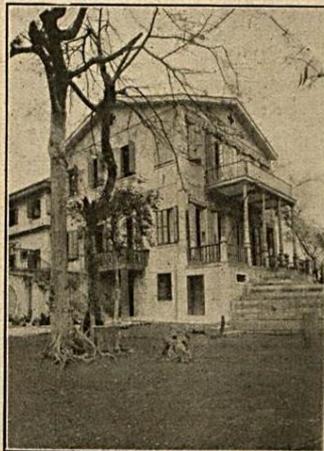
Um grupo de asylados perpetuar a memoria de sua companheira, fundando este Asylo e o Apostolado do Bem, que está em via de seu funcionamento, de modo que estas instituições, em conjuncto, são o proseguimento da grande obra deixada por aquella educadora, que fundou, em S. Paulo, a 17 de Novembro de 1901 a Associação Feminina, que, entretanto, hoje nada tem de commum com aquella Associação. O Asylo de Orphãos Analia Franco tem actualmente séde propria, na Rua Figueira 65, onde estão abrigadas 72 orphãs desvalidas. O seu fundador, que está a completar 70 annos de idade, é ainda um velho forte, cheio de energias, capaz de outros emprehendimentos congeneres. Já se acha em projecto pela Directoria desta instituição, a construcção de pavilhões no mesmo terreno de sua séde para installação de officinas e o ensino profissional para creanças desvalidas dos dois sexos.

A directoria dessa bella instituição é composta do Sr. Bastos, seus auxiliares e respeitaveis senhoras e cavalheiros, negociantes, educadores, advogados e funcionarios que se recommendam pela sua posição social, cujos membros são os seguintes:

Director geral, Francisco Antonio Bastos; sub-director, Carlos Eugenio Messemburg; secretaria, Philomena Bigbie; thesoureira, Francisca Ramos Messemburg.

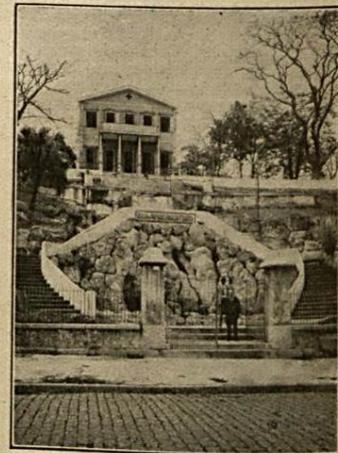
Conselho deliberativo — Director da Companhia Hanseatica, Theotonio Sá; negociante, Manuel Jorge Gaio; D. Ma-

rietta Gaio; professor, Eurico da Cunha F. Rabino; professora D. Honorina Ventania Rabello; contra-almirante, Francisco Vieira Paim Pamplona; guarda-livros, Antonio Joaquim de Lima; negociante, Henrique da Costa Narciso; proprietario, Manuel Fontão Outão; D. Amelia Ferreira da Cunha Vieira; D.



O edificio

Estado de S. Paulo. O Sr. Bastos, transferiu este Asylo e o Apostolado do Bem para esta capital a 5 de Maio de 1922, installando a primeira séde nos suburbios, em "Todos os Santos", á rua Visconde de Tocantins, 53. O viúvo daquella educadora tomou a ingente tarefa de



Aspecto do Asylo

Grasiella Hoibe Imbuzeiro; negociante, Henrique da Silva Amaro; Dr. Curio de Carvalho; negociante, Arthur Ribeiro; professora, D. Delizeth Tindó; funcionario, Luiz Babo; advogado, Dr. Luiz da Cunha Vieira; D. Alice Marzoratti de Oliveira.

Fonte: Jornal O Malho.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=analia%20franco&pasta=ano%201>

Francisco Antonio Bastos, viúvo de Analia, funda, por fim, a instituição Asylo de Orphãos Analia Franco, no subúrbio do Rio de Janeiro, em 1922, sem nenhuma ligação

com a AFBI, mas com os mesmos princípios no campo da assistência social e da socio educação e, de acordo com a foto acima, acolhia uma quantidade numerosa de meninas, desde crianças de colo até jovens. Esta instituição funciona até os dias atuais, como informa o site⁴⁶, no mesmo endereço (hoje Av. Marechal Rondon, 875) sob o nome Lar Anália Franco. Atualmente está voltada a programas para famílias em estado de risco social e de atividades socioeducativas para crianças e adolescentes, atendendo 80 meninas com idade acima de 2 anos em regime de creche e semi-internato, além de apoiar suas famílias.

⁴⁶ Disponível em: < <https://www.laranaliafrancorj.org.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

3. MOVIMENTO DE SORORIDADE

A partir de 1888, são publicados textos de Analia de diferentes gêneros, desde artigos, contos, crônicas, dissertações evangélicas, poemas, romances, folhetos, até hinos e peças teatrais (comédias e dramas), sendo que destes últimos não foi encontrada a publicação nas fontes pesquisadas, apenas a referência dos títulos e algumas apreciações analíticas, sempre laudativas. Os assuntos abordados em seus escritos crítico-reflexivos expressavam reiteradamente uma grande força argumentativa, fundamentados em exemplos concretos da conjuntura global e local e em referências de protagonistas no campo histórico, social e educacional, entre outros, revelando a sua grande erudição e atenção às polêmicas questões sobre as diferenças de gênero e social. A temática recorrente era o apelo à caridade aos menores despossuídos, a educação como meio fundamental para o desenvolvimento humano e social e o tema para o qual está voltada a ênfase deste capítulo: o desequilíbrio social e econômico que afetava principalmente a mulher desvalida, o papel fundamental da mãe como educadora no lar e na sociedade, e a emergência da instrução acessível e igualitária a todos para o fomento da emancipação da mulher e o progresso da pátria.

O engajamento pela causa da mulher evidencia a sua sororidade, um termo do feminismo contemporâneo bastante apropriado às lutas que Analia enfrentava pelo empoderamento feminino. Assim como a palavra “fraternidade” vem do latim (*frater* = irmão), a origem da palavra sororidade também é do latim *sóror*, que significa “irmã”, um termo que pode ser considerado a versão feminina da fraternidade, uma relação de irmandade, de união, solidariedade e empatia. O feminismo usa o termo “equidade” que considera as diferenças inerentes de cada pessoa, respeitando suas particularidades, para que se possa conseguir a “igualdade” de poder e de relevância na sociedade entre ambos os gêneros. Contrastando com o feminismo está o “femismo” (ou “misandria”, aversão ou ódio pelo sexo masculino) que prega a superioridade do sexo feminino, sendo o equivalente oposto ao machismo ou misoginia (do grego *miso* = ódio e *gine* = feminino).

O material publicado de Analia encontra-se em muitos periódicos de vários Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Alagoas, mas

principalmente no jornal “A Família”, de Josephina de Azevedo⁴⁷, no qual consta seus escritos com diversos temas e estilos literários, desde a primeira edição, em 1888, até a última, em 1894, e seu nome aparece como colaboradora, conforme é mencionado no “Expediente” desde a publicação do nº 4 de 22 dez. 1888.

Há uma lacuna nas publicações de Analia a partir de meados de 1891 até o final de 1893, por causa de uma doença oftalmológica que a acometeu, pois ela envia uma carta ao jornal “A Família”, na edição de 11 jul. 1891, p. 02, justificando sua ausência:

Temos em mão uma preciosa carta de Analia Franco, em que a distinctissima educadora, litterata brilhante e dilecta amiga se escusa da ausencia que tem feito das lettras e da colaboração d’*A Família*, em consequência de estado precário de sua saúde. A illustre escriptora, devido a enfermidade d’olhos, tem-se abtido de todo estudo e locubrações do seu dilettantismo litterario. É devido a isto que há muito não temos tido a ventura de aformosear as columnas desta revista com os seus importantes artigos.

Neste periódico, foram encontrados um total de 43 textos de sua autoria, todos estão disponíveis no site do acervo da Biblioteca Nacional Digital.

Esta seção se propõe, portanto, a uma exposição e análise dessas publicações dos textos de Anália, os quais são apresentados após a evidenciação das circunstâncias que compunham o cenário daquele contexto, corroborando seu comprometimento pela equidade de gênero em todas as atividades sociais, econômica, laboral e educacional, começando com alguns exemplos de manifestações femininas na imprensa, denunciadoras de explorações e opressões sofridas pela mulher. A seguir, trata-se das condições sociais e econômicas femininas na virada do século XIX para o XX, período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, o desenvolvimento capitalista, o movimento imigratório e o crescimento urbano, e todos os flagelos gerados com essas mudanças que atingiram principalmente as mulheres. A outra questão é sobre a mão de obra feminina no mercado de trabalho, as tarefas que as mulheres assumiram, a força de trabalho nas fábricas e indústrias, as péssimas condições salariais e de jornada,

⁴⁷ “**A Família**: jornal litterario dedicado a educação da mãe e família” (RJ) foi publicado semanalmente nos anos de 1888 a 1894, de propriedade de Josephina Alvares de Azevedo. Era um jornal de cunho feminista, iniciando no ano de 1888, na cidade de São Paulo e, um ano depois, ela se muda para o Rio de Janeiro e o jornal permanece na Corte até o seu fim, no ano de 1898. Os temas mais frequentes no jornal eram educação, trabalho e voto feminino. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao//josefina-alvares-azevedo-voz-feminina-seculo-xix-atraves//karine_da_rocha.pdf>. Acesso em 25 set. 2019.

o trabalho na informalidade e em outras instituições, e a feminização do magistério. Na sequência trata-se da situação educacional que, das poucas escolas que havia, a maioria era para meninos, e os ensinamentos eram diferenciados para meninos e meninas, evidenciando as divisões de gênero, classe, raça e religiosa da sociedade, limitando sua função como esposa e mãe. E por fim, dentre os muitos romances escritos por Analia e protagonizados por personagens femininas, são apresentados treze textos publicados, também no jornal “A Família”, sobre mulheres de todas as classes sociais, de variadas idades, comportamentos e em diferentes circunstâncias, que representam as muitas heroínas do cotidiano e agentes de sua história.

3.1 MANIFESTAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA

Os que lutavam pela liberdade de informação e pela reforma do regime político brasileiro e suas formas hierárquicas excludentes que regiam as relações durante o século XIX e as primeiras décadas do século XIX no Brasil, como afirma a cientista política Célia Regina Pinto, buscavam a imprensa para expressar suas ideias, que se dava nos limites da classe média urbana e culta, pois na tradição brasileira as elites discutiam as questões públicas como privadas, nos salões de festa das oligarquias. Com relação às manifestações feministas, ela afirma que estas se davam nos núcleos familiares de pais cultos: “famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários praticamente sem exceção e dentro desses núcleos familiares diferenciados que surgiam as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher” (PINTO, 2003, p. 17), elas geralmente vinham de famílias com cultura muito acima da média do país e algumas tinham estudado no exterior, e que esse ambiente favoreceu o acesso ao mundo culto da leitura e à valorização da educação. O perfil de Analia Franco representa, em parte, esse padrão, pois apesar de sua família não ser de posses, sua mãe era professora e isto pode ter facilitado seu contato com a leitura.

Os jornais eram de grande importância pois era a única forma de comunicação de massas. A autora explica que as primeiras publicações da imprensa feminina no país foram no início do século XIX e o tema era predominantemente sobre a moda e culinária, então começaram a surgir revistas que tratavam de política, literatura e cultura em geral.

Bertha Lutz é citada por Pinto como uma escritora de muitos artigos em jornais defendendo, entre outros direitos, o voto da mulher, sendo bastante significativas as atividades das feministas nos jornais, pois além dos que circulavam nas capitais, “havia um número incontável de pequenos jornais, tanto de interesse geral como de associações, sindicatos, grêmios literários ou que tratavam de assuntos específicos” e lembra que “isso acontecia em um país onde mais da metade da população vivia no campo e em sua grande maioria era analfabeta” (p. 31), sendo que o número de analfabetos era ainda maior entre as mulheres.

Outra mulher destacada como a provável primeira a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de problematizar a condição das mulheres é Francisca Senhorinha Motta Diniz, com *O Sexo Feminino*, em 1873, em Minas Gerais, no qual escreve sobre a necessidade de as mulheres conhecerem os seus direitos, principalmente no casamento, defendendo que uma verdadeira educação as levaria à emancipação. A autora mostra um texto de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, com o título “O que queremos?”, publicado em *O Sexo Feminino* em 25/10/1873:

O QUE QUEREMOS

Queremos a nossa emancipação - a regeneração dos costumes;
 Queremos reaver nossos direitos perdidos;
 Queremos a educação verdadeira que não nos tem dado a dom de que possamos educar também nossos filhos;
 Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos e deles usarmos em ocasião oportuna;
 Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administrá-los quando a isso formos obrigadas;
 Queremos, enfim, saber o que fazemos, o porquê, o pelo quê das coisas;
 Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas;
 Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;
 só o que não queremos é continuar a viver enganadas (PINTO, 2003, p. 30).

A autora faz referência ao jornal *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo, no qual Anália foi colaboradora, que defendia a educação da mulher como forma de libertação, nas palavras de Josephina: “É indispensável educa-la: sem instrução ela continuará a representar o tristíssimo papel que na maioria tem feito, como esposa principalmente e nos outros estados da vida” (p. 32). Apesar desta não ser a questão debatida nas elites políticas e culturais da época, foi um movimento embrionário para a conquista do espaço público para as mulheres na sociedade brasileira.

Telles (2003) reitera que foram muitas as mulheres que fundaram jornais no Brasil do século XIX, visando esclarecer, dar informações e até a fazer reivindicações objetivas. A maioria pertencia à classe média “algumas das quais investiram todos os seus recursos neles. Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres” (p. 426). Esses periódicos fizeram campanhas pela educação da mulher, muitas vezes apoiando o papel que a mulher tinha de desempenhar como mãe, boa esposa e dona de casa, mas também enalteciam o valor da mulher fora de casa, havendo diferenças de opiniões entre as articulistas mais radicais e outras menos. Além da questão do voto feminino, esses jornais publicavam muitos artigos escritos por mulheres:

Em todos os números, havia uma grande quantidade de textos literários escritos por mulheres. A profissionalização começava então a se abrir para as mulheres e as articulistas estavam atentas para todas as possibilidades, bem como para todos os obstáculos e entraves (TELLES, 2003, p. 427).

Esta autora também cita o jornal de Josephina Álvares de Azevedo, reafirmando que ela foi abolicionista, republicana e fez uma intensiva campanha pela emancipação da mulher, e para Josephina era “absurdo residir no homem o princípio da autoridade na família, pois considerava a mulher mais inteligente. Era favorável ao divórcio, ao voto e à elegibilidade da mulher, denunciava ainda a dificuldade de uma boa educação para a mulher” (p. 427).

As anarquistas e socialistas do começo da industrialização, citadas por Rago (2003), que discutiam os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês, escreveram numerosos artigos na imprensa operária, denunciando “as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres” (RAGO, 2003, p. 595). Ela fala da anarquista Matilde Magrassi que escreveu no jornal *O Amigo do Povo*, em 27 de junho de 1903, pela união das mulheres e pela formação de sociedades de resistência para a conquista do bem-estar e o despertar da letargia na qual estão adormecidas.

O texto de Analia chamado *O jornal*, publicado em 16 jan. 1890, ed. 045, no jornal “A Família”, e publicado cinco anos depois no jornal “A Palavra: revista literária

dedicada á instrução e recreio da mulher”⁴⁸, trata da grande força e alcance deste veículo de comunicação, afirmando que o jornal é belo e ao mesmo tempo poderoso, tem uma missão civilizadora, pois apresenta as maravilhas do homem no campo das ciências e no mundo das fantasias artísticas, penetra tanto na casa do abastado quanto do pobre, influenciando o progresso e o desenvolvimento instrutivo da pátria. É o livro popular das famílias, a fonte da verdade e do ensino, por isso deve esclarecer as consciências e incutir o sentimento de verdade e de justiça, fomentando a evolução moral e religiosa. Por outro lado, adverte a autora, pode tornar-se pernicioso quando falsos apóstolos o transformam em interesse vil, que acreditam que a humanidade deve ser reduzida a um novo caos para ser refundida.

3.2 A *BELLE ÉPOQUE* PAULISTANA - AS IMPOSIÇÕES DA NOVA ORDEM

Em se tratando das condições sociais da mulher deste período, Gilberto Freyre (2006) retoma desde o sistema patriarcal-agrário, no qual a organização social caracterizou-se pela exploração da mulher pelo homem, que prevaleceu por muito tempo no Brasil por uma diferenciação exagerada dos sexos, dando ao homem “todas as oportunidades da iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos” (p. 207). E foi um processo muito lento o da saída da mulher do lugar intimamente doméstico para um tipo de mulher mais instruída, substituindo a mãe ignorante e quase sem outra repercussão sobre os filhos que a sentimental, da época de patriarcalismo ortodoxo em que os homens dominavam todas as atividades extra domésticas.

Soibet (1997) explica que na *Belle Époque* brasileira, correspondente ao período de 1890-1920, com a instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país, os grupos ascendentes se preocupavam em “transformar suas capitais em metrópoles

⁴⁸ Publicado em Alagoas, de 1889 a 1897. A publicação do texto de Anália foi na edição de 12 jan. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843792&pesq=analina%20franco&pasta=ano%20189>>. Acesso em 20 jul. 2019.

com hábitos civilizados, similares ao modelo parisiense” (p. 362), sendo tomadas novas medidas com relação ao trabalho, que passava do compulsório ao livre e, quanto aos valores e formas de comportamento das mulheres, a “medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal”. E a natureza do homem, por sua força física, era “autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” (p. 363), mantendo a condição da mulher como submissa ao homem.

Com a modernização das cidades, “as elites trocaram a vida fechada e isolada do mundo rural e dos pequenos núcleos urbanos, que tinha a igreja como principal espaço de sociabilidade, pelas novas formas de reunião social e de diversão abertas” (RAGO, 1997, p. 586). Os principais encontros sociais eram nos teatros, óperas, confeitarias, restaurantes e cafés-concerto, como descreve Margareth Rago:

Em São Paulo, as temporadas líricas do Teatro São José, construído em 1876, as exibições teatrais e de cantores internacionais no Teatro Politeama, no Teatro Santana e no Teatro Municipal, construído em 1911, fizeram grande sucesso. Desenvolveu-se o gosto pelas corridas hípias realizadas no Hipódromo do Jockey Club, na Mooca, onde passeiam alguns dos personagens do escritor modernista Menotti Del Picchia, nos anos 20. A vida noturna tornou-se mais animada e frequentada. No Progredior, “Grand bar, confeitaria e restaurante da rua 15 de Novembro”, conforme anúncio da época, reuniam-se muitas famílias, em geral estrangeiras, tornando o ambiente mais formal; à noite apresentavam-se vários grupos de música (p. 586).

A autora acrescenta que as mulheres das classes média e alta passaram a se vestir de acordo com a moda francesa, assim como as cortesãs de luxo que eram financiadas pelos “coronéis”; e as pobres (operárias, costureiras, floristas, garçonetes) começam a ser observadas nas ruas da cidade. Mas apesar da modernização, o moralismo é muito forte nas relações familiares e os códigos da conduta sexual eram bastante severos para as mulheres.

E com o vertiginoso crescimento urbano e os problemas decorrentes da urbanização “o mundo público acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças”, além de questões como “o aumento das epidemias, da violência, dos roubos, a presença de mendigos, loucos, cáftens, menores abandonados nas ruas da cidade, sem falar das agitações políticas, em grande parte

promovidas por anarquistas e socialistas” (RAGO, 1997, p. 588). Esse espaço público moderno ficou estabelecido como um ambiente sobretudo masculino, “do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos” (p. 603), pois a participação da mulher na vida pública era considerada contrária à sua natureza biológica. Os códigos de conduta foram fundamentados nas concepções preconceituosas que regeram as relações entre os sexos, as diferentes classes sociais e grupos étnicos, “acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino” (p. 604). A autora ressalta que a figura da mulher pública era associada à imagem da prostituta.

3.2.1 Quanto mais a civilização progride, mais aumenta consideravelmente o número dos pobres

Na averiguação dos textos publicados de Anália, fica evidente a análise contextual que ela faz dos principais contrastes do progresso e do desenvolvimento na sociedade brasileira do século XIX, pois junto ao progresso da civilização, há uma grande indiferença, egoísmo, materialismo e o desequilíbrio moral. Chama a atenção para a necessidade da luta pela instrução e contra a ignorância, letargia intelectual, a corrupção, os falsos prestígios, a centralização, os desperdícios e a política de opressão. Para esta educadora, a única garantia da consolidação da República seria a instrução do povo, pois o verdadeiro progresso do espírito humano está nos nobres combates do espírito e nas lutas da inteligência, não na força brutal.

Vários países e principais cidades são citados como exemplos de práticas de progresso e desenvolvimento com relação às condições das mulheres, principalmente em uma versão que ela faz da carta de Mme. Gagneur: Nova Iorque, França, Rússia, Inglaterra, Suécia, Berlim, Estados Unidos, e uma crítica aos costumes sensuais, indolência, ignorância e escravização da mulher no Brasil e no Peru.

Há um forte apelo à prática da caridade, da lei religiosa, do amor, benevolência, igualdade e fraternidade para se combater a grande pobreza, desgraça, fome, ignorância,

miséria, prostituição, deficiência e atraso de organização social, lembrando das crianças órfãs que são desprotegidas, desprezadas e humilhadas, em contraposição ao progresso, verificado na impossibilidade de atender ao grande número de candidatos à proteção nos asilos, instituições beneficentes e hospitais.

As sínteses dos textos são apresentadas por ordem cronológica de publicação, e todos os que foram publicados no ano de 1889 são assinados da cidade de Taubaté.

O nosso indifferentismo, 12 jan. 1889, ed. 007. Defende que as ideias benéficas, nobres e grandiosas levam ao progresso e ao desenvolvimento das luzes e o bem-estar da sociedade, e que o egoísmo e indiferentismo causa a inércia moral. A pior adversária que a mulher tem nessa luta intelectual é a própria mulher (afirmando que foi uma escritora notável quem disse isso, sem citar o nome), pois as incertezas, as fraquezas as paixões e os preconceitos conspiram para tolher os nobres sentimentos. E que os exemplos das heroínas do progresso possam levar a uma santa cruzada contra a ignorância.

O engeitadinho, 12 jan. 1889, ed. 007. Lamenta pelos pequenos anjos que nascem em hora nefasta, privados de berço e de carícias de mãe, condenados a um sofrimento constante, desprotegidos, desprezados e humilhados. Relata que viu um desses infelizes sentado à soleira de uma mesquinha taberna, era um menino de 5 anos, com a cabecinha loira curvada sobre o peito, permanecendo muito tempo a meditar. As roupinhas muito sujas e esfarrapadas mal cobriam o corpo macilento e débil. A última vez que o viu estava encostado no balcão da taverna cantando de forma muito melancólica. Morreu pouco tempo depois e a escritora termina dizendo que, ao crepúsculo, acreditava ouvir as vibrações daquele canto ainda repercutirem na alma.

As filhas do mal, 02 fev. 1889, ed. 010. Faz uma crítica às mulheres da elite chamando-as de pecadoras elegantes que passam formosas, radiantes, pisando o asfalto com os ombros nus, constelado de pérolas e diamantes, ou surgem do rico estofado de veludo e cetim das carruagens, ostentando um luxo deslumbrante, desdenhosas e indiferentes. Confessa ter um sentimento misto inexpressível de tristeza e de profunda comiseração diante dos destinos tão desgraçados destas mulheres. E suas mães imprevidentes, quem inoculam no coração das suas filhas a vaidade, o luxo e ambição que tudo avassala, dando uma educação que parece desviá-las do seu caminho natural, pervertendo na sua origem tudo quanto é verdadeiro e justo.

A nossa apathia intelectual, 09 mar. 1889, ed. 015. Trata do progresso e o desenvolvimento da ciência, afirmando que o homem, como um ser eminentemente perfectível, deve progredir incessantemente, e que naquele século se contemplava o desenvolvimento extraordinário, a superioridade da inteligência humana, o gosto pela leitura e a ciência acessível a todos. Mas à medida que a inteligência humana engrandece, há resistência ao progresso, por isso o dever do despertar da letargia intelectual. E se não se sente afeição pelos livros é em contraposição a alguns gozos frívolos. A mãe de família é absorvida pelos afazeres do lar; a filha pelas difíceis lições do professor de piano e os cuidados da sua toilette. A literatura está deplorável porque, segundo G. Torresão, tornou-se o teatro de Sardou e Dumas Filho, e a *Madame Bovary* de G. Flaubert, sendo uma resenha do que é o adultério. O século XIX, com todo o seu progresso, tem multiplicado as conquistas do homem e facilitado a aquisição de todos os gozos sociais, levando aos prazeres materiais. Quanto mais mesquinhos são os costumes da época, mas se patenteia ausência de sentimento e de verdadeira aspiração. Deste último quarto do século XIX, de Zola e Darwin, a sensibilidade era quase um crime. As raras senhoras no Brasil que se dedicavam às letras seriam as únicas leitoras, por causa da negligência dos nossos educadores que nunca souberam inculcar o gosto pela leitura. Anália fala de um país estrangeiro, onde as operárias das fábricas dividem entre si o trabalho das companheiras que leem bem e, enquanto as suas mãos ocupam-se das oficinas, os seus ouvidos seguem atentamente a leitura. Na Inglaterra todos têm o seu livro especial; os princípios elementares das ciências são publicados no *The Popular Educator*; pequenos folhetos e jornais, com suas histórias e figuras, deleitam a imaginação das crianças despertando o gosto da leitura. E que a nossa instrução atrofiava o desenvolvimento da personalidade, que não tínhamos uma compreensão mais nítida e mais real do dever, e nem a literatura conseguiria despertar da apatia.

A nova phase, 21 dez. 1889, ed. 043. Sobre a nova era (a República) de progresso e de nova transformação social. A autora lastima que a sociedade ainda não se compenetrou da necessidade de instrução e da ideia de trabalho livremente exercido sem distinção de sexos e nem de posição, de substituir os velhos quadros, adaptar com habilidade as necessidades dos homens e suas faculdades. Nesta época de corrupção e de falsos prestígios, dizia ela, a centralização atrofia, os desperdícios arruinam, a ignorância deprime e a política de opressão esmaga, portanto era necessário ter fé na nova fase. Na França havia nascido uma ciência nova tendo por fim estudar os fenômenos sociais

principalmente na produção, na distribuição e no consumo das riquezas. Cita Worlz: Que a grandeza de um Estado depende das almas elevadas e das ideias generosas do cidadão em vez da vil escravidão. E que a única garantia da consolidação da República estaria na instrução do povo e em uma legislação que pudesse conciliar os interesses de segurança com o voto da humanidade. Cita Barrot: Quando a civilização abandonar os velhos usos da barbárie, não haverá mais guerra porque não haverá forças materiais que possam lutar contra as forças morais. Pois é a força do espírito que poderia resolver os problemas sociais, econômicos e financeiros. Para saudar a Pátria livre, ela cita Berryer: O verdadeiro progresso do espírito humano não confia na força brutal, mas nos nobres combates do espírito e nas lutas da inteligência.

Carta a Magdalena (por Mme. Gagneur) – versão, 13 fev. 1890, ed. 048. A respeito de uma carta que Mme. Gagneur escreveu para Magdalena relatando suas considerações quanto às condições das mulheres nos diferentes países que visitou. Naquele momento, relatou, estava em Nova Iorque, feliz por conhecer a Terra da Liberdade e do povo que compreende a dignidade e a independência de cada indivíduo. Civilizado desde o berço, este povo atingiu a plenitude do seu desenvolvimento, ali se executa todas as ideias úteis, os projetos sensatos, sem obstáculos nem resistências, diferente das nações europeias onde é bem difícil libertar das antigas instituições. Ela disse que visitou a Alemanha, Suécia, Noruega e Inglaterra e, sob o ponto de vista civil, a mulher era mais escravizada na França, onde as próprias mulheres não se importavam como seu destino, sendo até hostis a toda inovação. Nos países protestantes era permitido o divórcio, uma importante garantia de liberdade para as mulheres, entretanto na França as mulheres o condenavam. Isto por causa das crenças supersticiosas e dos vícios da educação.

Carta a Magdalena (por Mme. Gagneur) – versão (continuação), 20 fev. 1890, ed. 49. Segundo o texto, mesmo na época do sufrágio universal, ainda se acreditava que as superstições fossem boas para o povo, principalmente para as mulheres. A religião católica ensinada por Cristo, na sua doutrina, reabilitava todos os oprimidos, restituindo à dignidade à mulher. A Reforma despertou a mulher dessa inércia e começou a tomar mais iniciativa, pensar raciocinar e a mover-se na sua própria esfera. O principal contraste entre as sociedades latina e anglo-saxônica seria a religião, de um lado o casamento indissolúvel, uma liberdade sempre contestada, por outro lado o divórcio, uma grande preocupação dos direitos de cada indivíduo e de sua liberdade. Na Áustria um pai, aliás

atrasado, disse que a mulher das classes nobres era eleitora e podia eleger os representantes. Para a autora, o primeiro direito que a mulher teria de conquistar seria o de viver honestamente pelo seu trabalho, o que mais particularmente estuda era a condição material e moral da mulher. Na França e na Rússia as mulheres do campo morriam de trabalho, na Inglaterra e na França as operárias morriam de fome. Na Rússia se preparava um grande movimento em favor da emancipação feminina e a Inglaterra, sobre este ponto, estaria muito mais adiantada do que a França. Os suecos eram menos livres do que os franceses na admissão das mulheres nos cargos civis. Em Berlim, na Rússia e mesmo na França, havia escolas profissionais para as mulheres.

Carta a Magdalena (por Mme. Gagneur) – versão (continuação), 27 fev. 1890, ed. 50. Na América a mulher podia ser médica, ocupar cadeiras de professores, onde ela era instruída, ativa e cheia de dignidade. Stendhal disse que a admissão das mulheres no mesmo pé de igualdade que o homem seria a prova mais cabal de civilização, ela duplicaria as forças do gênero humano e as probabilidades do seu bem-estar. A autora diz que pretende fazer uma visita à América do sul para conspirar contra essas duas sociedades contemporâneas, a da América do norte, filha da emancipação do espírito, e da América do sul, produzida pela sujeição da razão aos prejuízos e superstições. Fazendo um paralelo sobre a situação da mulher, seu desenvolvimento moral era nos Estados Unidos, e os costumes sensuais, sua indolência e sua ignorância era no Brasil e no Peru, onde elas eram escravizadas.

O altruísmo, 05 mar. 1891, ed. 09. Refere-se à caridade como a maior das virtudes que nascem da consciência do dever. Esta resume a sublimidade da lei religiosa, de amor, benevolência universal, igualdade, fraternidade e de abnegação. Mas que esta lei não fora realizada pois por toda a parte se via pobreza e desgraça e somente alguns cuidavam dos que ficam sem sustento e sem amparo. Analia levanta os seguintes questionamentos: Que importa que os pobres sofram se a sua vida foi sempre de miséria e resignação? Que importa que eles tenham fome se já sabem o que é passar dias sem comer? Que importa se esse triste bando de crianças pobres e abandonadas à ignorância e vagabundagem, sem instrução obrigatória e sem o ensino profissional, vão mais tarde povoar os cárceres ou serem arroladas nas matrículas policiais da prostituição? A fome, ignorância, miséria, prostituição, deficiência e atraso de organização social provavam que os costumes e as instituições não praticavam a verdade nas palavras de justiça e de amor ensinadas pelo Nazareno. Se não pudesse extinguir, pelo menos minorar tantos males. Existe a caridade

material, caridade intelectual e a caridade moral, por isso é o mais sagrado de todos os deveres. Relata que quando foi movida por um sentimento de profunda condolência, ergueu sua humilde voz e por entre a conspiração do silêncio e da indiferença pública, alguém se enterneceu pela sorte dos pobres e enviou uma pequena quantia que lhes foi distribuída. O altruísmo há de ser sempre inalienável da nossa natureza, conclui.

Os pobres, 18 fev. 1894, ed. 169. Propõe-se a tratar dos pobres, declarando que esses infelizes estavam votados toda vida à desgraça e à miséria, parecendo que, quanto mais a civilização progredia, mais aumentava consideravelmente o número dos pobres. Prova disso é cada asilo que se criava, cada instituição beneficente que se organizava, cada hospital que se abria, correspondia logo a um número tão avultado de candidatos à proteção que se tornava impossível socorrer a todos. Grande parte da culpa recaía sobre o egoísmo da vaidade, do hábito de dispendir muito com frivolidades, tornando a própria existência cada vez mais cheia de dificuldades. Algumas congregações de caridade que a autora considera utilíssimas foram as fundadas em nome de São Vicente de Paula, homem prodigioso, proclamado o herói da caridade. E questiona: Há quem diga que a esmola estimula a preguiça, mas que proveito do seu trabalho se pode esperar do aleijado, do mendigo que se arrasta sobre muletas, da viúva carregada de crianças, do octogenário vergado ao peso dos anos, dos idiotas e dos órfãos de menor idade? Que as mães educassem seus filhos nos preceitos da moral cristã, conduzindo-os até à enxerga do pobre, para que o grito da miséria lhes despertasse no coração a mágoa das aflições do próximo. Toda moral evangélica estaria na caridade.

Notas e impressões, 3 mar. 1894, ed. 171, assina este texto da cidade de São Carlos. Declara que, no último quartel deste século, junto ao progresso fecundo da civilização, havia uma corrente glacial de indiferença, de positivismo desolador, de zombaria desrespeitosa, de egoísmo esterilizador que atrofiava a coragem, uma espécie de fastio crônico da existência. A filosofia e a literatura inferior só descrevia e assimilava a depressão dos personagens e o vazio das paixões mais ignóbeis. Contra o materialismo, a indiferença e o desequilíbrio moral, restava a fé no progresso, nos desígnios de Deus e na história. A moralidade e as crenças não se decretavam pelas leis, nem pela força, mas sim das educações, das convicções e dos costumes, cabendo às educadoras a sublime missão e o dever e a responsabilidade de guiar a infância para descobrir os horizontes mais amplos da consciência e do sentimento.

3.3 A CONDIÇÃO LABORAL DAS MULHERES

Nas últimas décadas do século XIX, as circunstâncias do trabalho feminino no mercado laboral fazem parte do processo de mudança da mão de obra escrava pela livre, havendo uma diversificação da exploração da força de trabalho com a entrada de imigrantes no país. Sobre as tarefas que as mulheres assumiram, além das domésticas, das condições de trabalho e dos lugares que ocuparam na economia do país, é o que tratamos a seguir.

Depois da promulgação da Lei do Ventre Livre e da Abolição dos Escravos, em substituição à mão de obra escrava, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar na lavoura, nas fazendas de café, assim como nas fábricas que surgiam nas cidades. Os dados são fornecidos por Margareth Rago (2003): “Entre 1880 e 1930, entraram no país cerca de 3,5 milhões de imigrantes. Um terço deles, ou melhor, 1.160.000 eram italianos; 1 milhão, portugueses; 560 mil, espanhóis, mais de 112 mil eram alemães: 108 mil, russos e 79 mil, australianos” (p. 580), que eram motivados pela propaganda de um futuro próspero e pela dura condição social de seus países de origem, sendo esses o substancial contingente de trabalhadores das fábricas que se estabeleciam no Rio de Janeiro e em São Paulo. A maioria das operárias das primeiras fábricas fazia parte da imigração europeia: “Italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias, judias [...] uma quantidade enorme de moças jovens e brancas trabalhando nas fábricas, especialmente em São Paulo” (p. 580).

Nesse contexto, houve um grande crescimento demográfico na cidade de São Paulo que se tornou um centro capitalista de comercializações de produtos e serviços por causa da economia cafeeira e a chegada dos trilhos dos trens em 1863, tornando-se bastante atraente para trabalhadores da indústria, do comércio, de serviços públicos e de atividades autônomas, provisórias e domiciliares. Nestas atividades industriais nas quais era escassa a mecanização, a força de trabalho era principalmente de imigrantes, de mulheres e crianças e essa mão de obra era abundante e barata nas primeiras fábricas, sendo que os setores de metalurgia, calçados e mobiliário eram ocupados pelos homens. Como afirma Matos (2017):

Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total dos empregados. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolate), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres, e estas também atuavam na manufatura de cigarros, charutos e fumos, tocador, fósforos, velas e sabão. Pesava, na opção por empregar mulheres, a ideia bastante difundida da delicadeza para lidar com certos produtos, submissão, paciência, cuidado e docilidade eram atributos femininos [...] O emprego feminino fabril se caracterizou pela expressiva participação de imigrantes e preferencialmente de jovens, que recebiam o ordenado que representava apenas 65% do masculino adulto (p. 48).

Rago (2003) apresenta os números de um dos primeiros levantamentos feitos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo em 1901: “as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil enquanto as crianças respondiam por 22,79%. Em outras palavras, 72,74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças”, e outro de 1912, de uma visita a sete estabelecimentos fabris dos inspetores do Departamento Estadual do Trabalho e constataram que “de um total de 1.775 operários, 1.340 eram do sexo feminino”. E das 247 indústrias têxteis inspecionadas no recenseamento de 1920, “do total de 34.825 operários arrolados, 14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres. Nas 736 indústrias, do vestuário e toucador, pesquisadas, 5.941 (56,61%) trabalhadores eram do sexo masculino, e 3.554 (33,87%), do sexo feminino” (p. 581).

As dificuldades eram muito grandes para as mulheres fazerem parte deste mundo dos negócios, “Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido — pelos homens - como ‘naturalmente masculino’” (RAGO, 2003, p. 582). Na rotina da divisão do trabalho nas fábricas, os homens ficavam com os cargos de direção, de mestre, contramestre e assistente, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas, e não havia uma proteção da legislação trabalhista para o trabalho feminino.

As condições de trabalho eram execráveis, com enormes jornadas de trabalho, chegando a se estender de 11 a 14 horas diárias, muitas vezes sem descanso semanal, em ambientes insalubres, baixos salários e tarefas rotineiras mecanizadas e pouco qualificadas, determinando a desvalorização da mão de obra feminina e a volumosa

presença das mulheres nas indústrias. Este é um motivo das mulheres terem sido tão ativas nas reivindicações e lutas por igualdade de direitos, mesmo sofrendo represálias, como afirma Matos (2017):

Apesar das trabalhadoras serem vistas, inclusive pela imprensa operária, como pessoas “frágeis e indefesas”, “passivas” e “carentes de consciência política” elas participaram ativamente das lutas operárias, atuaram em mobilizações, paralisaram as fábricas, tomaram parte em piquetes, reivindicando a redução da jornada e melhores condições de trabalho. Por essa atuação, foram demitidas, taxadas de “indesejáveis”, arroladas nas “listas negras” e acusadas de roubo, sabotagem ou boicote (p. 48).

As operárias denunciaram na imprensa operária as péssimas condições de trabalho, a falta de higiene nas fábricas, o controle disciplinar e o assédio sexual. Rago (2003) cita algumas declarações publicadas, por exemplo, no jornal anarquista *A Terra Livre*, em 17 fev. 1906, no qual é divulgado que as operárias trabalhavam em média 12 horas por dia, além dos três ou quatro dias de semana em que o trabalho era prolongado até a meia-noite, correspondendo a 16 horas. “É isto horrível? É ou não é um regime bárbaro?”. No ano seguinte, o mesmo jornal delata sobre o grande número de mulheres e crianças na fábrica de tecidos Santa Rosália, em São Paulo, onde os salários eram extremamente baixos e a jornada de trabalho extensa, das 5h30 às 19h30, “Alguns domingos, trabalha-se até as 11 da manhã [...] O serão foi estabelecido para compensar o tempo perdido nos dias santos” (p. 584).

A autora menciona outro caso, o depoimento de uma operária chamada Luiza Ferreira de Medeiros que trabalhou desde os sete anos de idade na fábrica têxtil de Bangu, subúrbio do Rio de Janeiro, durante a Primeira Guerra Mundial, com o horário de trabalho das 6 da manhã às 17 horas, sem horário definido de almoço, “Era à critério dos mestres o direito de comer, e tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. As refeições eram feitas entre as máquinas. Apenas uma pia imunda servia-nos de bebedouro. Nunca recebíamos horas extras, mesmo trabalhando além do horário estabelecido”. E quanto ao assédio: “Mestre Cláudio fechava as moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha. Chegava a aplicar punições de dez. a quinze dias pelas menores faltas, e até sem faltas, para forçar as moças a ceder a seus intentos” (p. 584).

Fausto (1995) relata a greve geral de 1917, na qual se formou, em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária, com os seguintes pontos principais de seu programa, como informa o autor (p. 300): aumento de salários; proibição do trabalho de menores de 14 anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos; jornada de 8 horas, com acréscimo de 50% nas horas extras; fim do trabalho nos sábados à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito de associação. E acrescenta:

Foi, entretanto, só no curso da vaga de greves que se cogitou de aprovar uma legislação operária. As principais propostas partiram dos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Elas foram reunidas em um projeto de Código de Trabalho, em que se previam a jornada de 8 horas, limites ao trabalho de mulheres e menores, a licença para as mulheres grávidas. O projeto foi bombardeado pelos industriais e pela maioria dos congressistas. Restou apenas a lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho, aprovada em 1919 (p. 301).

Mesmo nessa situação deplorável, as muitas mulheres que trabalhavam nos primeiros estabelecimentos fabris foram aos poucos sendo expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a substituição pela força de trabalho masculina: “Enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%”, as indústrias se desenvolveram com a Primeira Guerra Mundial, “o aumento de 83,3% da população operária no espaço de treze anos, explica-se pela ampla incorporação do trabalho masculino em detrimento do feminino” (RAGO, 2003, p. 582).

Além das indústrias do Sudeste, afirma Rago, muitas mulheres pobres trabalhavam em propriedades rurais, nas plantações e colheitas; e nas casas das cidades como “empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas — em escolas, escritórios, lojas, hospitais, asilos ou, ainda, circulavam pelas ruas como doceiras, vendedoras de cigarros e charutos, floristas e prostitutas”. Nas camadas médias e altas, “muitas se tornavam professoras, engenheiras, médicas, advogadas, pianistas, jornalistas, escritoras e diretoras de instituições culturais, como a famosa feminista Bertha Lutz” (p. 597).

Soibet (2003) completa que, em seus desvalorizados trabalhos domésticos, as mulheres desenvolviam redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência de seus familiares:

Seus ganhos estavam na última escala, desdobramento das concepções relativas à inferioridade feminina, incapaz de competir em situação de

igualdade com os homens. E, apesar de todas as precariedades de seu cotidiano, assumiam a responsabilidade integral pelos filhos, pois “maternidade era assunto de mulher” (p. 367).

A historiadora norte-americana Joan Scott (1991) traz algumas reflexões sobre a mulher trabalhadora no século XIX na Europa e na América, abordando a questão da feminilidade e a compatibilidade com seu salário, pois como o seu trabalho remunerado era sempre insuficiente, conseqüentemente as mulheres não produziram o valor econômico significativo, “a descrição que a economia política fazia das leis dos salários femininos criou uma espécie de lógica circular na qual os baixos salários tanto causavam como demonstravam o fato de que as mulheres eram menos produtivas do que os homens” (SCOTT, 1991, p. 457). Portanto se os salários femininos representavam sua menor produtividade, seus baixos salários provavam que elas não podiam trabalhar tanto como um homem, criando esse círculo vicioso. E os sindicalistas procuravam garantir os seus empregos mantendo as mulheres afastadas do mercado de trabalho, aceitavam que os salários delas eram mais baixos e, por isso, tratavam as trabalhadoras mais como uma ameaça e não como possíveis aliadas.

Com relação ao magistério feminino, desde o início do Império, a educação era muito precária nas províncias brasileiras, que atribuíam à ausência de mestres e mestras com boa preparação, portanto a necessidade de escolas de formação de professores e professoras, então as escolas normais começaram a ser criadas em meados do século XIX. Mas houve uma “feminização do magistério”, como coloca Louro (1997), pois os homens estavam abandonando as salas de aula possivelmente por causa das oportunidades de trabalho no processo de urbanização, industrialização e o aumento das atividades de comércio que eram mais rentáveis, legitimando “a entrada das mulheres nas escolas — ansiosas para ampliar seu universo —, restrito ao lar e à igreja. A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como ‘tipicamente femininas’: paciência, minuciosidade, afetividade, doação” (p. 450), constituindo a imagem das professoras como dóceis, dedicadas e passivas. E complementa Louro:

O processo de “feminização do magistério” também pode ser compreendido como resultante de uma maior intervenção e controle do Estado sobre a docência — a determinação de conteúdos e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres, horários, livros e salários —, ou como um processo paralelo à perda de autonomia que passam a sofrer as novas agentes do ensino (p. 450).

A autora faz referência às jovens das classes populares que trabalhavam em fábricas, comércio ou escritórios podendo representar um risco, o trabalho era imprescindível para a sobrevivência, mas era ameaçador, por isso ela não poderia se afastar da “vida doméstica, da alegria da maternidade, da pureza do lar” (p. 453).

Neste cenário, ficou conceituado que o trabalho fora de casa para a mulher seria transitório, até o momento do casamento, para ela cumprir a verdadeira missão feminina de esposa e mãe, ou para as solteironas e viúvas, e isso favoreceu para que seus salários fossem baixos, pois a principal fonte de sustento da família era da figura masculina, que representava o provedor capaz. Era dificultoso conciliar e manter a vida profissional com a doméstica pela valorização da função feminina no matrimônio e na maternidade.

As instituições de ensino para o magistério das mulheres eram basicamente escolas normais públicas, colégios normais religiosos, internatos particulares e escolas laicas ou de orientação religiosa instalados tanto nas cidades mais importantes das províncias como também em cidades menores. Eram ministradas aulas de “português, matemática, geografia nacional, história do Brasil e geral, história sagrada, catecismo, pedagogia e também puericultura, psicologia, economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar, sociologia e ainda outras” (LOURO, 1997, p. 456). A autora acrescenta o aprendizado de canto orfeônico, educação física e ginástica, moral e civismo e até de teatro.

Havia a ideologia da maternidade associada à ideia de que o papel de uma mãe é ficar limitada à vida privada, pois o trabalho da mulher fora de casa poderia destruir a família, na qual as crianças cresceriam sem o guardamento materno, reforçando os códigos rígidos de moralidade para as mulheres e a determinação da esfera pública como essencialmente masculina, e a privada como o espaço inerente da dona de casa.

O jornal operário *A Razão*, em 29 de julho de 1919, citado por Rago (2003), apresenta os do discurso médico, defendendo que o dever da mulher não consiste em abandonar seus filhos em casa para trabalhar na fábrica, podendo originar consequências lamentáveis, pois o melhor seria que somente o homem provesse as necessidades do lar.

As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade, seduzidas pelas

facilidades do mundo moderno, pelo discurso radical do feminismo e do anarquismo ou convivendo de perto com o submundo da prostituição, as mulheres deixariam de ser mulheres (p. 585).

Mas novas possibilidades de trabalho e de atuação se apresentavam com a crescente urbanização, a industrialização e as novas formas de interação social norteados pelos modelos europeus, o que, para muitos médicos e higienistas, levaria à destruição da família, pois as mulheres não poderiam mais cuidar da casa ou do marido, e os filhos, futuros cidadãos da pátria, ficariam sem a devida educação formadora do caráter. Esta preocupação pertencia à elite e às classes médias por suas jovens iniciarem suas carreiras como médicas, advogadas, biólogas, engenheiras, pintoras, etc. Neste contexto, “o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido, ao lado de temas relacionados à sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição. Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a ‘rainha do lar’ e o ‘reizinho da família’” (p. 588). Essa representação da mulher foi produzida pelo segmento masculino, branco e “pequeno burguês” da sociedade brasileira de então. Uma representação hegemônica que passou a ser vista como “natural”, e não como produção cultural e historicamente datada.

Na revista *A Mensageira*, publicada em São Paulo entre 1897 e 1900, e na *Revista Feminina*, entre 1914 e 1936, foram publicadas as ideias das feministas que defendiam os benefícios do trabalho feminino fora do lar:

uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno. Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros [...] que é a bem da própria família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e de apoio seguro de uma educação bem feita [...] Uma mãe bem instruída, disciplinada [...] funda no espírito de seu filho o sentimento da ordem [...] Uma mulher ignorante, ou fútil, não pode ser uma mãe perfeita (p. 590).

A autora reforça que os ensinamentos de Augusto Comte, Os membros do Apostolado Positivista do Brasil, concebiam o dinheiro como um objeto sujo, degradante e particularmente masculino, contrário à natureza da mulher e, portanto ela não deveria possuí-lo, restringindo-se ao lar, seu “espaço natural”, para não ser atraída para o mundo público. “A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da

mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família” (RAGO, 2003, p. 592). Como foi um discurso científico, deve-se ter o cuidado e a análise crítica até mesmo com a própria ciência, que não pode ser vista como um todo homogêneo, desprovido de contradições.

Uma matéria intitulada *A lei do trabalho*, de 31 dez. 1889, ed. 044, Analia defende que, sendo os princípios da Revolução Francesa, a liberdade, a justiça e a fraternidade os fundamentos da democracia, e o futuro pertencente a ela, impõe-se que se contribua humildemente com o trabalho e para a educação do povo. As principais causas do atraso e da pobreza seriam: a educação tradicional, os hábitos aristocráticos herdados de fidalgos preguiçosos dos bons tempos coloniais, além da deficiência da inteligência e pelo gosto ao trabalho. A autora chama a todos a se empenharem na cruzada civilizadora com o objetivo de melhorar as condições físicas e sociais daqueles que padeciam, investindo na atividade coletiva e centralizando as vocações individuais. Se a liberdade estava na verdade, como afirmou Jesus, a ciência que conduz à verdade seria a grande emancipadora dos povos, assegurando a paz, a família, a prosperidade, a liberdade do trabalho, o bem-estar, a felicidade e o engrandecimento real de toda a humanidade.

Portanto a conquista da mulher foi sendo cada vez maior por todos os espaços públicos, no trabalho, nas escolas e nas atividades sociais, enfrentando as mais adversas situações no combate por condições justas e igualitárias. E nesse campo de batalha se destaca a luta de Analia em favor da emancipação e dos direitos da mulher, principalmente o de oportunidade de acesso à instrução em defesa da igualdade de suas capacidades intelectuais comparadas ao homem, como meio de ascensão a melhores condições econômicas, usando como instrumento de conscientização a força argumentativa de suas produções textuais, apesar dela não ter apresentado as condições históricas de produção das desigualdades sociais (econômicas, políticas, culturais).

3.4 CONCEPÇÕES EDUCATIVAS NA MODERNIZAÇÃO DO PAÍS

Após a proclamação da Independência, o Brasil assume o discurso da necessidade de se criar uma imagem contrária daquela que predominava: colonial, atrasado e inculto,

mesmo que as transformações propostas para essa mudança fossem apenas aparentes. Fomenta-se a valorização da educação neste projeto de um novo país, como explica Louro (2003): “As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus [...] O Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta”. Em 1827 foi legislado o estabelecimento “de ‘escolas de primeiras letras’, as chamadas ‘pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império’”. Mas a sociedade era escravocrata e principalmente rural, “em que latifundiários e coronéis teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada” (p. 444).

Das poucas escolas que havia, a maioria era para meninos, fundadas por leigos e por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; professores ministravam para os meninos e professoras para as meninas, mas as incumbências desses mestres e mestras eram diferentes: os primeiros ensinamentos para todos era ler, escrever e contar, saber as quatro operações e a doutrina cristã, porém apenas aos meninos eram ensinadas as noções de geometria, enquanto as meninas aprendiam bordado e costura.

Quando os deputados regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias” — aliás o único nível a que as meninas teriam acesso -, afirmaram que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar”. Aqui vale notar que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro — que só seria usufruído pelos professores (LOURO, 2003, p. 444).

Essa diferenciação educacional evidencia as divisões de classe, raça e religiosa da sociedade, na qual as meninas das camadas mais pobres já cumpriam tarefas domésticas, na roça e no cuidado com irmãos menores e, portanto, a educação escolarizada era relegada a um segundo plano. Algumas ordens religiosas femininas ofereciam educação a meninas órfãs, moças sem emprego e às desviadas. Para as que pertenciam às classes mais favorecidas, as aulas eram ministradas nas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas, e, além da escrita e das noções básicas da

matemática, era ensinado piano, francês e “as habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças” (p. 446), o objetivo era agradar os futuros maridos e representar uma figura aprazível socialmente, reforçando o discurso hegemônico de que a mulher não precisava ser instruída, mas sim educada moralmente, pois sua principal missão era ser esposa e mãe virtuosa e educadora do lar. Louro lembra, por meio da primeira lei de instrução pública do Brasil, de 1827, que a mulher deveria ser educada por sua função de educadora dos filhos e não por seus próprios interesses e necessidades: “As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas” (p. 446).

Sobre essa situação de ignorância que se encontra a mulher, cria-se um círculo vicioso, como defende Telles (2003), pois ela não pode participar da vida pública porque não tem instrução e vice-versa. Ela apresenta as ideias defendidas pela autora Nísia Floresta que se colocou contra o trabalho em vão das mulheres, pois esse trabalho preenche um tempo inútil, e que elas não foram criadas para serem escravas dos homens, com a obrigação de serem submissas e agradá-los. E exorta as mulheres “a mostrarem ‘pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação’, de quanto seriam capazes se lhes fizessem justiça”, e usa o termo “feliz” para a condição dos dois gêneros que vivessem sem as desigualdades, como sendo a reparação para a desarmonia: “Só em situação de igualdade os ‘dois sexos viverão felizes e não terão motivos de se acusarem mutuamente” (TELLES, 2003, p. 406). Nísia dava primordial importância à educação das mulheres, expressa em seus livros *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (resultado à tradução do livro *Vindications of the Rights Of Woman* de Mary Woolstonecraft), *Conselhos à minha filha* e outros escritos publicados, defendendo que o ensino poderia mudar as consciências e a vida econômica e social dominada pelos homens. A velha crença da escola como instituição promotora de ascensão social.

3.4.1 O estado da primitiva deseducação

Último quarto do século XIX, extinção das escravidões e o movimento da civilização moderna em repulsar todas as tiranias, deveria ser motivo de grande orgulho à nação. Vivenciando este cenário, Analia aponta as ostensivas contradições e flagelos da sociedade para o conhecimento e o despertar do que ela chama de apatia e indiferença. Os nove textos apresentados nesta seção evidenciam a deplorável situação da educação no país, sobretudo a disponibilizada à mulher, como consequência do sexismo e da ignorância, e os reflexos nas questões sociais, econômicas, religiosas, familiares e de trabalho. De forma geral, ela atribuía à ignorância e à falta da educação como a causa da miséria, sem apresentar, diretamente, maiores reflexões sobre outras origens para esse mal como, por exemplo, as mazelas produzidas no âmbito das relações de exploração do trabalho pelo capital e pela distribuição desigual da renda, entre as demais práticas sociais historicamente situadas.

Ciente do que acontece em outros lugares do mundo, Analia afirma que em alguns países de adiantada civilização, é praticada uma educação feminina mais vasta, que possibilita maior acesso ao mundo superior, que lhe comunica as ciências, as artes e as manifestações do pensamento reflexivo. Falando de forma generalizada, são citados países como, por exemplo, a Inglaterra, onde havia um consenso que a mulher tem as faculdades intelectuais e aptidões para desempenhar todos os trabalhos de oficina, com capacidade de elevar-se ao nível do homem e possuía escolas para todas as profissões populares; os Estados Unidos criaram escolas após libertarem os negros; a França com escolas profissionais; na Itália (Milão e Turim) as escolas profissionais para o sexo feminino estavam no nível das da Alemanha; na Suíça, a instrução era obrigatória nas escolas de Friburgo; e são citadas ainda as escolas da Suécia e da Prússia.

Os problemas sociais do Brasil começam pela confrontação da miséria de muitos com as acumulações colossais de alguns, sendo necessária uma unidade social para se desenvolver a ideia civilizadora e de grande alcance, como, segundo Analia, têm feito as nações cultas. Reiteradamente ela intercede a favor da instrução, pois alega que, naquela época democrática, a propaganda do progresso e da civilização era a instrução, para solidificar o edifício social, apoiado e fortalecido na ciência e na moral. A instrução, portanto, ampliaria o horizonte das ciências, artes, civilização moral e da própria liberdade, porém a ignorância era a companheira da anarquia e da demagogia, tornando-se a origem principal da estagnação política, moral e industrial de um povo. Enquanto o homem fosse vítima dessa ignorância, a escravidão não se extinguiria da terra, porque ele

não teria a força de caráter, independência, liberdade de ação e, por conseguinte, a plenitude da sua existência. Conclui Analia que os desprovidos de altruísmo, os gananciosos são as massas ignorantes e estúpidas, movem-se ao sabor de quem lhes satisfaça as mais humildes e egoísticas ambições.

Suas ferrenhas críticas voltavam-se para o descaso em que se encontrava a situação educacional, pois apesar do governo empregar ações para as escolas estarem ao alcance de todos, estas definhavam por falta de recursos. Quanto aos professores, muitos eram inábeis, mas existiam também os que, por iniciativa própria, conservavam-se na altura da sua missão. As escolas públicas eram colocadas em péssimas casas com total carência, a distribuição das classes era inadequada e não havia acomodações suficientes, não possuíam móveis e nem material didático. Mesmo com o novo programa de ensino, o professor não dispunha dos devidos recursos para transformar a organização da escola e dar um caráter mais prático à instrução.

Quanto à educação da mulher, tema principal dos artigos de Analia, era mantida nos modelos da Idade Média, como ela afirmava, apresentando as seguintes dificuldades: a instrução era deficiente e mal orientada, o ensino era limitado e superficial, sendo tratada com indiferença. Esta educação, privada do desenvolvimento da razão e da reflexão e a educação moral como noções abstratas e superficiais, consistia apenas na aquisição de prendas agradáveis para que ela pudesse brilhar, agradar e reinar na sociedade, desperdiçando sua existência em frivolidades, cultivando a prática da hipocrisia, vaidade e egoísmo. O agravante desta educação atrofiadora e fútil, que esteriliza o intelecto e anula as capacidades, deprava o caráter e destrói a dignidade, era que a mulher se tornava mesquinha, sem o sentimento de sua independência, de sua responsabilidade, nem o bom senso que disciplina o critério, nem a lucidez que a oriente. A doença da sociedade era a ignorância da maior parte das mulheres, a dificuldade em se interessar por assuntos sérios, sua falta de gosto artístico e literário e de curiosidade espiritual. Sendo enfraquecidas por uma educação deplorável e fútil, a qual ensinava o gosto da ostentação do luxo e das banalidades, em detrimento das virtudes e vigor no espírito. São menos curiosas de saber por que ignoravam tudo na inconsciência própria de analfabetos que não sabiam que a instrução era a garantia mais sólida de sua felicidade.

Qual deveria ser o conteúdo de aprendizagem para as mulheres? Analia aponta alguns, desde os mais difíceis problemas da ciência, aperfeiçoando as letras e as artes,

incentivando a indústria a novas produções e o comércio a novos empreendimentos, e não apenas no ensino da leitura, escrita, contabilidade, música, canto e dança, ignorando o estudo das leis naturais que constituía a higiene, a fisiologia, a história natural, a economia e a moral. Com o auxílio de uma instrução séria, a mulher poderia ser iniciada em todos os estudos que pertencem aos homens. E como deveria ser ministrado esse conteúdo? Deveria se tornar atraente o ensino da leitura, escrita, cálculo, língua pátria, geografia, com o material escolar mais moderno e recursos indispensáveis ao ensino intuitivo.

Para garantir a existência no caso de necessidade, seria indispensável ensinar à mulher profissões práticas e verdadeiras, que pudessem ser úteis na vida, tanto para a rica quanto para pobre, porém Anália censura as de classe social elevada por seu excesso de vaidade e de desprezo ao próximo, julgando-se superior à espécie humana e que, para estas, não se estimulava ao trabalho para manter a existência, mas ao menos para adquirir a glória. E quanto à educação da alma e do coração que ocupa maior lugar na existência da mulher, como era valorizado por Anália, não se devia limitar à aparência, mas praticar o bem de acordo com a sua consciência.

É ressaltado que o desenvolvimento não era só da mente, mas do corpo, pois o intelecto estaria sujeito às enfermidades físicas e precisava de ar puro e exercício, para fortificar os pulmões e garantir o desenvolvimento salutar, era por isso que estavam aumentando as doenças pulmonares.

Para a autora, a mulher tem um papel fundamental na constituição da família e na moral dos filhos, pontuando que a mulher deveria compreender todos os seus deveres e direitos para que pudesse formar dignamente o caráter dos filhos, pois a educação dos homens devia começar pela das mulheres, as primeiras mestras do homem. Caberia à mãe, em grande parte, o trabalho de corrigir e aperfeiçoar o caráter e a inteligência dos filhos, auxiliando o professor no desenvolvimento da sensibilidade, do raciocínio, da imaginação e da consciência, já que os pais se ausentavam para prover as necessidades materiais da família. Mas se a mãe possuía pouca compreensão da vida por falta de conhecimento das faculdades, os próprios homens sofriam as consequências da educação da mulher: todos os defeitos e lacunas da educação da mulher afetavam desfavoravelmente na educação do homem.

Sobre o trabalho da mulher, as necessidades se multiplicavam, e só o trabalho do homem não bastava, a mulher pobre não podia se limitar ao lar, sendo obrigada a se lançar no trabalho e a lutar constantemente pelo pão de cada dia. Mas elas não tinham, como o homem, a oportunidade de desenvolver a inteligência e, se eram habilitadas para algum trabalho, este não servia para promover os recursos da sua subsistência e ficavam condenadas à eterna dependência. E se ficassem paralisadas por doença ou abandonadas à desventura? Questiona a autora.

Em prol da emancipação da mulher, Analia faz várias referências de notáveis economistas, sábios, filósofos, escritores, educadores, entre eles muitas mulheres, quem ela chama de “espíritos esclarecidos”: Aimé Martin, Mme Bernier, Mme Agassiz, Michelet, Pelletan, Jourdan, Say, Mirabeau, Mme. Stael, Chateaubriand, Sêneca, Fontenelle, Diderot, Donnet, Littré, M. Dupanloup, Spencer, Kant, Parmentico, Cuvier, Castellar, Jorge Herbert, Hobbes, Mme. Louise Alquié de Rieuepeyroux, D. António Costa e M. de Leveleye.

Seu apelo era convocar para a luta contra a indolência de uma população habituada à inércia, pois a apatia e a indiferença levavam à falta de fé, de patriotismo, ao progresso e ao bem-estar social. Analia clamava à iniciativa particular para se unir aos meios oficiais, pois a cruzada contra a miséria e a ignorância só poderia ser feita pelo esforço coletivo, com a prática do altruísmo e da beneficência. E a escritora reforçava seu lado patriótico: todos os que amam o bem e o progresso deveriam, por obrigação de patriotismo, retribuir a dedicação devida à pátria. Vamos aos excertos dos textos.

*As maes*⁴⁹, texto publicado na 1ª edição, nov. 1888. Enaltece o papel da mulher como a primeira mestre do homem, o primeiro instrumento na educação da primeira idade, quando se formam o gosto e as observações. As mães influenciavam profundamente, quase soberana sobre os filhos, com os seus exemplos, conselhos e até com suas lágrimas. Que o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos filhos não fosse mais nos atrofiadores moldes que foi o legado da Idade Média. Existe o movimento progressivo que se empenhava em instruir as mulheres, porém bem superficialmente, e,

⁴⁹ Foi também publicado em: *Echo das Damas*: Órgão dedicado aos interesses da Mulher (RJ), 1879 a 1888. Redatora: Amelia Carolina da Silva Couto. Analia aparece como colaboradora. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248207&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20188>>. Acesso em 02 ago. 2019. Edição 11, de 04 jan. 1888.

quanto à educação, nem no lar doméstico, nem nos estabelecimentos apropriados de ensino cuidava-se adequadamente, pois se trabalha para ornar a memória, mas não o entendimento e a consciência. Cita Aimé Martin: A educação hoje constitui na vaidade, na aparência e não no ser. A volubilidade de um sexo influencia nos hábitos do outro, elas são fúteis para agradecer, é preciso que os homens se tornem frívolos para as seduzir. Menciona Madame Bernier: As mulheres ignoram os seus deveres e abusam do seu poder, perdendo o mais precioso dos seus dotes - serem úteis. Analia faz uma crítica à decadência moral da época, em que a única paixão predominante era acumular riquezas, resultando em egoísmo e indiferença, e que só as mães poderiam impedir esta torrente do materialismo, educando dignamente a nova geração, mas a instrução por si só era uma arma perigosa, sendo indispensável a cultura moral e o pensamento religioso.

Os Filhos, 08 dez. 1888, ed. 002. Sobre o poder e a intensidade do amor maternal: o tempo poderia destruir todas as mais caras ilusões, a mocidade, os dias de ventura, o amor, tudo se esvai ao sopro da fatalidade; mas o amor maternal era o sentimento imenso, profundo, que fazia vibrar as fibras mais delicadas do coração da mulher, resistindo a todos os embates, todas as vicissitudes, e só a morte teria o poder de extingui-lo. Analia afirmava serem muitos os exemplos admiráveis de abnegação heroica do sublime amor de mãe. Entretanto a autora advertia que este sentimento excessivo no coração de muitas mães poderia tornar-se funesto tanto para a educação dos filhos como para a sua própria existência. Cita o exemplo de uma mãe cujo amor chegou a tal insensatez que, cercando os filhos das mais frívolas precauções, ao invés de contribuir para o seu desenvolvimento, os cuidados excessivos atrofiaram-lhe a natureza física e moral. Por intuição ou por experiência própria, sabe-se que o excesso é sempre prejudicial, os impulsos da ternura deveriam ser restringidos quando se tratava do futuro e bem-estar dos filhos. A mãe deveria tirar a força necessária do seu puro amor quando fosse preciso corrigi-los, pois a experiência havia mostrado que os filhos que receberam uma educação por mimos excessivos eram justamente os mais ingratos a seus pais. Não aconselhava a severidade, pelo contrário a virtude risonha deveria acompanhar a toda parte, a moldar-se ao tempo, cingir-se às ocorrências; não se impõem, insinua-se, não castiga, seduz. Segundo Analia, Deus concedeu somente para a mulher essa energia extraordinária e quase sobre-humana, com a qual ela podia velar o leito do seu filho moribundo, com toda a abnegação, perseverança e assíduos cuidados de todas as horas.

Analia expôs a ideia de um sábio orador, sem citar o nome: Por mais talentoso e zeloso que fosse o professor, ele não podia chegar até a profundidade onde estão os hábitos definitivos, pois além do contínuo exemplo que os pais dão aos filhos, há entre eles os laços de sangue, uma relação íntima e contínua que participa do caráter do pai e da mãe; que escola seria capaz de suplantá-la, com suas características, histórias, lições, força educadora, suas alegrias e provações partilhadas em comum, sobretudo na luta incessante para conquistar o pão cotidiano? Por fim, a autora argumenta que, neste século ativo, questionador e positivo, cujos admiráveis progressos traziam esperanças sobre o futuro e o bem-estar dos homens, era contristador ver como estava descuidada a educação moral e religiosa da mocidade. A instrução por si só não bastava, era preciso crenças firmes que suavizasse os males da vida. Caberia ao amor maternal fortificar a infância com as armas poderosas da educação moral e religiosa para as agruras da vida e os embates da impiedade.

A mulher e sua educação, 22 dez. 1888, ed. 004, por estar no último quarto do século XIX, ela denunciava que a educação da mulher ainda era deficiente e mal orientada, a emancipação feminina não passava de uma aspiração vaga e longínqua e que na Inglaterra, um dos países de adiantada civilização, a opinião geral era que as faculdades intelectuais e todas as aptidões da mulher eram apropriadas para desempenhar os trabalhos de oficina, em grandes administradores e também era capaz de elevar-se ao nível do homem. Mas para isso seria preciso derrubar a barreira dos preconceitos e das convenções errôneas da sociedade e que o ensino, dando exclusividade à inteligência e não à sensibilidade, era limitado e superficial.

Acreditando sempre na educação libertadora da mulher e na compreensão dos seus direitos como meios de conquistar grandiosos destinos, Analia sustentava que a mulher deveria estudar os mais difíceis problemas da ciência, aperfeiçoando as letras e as artes, incitando a indústria a novas produções e o comércio a novos cometimentos. Cita M. Agasis na sua *Voyage au Brésil*, no qual afirmou que o Brasil não se importava com a educação das mulheres, fazendo referência à *Gazeta de notícias*, de outubro de 1885, com os seguintes dados: de 6 milhões de senhoras, 5 milhões e 325 mil eram analfabetas. E conclui que, se o progresso atual libertou o servo, deveria também igualar a mulher ao homem pelo desenvolvimento de todas as suas faculdades para que ela pudesse cumprir sua missão na sociedade como filha, esposa e mãe com dignidade.

A mãe, 29 dez. 1888, ed. 005. Reforçando as reflexões anteriores, o texto fala da notável influência benéfica que uma mãe virtuosa exercia sobre os filhos, sabendo misturar a lição com o sentimento. Faz referência a Fénelon: a piedade nada tem de fraco, engradece o coração, mesmo ao filho que se deixa arrebatado pelo vício e desperdiça sua vida. Cita a antiga sociedade romana onde as mulheres eram escravizadas e o imperador Augusto não encontrou soluções nas leis domésticas, tendo de recorrer às leis políticas, demonstrando o estado deplorável em que se achava aquela sociedade corrupta. Refere-se também a Cristo, que elevou a mulher da situação escrava para a social. Cita M. Maynard: a mulher tem de ser emancipada pela religião, pelos costumes e pela lei. Ela é a grande influência na família e na posteridade, sustentou impérios e também os converteu. Menosprezar a instrução para as mulheres era comprometer o futuro bem-estar de quase toda a sociedade.

*Educação feminina*⁵⁰, 19 jan. 1889, ed. 008, sobre a indiferença com relação à educação feminina. O texto apresenta os seguintes argumentos: se o jornal servia como recreio e instrução ao pobre e substituiu o livro aos menos favorecidos, então a empresa jornalística deveria apresentar escritos úteis que ampliassem os conhecimentos para o bem. Era um erro a ideia de que a educação da mulher consistisse exclusivamente na aquisição de prendas agradáveis para que ela pudesse brilhar e reinar na sociedade. A maioria dos pais receava dar uma instrução mais ampla às suas filhas julgando que o desenvolvimento das faculdades pudesse desviá-las do dever, mas era engano supor que a sua virtude se baseasse na ignorância e na inexperiência, como preservativo contra as ciladas das paixões e seduções do coração.

A autora faz algumas citações a quem ela chama de espíritos esclarecidos, como Michelet, Pelletan, Jourdan e outros, que reclamam uma instrução que a fizesse independente da espécie de escravidão que a subjugava, pois outros homens ciosos dos seus privilégios verberaram a mulher inteligente e cultivada como ridícula e pedante, alvo de ironia mais ferina. Ou a tratavam com desdém nas célebres *Preciosas* de Molière, ou atiravam-lhe a errados epigramas nos paradoxos de A. Karr, ou nas homilias de S. Paulo. Defendendo o papel fundamental da mulher na constituição da família e na moral dos

⁵⁰ Publicado também no jornal *Echo das Damas: Orgão dedicado aos interesses da Mulher* (RJ) – 1879 a 1888. Redatora: Amelia Carolina da Silva Couto. Anália aparece como colaboradora. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248207&pesq=analina%20franco&pasta=ano%20188>>. Acesso em 15 jul. 2019. Edição 54 de 27 mai. 1888.

filhos, pontuou que, entre esses dois extremos, havia a mulher educada na justa compreensão de todos os seus deveres e direitos para que pudesse formar dignamente o caráter dos filhos em afetuosos sentimentos e elevadas ideias. Pois havia uma preponderância instintiva e espontânea com que ela influía naturalmente sobre a família, sendo que cada uma de nós era, até certo ponto, a imagem do meio em que passamos os primeiros anos. E termina citando o economista Say e o sábio Mirabeau: A educação dos homens devia começar pela das mulheres. A nossa instrução deveria estar ligada com a educação moral na qual se baseava todo o cultivo do espírito para atingir o seu fim supremo.

O lar feliz, 09 fev. 1989, ed. 011. Eram felizes aqueles que, mesmo em meio aos tristes acidentes da vida, gozavam de paz dentro de um lar ameno e tranquilo. Era no lar que a mulher exercia a sua preponderância em toda a plenitude, benéfica ou perniciosa, resultando na paz e felicidade da família, ou as calamidades e misérias que eram a consequência inevitável das dissensões domésticas. Era a mulher que tinha a imaginação mais viva e a sensibilidade mais delicada, portanto não era preciso uma inteligência tão elevada para descobrir o segredo de todas as atenções e cuidados que devia dispensar na vida doméstica. Aqueles que tinham o coração livre dos efêmeros prazeres ou das contaminações das páginas soporíferas de Holbach, Diderot e Schopenhauer, que nunca fora apagada a fé religiosa, a caridade cristã e a paz do espírito, saberiam compreender e pôr em prática a verdadeira lei do progresso moral: a caridade. A mulher que proporcionasse o conforto e bem-estar a todos que a cercavam, desenvolvendo o que elevava o coração e o que enriquecia a inteligência, haveria de receber por certo as bênçãos da divindade onisciente.

O ensino complementar e profissional da mulher, 13 abr. 1889 ed. 020. Abre o texto declarando que o século XIX aniquilou todas as escravidões e sua adiantada civilização repeliu todas as tiranias, enchendo de um nobre orgulho. E até a mulher, sendo um ser fraco, vulnerável e doente, como era chamada, usava da atividade mental e do vigor do seu braço na moderna arena do trabalho junto com o homem. Em uma civilização adiantada, as necessidades se multiplicavam, e só o trabalho do homem não bastava, daí a necessidade do trabalho para a mulher, a quem era indispensável arrancar-se da educação mística e nociva. A mulher pobre não podia se limitar ao lar, sendo obrigada a se lançar no trabalho. Sobre a educação das filhas dos proletários, que frequentavam as escolas públicas, mal começavam a ler eram retiradas da escola pelos pais para assumirem

as responsabilidades femininas. Se eram habilitadas para algum trabalho, este não servia para promover os recursos da sua subsistência e ficavam condenadas à eterna dependência. O caráter da sociedade de então era a miséria de muitos confrontada com as acumulações prodigiosas de alguns. E a mulher, constrangida a lutar incessantemente para conquistar o pão cotidiano, não tinha, como homem, a inteligência desenvolvida, o senso moral formado, o coração bem constituído e nem o hábito do trabalho. E se ficassem paralisadas por doença ou abandonadas à desventura? Então a triste condição da mulher poderia ser compreendida.

Analia referiu-se a um orador, sem citar o nome, o qual mencionou a Associação de Proteção e Instrução do Sexo Feminino, fundada na cidade do Funchal, por dona Maria de Atouguia e Almeida⁵¹, cujo nome da Associação muito se assemelha ao da AFBI, criado posteriormente por Analia, possibilitando uma influência. O orador reiterou que a mulher popular não recebia o ensino profissional, não tinha carreira, não concorria para a existência da sociedade, e isso era ser pior que um animal, porque ao animal se dava o ensino necessário para cumprir a sua missão. O que se diria de uma nação que não tivesse instituições como universidades, politécnicas, liceus, institutos agrícolas, industriais, comerciais, que não formasse juristas, médicos, teólogos, naturalistas, matemáticos, farmacêuticos, oficiais para o seu exército, essa tal nação seria uma tribo selvagem. A nação portuguesa estava selvagem porque a sua organização oficial de ensino não ministrava o ensino profissional para a mulher, e sim aulas de música no conservatório e outras impróprias de instrução popular nos Recolhimentos do Calvário e da rua da Rosa⁵², verdadeiros cárceres inquisitoriais de educação assassina, onde os poderes públicos tinham deixado definhar a juventude, em vez de melhorarem. A liberdade deste povo havia sido dada há meio século e a mulher continuava no estado da

⁵¹ Maria Helena Jervis de Atouguia e Almeida (pseud. Berta de Ataíde) nasceu no Funchal, a 16 de setembro de 1847. Emigrou mais tarde para o Brasil, onde ficaria durante 30 anos. Destacou-se pela criação de projetos voltados para a caridade e para a educação das mulheres e pela sua veia poética. Disponível em: <<http://aprenderamadeira.net/almeida-maria-helena-jervis-de-atouguia-e-pseud-bera-de-ataide/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

⁵² Fundado no início do século XIX, o Recolhimento da Rua da Rosa, no Bairro Alto, em Lisboa, tinha por objetivo “receber, e educar principalmente meninas pobres, e formar dellas boas mãis de famílias”. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305710397_Assistencia_as_orfas_no_Bairro_Alto_o_Recolhimento_da_Rua_da_Rosa>. Acesso em: 14 mar. 2020.

primitiva deseducação. A liberdade sem o ensino profissional era hipócrita e faltava com o seu mais sério dever: a educação do povo.

Faz referência a alguns países e seus modelos de escola, como os Estados Unidos que, após concederem a liberdade aos negros, criaram centenas de escolas quantas eram necessárias para os educar e instruir. A França tinha suas escolas profissionais, como por exemplo a escola *Chapital*, a Inglaterra possuía escolas industriais, manufadoras e do desenho aplicado a todas as profissões populares, na Itália oferecia escolas profissionais para o sexo feminino, onde as de Milão e de Turim estavam no nível das da Alemanha, sem falar nas da Suíça e da Suécia. Nos EUA havia o colégio *Vasar*, profissional para as filhas do povo, edificado segundo o modelo das *Tulherias*.

A continuação deste texto é publicado em 20 abr. 1889, e apresenta alguns objetivos da Associação do Sexo Feminino: socorro mútuo: as sócias tinham direito a facultativo, medicamentos e subsídio pecuniário nas doenças e na temporária impossibilidade de trabalhar, na velhice e quando estivessem presas; eram também socorridas na doença as pessoas da sua família do sexo feminino que habitavam com elas, maiores de 50 anos e menores de 12. No ensino primário complementar, ministrava a educação moral e religiosa, inculcando nos corações os preceitos e conselhos por meio dos atos diversos da vida e a oportunidade das circunstâncias, era o sistema intuitivo natural e progressista, tendendo a formar boas donas de casa, esposas e mães. A biblioteca auxiliava no ensino complementar e profissional, levando os livros nos domicílios. Sobre a educação física, havia a doutrinação dos preceitos higiênicos, exercícios ginásticos, recitação e canto coral. O ensino profissional estava dividido em 6 classes (nota-se que todas as atividades estão voltadas para práticas manuais, e que poderiam gerar alguma renda):

- 1 - Criar o bicho da seda, fazer trança e chapéu de palha, lavar, engomar, fiar, tecer, afazeres de cozinha e de criada;
- 2 - Coser, marcar de agulha, pontear, remendar, fazer meia, crochê, redes, frioleira;
- 3 - Desenho linear com aplicação a ornato, ao bordado e as flores, bordar em branco, trabalhar por medida e fazer roupa branca, espartilhos;
- 4 - Costura e mecânica;
- 5 - Talhar por medida e fazer vestidos, capas, manteletes;
- 6 - Fazer toucas, tocados, enfeites, flores, rendas, bordados, chapéus de tecido de seda ou lã, obras de cabelo etc.

Analia conclui que toda ideia civilizadora e de grande alcance precisava de uma unidade social para se desenvolver, como havia pensado as nações cultas. Nossos pensamentos eram acanhados e não tínhamos livre iniciativa. Que o amor da pátria pudesse pôr em prática o princípio de associação para combater a ignorância que quebranta e esteriliza, segundo um grande pensador: a cristandade deve começar pela infância. Então ela convoca todos os esforços para estimular os indiferentes para a perspectiva do futuro a que se tinha direito, ao seu talento, aos estudos e o amor ao trabalho.

A nossa educação, 23 mai. 1889, ed. 025, sobre a necessidade de se contribuir para o progresso das luzes e aperfeiçoamento moral, mas o preconceito impedia o desenvolvimento físico, intelectual e moral, cuja educação se conservava nos moldes da Idade Média. A educação das filhas era privada do desenvolvimento da razão e da reflexão. Cita Mme. Stael que afirmou ser a vitória da luz benéfica à grandeza da humanidade, então não se devia recusá-la a essa metade do gênero humano que exercia grande influência nos costumes dos homens. Cita Chateaubriand que criticou o estacionário, os defensores dos costumes antigos por serem mais puros que os modernos, o que seria um completo engano acerca da natureza do homem. Ela fala sobre a apatia e a indiferença, e sobre o pensamento de Sêneca, que defendia a educação da mocidade em contraposição ao desejo pela riqueza e pelas delícias. A maioria dos estabelecimentos de instrução consistia apenas no ensino da leitura, escrita, contabilidade, música, canto e dança, ignorando o estudo das leis naturais que constituía a higiene, a fisiologia, a história natural, a economia e a moral, não dando importância às coisas sérias e preferindo as futilidades. Desde a infância era ensinado o gosto da ostentação do luxo e das banalidades, em detrimento das virtudes e vigor no espírito. Não se deveria perder a coragem, ao invés de ficar na inanição dos colossos egípcios, era preciso convergir as forças para se cuidar com mais carinho da educação na infância, que era o primeiro estado, e para retribuir a dedicação devida à pátria.

Instrução popular, 02 nov. 1889, ed. 036. Publicado na primeira página, ela inicia o texto dizendo que só agora se considera o ensino do povo como uma questão de alto interesse público, como uma necessidade social. Cita o século XVIII, no qual o filósofo Fontenelle afirmou que a verdade tem grandes perigos, já Diderot dizia que a instrução abrandava o caráter e aponta o dever e os vícios. Nesta época democrática, a instrução é a propaganda do progresso e da civilização, para solidificar o edifício social,

apoiado e fortalecido na ciência e na moral. Nos últimos tempos, a instrução tinha se tornado comum e acessível a todos, mas havia uma desproporção extraordinária entre os que sabiam alguma coisa e os que tudo ignoravam. O governo havia colocado as escolas ao alcance de todos, mas as escolas definhavam por falta de recursos. Quanto aos professores, muitos criticavam que eles eram inábeis, mas existiam também os que, por iniciativa própria, conservavam-se na altura da sua missão.

Continua afirmando que não se deveria cruzar os braços e esperar tudo dos poderes públicos, pois eram muitos e complexos os problemas no ensino. Na pátria de Washington, a instrução era generalizada a todas as camadas sociais, tornando atraente o ensino da leitura, escrita, cálculo, língua pátria, geografia, com o material escolar mais moderno e recursos indispensáveis ao ensino intuitivo. Criticou ela que todos eram fascinados por opções egoístas, contaminados por uma espécie de apatia moral que levou à falta de fé e patriotismo, tornando indiferentes ao progresso e bem-estar social. As escolas públicas foram colocadas em péssimas casas onde faltava tudo, a distribuição das classes não estava de acordo com a moderna pedagogia devido à insuficiência das acomodações, eram desprovidas de imóveis e de material para se transmitir o ensino. Mesmo no novo programa de ensino, o professor não poderia dar o desenvolvimento preciso por não dispor dos recursos para modificar a organização da escola e dar um caráter mais prático à instrução. O engrandecimento de uma nação estaria na instrução do seu povo. Para esse esforço seria preciso reunir, aos meios oficiais, a iniciativa particular que todos não deveriam se esquivar. A cruzada contra a miséria ignorância só poderia ser feita pelo esforço coletivo.

Notas sobre a educação feminina é um extenso artigo dividido em seis partes e publicado em onze edições, sempre na primeira página. A parte inicial foi publicada em 19 abr. 1890, ed. 056, já abrindo o assunto com a denúncia de que, apesar dos avanços do progresso, a mulher permanecia ainda submetida à humilhante tutela de menor, sua educação rotineira era uma disciplina de convento, onde o estudo e os livros eram considerados coisas perigosas para ela, mesmo naquele século que aboliu todas as escravidões, nivelou todas as castas e destruiu o monopólio da instrução que pertencia às classes privilegiadas. Faz novamente referência à Michelet por ser um dos que clamavam contra a tirania e preconceitos que subjugavam a mulher. A mulher teria a preponderância instintiva que influiria naturalmente no caráter do sentimento. Infelizmente a educação moral não passava de noções abstratas e tão superficiais que não penetravam o coração.

E os limitados conhecimentos que recebiam consistiam na arte exclusiva de brilhar, agradar, subjugar, valendo-se de todos os artifícios. Tantas mulheres desperdiçavam a melhor parte da existência em frivolidades.

Notas sobre a educação feminina II, 17 mai. 1890, ed. 060, levanta a questão da reforma educativa, tendo por fim a reconstituição completa de toda a organização social. A desigualdade de cultura seria a causa da desigualdade social. Os pais e os preceptores começavam a ver a necessidade de se desenvolver inteligentemente as inclinações juvenis, por uma educação conforme o espírito da época e adaptada às necessidades da civilização moderna. No último quarto do século XIX, era admirável que ainda se discutisse se a mulher deve ou não ser libertada da escravidão intelectual que a oprime. Em quase todos os países não se hesitava em dar à mulher uma educação mais vasta, que lhe desse acesso ao mundo superior, que lhe comunicasse as ciências, as artes e todas as manifestações do pensamento reflexivo.

Notas sobre a educação feminina (cont. II), 24 mai. 1890, ed. 061. Reforçando a importância do papel de mãe como educadora, o texto inicia com a crítica de que os pais se esqueciam de que as filhas eram as mães da humanidade, deixando-as entregues a si mesmas, ou as entretinham com os gozos de momento, de modo que não se dedicavam a um estudo metódico que as habilitasse atingir a plenitude das duas funções supremas de sua existência: mãe e primeira educadora da infância. Donnet, citado pela autora, disse que era impossível formar corações sem ao mesmo tempo desenvolver espíritos, a educação só seria digna quando desenvolvesse todas as suas faculdades, o coração, a inteligência e a vontade. Ela conclui que a educação era atrofiadora e fútil, esterilizava o intelecto e anulava as capacidades, depravava o caráter e destruía a dignidade. Era preciso despertar da apatia e ser vigilantes do progresso dos filhos.

Notas sobre a educação feminina III, 31 mai. 1890, ed. 062. Sobre a religião cristã: o cristianismo já não comovia a maioria das gerações modernas, mais dadas ao positivismo. Contudo eram numerosos os benefícios que a sociedade devia a essa religião de amor incomparável ensinado pelo divino da Galileia. Foi o cristianismo que havia inaugurado no mundo a Lei do Amor e da fraternidade. A mulher educada no puro espírito do evangelho sabia pôr em prática a verdadeira doutrina de Cristo; e a mulher que aceitava indiferente os deveres da religião cumpria apenas como um preceito de alta educação mística.

Notas sobre a educação feminina (cont. III), 07 jun. 1890, ed. 063. Dando seguimento às considerações sobre a religiosidade da mulher, ela reprovava o misticismo fanático e os religiosos que maldiziam as escritoras: a mulher educada no ascetismo monástico que se preocupava exclusivamente com o interesse da sua salvação, desenvolvia em si o egoísmo e a intolerância para com as dissidentes. A devotíssima filha espiritual devia pertencer à ordem do Rmo. Padre Ribeiro D'Almeida. As suas censuras dirigidas às escritoras deste jornal mostravam-se adversas à educação da mulher adstrita a uma ordem Mística. Esta educação era antinatural, prometia a perfeição pela completa abdicação da vontade, pela mutilação do indivíduo, pela humildade excessiva levada até ao desprezo de si próprio, distanciando-se da lei do amor ensinada pelo Nazareno, por excessos de zelos e atos de intolerância. Produzia desordens e desequilíbrios agravados pelos cilícios, pelos jejuns e pelos terrores de fantásticas culpas. O ascetismo religioso teria produzido as mais sublimes virtudes, mas também os mais perniciosos exemplos. A autora se diz tão adversas à mulher que negava a divindade de Cristo e que voltava as costas à igreja, como a mulher educada no exaltado misticismo devoto.

Notas sobre a educação feminina IV, 14 jun. 1890, d. 064. Continuando a considerar as questões da educação religiosa, afirma que o desenvolvimento majestoso daquele século determinava a crise da luta travada entre o misticismo e o racionalismo. A mulher não encontrava refúgio nem na lei religiosa, conjunto de práticas sem significação, convencional, que lhe foi ensinada, e nem na educação incompleta que recebeu, sem cultivo das faculdades reflexivas, mas sim a prática da hipocrisia, vaidade e egoísmo. Assim a mulher não possuía uma fé que a fortalecesse, nem o sentimento de sua independência, de sua responsabilidade, nem o bom senso que disciplina o critério, nem a lucidez que a orientasse, tornando-se simplesmente um ente brilhante e mesquinho.

Notas sobre a educação feminina (V), 16 out. 1890, ed. 079. Aborda as maneiras eficazes de se educar: as nações à luz da civilização e do progresso apresentavam novas ideias sobre a mais potente das funções sociais, a função educativa. Littré disse que era na arena pedagógica onde se acolhia a luta suprema da civilização. Mesmo as mais aperfeiçoadas instituições pedagógicas eram infecundas se se desprezasse a poderosa influência da mãe, a primeira mestra do homem. O homem haveria de sempre agir segundo os sentimentos afetivos que recebeu na infância. Caberia à mãe, em grande parte, o trabalho de corrigir e aperfeiçoar o caráter e a inteligência dos filhos, auxiliando o professor na sua missão educativa, já que os pais se ausentavam para prover as

necessidades materiais da família. M. Dupanloup disse: Mesmo a melhor educação será defeituosa sem a legítima influência dos pais. Infelizmente muitas mães estavam longe de colaborar com o professor no desenvolvimento da sensibilidade, do raciocínio, da imaginação e da consciência dos filhos, pela pouca compreensão que tinham da vida e por falta de conhecimento relativamente profundo das faculdades e do modo de pôr em prática. Spencer observou que, sendo a mãe desprovida de qualquer guia teórico, era absolutamente incapaz de guiar a si mesma pela educação dos processos mentais dos seus filhos. Por instinto, desde cedo a criança manifestava a curiosidade de saber, e para que esta curiosidade não se extinguisse, e que os seus primeiros lampejos de inteligência se convertessem numa chama permanente, cumpria à mãe alimentar constantemente o interesse dos filhos para o descobrimento da verdade, dando-lhes surpresas novas e aplaudindo as conquistas de suas pequenas dificuldades.

Notas sobre a educação feminina, 23 out. 1890, ed. 080. E para este fim, continua a autora, a mãe deveria preparar-se por um trabalho mental, algum estudo, grande paciência e algum domínio sobre si mesma. Como diz Littré: Uma boa mãe vale cem mestres. Caberia à mãe a maior parte no cuidado de formar o caráter dos filhos. A doença que estava enferma a nossa sociedade era a ignorância da maior parte das mulheres, a dificuldade em se interessar por assuntos sérios, sua falta de gosto artístico e literário, sua falta de curiosidade espiritual. A seguir são citados alguns escritores notáveis que atribuíram suas virtudes a suas mães: Kant, Parmentico, Cuvier, Castellar. Em suma, educar a mulher, emancipar dos preconceitos, enriquecer o espírito, formar o caráter a fim de dirigir a si mesma e a melhorar a sua existência no seio da família e da sociedade seria o modo mais potente para a grandiosa obra da regeneração universal.

Notas sobre a educação feminina VI, 27 nov. 1890, ed. 084. Sob influência dos princípios da Revolução Francesa, o texto inicia falando que as leis universais da evolução ampliavam e desenvolviam cada vez mais a iluminação do direito e o sentimento da justiça, e fundavam os alicerces de uma nova fase de fraternidade e igualdade universais. As qualidades altruístas e beneficentes nunca foram tão destacadas como no século em questão, e com relação à mulher nos países mais cultos, a sua posição social tinha melhorado consideravelmente. É claro que vamos passar algumas gerações, afirmou a autora, antes que ela possa vir a ocupar o lugar que lhe compete na plena posse intelectual e moral. Naquelas condições da sociedade era desconsolador que a maior parte das pessoas do sexo feminino, longe de contestarem a postergação dos seus direitos,

aceitavam passivamente numa espécie de anestesia. Desprovidas de experiência, enfraquecidas por uma educação deplorável e fútil, incapazes de luta, no conflito da existência, era evidente que preferiam a sujeição ao trabalho assíduo a se fortalecerem para as provas da liberdade. Consideradas como seres frágeis e ineptos, quase sempre cumpriam os seus deveres por mero instinto. O mais grave era o desprezo que se havia generalizado entre os homens para com a mulher. Às vezes eles se tornavam de uma crueldade excessiva na ironia e no sarcasmo.

Notas sobre a educação feminina, 04 dez. 1890, ed. 086. Anália pontua que os próprios homens sofriam as consequências da educação da mulher: todos os defeitos e lacunas que se notavam na educação da mulher afetavam desfavoravelmente na educação do homem, daí provinham os graves erros da educação que nem as abundâncias de raciocínios e nem forças intelectuais poderiam compensar jamais. Por mais aperfeiçoadas que fossem as leis políticas e administrativas, não eram suficientes para reformar os costumes, visto que a moral só se criava na família. Todos os que amavam o bem e o progresso deveriam, por obrigação de patriotismo, empregar todos os seus esforços para diminuir os males que oprimiam aquela sociedade. Era preciso começar pela educação da mulher, proporcionando uma cultura moral e intelectual mais elevada e mais completa, para que pudesse educar seus filhos nos primeiros conhecimentos humanos. Porém a casa não substituíria a escola, a mãe era uma cooperadora ativa dos professores, compartilhando os cuidados da educação física, moral e intelectual dos filhos, devendo aproximar-se o mais possível de uma educação ideal mais conforme a moral, justiça e dignidade humana.

Notas sobre a educação feminina, 12 mar. 1891, ed. 098. No texto final desta série, trata do desenvolvimento não só da mente, mas do corpo. Prevenir o mal e promover o bem eram os mandamentos da pedagogia futura. Cita Hobbes que disse sobre a guerra perene para o equilíbrio moral. A nova geração era obrigada a uma tensão extraordinária do espírito, pelos estudos muito extensos, privando de exercícios vigorosos e alegres, atrofiando a força física. O instrumento intelectual estava sujeito às enfermidades físicas e não poderia dispensar ser alimentado por um ar puro e regenerado pelo exercício. O homem completo era feito de corpo e espírito, sendo benéfica a partilha entre a instrução e o exercício. Daí a necessidade de uma educação mais integral e harmônica, para essa nova geração de permanente cansaço do sistema nervoso. Cita um antigo adágio, “*Mens sana in corpore sano*”. Se o sistema de educação era funesto para o homem, era ainda mais prejudicial para o desenvolvimento e conservação de energia constitucional da

mulher, que a privava de uma completa liberdade de ação, tolhida na sua atividade física, por mero erro da pedagogia ou pela impiedosa vaidade. Sem essa atividade alegre que fortificava os pulmões e garantia o desenvolvimento salutar, elas cresciam incapazes de acautelarem a si mesmas nas horas do perigo e apresentavam também uma aparência de palidez doentia, junto a uma certa timidez que geralmente acompanhava a fraqueza. É por isso que estariam aumentando as doenças pulmonares. Cumpria aos que se preocupavam seriamente da questão educativa, combater os seus métodos de ensino que atrofiava o desenvolvimento natural das crianças e trucidavam a sua inteligência.

Educação Maternal, 02 out. 1890, ed. 077. Sobre as ideias de Mme. Alq (Louise Alquié de Rieupeyroux) que, segundo Analia, uma ilustre educadora, a qual reafirmou a necessidade da instrução para a mulher de todas as classes, o ensino de todas as prendas domésticas e a aprendizagem de uma profissão para garantir a existência no caso de necessidade. Estabeleceu os conhecimentos conforme a posição de fortuna de cada uma, principalmente da classe média que era a mais numerosa e aquela que se ocupava dos afazeres domésticos e tinha mais tempo de cultivar o espírito. Analia questiona em que consistiria a boa educação no geral? E responde que se ensinava, como princípios sólidos de virtude, assistir maquinalmente os ofícios religiosos, inclinar-se levemente diante de pessoas conhecidas, e governar bem a sua casa. No colégio aprende-se apenas algumas línguas estrangeiras, quase sempre ignorando a sua própria, alguns trechos ruidosos no piano, algumas noções de desenho, e todos os trabalhos de agulha mais em voga; e os pais assim ficavam plenamente satisfeitos como se a mulher não tivesse outro destino no mundo se não brilhar e reinar, sem lembrar das tristes vicissitudes de que a vida humana era tão cheia. Esta espécie de educação era tanto para a rica quanto para pobre, com a diferença que a primeira havia mais esmero na parte artística, inoculando uma grande dose de vaidade e de desprezo ao próximo, de modo que se julgava superior à espécie humana que vegetava em torno dela. Com o auxílio de uma instrução séria, a mulher poderia ser iniciada em todos os estudos que pertencessem aos homens, para poder compreender e escutá-los com prazer, e ainda mais para ajudar nas adversidades. Para mulher de esfera social elevada, não se podia estimular ao trabalho para manter a existência, mas ao menos fazer trabalhar para adquirir a glória.

Educação maternal II – 09 out. 1890, ed. 078. Apresenta a justificativa de qual deve ser o conteúdo do aprendizado das mulheres: O ensino das ocupações domésticas compreenderia a costura, engomado, cozinha, cuidado dos doentes e das crianças, do

conhecimento no preparo dos alimentos, bem como os problemas da economia doméstica, etc. A instrução feminina deveria consistir no estudo de aritmética, história, geografia, literatura, um pouco de medicina e química no ponto de vista doméstico, seria de muito mais utilidade a uma mãe de família do que saber analisar as matérias de que se compõem o sol e a lua como geralmente se ensinava às jovens educandas em cursos de física especial. O ensino de uma profissão deveria fazer parte de toda a instrução feminina e não deveria ser puramente nominal, as pessoas que nunca trabalharam por dinheiro pensavam que era fácil ganhá-lo. Era indispensável ensinar à mulher profissões práticas e verdadeiras, que pudessem ser úteis na vida. E quanto à educação da alma e do coração que ocupava maior lugar na existência da mulher, não se deveria limitar à piedade e à virtude em aparência somente, mas praticar o bem de acordo com a sua consciência, sem se importar com o que o mundo iria dizer.

*Instrução obrigatória*⁵³, 30 out. 1890, ed. 081. Este texto questiona a atual reforma e aperfeiçoamento da instrução pública como um dos problemas mais preocupantes. Decretou-se regulamentos, programas, portarias para promover a reconstituição mental dos indivíduos, porém os resultados desta cruzada contra a ignorância popular foram insuficientes, pois a questão não estava no decretamento de providências paliativas, estava na seriedade do assunto. Refere-se à afirmação de D. António Costa de que a instrução era glorificada com os lábios e era deslembrada com as obras. Era enorme e assombrosa a desproporção da quase totalidade dos que estavam na ignorância, por isso eram menos curiosos de saber porque ignoravam tudo na suprema inconsciência própria de analfabetos que não queriam saber que a instrução era a garantia mais sólida de sua felicidade, e que seu primeiro dever era assegurar a sorte dos filhos, instruindo-os e inspirando-lhes amor à ordem, ao trabalho, a fim de que eles proporcionassem amparo e recursos quando fossem velhos enfermos. Era na ignorância e na falta de educação que residia a fonte da miséria, desordem, crimes e vícios. A instrução ampliava o horizonte das ciências, artes, civilização moral e da própria liberdade, porém a ignorância era a companheira da anarquia e da demagogia, tornando-se a origem principal da estagnação política, moral e industrial de um povo. Enquanto o homem fosse vítima dessa ignorância, a escravidão não se extinguiria da terra, porque ele

⁵³ Foi publicado também no jornal *O Estado do Espírito-Santo*: (Orgão do Partido Republicano Constructor) Ordem e Progresso (ES) – 1890 a 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229644&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20189>>. Acesso em: 09 out. 2019. Edição 2366 de 14 nov. 1890.

não teria a força de caráter, independência, liberdade de ação e, portanto, a plenitude da sua existência. As massas ignorantes e estúpidas moviam-se ao sabor de quem lhes satisfizesse as mais humildes e egoísticas ambições. Foi por falta de instrução que as famosas repúblicas da antiguidade não se sustentaram. O estado não poderia deixar que tantos pais menosprezassem a instrução dos filhos, aumentando cada vez mais o número de mendigos, vagabundos e dos criminosos.

Instrução obrigatória (cont.), 06 nov. 1890, ed. 082. Inicia com os dados de M. de Leveleye: na Europa, os países que conseguiam levar a instrução a todas as classes sociais eram os que instituíram a obrigação escolar; a Inglaterra adotou, em 1870, o princípio da instrução obrigatória; na França, em consequência da irregularidade da frequência escolar, 1/3 da população era completamente letrada; na Prússia quase todos os milicianos sabiam ler e a instrução das mulheres não deveria ser inferior à dos homens, porque o número de meninas que iam à escola era tão grande como o dos alunos do outro sexo. E segundo D. Antonio Costa, no Brasil, além das leis da instrução primária serem insuficientes, os seus princípios não eram aplicados, tais como nas escolas de segundo grau, as escolas normais, o ensino obrigatório, a publicação dos compêndios, a edificação das casas escolares e outros.

É feita uma referência ao pedagogo Girard diretor das escolas de Friburgo, na Suíça, cujas transformações que operaram na mocidade foram muito salutares porque o primeiro cuidado foi adotar a instrução obrigatória e, para isso, teve de lutar com a indolência e apatia de uma população habituada à inércia, e também contra as ideias movidas pelo obscurantismo tradicional e por aqueles que consideram o povo como instrumento cego dos seus caprichos e dos seus interesses, pois temiam que, com o progresso da instrução tornado obrigatória, viessem a escassear braços para suas fábricas e oficinas. Por fim Analia complementa que a instrução era uma necessidade social e uma obrigação da sociedade, e deveria ser obrigatória para todas as crianças assim como era para a sociedade.

Conflictos modernos, 15 abr. 1894, ed. 172. O último texto dessa seção é sobre a família, como base e modelo da sociedade. Era nesse asilo sagrado que se procurava como porto de abrigo para as tempestades da vida, que se encontrava a força que redimia do caminho do mal. As muitas famílias que se uniram em casamento e se divorciavam era porque a união conjugal foi por uma conveniência do estado ou pela falta de uniformidade

entre marido e mulher sobre as questões fundamentais da vida. O homem tinha o seu organismo constantemente esgotado pelo esforço físico e cerebral, precisava de uma administração inteligente e engenhosa que o compreendesse, e não o torturasse com exigências frívolas ou mesquinhas. A mulher educada naquela época não estaria preparada para essa missão gloriosa. Como diz D. António Costa: o progresso reclama a educação universal e pede costumes novos, as mulheres seriam as realizadoras do grande princípio da educação do gênero humano, tanto na família como na escola de ambos os sexos. Era triste a falta de escolas suficientes para a educação feminina, para o ensino profissional e, como resultado, a miséria que produzia uma desproporcional prostituição.

Um dos tópicos em destaque nestes textos publicados é o combate ao preconceito, à escravidão que subjuga a mulher e à tirania, para que seja emancipada e liberta da servidão intelectual que a oprime. Que a mulher seja igualada ao homem pelo desenvolvimento de todas as suas faculdades para que ela possa cumprir com dignidade sua missão na sociedade como filha, esposa, mãe e o que mais ela almejasse ser.

3.5 AS PROTAGONISTAS DE ANALIA

O século XIX é o momento histórico do Romantismo, movimento literário cujas principais características apontadas por Bosi (1975) são a evasão e defesa que leva os românticos “a posturas regressivas: no plano da relação com o mundo (retorno à mãe-natureza, refúgio no passado, reinvenção do bom selvagem, exotismo) e no das relações com o próprio eu (abandono à solidão, ao sonho, ao devaneio, às demasias da imaginação e dos sentidos)” (p. 100), reproduzindo o encontro das paixões individuais. O sujeito é a essência da visão romântica do mundo, como explica o autor, é o emissor da mensagem, o que se evade, pois não é capaz de resolver os conflitos com a sociedade, fugindo para lugares ermos. A natureza romântica é expressiva com significados e revelações.

Os românticos cultuam as razões do coração, a imaginação e o sentimentalismo voltado à introversão, para dentro de si, para o seu mundo interior, e à própria alma para que esta possa ser revelada e confessada, como explica Moisés (1975):

E, embora confesse tempestades íntimas ou fraquezas sentimentais, experimenta um prazer agri-doce em fazê-lo, certo da superior dignidade do sofrimento. A confissão de intimidades sentimentais corresponde a descoberta de sensações ligadas à fragilidade e ao mistério dos destinos humanos, submetidos aos azares e à perpétua mudança de tudo. Imerso no caos interior, o romântico acaba por sentir melancolia e tristeza que, cultivadas ou meramente nascidas e continuadas durante a introversão, o levam ao tédio, ao "mal do século" (p. 142).

Sua terrível angústia se transforma em desespero insuportável cujo escapismo seria o suicídio ou a natureza, a pátria e terras exóticas. Para o romântico, a natureza é consoladora e uma confidente passiva e fiel, tornando-se personificada, refletindo a tristeza do "eu", constituindo o estado de sua alma. “Na contemplação dos lagos, rios, montes, o firmamento, prados, etc., o romântico descobre outros ‘mistérios’, como se estivesse pervagando ainda em seu mundo interior: o universo físico constitui um alargamento desdobrado do seu ‘eu’” (p. 143). Sua meditação intimista, solitária e profunda, que revela a existência do infinito, cultivando o sentimento religioso na visão da natureza.

O romance moderno surge no século XVIII, na Inglaterra, com a ascensão da sociedade burguesa. Telles (2003) explica que o romance substituiu as formas de ficção de direcionamento coletivo por uma orientação individualista e original, e seus enredos são constituídos por incidentes e argumentos contemporâneos. E quanto à trama, “envolve pessoas específicas em condições particulares e não mais, como antes, tipos humanos genéricos atuando em cenários determinados pela convenção literária. Para isso o estilo passa a incorporar vocábulos de uso cotidiano” (p. 402). No romance são representadas as entidades individualizadas, como por exemplo, a vida doméstica e a família, correspondendo à hegemonia do pensamento burguês. “Sendo assim, cada romance é um local de interseção de toda uma teia de códigos culturais, convenções, citações, gestos e relações” (p. 402).

No século XIX as mulheres burguesas fazem parte do público leitor, seu papel foi redefinido como “ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar” em oposição às mulheres fatais e decaídas. “O discurso sobre a ‘natureza feminina’, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando ‘usurpadora’ [...] como potência do mal”. E foi a partir dessa época, explica Telles, que

muitas mulheres escreveram e publicaram, numa época em que muitas outras não tinham acesso à educação; “tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização” (p. 403). Enfrentaram toda essa dificuldade para reformular o seu eu e conquistar a erudição tão valorizada na época.

Analia demonstrou o seu lado escritora literária produzindo muitos romances protagonizados por personagens femininas. São mulheres, cujos nomes e anos de existência são apresentados no decorrer da introdução, e pertencentes a todas as classes sociais, de diferentes idades, comportamentos e circunstâncias: sonhadoras, solidárias, ingênuas, melancólicas, resignadas, atormentadas ou sucumbidas pelo amor não correspondido, entregues às mais profundas paixões, desafortunadas pelas perdas de seus afetos, dedicadas ao mais sublime amor maternal, as que suportaram terríveis adversidades, que definiram o próprio destino, que guardavam profundos segredos no coração... enfim, as que representam as muitas heroínas do cotidiano e agentes de sua história.

São apresentados a seguir, treze dos seus romances que foram reproduzidos no jornal “A Família” de acordo com a ordem cronológica de publicação, sendo muitos divididos em partes e impressos nas edições subsequentes. Nota-se algumas características estruturais comuns na maioria deles: a valorização da natureza com a predominância de extensas descrições de paisagem e do ambiente bucólico em que está inserido o enredo; as particularidades físicas, psicológicas e comportamentais das principais personagens (algumas mulheres são comparadas às virgens de pinturas renascentistas ou da mitologia mesopotâmica); o amor romântico, ingênuo e puro, levado às últimas consequências; e os conflitos pessoais nas relações familiares, sociais e morais.

Por serem breves, este gênero narrativo é considerado conto. São histórias dinâmicas com estruturação do espaço, apresentado já na introdução, com a constante descrição minuciosa da flora e fauna que compõem o cenário, na maioria deles, do céu, rio, montanha, floresta, praia, etc., de forma tal que a natureza acaba participando da narrativa e até mesmo interagindo com as personagens em alguns casos; e a definição do tempo cronológico, especificado logo no início ou durante a história (com algumas regressões para compreensão do presente).

Na construção destas narrativas, a voz que tece as ações usa o discurso em terceira pessoa, conduzindo a história sem participar ativamente dela, expõe os eventos com objetividade, mantendo uma certa imparcialidade, e em alguns momentos o narrador mostra a intimidade psicológica da protagonista, mas sem desenvolver vínculo com as personagens ou com suas ações. E o enredo é apresentado em partes, com muitos trechos descritivos, ora revelando informações ora escondendo, criando um conflito (geralmente a luta das protagonistas para o alcance de suas aspirações) que vai se desvendar no clímax.

Publicadas nos anos de 1889 e 1890, são histórias despretensiosas, envolventes, divertidas, curiosas, surpreendentes, nem sempre com final feliz, que estão resumidas abaixo.

A cruz do arroio, 26 jan. 1889, ed. 009. História de Evelina, garota pobre de 15 anos, alegre, doce e generosa, encontrou um dia uma pobre cruz abandonada por entre as verdejantes moitas de arvoredo, perto de uma corrente, serena e límpida, de um arroio, portanto deu o nome de arroio a essa cruz. E todas as manhãs ela adornava com as mais belas e aromáticas flores, orando sempre pelo desgraçado ali tantos anos esquecido. Uma manhã, quando estava tecendo uma coroa de flores para colocar na cruz, ela avistou uma pessoa desconhecida que a contemplava com admiração. Era um belo mancebo, que agradeceu por seu zelo em cuidar daquele recinto sagrado onde estavam enterrados os seus pais. Ele contou que há 17 anos um rico caçador, no momento de atirar numa corça, caiu do cavalo e por infelicidade a arma voltou-se contra seu pai matando-o. A sua infeliz viúva pouco sobreviveu à sua desgraça deixando órfão o único filho que tinham. Este foi entregue a um parente afastado indo residir em outro lugar. Chegando à sua maioridade, ao tomar posse dos seus bens, foi informar-se do local onde perdera seu pai. Cansado de procurar e estando quase a desistir, ouviu casualmente a voz da moça que para ali o guiara. Desde então aquelas duas existências, que pareciam talhadas uma para outra, se fundiram numa harmonia íntima de sentimentos perfeitamente iguais e com mútuo afeto compreendido. Uma simpatia que tivera começo junto a um símbolo tão sagrado, não poderia deixar de ser abençoada pelo céu.

*Idílio Agreste I, II e III*⁵⁴, 16 fev. 1889, ed. 012. Inicia com a descrição de um campo, montanha, floresta e cascatas com suas belezas naturais de uma propriedade rural

⁵⁴ Foi também publicado em: *A Semana: Gazeta Litteraria* (RJ) – 1885 a 1895. Fundada por Valentim Magalhães. Diretores proprietários: J. Borges Carneiro e Bellarmino Carneiro. Disponível em:

a alguns quilômetros de Sapucaí-mirim, onde morava Genesio, rapaz órfão criado pelo opulento tio Vasconcellos, viúvo, que o havia enviado para estudar em Coimbra e obter o título de bacharel, porque queria que ele desposasse sua única filha, Olívia. Genésio era tímido, leal e generoso. Olívia, 15 anos, era ingênua e bondosa, e os dois estavam noivos. Então Vasconcellos precisou abrigar a bela Evangelina, 18 anos, a filha de um amigo, cuja mãe acabara de falecer. Quando Genesio e Evangelina se encontraram, ficaram estremecidos um pelo outro, mas sufocou este sentimento pois havia dado sua palavra ao tio e, afastando-se, fechou-se ainda mais.

Idílio Agreste IV, V e VI, 23 fev. 1889, ed. 013. Mas a paixão aumentava e começou a ficar muito abatido, e resolveu declarar-se a Evangelina, e esta diz corresponder aos seus sentimentos, mas sente-se presa ao dever da razão. Ele afastou-se desesperado e ela pôs-se a chorar e, ali perto, alguém oculto chorava em silêncio. Era Olívia, que compreendeu o sofrimento deles e foi ao pai explicar tudo e pedir em favor deles. O pai concordou e assim o fez, trazendo imensa alegria ao coração de Genésio, enquanto Olívia sofria no íntimo. Evangelina se casa com Genesio e Vasconcellos e Olívia embarcam para Europa, e ela leva na lembrança o peso de uma saudade infinita.

O canoieiro (parte 1), 16 mar. 1889, ed. 016. Descreve-se o pôr do sol do rio Paraíba e uma canoa com um rapaz pescador gentil e musculoso, solitário, mas feliz. Era órfão, adotado por um padrinho que o presava imensamente e arranjara-lhe casamento com uma prima, pois acreditava que o faria feliz. É apresentado um belo poema, que ele cantava. Uma tarde encontrou Taquary, um velho amigo, com sua única filha, Ercilia, 16 anos, que preocupava o pai porque estava empalidecendo, e o pai não sabia que sua tristeza era pelo amor que ela sentia ao canoieiro.

O canoieiro (parte final), 23 mar. 1889, ed. 017. Quando todos entraram na canoa para um passeio, o canoieiro percebeu tudo no olhar entrecruzado com a moça e sentiu-se fortemente atraído. Num certo momento o pai pergunta a ele sobre seu casamento e, então, a filha joga-se no rio com uma correnteza muito forte, desaparecendo. O canoieiro se joga atrás dela e a salva. Seus olhares expressam seus sentimentos nesse momento. E no dia que se casaria com a prima, casa-se com Ercilia. É provável que desde então nunca mais

cantasse as últimas estrofes da sua canção favorita: Jamais prendeu-me um só afeto, a choupana ou a cidade.

*O orphãosinho*⁵⁵, 30 mar. 1889, ed. 018. Narrativa descritiva de um garoto franzino que vai orar na recente sepultura da mãe e dias depois ele é visto passar num caixãozinho com um sorriso angelical, como se tivesse entrevisto a mansão bendita no seu derradeiro olhar.

A mãe de ouro, 06 abr. 1889. Ed. 019. Poema de 31 estrofes, inicia com uma descrição da natureza às margens do rio Paraíba e o detalhamento de uma casinha branca e de um pobre ancião que se dirige até o rio e fala sobre a filha que havia se afogado na correnteza quando brincava, sendo levada pela Mãe do Ouro. Teria ficado louco pela tristeza da perda, pois creu ter visto a filha nos braços da Mãe do Ouro.

A borda do abysmo, 27 abr. 1889, ed. 022. Inicia com a descrição da natureza que compõe o cenário, a mata, árvores e rochedos que fazem parte do lugar onde está um abismo, e da Anezia, órfã, 15 anos, cândida e ingênua, que sofria de profunda melancolia por ter sido acolhida por uma cruel megera, e resolveu fugir de casa deparando-se diante do abismo e pensou em atirar-se quando não mais pudesse resistir à fome. Então surge um rapaz que havia sido traído pela mulher amada e, desesperado, decidira jogar-se no abismo. Quando vê Anezia no momento em que ela ia se atirar, ele a salva agarrando-a rapidamente. Dias depois, casaram-se e bendizeram o abismo que havia atraído suas existências gêmeas no sofrer.

*A sempre viva*⁵⁶, 18 mai. 1889, ed. 024. Descrição dos primeiros clarões da Aurora, das miríades de pássaros, das acácias floridas, de flores odoríferas e de uma jovem, Natalia, 20 anos, morena, de linhas harmoniosas e puras, de muita meiguice, despertando a simpatia de todos. Naquela manhã estava imersa em inexprimível angústia, chorando a perda do seu primeiro amor. Ela tinha sido noiva de um jovem a quem amava

⁵⁵ Foi publicado também em: *Echo das Damas*: Órgão dedicado aos interesses da Mulher (RJ) – 1879 a 1888. Redatora: Amelia Carolina da Silva Couto. Analia aparece como colaboradora neste jornal. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248207&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20188>>. Acesso em 20 jul. 2019. Edição 11, de 04 jan. 1888.

⁵⁶ Publicado também em: *A Semana*: Gazeta Litteraria (RJ) – 1885 a 1895. Fundada por Valentim Magalhães. Diretores proprietários: J. Borges Carneiro e Bellarmino Carneiro. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=383422&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20188>>. Acesso em 20 jul. 2019. Edição 158, 07 jan. 1888.

muito e deveria esposar-se no prazo de dois meses. Mas ele era de espírito superficial e leviano, e a traiu, devolvendo todas as provas de afeto que em outros tempos lhe tinha dado e, entre elas, estava uma dourada sempre viva, cujas pétalas sustentavam um amarelo deslumbrante a palpitar de seiva, no meio de buquês de violetas secas. Estava chorando na janela e incomodada com a sempre viva que parecia brilhar fagulhas, como se zombasse dela e tivesse prazer em irritar as suas angústias, então ela jogou violentamente a flor pela janela. A pobre florzinha foi cair aos pés de um passageiro que, ao ver a moça, ficou seduzido pela sua beleza. O desconhecido saudou-a com um sorriso, curvou-se, apanhou a flor e guardou-a no peito. Há muito que ele a amava em silêncio pois era orgulhoso e um tanto reservado, Mas, à vista da extrema perturbação de Natalia, o moço julgou ter adivinhado os seus mais íntimos pensamentos e sentiu ser amado, como se a florzinha unida ao peito lhe segredava um mundo de revelações ignotas e dulcíssimas. Alguns meses depois, quando já casados, o moço mostrou a Natalia aquela sempre viva, de um brilho ardente que parecia ainda palpitar de seiva e ela, por única resposta, escondeu a cabeça para disfarçar o que sentia pela flor, uma pontinha de remorso.

Malvina, 01 jun. 1889, ed. 026. Retrata a imagem grandiosa do mar. e de Malvina, sempre vestida de luto, que se sentava à beira mar. no pôr do sol, olhando absorta na vasta amplidão do oceano, como que interrogando sobre o destino daquele que, de um navio, acenou com um lenço branco como se dissesse o último adeus. Na sequência descreve a personagem como alta, graciosa e delicada, comparando com as virgens de Ticiano, com a expressão amarga e triste, observava seus dois filhos, uma menina de 3 anos, e o irmão Zinho de 4 que, vestidos também de luto, brincavam alegres na praia (descrição da praia). Ao se ouvir as badaladas das Aves Marias, Malvina e as crianças dirigem-se para uma alameda, cujo extremo avistava-se a sua humilde casinha.

Malvina (última parte), 08 jun. 1889. Havia sido casada por seis anos e as crianças chamavam Anesio e Herminia e, naquela época, ela teve um pressentimento misterioso sobre o desmoronamento da sua felicidade. Enéas, seu marido, era comandante de uma fragata e por vezes fazia longas viagens. Uma noite ela sonhara com a morte sinistra e terrível do seu marido, mas ele, que devia partir em breve, não pôde ser impedido por ela. Quando ele partiu, ela sentiu uma agonia atroz, vendo-o sumir acenando o lenço branco. Alguns meses depois ela recebeu a terrível confirmação de que a fragata de Enéas tinha sido acossada por violento temporal e ninguém da tripulação sobreviveu. Apesar da lancinante angústia precisou robustecer-se para cuidar da casa e da educação dos filhos.

Sua silenciosa angústia inspirava a simpatia de todos que a ajudavam com recursos para a educação dos orfãozinhos. Seus filhos eram dedicados e extremosos. Durante muitos anos Malvina aproximava-se do mar. ao pôr do sol com o olhar perdido no extremo horizonte supondo ver eternamente agitar-se aquele lenço branco, julgando ainda ouvir tristemente o adeus entre o melancólico soluçar das vagas.

Dulce, 06 jul. 1889, ed. 029. Descrição do céu noturno da praia de Botafogo e de um baile num elegante palacete, com uma orquestra que executava valsas de Strauss, entre iguarias delicadas, vinhos custosos e contradanças, lustres esplendorosos, os ricos adereços das mulheres e o perfume das flores. Entre as formosas damas destacava-se uma encantadora moça, com a descrição de sua bela aparência e seu rico vestido, que era a única filha do visconde, dono deste palácio, que completava 18 anos. Nesta festa ela deveria escolher um noivo, todos deslumbrados pelos seus atrativos e muito mais ainda pelo seu opulento dote. Seu nome era Castorina (Analia geralmente apresenta o nome da personagem depois das descrições do ambiente). Era bem educada, inteligente, delicada e de inesgotável bondade e não encontrava entre os frívolos adoradores nenhum que realizasse a sua exigente fantasia. Ela tinha uma imagem do passado de um moço de aparência simpática que a fitava com um olhar atraente e fascinante. Perto do Palácio morava uma viúva pobre e triste com o seu filho que, enquanto dançavam alegremente no palacete, ele escrevia algumas cartas. Às vezes olhava para o palacete na esperança de que lá estivesse a mulher dos seus sonhos. E sua pobre mãe sentia uma tristeza profunda por causa das angústias do filho, seu nome era Acácio. Quando ele viu passar a filha do Visconde, parecendo com as Virgens dos contos escoceses, sentiu admiração, e via sempre o palacete que ficava quase em frente à sua modesta residência e, aos poucos, foi sendo consumido pela paixão.

Dulce (cont.), 20 jul. 1889, ed. 031. Resolveu partir para São Paulo para fugir dessa fascinação e, apesar da grande dor, sua mãe consentiu e incentivou (descreve o terrível sentimento sofrido da mãe), esperando que voltasse curado. Seu nome era Dulce, que ficou viúva quando ele tinha 3 anos e foi abandonada e humilhada por todos, mas extremamente dedicada ao filho que desenvolveu belas qualidades e, à custa de heroicos sacrifícios, formou o filho em medicina. A partida é descrita com muita tristeza, a mãe se despede como se fosse a última vez que veria seu filho.

Dulce (cont.), 03 ago. 1889, ed. 033. Após o baile Castorina tornou-se uma mulher pensativa e séria. Quando se encontrou com Dulce, seu olhar melancólico, meigo e afetuoso causou impressão à moça, que a seguiu com o olhar até ela entrar na sua casinha. O final da história deveria estar na edição 35, mas esta não está disponível.

A vingança da douda, 30 jan. 1890, ed. 047. Descrição de um lago e a exuberante natureza ao redor, com uma casinha de aspecto triste coberta de neve, de onde aparece uma jovem (com sua descrição) que aparentava profunda angústia.

A vingança da douda (cont.), 20 fev. 1890, ed. 049. Ela tinha tido uma filha com Jorge, mas fora desprezada por ele. O nome da moça era Leonina e tinha tentado o suicídio impedido por Mercedes que, receando que fosse internada em um hospício, fugiu com ela para o sítio de uma rica viúva, sua conhecida, indo residir nesta pequena casa. Ali Leonina foi se recuperando, entretendo com a sua filha que era uma criança doente. Mas Leonina foi recaindo e ficando cada vez mais sombria e distante. Num entardecer, quando estava deitada na relva às margens do lago, viu um viajante acompanhado de um pajem. Deu um grito quando reconheceu que era Jorge, que há um mês tinha se ligado à rica viúva, dona daquelas terras. Ela recuperou suas forças e ficava esperando por sua volta todos os dias, escondida por entre as moitas durante todo o dia. Numa tarde avistou novamente Jorge caminhando ao lado da esposa.

A vingança da douda (cont.), 27 fev. 1890, ed. 050. Descrição da beleza da figura e das vestes de Jorge e sua noiva que estavam em lua de mel e contemplavam as belezas do lugar. De repente surge a douda entre as moitas e avançou para ele, agarrando-o com uma gargalhada estridente e sinistra que gelou a todos de horror, enquanto a noiva saiu correndo gritando por socorro. Os dois perderam o equilíbrio, rolando declive abaixo e foram cair no fundo do lago. Depois de um grito penetrante os dois desapareceram para sempre, tudo ficou em silêncio na superfície calma das águas. As pessoas que vieram socorrer a viúva, depois de longas horas encontraram os cadáveres de Jorge e da douda, fortemente unidos num amplexo. Ele tinha a boca aberta e os olhos espalmados como se tivesse tido a visão terrível e ameaçadora do remorso vingador, e ela com uma expressão do rosto meiga e serena, que parecia dormir consolada e feliz no plácido sono da morte.

A Cretina, 09 mar. 1890, ed. 051. Descrição de uma suntuosa casa e seu vasto jardim à beira mar., e de uma jovem pálida e melancólica, comparada a uma virgem aérea

de Ossian. A seguir vem a letra da melodia que ela cantava, de 5 estrofes, melancólica, que falava da dor e da tristeza de sua alma. Estava curvada sobre o rochedo com os olhos fitos no mar.

A cretina (cont.), 16 mar. 1890, ed. 052. A contemplação do mar. evocava alguma dolorosa cena. Tivera uma vida de luxo, fora adorada e feliz. Sentia saudades de Euclides, a quem tanto amara. Ele vinha todas as manhãs em seu barquinho encontrar Floripes, que estavam encantados e felizes. O pai dela era rico, ambicioso e perverso e se opunha à afeição da filha por um moço pobre, mas a moça conseguia escapar da sua severa vigilância para encontrar o seu afeto todas as manhãs.

A Cretina (cont.), 23 mar. 1890, ed. 053. Quando descobriu, o pai mandou matar o rapaz numa manhã do encontro, sendo golpeado mortalmente por dois homens, naquele momento Floripes ouviu seu brado de angústia e o barulho do corpo que caía ao mar. e viu o sangue na superfície, adivinhando tudo que tinha ocorrido. Ficou um tempo inconsciente e se lembrava apenas de seu pai que a ameaçara para que guardasse absoluto segredo sobre isso.

A cretina (final), 30 mar. 1890, ed. 054. Guardou o segredo e todos os dias se sentava na rocha, com o olhar perdido na vasta extensão do céu e do mar., e desafogava sua inconsolável dor numa torrente de lágrimas. Por causa do seu isolamento, obstinado mutismo e seus modos excêntricos, todos a julgavam cretina. Depois de muitos anos a encontraram morta deitada sobre as violetas, no repouso eterno e na santa resignação dos mártires.

Uma noite de S. João, 26 abr. 1890, ed. 057. Na noite anterior de uma festa de São João, é apresentada a descrição de uma fazenda campestre do local, toda iluminada por fogueiras, com o mastro adornado, e uma vivenda modesta, aprazível, onde viviam felizes três pessoas simples, piedosas e crentes, a mãe, filha e a neta. Havia muitas pessoas ali, crianças brincando ao redor da fogueira e muita gente dentro da casa, felizes e dando gargalhadas.

Uma noite de S. João (cont.), 03 mai. 1890, ed. 058. A mesa estava posta e muito farta para a tradicional ceia de São João. Os menestrelis preludiavam nas suas violas enfeitadas de fitinhas. No grupo das moças sobressaía Esaltina, 18 anos, morena formosa e meiga, comunicativa e alegre, cercada de mimos por sua mãe e avó. Ela leva Aurea, sua

amiga inseparável, para o seu quarto onde ela havia preparado uma mesa farta para um conviva, dizendo a Aurea que seria para o seu noivo.

Uma noite de S. João (final), 10 mai. 1890, ed. 059. Ela estava seguindo o conselho de sua avó que disse a ela que se aguardasse uma parte do jantar da véspera de São João numa mesa assim preparada, o noivo viria alta noite e provaria dos manjares que mais gosta, mas se as iguarias amanhecessem intactas é porque naquele ano o noivo não apareceria. No dia seguinte, na procissão da estatueta de São João para o banho tradicional, Esaltina e Aurea caminhavam na frente felizes, pois quando se levantaram, encontraram todos os pratos vazios. Meses depois, Esaltina casou-se com um jovem eleito de sua alma, persuadida de que fora ele que se servira da ceia por influência benéfica do milagroso Santo e, em gratidão, dirigia ao Santo as mais ferventes e agradecidas preces. Mas na verdade foi Loló, o gato da casa. Essas ingênuas tradições que exalam um aroma suave, nos acaricia a alma e subsistirão sempre como recordação saudosa de um passado nobre e prático.

A feiticeira I, 21 jun. 1890, ed. 065. Descrição de serras, cachoeiras, floresta, extensa mata virgem e uma triste e miserável cabana, onde todos evocavam um talismã contra o mau olhado e o feitiço da perigosa velha que ali morava. Uns diziam que ela vinha de longe, outros que surgiu da serra próxima, para a maioria era assombroso e enigmático o aparecimento da velha que denominavam feiticeira. Em suas superstições, contavam lendas assombrosas, atribuindo a ela as crueldades. Ela tinha uma aparência cadavérica e modos selvagens. Às vezes a encontravam apanhando lenha onde se escutava a araponga no fundo da mata virgem. Tinha uma expressão profundamente triste e tão estranha que assustava todos, as crianças sempre saíam correndo. Ela parecia se alegrar vendo todos fugirem, como se gostasse do completo isolamento em que a deixavam. Nas grandes tempestades (descrição das tempestades) ela parecia caminhar nela como se a dominasse.

A feiticeira II, 28 jun. 1890, ed. 066. Ela não podia ver uma certa menina sem se emocionar, como se despertasse recordações sepultadas. A infeliz tivera uma filha que foi roubada pelo pai e a levou para bem longe. Vendeu os poucos bens que tinha na cidade e empreendeu uma longa peregrinação em busca da filha. Cansada de sua busca inútil, caiu em desalento e procurou para a sua residência os lugares mais sombrios e menos frequentados, sua misantropia e seu isolamento renderam-lhe a alcunha de feiticeira. A

crueldade supersticiosa do vulgacho contribuiu para as mais lendárias ficções e à sua influência perniciosa todos os males que os afligiam, obrigando-a muitas vezes a emigrar para outras paragens. Seu nome era Lavínia e, ao invés de abandonar o modo de vida que só servia para atribuir antipatia, contentava-se apenas em mudar de lugar quando as percepções chegavam ao cúmulo de não poder se sentir segura. Até que fixou residência nesta floresta onde vivia tranquilamente, sem que ninguém ousasse importunar na sua tétrica morada.

Havia nas vizinhanças uma viúva rica que tinha três filhos e uma enteada, Alice, 14 anos, e era uma encantadora criança, causando inveja na madrasta por sua superioridade sobre as irmãs, pois era exuberante de graça e encantos. A madrasta encarregou-a do rude mister de lenhadora e assim ela cresceu no meio da natureza agreste e livre. Às vezes ela via a feiticeira, mas não sentia esses terrores supersticiosos.

A feiticeira (cont.), 5 jul. 1890, ed. 067. Pelo sofrimento ela atingiu um grau de elevação no pensar e sentir, como se seu espírito se abrisse para a justiça. Ela sentia compaixão pela velha. Numa tarde, Alice sentou-se à margem de um riacho e começou a chorar. - Ela também é infeliz, exclamou uma voz. Alice viu a feiticeira que estava ali perto e seu semblante havia perdido o aspecto selvagem. Seus olhos eram cheios de tristeza e bondade, a moça sentiu simpatia e revelou o segredo do seu coração, que era muito infeliz pois era desprezada e abandonada, sem nenhuma esperança. A feiticeira respondeu que a situação dela era pior ainda porque todos fugiam dela. Mas Alice disse que sentia por ela compaixão e respeito, pressentindo que sofresse tanto quanto ela. A feiticeira disse que suas palavras confortavam o coração dela e, apertando as mãos de Alice, pediu que fossem amigas. E ficaram fortemente atraídas pela simpatia.

A feiticeira (final), 31 jul. 1890, ed. 069. Durante dois anos Alice ia se encontrar com a feiticeira todos os dias até que a malévola e cruel madrasta se enfureceu quando soube. Além dos rigorosos tratos, privou-a absolutamente de sair de casa. Alice, porém, encontrou meios de fugir levando um pouco das suas esfarrapadas roupas e foi para a casa da Lavínia. Levou também alguns papéis que seu pai dera antes de morrer, uma pequena medalha de ouro fechada contendo uma bela miniatura de mulher que ele disse ser sua mãe. A feiticeira reconheceu-se naquela fotografia de 30 anos atrás e ficou muito comovida, depois de tantos anos de sofrimento, passou para a mais completa felicidade, recordando dos felizes tempos de sua mocidade quando via a sua graciosa criança. Sentia-

se tão feliz que o seu corpo enrugado se transformou com rapidez. Então foram embora daquela cabana, mas antes, com receio de qualquer perseguição, lançaram fogo nessa habitação e foram morar na cidade. E ela ainda viveu muitos anos tranquila e feliz com sua filha que se casou com um jovem segundo o seu coração.

Quando a cabana foi incendiada, as pessoas viram um quadro medonho, deveras assombroso e fantástico (descrição do incêndio da casa e da vegetação ao redor). Acreditavam que a feiticeira havia perecido no incêndio ateadado por Satanás, e ainda hoje, quando passam por ali na alta noite, num misto de espanto de terror, julgam ouvir, junto com as lufadas da ventania, as cantilenas satânicas da terrível feiticeira.

Estas breves narrações demonstram o domínio da pena que Anália tinha para criar histórias envolventes e instigantes, levando ao público, além do entretenimento, o conhecimento de experiências e condutas nas histórias de diferentes mulheres, muitas vezes com características anti-heroicas, e suas lutas para a construção da própria história, nas quais podemos, de certa forma, nos identificar. Que a apresentação do resumo e dos spoilers destas histórias tenha seduzido à ida ao texto original, com suas riquezas de detalhes que realmente compõem as significações do trecho, levando o curioso e expectante leitor às mais diferentes sensações, revelações e à apropriação de sentidos a partir das inúmeras possibilidades que proporcionam as aventuras dos emblemáticos romances literários.

4 EMPREENDEDORISMO EDUCACIONAL

A respeito da expansão de escolas e a ampliação do acesso à instrução vinculada ao regime da Primeira República, a primeira parte desta seção se propõe a mostrar algumas pesquisas e reflexões referentes às condições sociais e econômicas da época que influenciaram na política e nas práticas educacionais, principalmente no que se refere à instrução pública aos desfavorecidos, e a participação da maçonaria neste cenário, considerando que houve uma grande parceria desta com Analia Franco, tanto na direção das escolas maçônicas quanto no apoio à instalação dos estabelecimentos de ensino da AFBI.

Na segunda parte são demonstrados os informes das fontes documentais, primárias e secundárias, que relatam e informam sobre as muitas instituições educacionais estabelecidas, suas atividades pedagógicas e artísticas, as condições financeiras, o movimento de alunos e a filantropia da AFBI, divulgados em variados veículos de comunicação, substancialmente na imprensa, tornou oportuna a investigação para se perceber a dimensão sócio educacional que esta Associação alcançou e a representação de Analia como uma empreendedora no campo da educação.

4.1 A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA NA EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

No contexto da mudança do Império para a República, foi depositada na escola a confiança de que esta traria a instauração da nova ordem e do progresso. Como afirma Carvalho (2003), no final do século XIX e início do XX, a sociedade excludente ofereceu a poucos o acesso à escola: “Nos anos 20, na avaliação da República instituída feita por intelectuais que se propõem a *pensar* o Brasil, a política republicana é acusada de ter relegado ao abandono ‘milhões de analfabetos de letras e de ofícios’, toda uma massa popular, núcleo da nacionalidade” (p. 11), sendo esses milhares de excluídos um

empecilho ao progresso. Portanto a escola, complementa a autora, foi entendida como um meio para superar os obstáculos que impediam a marcha do progresso nessa nova ordem que se estruturava. Neste chamado entusiasmo pela educação, surgiram também algumas instituições educacionais filantrópicas para oportunizar maior acesso dos excluídos, como as da AFBI e da maçonaria.

Em um breve histórico da maçonaria no Brasil, Pantano Filho (2011) afirma que a maçonaria participou, direta ou indiretamente, de muitos acontecimentos importantes no mundo: a Revolução Francesa (1789-1799), a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e, no Brasil, a Conjuração Mineira (1789), a Independência do Brasil (1822), a Libertação dos Escravos (1888) e a Proclamação da República (1889). Figuras importantes foram destacadas neste cenário brasileiro: José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Lêdo, Frei Caneca, Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bento Gonçalves, Francisco Glicério, Campos Salles, Rui Barbosa, entre outros. E acrescenta que a filantropia era um dos principais motores da atuação, com importantes trabalhos sociais desenvolvidos pelas Lojas Maçônicas decorrentes de um de seus principais paradigmas, a Fraternidade.

Para Ismail (2017), os 25 primeiros anos do século XX foi uma fase de relativa paz, sem significativos atritos internos e sob um único teto, o Grande Oriente do Brasil, tendo como sede nacional o Palácio do Lavradio, o edifício adquirido em 1842, frequentado por alguns que ocuparam a Presidência da República: Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás e Washington Luís.

Quanto à educação, a bandeira maçônica defendia o ensino laico republicano, o que custou a inimizade da Igreja Católica na época. O Grande Oriente do Brasil, em 1913, decretou que:

O ensino primário da língua nacional é obrigatório para todos os filhos de maçons entre sete e doze anos. (...) Em todos os orientes onde não houver escolas gratuitas mantidas pelo governo no país, ou por associação leiga de qualquer natureza, as Lojas e os maçons aí residentes são obrigados a suprir essa falta e a essa missão. (...) As escolas assim criadas serão públicas (ISMAIL, 2017, p. 18).

Em 1922, foi registrado o número de 132 escolas maçônicas públicas e 22 bibliotecas, sendo a maioria dessas escolas de formação de profissionais em suas escolas técnicas, com uma preocupação quanto à exploração dos trabalhadores e a favor do

socialismo. Ismail (2017) confirma que nos boletins do Grande Oriente do Brasil, de 1892 a 1917, há uma série de manifestações a favor da implementação do socialismo no Brasil, assim se deu até a revolução soviética iniciar um movimento de perseguição à Maçonaria na Rússia e em outros países.

Sobre as ações educativas da maçonaria no campo da instrução, Silva e Bontempi Jr (2019) explicam a sua participação no movimento de criação e desenvolvimento de instituições escolares e assistenciais em São Paulo nos primeiros anos da República, período de propaganda do poder público e de diversos setores sociais nas causas da expansão escolar e da modernização das instituições e métodos de ensino.

Os trabalhos que investigam a proposta educacional da maçonaria comumente o fazem da perspectiva das relações capital/trabalho, dos ideais filantrópicos e republicanos, como estratégia de combate anticlerical e, ainda, como forma de inserção das camadas populares na educação, afirmando que ela teria organizado e administrado escolas (SILVA; BONTEMPI JR, p. 02).

Os autores destacam que o objetivo da maçonaria era oferecer instrução tanto aos maçons quanto às camadas populares, com princípios socialistas, defendendo a formação de associações operárias e o ensino para o operariado como meios de harmonizar o conflito entre o capital e o trabalho, convergindo com os ideais republicanos de progresso por meio do trabalho, do conhecimento e de mão de obra qualificada nesta nova fase do capitalismo internacional.

Na pesquisa que estes autores fizeram na revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, de 1919, foi mencionada a existência das seguintes escolas de iniciativa dos maçons: Grupo Escolar Sete de Setembro, Escola da Loja Lealdade e Firmeza (1918), Ginásio Independência (1925), Ginásio Anglo Latino (1924), atualmente Colégio Anglo; Escola Luiz Gama (1929). E que a Loja Sete de Setembro, fundada em 1862, foi a que mais organizou escolas, iniciando seus empreendimentos em 1900, com um pequeno externato destinado a preparar alunos a escolas superiores. Na primeira década do século XX, várias escolas foram instaladas em bairros da capital; de 1909 a 1913, as escolas da Loja Sete de Setembro ficaram sob a supervisão educacional de Analia Franco. Na p. 15 do artigo de Silva e Bontempi, é citado um trecho da p. 126 da revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo*, de 1913:

Aproveito o ensejo para também comunicar que esta Loj.´. [sic] desde janeiro do corrente ano chamou para si a direção das suas escolas, até então confiadas a Exma. Sra. D. Anália Franco. A nova orientação que se imprimiu a essas escolas, que passaram por completa reforma, trouxe em consequência uma afluência de alunos tal que fomos forçados a novos sacrifícios, instalando maior número de aulas e reabrindo escolas que haviam sido fechadas por falta de frequência regular. Assim é que tivemos de abrir mais duas escolas além do número determinado. Para avaliar a proporção e o incremento das mesmas é bastante dizer que, no mês de janeiro a matrícula nas escolas registrava apenas a existência de 140 alunos, no entanto, hoje, de acordo com os mapas do mês de Julho, existem setecentas crianças.

A partir de 1910, completam os autores, as escolas mantidas pela loja passaram a ser denominadas Escolas Sete de Setembro, tendo como diretor geral Nelson Teixeira, sustentadas financeiramente pelas lojas e pela subvenção do poder público. Naquela ocasião, a subvenção financeira anual do governo municipal era de 3.000\$000, e a do estadual, de 7.000\$000, enquanto a loja destinava 12.979\$000.

A seguir são apresentados os documentos e as informações sobre todas as instituições escolares, entre outras, criadas por Anália, e, no seguimento desta proposta de averiguação das informações sobre a criação de instituições escolares por meio da AFBI, apresentar as pesquisas realizadas em documentos publicados entre os anos de 1901 (ano de fundação) até 1919 (ano da morte de Anália), principalmente em jornais, publicações oficiais e outros periódicos.

4.2 REGISTROS DAS ESCOLAS DA AFBI

Segundo as convicções de Anália, a educação foi um caminho para as mulheres conquistarem sua emancipação na ocupação de novos espaços e desempenhar outras funções além da esfera doméstica, sendo esta necessidade um dos fundamentos de reivindicação dos movimentos feministas, os quais acreditavam ser a instrução, a aquisição de conhecimentos científicos e a compreensão dos direitos e capacidades que as mulheres poderiam ter consciência de seu estado de subserviência para terem condições de se organizar e lutar contra a submissão arbitrária e dominadora da sociedade de direitos desiguais entre homens e mulheres.

O levantamento de dados sobre as atividades AFBI foi pesquisado em fontes documentais, tais como as publicações dos órgãos oficiais do governo que divulgam oficialmente relatórios e informações estatísticas, a saber, o Anuário Estatístico de São Paulo (de 1902 a 1912) e o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo (de 1907 a 1915), jornal A Vóz Maternal (periódico da AFBI), jornal O Estado de S. Paulo, jornal Correio Paulistano, entre outros, que se encontram, em sua maioria, na versão digitalizada em sites públicos.

Nessas fontes pesquisadas encontra-se a citação específica das seguintes escolas maternais na capital paulista ligadas à AFBI: João Pinto, Dr. Antonio Pinto Prado, Funcionarios Publicos e Operarios, e mais 10 escolas nos respectivos distritos: 5ª Escola Maternal dos Comerciantes, 8ª Escola Maternal dos Academicos, 11ª Escola Maternal dos Empregados do Comercio, 12ª Escola Maternal dos Militares, 13ª Escola Maternal dos Artistas, 14ª Escola Maternal dos Advogados, 16ª Escola Maternal Dr. Getulio Vargas, 19ª Escola Maternal Guilherme Rudge, 21ª Dr. Germano Vert e 22ª Escola Maternal Dr. Carlos Botelho.

E as escolas da Associação no interior do Estado estão presentes em 23 cidades, sendo que em algumas consta mais de uma escola: Barretos, Brotas, Campinas (2), Dois Córregos, Dobrada, Itapetininga, Jaboticabal, Jaguari, Jaú (2), Jundiaí, Limeira, Monte Azul, Pederneiras, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Ernestina, Santos, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Manoel, São Vicente, Sertãozinho, Sorocaba, totalizando 25 escolas.

4.2.1 Os Anuários do Estado de São Paulo

A versão digital dos Anuários Estatístico e de Ensino do Estado de São Paulo está disponível no acervo digital do site do arquivo público do Estado de São Paulo e, conforme é informado, os Anuários Estatísticos do Estado são publicações de dados estatísticos sobre o território e a população do Estado de São Paulo, com informações sobre a divisão jurídica e administrativa do Estado, estatísticas sobre eleições, imigração, economia, moral, registros civis e movimentação de certidões. E quanto aos Anuários de Ensino, são os relatórios anuais das atividades escolares das Delegacias Regionais de Ensino sobre os alunos, corpo docente, unidades escolares, despesas, entre outras, criados para atender a

necessidade do Governo em ter um documento com informações sobre a movimentação escolar do Estado. Esses relatos trazem importantes dados referentes à AFBI e seus estabelecimentos de ensino.

4.2.1.1 Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

O Anuário Estatístico do Estado de São Paulo⁵⁷, na seção Estatística Moral (2ª parte do livro), informa sobre as instituições de instrução particular, entre outras, as associações de beneficência e asilos de órfãos e expostos, a localização da sede, anos de existência ou data da fundação e mais as seguintes informações e classificações:

- número de sócios: contribuintes, beneméritos e benfeitores, remidos e honorários;
- número de empregados: na administração superior, nos cargos subalternos, os retribuídos e não retribuídos;
- receitas: contribuições, remissões, joias e diplomas, donativos e legados, auxílio do governo e da municipalidade;
- despesas: socorros médicos e farmacêuticos, socorros pecuniários aos sócios, pensões, funerais, aluguel de casa e ordenados, expediente e mais despesas;
- ativos: móveis e semoventes, dinheiro em caixa, ações de estradas de ferro, apólices, bens de raiz, dinheiro em bancos, na Caixa Econômica, em hipotecas, no tesouro, letras e diversos, saldo e déficit;
- movimento anual de alunos dos asilos e creches (discriminados por sexo) desde os que já existiam no início do ano e os que ingressaram, saíram, faleceram e permaneceram até o final do ano;
- nacionalidade: brasileiros, italianos, portugueses e outros;
- idade: 0 a 5 anos, 6 a 10, 11 a 15 e acima de 15 anos.

⁵⁷ Os Anuários foram publicados de 1894 a 1928, produzidos pela *Repartição de Estatística e do Arquivo de São Paulo*. A publicação dos Anuários foi retomada em 1940 sob a responsabilidade de outros órgãos, como o Departamento Estadual de Estatística, o IBGE e a Fundação SEADE. No site do arquivo público do Estado de São Paulo encontram-se estas informações e as publicações digitalizadas de 1898 a 1912 (exceto 1903).

A publicação desses dados era referente ao dia 31 de dezembro de cada ano e estão descritas a seguir para conhecimento específico das condições da AFBI, a situação financeira, administrativa e os dados sobre os alunos divulgados oficialmente. Os valores totais dos números de sócios, receita, despesa, ativo saldo e déficit, referentes aos anos de 1902, 1904 a 1912 da Associação, são demonstrados de forma comparativa nos quadros 1 (de 1902 a 1907) e 2 (de 1908 a 1912).

QUADRO 1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA AFBI DE 1902 A 1907

| ANO | | 1902 | 1904 | 1905 | 1906 | 1907 |
|------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| NÚMERO DE SÓCIOS | Contribuintes | 800 | 1.004 | 1.100 | 1.642 | |
| | Remidos | - | 2 | 9 | 22 | |
| | Honorários | - | 800 | 1 | - | |
| | Beneméritos e benfeitores | 1.182 | 20 | 30 | 37 | |
| | TOTAL | 1.982 | 1.826 | 1.140 | 1.701 | |
| RECEITA | Contribuições, remissões, joias, diplomas | 20:628\$450 | 31:877\$419 | 29:599\$898 | | |
| | Donativos e legados | 3:217\$680 | 9:279\$315 | 10:052\$800 | 23:693\$740 | |
| | Auxílio do Estado | - | 5:000\$000 | 9:566\$740 | 8:000\$000 | |
| | Auxílio da municipalidade | - | 4:000\$000 | 6:000\$000 | | |
| | Juros, dividendos e aluguéis, etc. | - | 835\$100 | 550\$000 | 49:592\$380 | |
| | Outros | - | 1:516\$300 | 29:606\$182 | | |
| | TOTAL | 23:846\$130 | 52:508\$134 | 85:375\$620 | 81:286\$020 | 116:695\$126 |
| DESPESA | Socorros médicos e farmacêuticos | 496\$000 | 959\$280 | - | | |
| | Socorros pecuniários aos sócios | 100\$000 | - | 892\$400 | | |
| | Funerais | - | - | 82\$500 | | |
| | Aluguel, ordenados | 9:026\$510 | 47:078\$165 | 34:650\$450 | 6:617\$375 | |
| | Expedientes e mais despesas | 11:646\$600 | - | 41:618\$814 | 56:192\$743 | |
| | TOTAL | 21:269\$110 | 48:037\$445 | 80:244\$164 | 62:810\$118 | 88:049\$631 |
| ATIVO | Bens de raiz | - | | 3:000\$000 | 20:000\$000 | |
| | Móveis e semoventes | 7:318\$480 | | 26:304\$580 | 30:322\$524 | |
| | Em banco | - | | 1:968\$800 | 1:451\$400 | |
| | Em caixa | 36\$610 | | 174\$056 | 138\$092 | |
| | Letras | - | | 2:820\$628 | | |
| TOTAL | 7:355\$090 | | 34:268\$059 | 51:912\$016 | | |
| SALDO* | | (2:577\$020) | (4:470\$689) | 5:131\$456 | | 28:645\$495 |
| DÉFICIT | | - | - | - | 4:403\$085 | |

Fonte: elaborado pela autora.

A continuação dos dados dos cinco anos seguintes é mostrada no quadro 2.

QUADRO 2 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA AFBI DE 1908 A 1912

| ANO | | 1908 | 1909 | 1910 | 1911 | 1912 |
|-------------------|---|---------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| NÚMEROS DE SÓCIOS | Contribuintes | 206 | 393 | 398 | 396 | 253 |
| | Remidos | 6 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| | Honorários | - | 268 | - | - | - |
| | Beneméritos e benfeitores | 469 | - | 181 | 210 | 222 |
| | TOTAL | 681 | 668 | 586 | 613 | 483 |
| RECEITA | Contribuições, remissões, joias, diplomas | 23:583\$000 | 23:420\$167 | 18:832\$700 | 13:279\$800 | 10:643\$300 |
| | Donativos e legados | 22:744\$253 | - | 19:168\$350 | - | - |
| | Subvenção do Estado | 15:000\$000 | 15:000\$000 | 20:000\$000 | 30:000\$000 | 40:000\$000 |
| | Subvenção da municipalidade | 8:000\$000 | 8:000\$000 | 8:000\$000 | 8:000\$000 | 8:000\$000 |
| | Juros, dividendos e aluguéis, etc. | 556\$000 | 222\$300 | 26\$219 | 52\$700 | 17:570\$690 |
| | Outros | 24:744\$253 | 43:574\$175 | 21:805\$958 | 75:086\$206 | 67:179\$840 |
| | TOTAL | 94:627\$506 | 90:216\$642 | 87:833\$227 | 126:418\$706 | 143:393\$830 |
| DESPESA | Socorros médicos e farmacêuticos | - | 1:416\$400 | 1:876\$000 | 1:406\$500 | 1:615\$1000 |
| | Funerais | 75\$000 | 180\$000 | - | 135\$000 | 55\$000 |
| | Aluguel, ordenados | 13:644\$500 | - | 27:762\$915 | 12:532\$700 | 16:359\$630 |
| | Expedientes e mais despesas | 78:676\$083 | 88:931\$332 | 33:636\$299+ 24:544\$287 | 112:330\$392 | 27:942\$710+ 95:212\$496 |
| | TOTAL | 92:395\$583 | 90:527\$732 | 87:819\$501 | 126:404\$592 | 141:184\$936 |
| ATIVO | Apólices | - | 122\$000 | - | - | 1:959\$400 |
| | Bens de raiz | 43:000\$000 | | 84:403\$475 | | 220:952\$575 |
| | Móveis/imóveis | 20:817\$190 | 64:853\$445/ 81:305\$775 | 69:285\$685 | 56:693\$970/ 217:194\$035 | 68:461\$970 |
| | Em bancos/Caixa Econômica | 1:744\$500 | 1:713\$210/ 5:050\$000 | 1:463\$210/ 4:976\$219 | 2:108\$210/ 1:565\$773 | -/ 95\$983 |
| | Em caixa | 314\$400 | 311\$090 | 13\$726 | 14\$114 | 2:208\$894 |
| | Letras | - | - | - | - | 7:260\$580 |
| | Diversos | 55:022\$670 | 5:134\$660 | 10:388\$420 | 11:845\$440 | - |
| | TOTAL | 120:898\$760 | 158:490\$180 | 170:520\$735 | 289:421\$542 | 300:939\$402 |
| SALDO | 2:231\$923 | | 13\$726 | 14\$114 | 2:208\$894 | |
| DÉFICIT* | | (311\$090) | | | | |

Fonte: elaborado pela autora.

* Os saldos e déficits apresentados entre parênteses foram calculados pela autora, pois não são apresentados nos anuários.

Nas quadros acima pode-se observar que, apesar da diminuição significativa do número de sócios nos primeiros dez anos da fundação da AFBI, houve um aumento gradual da receita, e da despesa (pelo aumento de instituições) nos quatro primeiros anos, uma

diminuição nos quatro anos seguintes, e um aumento maior nos dois últimos anos e, quanto aos ativos, houve uma diferença menor, para mais e para menos, nos primeiros anos, e com um crescimento maior nos últimos anos, com consequente aumento de saldo. Houve um aumento gradativo e significativo da subvenção do Estado, enquanto a do município se manteve constante. A publicação de 1903 não traz informação sobre a AFBI e a de 1907 não apresenta os detalhes financeiros e o número de sócios. Essas informações estatísticas especificadas são apresentadas nos Anuários dos anos de 1902⁵⁸, 1904⁵⁹, 1905⁶⁰, 1906⁶¹, 1907, 1908⁶², 1909⁶³, 1910⁶⁴, 1911⁶⁵ e 1912⁶⁶.

Os dados referentes ao movimento anual de alunos dos asilos e creches (discriminados por sexo) a partir dos que já existiam no início do ano e aqueles que, durante o ano, ingressaram, saíram, faleceram e permaneceram até o final do ano, sobre a nacionalidade: brasileiros, italianos, portugueses e outros, e a faixa etária: 0 a 5 anos, 6 a 10, 11 a 15 e acima de 15 anos são demonstrados no quadro 3 abaixo. Não há registro nos anos de 1908, 1911 e 1912, e as informações do ano de 1907 serão apresentadas separadamente.

QUADRO 3 – MOVIMENTO ANUAL DO ASILO E CRECHE DA AFBI

⁵⁸ 1902 - Nesta publicação, nas páginas 728 e 738, número 23 da lista de associações de beneficência.

⁵⁹ 1904 - Consta na página 242, número 32 na lista de associações de beneficência.

⁶⁰ 1905 - Esta edição traz informações sobre o movimento anual dos asilos de órfãos e expostos, nas páginas 317 a 321, e o Asilo e Creche da AFBI consta no número 8 da lista. Quanto a informações da AFBI, estas aparecem no número 32 da lista, nas páginas 322 a 339.

⁶¹ 1906 - Esta edição também informa sobre o movimento anual do Asilo e Creche da AFBI, posição 7 da lista, nas páginas 329 a 331, fundada em 1903 e as informações gerais dos alunos durante o ano. Na página 333 há os valores dos ativos, nas páginas 334 e 335, na posição 33, constam as informações da AFBI, nas páginas 342 e 343 são mostrados os ativos, na página 350 o déficit é calculado em 4:403\$085. E nas páginas 354 e 355 encontra-se um quadro com o resumo dos últimos três anos (1904, 1905 e 1906) com as receitas, despesas e o balanço.

⁶² 1908 - As informações da situação financeira estão nas páginas 304 e 305, no 35º lugar na lista de associações beneficentes. Nas páginas 322 e 323 constam os valores dos ativos. Também são apresentados os dados comparativos financeiros dos dois últimos anos (1907 e 1907), com as diferenças para mais e para menos na receita e despesa.

⁶³ 1909 - Nas páginas 262 a 268, número 12 da lista, são apresentados os dados do movimento anual dos asilos e creches. Na página 264 encontram-se dados sobre os empregados e, ainda, mais dados sobre o movimento escolar. A situação financeira da AFBI está na página 268 a 275, número 38 da lista.

⁶⁴ 1910 - O movimento anual do asilo e creche da AFBI está demonstrado nas páginas 252 a 254, no 13º lugar. Nas páginas 258 a 279 está a lista das associações de beneficência e sua situação financeira, onde a AFBI se encontra no nº 70.

⁶⁵ 1911 - Nas páginas 244 a 262, na ordem 66 da lista, estão os demonstrativos financeiros da AFBI, sem os dados do ativo e do asilo e creche.

⁶⁶ 1912 - Encontra-se apenas a situação financeira da AFBI, nas páginas 308 a 335, no número 80 da lista, sem os dados do asilo e creche.

| ALUNOS*/ANO | 1905 | 1906 | 1909 | 1910 |
|-----------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
| Existiam | 13 + 73 = 86 | 11 + 36 = 47 | 19 + 108 = 127 | 09 + 121 = 133 |
| Ingressaram | 09 + 49 = 58 | 16 + 35 = 51 | 11 + 4 = 52 | 0 + 24 = 24 |
| Saíram | 08 + 45 = 53 | 08 + 17 = 25 | 20 + 24 = 44 | 01 + 13 = 14 |
| Faleceram | 02 + 0 = 02 | 02 + 02 = 04 | 01 + 01 = 02 | - |
| Permaneceram | 14 + 75 = 89 | 17 + 52 = 69 | 09 + 124 = 133 | 08 + 135 = 143 |
| Brasileiros | 22 + 114 = 136 | 10 + 47 = 57 | 09 + 122 = 131 | 08 + 134 = 142 |
| Italianos | 0 + 01 = 01 | 1 + 11 = 12 | 0 + 01 = 01 | 0 + 01 = 01 |
| Portugueses | 0 + 04 = 04 | - | - | - |
| Outras nacionalidades | 02 + 01 = 03 | - | 0 + 01 = 01 | - |
| 0 a 5 anos | 07 + 17 = 24 | 03 + 05 = 08 | - | - |
| 6 a 10 anos | 13 + 40 = 53 | 05 + 18 = 23 | - | - |
| 11 a 15 anos | 0 + 26 = 26 | 11 + 10 = 21 | - | - |
| Acima de 15 anos | 0 + 41 = 41 | 0 + 7 = 17 | - | - |
| Empregados | - | - | 36 | 07 |

Fonte: elaborado pela autora.

* São somados os alunos do sexo masculino e feminino, respectivamente, e o total.

Neste quadro, sobre os alunos dos asilos e creches da AFBI, nota-se um número consideravelmente maior de estudantes do sexo feminino, há predominância da faixa etária de 06 a 10 anos e da nacionalidade brasileira. Nos anos de 1905 e 1906, registrou-se uma diminuição dos alunos que permaneceram, porém há um aumento considerável nos anos de 1909 e 1910. Com relação à receita, no primeiro ano é bem inferior que a despesa, porém no ano seguinte ela é superior e, em 1909, há um certo equilíbrio.

Na publicação de 1907, p. 216, há uma descrição do movimento das 29 escolas maternas mantidas pela AFBI (21 na capital e 08 no interior) com a discriminação das escolas, seus nomes, localização da sede, número de matriculados (615 meninos e 615 meninas), frequência, idade de 08 a 10 anos (total de 831), de 11 a 15 anos (total de 399) e nacionalidade (total de 1.091 brasileiros e 129 estrangeiros). Muitas escolas da capital estão localizadas no mesmo endereço, possivelmente pela diferença de horários e cursos: as escolas Dr. Bento Bueno, D. Eliza de Abreu, D. Dinha Munhoz e Dr. João Pinto (Ladeira do Riachuelo, nº 38, sendo que a última não consta o número), Dr. Bernardino de Campos, Dr. Cesario Motta e Da Classe Média (Rua 7 de Abril, nº 74), Dos Operários e Dos Advogados (Rua Monsenhor Anacleto, sem nº), Dos Artistas e Major Guilherme Rudge (Rua do Gasômetro, sem nº), Dr. Getulio Monteiro e Grande Oriente (Avenida Rangel Pestana, sem nº), Dos Comerciantes (Rua Amélia, nº 11), Dos Acadêmicos (Rua Barão do Iguape, sem nº) e Dr. Carlos Botelho (Rua da Barra Funda, sem nº), e as outras cinco escolas são citadas pelos nomes mas não há registro de localização e de alunos, Dos Funcionários Públicos, Dos Empregados do Comércio, Dos Militares, Dr. Figueiredo e Dr. Germano Vert. Quanto às escolas do interior, duas estão localizadas em Jaú, Escola

Maternal Analia Franco e Escola Alfredo Leitão, uma em Barretos, Escola de Barretos, uma em Itapetininga, Escola de Itapetininga, duas em Campinas, Escola Dr. Rebouças e Escola Dr. Bento Quirino, uma em São Manoel do Paraíso, Escola São Manoel do Paraíso e uma em Dois Córregos, Escola Dois Córregos. Todas essas informações estão representadas na figura 3.

FIGURA 5 – ESCOLAS MATERNAIS DA AFBI NA CAPITAL E INTERIOR EM 1907

— 216 —

Estado de São Paulo
État de Saint Paul
PARTE IV
4.^{me} Partie

Estatística Moral
Statistique Morale

Anno de 1907
Année 1907

“Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo”
Movimento das escolas maternas mantidas por esta associação no anno de 1907
Mouvement des écoles maternelles de l'«Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo», dans l'année 1907

| Número de ordem <i>Numéro d'ordre</i> | DENOMINAÇÃO <i>Dénomination</i> | SÉDE <i>Siège</i> | Matriculados <i>Élèves inscrits</i> | | Frequentes <i>Élèves fréquents</i> | | Idades <i>Âges</i> | | Nacionalidade <i>Nationalité</i> | |
|---|--|------------------------------------|---|---|---|---|---|---|-------------------------------------|----------------------------------|
| | | | Do sexo masculino <i>Sexe masculin</i> | Do sexo feminino <i>Sexe féminin</i> | Do sexo masculino <i>Sexe masculin</i> | Do sexo feminino <i>Sexe féminin</i> | De 8 a 10 annos <i>De 8 à 10 ans</i> | De 11 a 15 annos <i>De 11 à 15 ans</i> | Brasileiros <i>Brasiliens</i> | Estrangeiros <i>Etrangers</i> |
| Na Capital <i>Dans la Capitale</i> | | | | | | | | | | |
| 1 | Dr. Bento Bueno | Ladeira do Riachuelo, 38 | 25 | 13 | 4 500 | 2 020 | 38 | — | 38 | — |
| 2 | D. ^a Eliza de Abreu | Ladeira do Riachuelo, 38 | 26 | 35 | 3 700 | 4 580 | 61 | — | 61 | — |
| 3 | Dos Funcionarios Publicos | | | | | | | | | |
| 4 | Dr. Bernardino de Campos | Rua 7 de Abril, 74 | 16 | 13 | 2 200 | 2 048 | 7 | 22 | 24 | 5 |
| 5 | Dos Comerciantes | Rua Amelia, 11 | 44 | 36 | 8 004 | 6 900 | 73 | 7 | 80 | — |
| 6 | D. ^a Dina Munhoz | Ladeira do Riachuelo, 38 | 12 | 11 | 3 200 | 2 044 | 19 | 4 | 23 | — |
| 7 | Dr. Cesario Motta | Rua 7 de Abril, 74 | 12 | 18 | 2 920 | 3 704 | 24 | 6 | 26 | 4 |
| 8 | Dos Academicos | Rua Barão de Iguape | 23 | 35 | 5 520 | 6 072 | 33 | 25 | 56 | 2 |
| 9 | Dos Operarios | Rua Monsenhor Anacleto | 28 | 24 | 4 090 | 4 190 | 48 | 4 | 49 | 3 |
| 10 | Da Classe Medica | Rua 7 de Abril, 74 | 12 | 16 | 2 240 | 3 004 | 25 | 3 | 26 | 2 |
| 11 | Dos Empregados do Commercio | | | | | | | | | |
| 12 | Dos Militares | | | | | | | | | |
| 13 | Dos Artistas | Rua do Gazometro | 50 | 55 | 7 900 | 7 004 | 65 | 40 | 112 | 3 |
| 14 | Dos Advogados | Rua Monsenhor Anacleto | 20 | 24 | 4 500 | 5 712 | 26 | 18 | 44 | — |
| 15 | Dr. Figueredo | | | | | | | | | |
| 16 | Dr. Getulio Monteiro | Avenida Rangel Pestana | 27 | 47 | 4 000 | 5 108 | 31 | 43 | 74 | — |
| 17 | Grande Oriente | Avenida Rangel Pestana | 25 | 20 | 4 332 | 3 220 | 28 | 17 | 45 | — |
| 18 | Major Guilherme Rudge | Rua do Gazometro | 58 | 42 | 8 338 | 7 770 | 58 | 42 | 92 | 8 |
| 19 | Dr. João Pinto | Ladeira do Riachuelo | 40 | 37 | 7 020 | 4 020 | 58 | 19 | 77 | — |
| 20 | Dr. Germano Vert | | | | | | | | | |
| 21 | Dr. Carlos Botelho | Rua da Barra Funda | 38 | 44 | 7 350 | 7 554 | 47 | 35 | 79 | 3 |
| | | Somma | 456 | 470 | 79.914 | 74.950 | 641 | 285 | 896 | 30 |
| No interior do Estado <i>Dans l'interieur de l'État</i> | | | | | | | | | | |
| 1 | Escola Maternal Analia Franco | Jahú | 60 | 70 | 10.050 | 12.030 | 68 | 62 | 69 | 61 |
| 2 | Escola Alfredo Leitão | Jahú | 30 | 25 | 4.080 | 4.200 | 38 | 17 | 55 | — |
| 3 | Escola de Barretos | Barretos | 33 | 30 | 7.490 | 4 102 | 42 | 21 | 38 | 25 |
| 4 | Escola de Itapetininga | Itapetininga | 36 | 20 | 4.430 | 4 402 | 42 | 14 | 33 | 23 |
| 5 | Escola Dr. Rebouças | Campinas | | | | | | | | |
| 6 | Escola Dr. Bento Quirino | Campinas | | | | | | | | |
| 7 | Escola S. Manoel do Paraizo | São Manoel do Paraizo | | | | | | | | |
| 8 | Escola de Dous Corregos | Dous Corregos | | | | | | | | |
| | | Somma | 159 | 145 | 26.050 | 24.734 | 190 | 114 | 195 | 109 |
| | | TOTAL | 615 | 615 | 105.964 | 99.684 | 831 | 399 | 1.091 | 139 |

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital.

De acordo com a Figura 3, o total de alunos frequentes de ambos os sexos das escolas da capital é de 154.864 (79.914 masculinos e 74.950 femininos), um número bastante volumoso, pois incluiu-se os alunos que estavam sob a responsabilidade da direção de Anália, mas não eram diretamente ligados à AFBI, mas a outras entidades, como a maçonaria, por esse motivo há também a predominância dos alunos do sexo masculino, da idade de 08 a 10 anos.

4.2.1.2 Anuário do Ensino do Estado de São Paulo

Os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo⁶⁷ começaram a ser publicados em 1907, cujo principal objetivo, de acordo com a Explicação Preambular, era a grande exposição nacional de 1908⁶⁸, oferecendo um repositório de informações sobre o conjunto do aparelho escolar em três seções: a) a estatística escolar do Estado (listas das escolas vagas e providas); b) as metodologias e processos didáticos (destinada aos professores); c) trabalhos de natureza diversa (de interesse para a educação popular). As publicações digitalizadas no acervo do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo são do ano de 1907 a 1920, 1922, 1926 e 1936. Sobre as escolas subvencionadas pelo Estado e mantidas por particulares, com detalhamento sobre o tipo de curso (primário, secundário e profissional), de alunos (internos e externos, maiores e menores de 14 anos), gratuidade, número de professores e a quantia subvencionada pelo Estado e/ou município, as informações das instituições educacionais da AFBI constam nas publicações de 1907 a 1919. A seguir há um detalhamento do conteúdo de cada uma dessas publicações, referentes às informações da Associação.

No Anuário de 1907-1908, a quadro da página 374 apresenta 42 instituições de ensino privado (sendo 18 na capital e 24 no interior) que são subvencionadas pelo Estado, com verbas que são subsidiadas pela lei n. 1117, de 27 de dezembro de 1907; a AFBI

⁶⁷ Os *Annuarios do Ensino do Estado de São Paulo* foram produzidos entre os anos de 1907 e 1937 pela *Directoria Geral da Instrucção Publica* e pela *Directoria do Ensino*.

⁶⁸ Kuhlmann (2001) esclarece que esta foi uma Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, realizada no Rio de Janeiro em 1908. O *Boletim Comemorativo* de 1908 apresenta dados estatísticos sobre a situação nacional da educação em 1907, com os seguintes números totais referentes às escolas de ensino primário público e particular: 11.147 escolas, 314.737 matrículas masculinas (211.062 frequências) e 251.185 femininas (180.126 frequências).

aparece em 4º lugar na lista das instituições de ensino da capital com uma verba de 15:000\$000.

O Anuário do ano seguinte, 1908-1909, apresenta os relatórios dos inspetores escolares, que, segundo a Explicação Preambular da página 05, há uma grande dificuldade em conseguir informações exatas de todos os municípios do interior e do Estado, o que justifica alguns enganos e deficiência estatística, mas que esta publicação consistia na melhor fonte de informações sobre a parte estatística do ensino público paulista e sua administração e distribuição. Consta na página 25 que o inspetor escolar Benedicto Candido Corte Brilho foi incumbido de inspecionar estabelecimentos subvencionados, entre eles a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, sendo que ele questiona a incumbência da inspeção em instituições de caridade, alegando que estas se encarregam de educação e instrução gratuita ou remunerada, sem interferência direta de sua repartição técnica.

Nas páginas 344 e 345 estão as seguintes informações sobre a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: com sede na capital, fundada em 17 de novembro de 1901 pela professora D. Analia Franco e mais vinte senhoras, fornecendo instrução a 1.140 crianças, das quais 127 eram internas, mantendo e dirigindo 29 instituições na capital:

- ✓ 17 escolas maternais;
- ✓ 1 liceu feminino;
- ✓ 1 escola noturna para operários;
- ✓ 1 asilo para crianças de ambos os sexos;
- ✓ 1 creche;
- ✓ 4 oficinas: de costura, flores, chapéus e tipografia
- ✓ 1 albergue diurno para crianças;
- ✓ 1 assistência;
- ✓ 1 gabinete de arte dentária;
- ✓ 1 escola de música.

E mais 09 escolas maternais no interior, totalizando 38 instituições, de ensino inteiramente gratuito.

As quadros das páginas 348 e 349 apresentam um relatório estatístico das escolas subvencionadas da capital, subsidiadas pela lei n. 1160, de 29 de dezembro de 1908, na qual a AFBI aparece em 13º lugar: ano de fundação em 1900, constando apenas o curso preliminar, com um total de 543 alunos (512 externos e 31 internos), todos menores e gratuito a todos, com a subvenção do Estado de 15:000\$000 (para a capital e interior), 28 professores, compreendendo Asilo e Creche, Liceu Feminino e Escolas Maternais. Nas páginas 354 e 355 há um quadro das escolas subvencionadas do interior, na qual a AFBI aparece em 21º lugar: ano de fundação de 1900, curso preliminar, com 588 alunos de ambos os sexos, todos menores e externos, gratuito a todos, com 09 professores e a subvenção do Estado é de 1:500\$000 para o interior e capital.

Estes mesmos dados acima são repetidos, sem nenhuma alteração de números, no Anuário de 1909-1910, nas páginas 124 e 125, no 13º lugar da lista das escolas subvencionadas da capital e nas páginas 126 e 127, no 21º lugar na lista das escolas subvencionadas do interior em 1909.

Nada consta sobre a AFBI no Anuário de 1910-1911 e, na publicação de 1911-1912, consta apenas, na página 530, uma relação dos estabelecimentos de ensino da capital e do interior, subvencionadas pelo Estado em 1912, e a AFBI está no número 2 da lista, com localidade na capital e subvenção de 30:000\$000.

A partir do Anuário de 1913, o ano da publicação passa a ser único, e as informações desta edição estão mais detalhadas, e sobre a AFBI estão nas páginas 508 e 509, no número 15 da lista das escolas subvencionadas da capital, contendo o número de matriculados no curso primário (232 masculino e 261 feminino), curso secundário (20 meninas) e curso profissional (14 masculino e 48 feminino), nenhum aluno no curso superior, totalizando 575. Destes, 243 são internos e 332 externos, 511 são menores de 14 anos e 64 são maiores de 14 anos, 568 são brasileiros e 07 são estrangeiros, gratuito a todos e com 20 professores. Não há informações do valor da subvenção e das escolas do interior.

Em 1914, nas páginas 585 e 586, no número 02 na lista dos estabelecimentos de ensino da capital subvencionadas pelo Estado e mantido por particulares, encontra-se as informações da AFBI, localizada na Rua S. Paulo, 47, com 776 matriculados e subvenção de 30:000\$000, e nas mesmas páginas, na posição 08 da lista, consta os dados sobre a

“Colônia Regeneradora D. Romualdo”⁶⁹, com 95 matriculados no geral, localizada no Alto da Mooca, com a subvenção de 10:000\$000.

Na publicação de 1915, no nº 12 da relação de estabelecimentos de ensino particular que funcionam naquele ano na Capital, encontra-se apenas a informação que a Associação Feminina Instrutiva (não consta a palavra “beneficente”) possui um total de 251 alunos e é subvencionada pelo Estado (não informa a quantidade), no quadro VIII dos anexos, sem numeração de página. Essa é a mesma informação do ano de 1916, na página 105 e também nº 12 da lista.

O Anuário de 1917 vem em dois volumes e, no segundo, consta a Associação Feminina Instrutiva, página 314, nº 169 da lista dos estabelecimentos de ensino particular da capital, que está localizada na Rua de São Paulo, com 48 alunos matriculados no curso primário e 37 no curso secundário, totalizando 85 alunos, com 02 professores e 10:000\$000 de subvenção do Estado.

Em 1918, nas páginas 476 e 477, no nº 40 do mapa dos estabelecimentos de ensino particular que funcionaram na capital naquele ano, há as informações da Associação Feminina Instrutiva, localização Rua de São Paulo, 47, constando o nome de Analia Franco na lista dos diretores ou professores, com maior número de alunos matriculados no curso primário em relação ao ano passado (54 alunos), nenhum aluno matriculado no curso secundário, com 10:000\$000 de subvenção do Estado e agora com mais 4:000\$000 de subvenção do município. Nas mesmas páginas, no nº 39 da lista, está registrada a “Colônia R. ‘Dom Romualdo’”, localizada na Água Rasa (na publicação de 1914 a localização era Alto da Mooca), o nome de Analia Franco como diretora ou professora, com 29 alunos do curso primário, 8:000\$000 de subvenção do Estado.

Na edição seguinte, na página 114, há um mapa dos estabelecimentos de ensino particular que funcionaram na capital no ano de 1919, e no nº 28 da lista está a Associação Feminina Instrutiva, localizada na R. São Paulo, 47, com um total de 84 alunos somente do curso primário (não há matrículas em outros cursos), 10:000\$000 de subvenção do Estado e 4:000\$000 de subvenção do município.

⁶⁹ A AFBI adquire a propriedade em 1911 mudando o nome para Colônia Regeneradora Romualdo de Seixas. Esse assunto será tratado com maiores detalhes adiante.

As publicações dos anos seguintes, 1920, 1922, 1926 e 1936, referem-se à estatística geral do ensino por região e município, nada constando especificamente sobre a AFBI.

No quadro 4 são demonstrados, de forma comparativa, os números totais de matriculados nos cursos primário, secundário e profissional, de externos e internos, de menores e maiores de 14 anos, gratuidade, de professores e dos valores de subvenção do Estado e município, nos anos de 1907 a 1918.

QUADRO 4 - RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA AFBI

| ANO/ALUNOS | Curso Primário/ Secundário/ Profissional | Internos/ Externos | Menores/ Maiores (14 anos) | Total | Professores | Subvenção do Estado |
|------------|---|-----------------------|----------------------------------|------------|-------------|------------------------------|
| 1907/1908 | - | - | - | - | - | 15:000\$000 |
| 1908/1909 | Capital: 543/-/- Interior: 588/-/- | 31/512 0/588 | 543/0 588/0 | 543 588 | 28 09 | 15:000\$000 1:500\$000 |
| 1909/1910 | Capital: 543/-/- Interior: 588/-/- | 31/512 0/588 | 543/0 588/0 | 543 588 | 28 09 | 15:000\$000 1:500\$000 |
| 1911/1912 | - | - | - | - | - | 30:000\$000 |
| 1913 | Capital: 493/20/62 | 243/332 | 511/64 | 575 | 20 | - |
| 1914 | Capital: 776/-/- 95*/-/- | - | - | 776 95 | - | 30:000\$000 10:000\$000 |
| 1915 | Capital: 251/-/- | - | - | 251 | - | - |
| 1916 | Capital: 251/-/- | - | - | 251 | - | - |
| 1917 | Capital: 48/37/- | - | - | 85 | 02 | 10:000\$000 |
| 1918 | Capital: 54/-/- | - | - | 54 | - | 10:000\$000 |
| | | | | | | 4:000\$000** |
| | 29*/-/- | - | - | 29 | - | 8:000\$000 |
| 1919 | Capital: 84/-/- | - | - | 84 | - | 10:000\$000/ 4:000\$000** |

Fonte: elaborado pela autora.

*Colônia Regeneradora Dom Romualdo.

** Subvenção do município.

Somente a publicação de 1913 apresenta todas as informações referentes aos alunos, faltando apenas o valor da subvenção. Nota-se nesta quadro certas inadequações nas referências apresentadas, por exemplo, os números repetidos nos anos sequenciais (1908/1909 e 1909/1910, 1915 e 1916), e uma considerável diminuição nos seguintes números: de alunos de 1915 em diante, de professores de 1913 para 1917 e da quantia da subvenção do Estado de 1914 para os anos seguintes.

4.2.2 A Vóz Maternal

O jornal da AFBI chamado *A Vóz Maternal*, cujo nome e a representação visual, uma mulher amparando duas crianças, refletem a questão ideológica do papel da mulher na sociedade como mãe, protetora e a primeira educadora, foi impresso nas oficinas tipográficas da AFBI, na Ladeira dos Piques, n. 21, São Paulo, sendo publicado mensalmente, no primeiro dia de cada mês, e o preço da assinatura anual era de 2\$000 (dois mil réis)⁷⁰. Para esta investigação, delimita-se a análise dos 12 primeiros exemplares, o número 1, de 01 de dezembro de 1903, até o número 12, de 01 de novembro de 1904⁷¹.

Este periódico segue o mesmo padrão em todos os 12 exemplares, com o título *A Vóz Maternal – Orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo*, e a imagem de uma mulher com duas crianças, conforme ilustra a figura 01 da página inicial do primeiro exemplar. Abaixo vem a referência do ano, local e data da publicação, o número do exemplar, e um breve texto informando o local da redação: nas oficinas tipográficas da AFBI, o endereço (sendo identificado como o mesmo do Asilo e Creche) e o valor da assinatura anual.

FIGURA 6 – PRIMEIRO EXEMPLAR DO JORNAL “A VÓZ MATERNAL”

⁷⁰ Usando o mesmo modelo de cálculo feito anteriormente com os valores do jornal *Estadão* como uma ferramenta para conversão do valor de referência, por exemplo: em 01 de dezembro de 1903, o valor do número avulso deste jornal era de Rs 100 (cem réis). O valor atual do jornal é de R\$ 5,00 (cinco reais). Dividindo 5 por 100, resulta em Rs 1 (um réis) = R\$ 0,05 (cinco centavos de reais). O valor da assinatura anual de *A Vóz Maternal* era de Rs 2\$000 (dois mil réis) multiplicado por 0,05, equivaleria, atualmente, a R\$ 100,00 (cem reais).

⁷¹ No site da Fundação Carlos Chagas estão disponíveis os seguintes exemplares digitalizados: os números 02 ao 12 do ano I e o número 01 do ano II; informando que há referências sobre a existência do periódico até a década de 1910. No acervo digital do site do Arquivo Público do Estado de São Paulo encontra-se o número 01 do ano I (publicado em 01 de dezembro de 1903) e o número 06 do ano II (publicado em 01 de maio de 1905).



Fonte: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas

Todos os 12 exemplares contém 08 páginas e apresentam a seguinte estrutura e conteúdo: textos informativos, exortativos, doutrinários e regimentais, balancetes financeiros, breves anúncios e notícias, agradecimentos e outros, tais como solicitações de ajuda material em favor das instituições, poemas de Analia e demais autorias, pensamentos sobre, principalmente, práticas religiosas e a virtude, lição de moral referente ao exercício do amor e da higiene, contos, um romance de costumes, *A Egide Materna*, escrito por Analia e publicado em partes a partir do número 3 na coluna “Folhetim”, e artigos em favor da educação feminina.

A seguir são destacados os conteúdos mais relevantes em relação às práticas da AFBI, sua missão e objetivos apresentados nos estatutos e regimentos; o detalhamento do movimento financeiro por meio dos balancetes com a divulgação das doações (nomes e valores), as receitas e despesas dos asilos, creches e escolas, revelando preocupação com

a transparência na publicação dos gastos e arrecadações; as escolas que foram sendo criadas; relatórios e as estatísticas estudantis; e a participação da sociedade, de variadas formas, a favor dos propósitos da Associação pela instrução dos carecentes.

4.2.2.1 Textos informativos, exortativos e doutrinários

Os textos dos exemplares, sendo a maioria escritos pela própria Analia, abordam, basicamente, informações gerais sobre as atividades da AFBI, questões sobre a educação moral das classes desvalidas, ensinamentos religiosos e éticos, apelo à caridade, as dificuldades financeiras da Associação, depoimentos a favor desta, sobre o feminismo e o direito da mulher à educação.

Há um texto que se repete em todos os 12 exemplares, com o título “Associação Feminina Beneficente e Instructiva de S. Paulo”, assinado por Analia, como diretora, apresentando os seis objetivos do Asilo e Creche da AFBI, em que as ações estão centradas na instrução e amparo às crianças e mães desfavorecidas social e financeiramente, com destaque aos órfãos, aos filhos de inválidos, de mães operárias e para mulheres “arrendidas”:

1º, recolher as mulheres pobres, com ou sem filhos, que se acham no desamparo; 2º, meninas orphans ou filhas de paes invalidos; 3º, meninos com suas mães, até 8 annos; 4º, os filhos das mães operarias, de 2 annos para cima; 5º, crear aulas de instrucção primaria, secundaria e profissional, diurnas e nocturnas, para as asyladas ou não; 6º, crear secções especiaes para enfermeiras e mulheres arrendidas.

E justifica que as maiores vitórias se deviam à instrução e à ciência, e que deveria haver esforço para a integridade nacional, com o desenvolvimento do físico, intelectual e moral do Brasil, por fim pedia que as pessoas caridosas enviassem seus donativos à sede do Asilo, na Ladeira dos Piques, n. 21.

O texto inicial dos números 1 e 2 traz o título “A Voz Maternal” o qual informa, no primeiro número, que este periódico era uma modificação da *Revista da Associação Feminina*, no seu formato e título, devido, como é relatado, às grandes despesas com as Escolas Maternais, Escola Noturna, Liceu, Creche e Asilo, tendo mais de 80 crianças e asiladas na Creche. E que este jornal tinha o seguinte objetivo: “A *Voz Maternal*, humilde

e modesta como é, tem por intuítos tratar dos assumptos concernentes á Associação Feminina Beneficente e Instructiva e da educação das classes desvalidas”, e o foco da instrução era o ensino moral: “O mais importante objetivo das Escolas Maternaes, Asylo, Créche, Eschola Nocturna e Lyceu, que se acham fundados, é a educação moral”, sendo esta educação entendida como os sentimentos respeitosos, os laços de solidariedade, a compreensão de que a lei moral tinha a sua sanção e que faria surgir um mundo de equidade, amor e justiça. E no número 2 é registrado um agradecimento às beneméritas associadas, aos benfeitores e, além deles, recebia-se auxílio de alunas da “Escola Modelo da Luz” e o “1º Grupo Escolar do Brás” com seus trabalhos que eram oferecidos para ajudar os amparados no Asilo e Creche.

Ainda nos números 1 e 2 há um texto com o título “Escolas Maternaes” em que, no primeiro, reafirma a finalidade das escolas maternas, que era a melhoria das condições sociais por meio da educação e despertar o espírito da caridade para o patrocínio da educação das classes pobres, pois a AFBI “é uma das que maiores benefícios vae prestando á educação das massas ignorantes, apesar das múltiplas dificuldades com que lucha”, e afirma que, mesmo tendo uma grande maioria de pessoas beneméritas dispensando seus generosos donativos, o número de suas escolas havia aumentado, na ocasião, para 25 escolas na capital e no interior, com uma frequência superior a 1.000 alunos, além do 1º Asilo e Creche da Associação, que funcionava na Ladeira dos Piques, n. 21, com mais de 30 asiladas órfãs e viúvas, e 50 crianças na creche (totalizando mais de 80 assistidos). O segundo número descreve a programação do exame final⁷² das primeiras escolas no interior do Estado que eram noticiadas na mídia: da Escola Maternal da cidade de Jaú, com a participação de 40 crianças, de até 7 anos, publicado no “Diario de Jahu” e no “Correio de Jahú”; e da cidade de Dois Córregos, cujo resultado de aprovação se fez com a seguinte classificação: “Aprovados com distinção”, “Aprovados plenamente” e “Aprovados simplesmente”⁷³, publicado em “A Cidade de Dois Corregos”.

⁷² Vale realçar que muitos exames finais realizados nas escolas da AFBI que foram registrados eram um evento festivo, cuja programação, além dos testes orais de conhecimentos gerais, era composta de apresentações artísticas, como cantos e recitação de poemas, com distribuição de prêmios e a participação de famílias e da sociedade.

⁷³ Este tipo de conceituação é explicado a seguir no Regimento Interno da AFBI sobre os exames.

No segundo número, sob o título “Duas Palavras”, vem publicado parte do discurso que o senador Paulo Egydio⁷⁴ proferiu na sessão do senado do Congresso Legislativo em 16 de novembro de 1903, relatando como ele havia conhecido Analia e a Associação, na ocasião em que ela foi até sua casa (membros, portanto, de uma mesma rede de intelectuais) para mostrar os projetos e estatutos da Associação e que, para ele, esta prestava um serviço de tal relevância que nem um presidente tinha feito ou faria, pois em menos de um ano já havia fundado 25 escolas com 1.000 crianças. E informa que, em suas emendas, consignou um aumento de 50% em favor da Associação (rede solidária). O número 10 também publica um trecho do discurso feito em sessão do dia 04 de agosto de 1904, quase um ano depois, no qual este senador apresentou uma emenda elevando a verba de 5:000\$000, consignada pela Comissão de Fazenda, para 10:000\$000, dobrando o valor do ano anterior. Reitera que, em pouco mais de 2 anos, a Associação tinha fundado 28 escolas com mais de mil crianças, um liceu para candidatas a professoras das Escolas Maternais, Escolas Noturnas e Escolas Elementares, um Asilo e uma Creche.

O número 3 inicia com a primeira parte do texto “As preleções de Jesus”, escrito pela própria Analia, que se estenderá até o número 11, e trata de assuntos sobre a fraternidade universal e o direito dos fracos e oprimidos por meio das “narrativas singelas feitas nuns tons de exortação pathetica e de terna unção” proclamadas por Jesus, ressaltando a filosofia cristã e a moral evangélica, faz uma crítica sobre a exterioridade do culto, e defende, frequentemente, a instrução da mulher.

Sabe-se que Anália foi, a certa altura, hostilizada pela igreja católica mas foi defendida em um jornal jauense, conforme publicado na página 06 do número 3, há a primeira parte de uma publicação do jornal “diário do Jahú”, com o título “Ligeiras Impressões”, assinado por B. Rodrigues, informando que ele visitou a Escola Maternal da AFBI na cidade de Jaú e refutou “um artiguete pelo qual Lucio Guahyba atacava malévola e injustamente esta associação pelas columnas do ‘Estandarte Catholico’”, publicado em fevereiro de 1902. E no final deste mesmo texto, o autor alegou que a nobreza dos intuitos dela foi reconhecido pelo próprio governo, por meio do secretário do Interior e Justiça de então (sr. Bento Bueno), o qual respondeu, em 17 de outubro de

⁷⁴ Paulo Egydio de Oliveira Carvalho foi senador do Estado de São Paulo, na República Velha, em três mandatos: 1892-1894, 1894-1897 e 1900-1903. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/republica-velha/repvelha_senado_paulista.html. Acesso em 04 dez. 2018.

1901, a um ofício de Analia pondo à sua disposição o edifício da escola do 8º distrito para funcionamento das primeiras escolas.

Com sua postura de defensora da integridade da mulher em todos os seus aspectos, o texto de abertura do número 8 traz uma conferência pronunciada pela dra. Maria Renotte⁷⁵ no festival em benefício do Asilo e Creche da Associação, em 12 de junho de 1904, sobre a legitimação os direitos iguais entre os gêneros, afirmando a difícil rotina da trabalhadora das fábricas ou do campo e, ainda, nos afazeres domésticos, e seus obstáculos no acesso à educação. São citados vários exemplos de mulheres do mundo inteiro que se destacaram brilhantemente nos campos da literatura, pedagogia, botânica, arqueologia, agricultura, línguas, economia política e filosófica, apesar de todos os preconceitos de hábitos, leis e costumes.

4.2.2.2 Documentos regimentais

Nos exemplares encontram-se divulgados, em partes, o Regimento Interno das escolas (números 1 a 3), um relatório da Associação apresentado em assembleia (número 3), os Estatutos da AFBI (números 5 e 6) e os Estatutos do Asilo e Creche (números 6 e 7).

O primeiro número traz a “continuação” do Regimento Interno das escolas da AFBI, presumindo-se que os capítulos e artigos precedentes foram publicados no periódico anterior, a *Revista da Associação Feminina*, citada no início deste jornal. Esta parte do Regimento é a partir do artigo 11, até o 14, do Capítulo V, que trata dos meios disciplinares (castigos e prêmios); o Capítulo VI: do tempo das funções escolares; Capítulo VII: da matrícula e frequência das escolas, onde é informado que a Associação fornece o ensino e todo o material escolar; Capítulo VIII: sobre a escrituração das escolas e sobre homenagens aos apoiadores; Capítulo IX: os grupos de escolas reunidas e a

⁷⁵ Maria Renotte (1852-1942) nasceu na Bélgica e veio para o Rio de Janeiro em 1878, onde trabalhou como professora. Aos 37 anos foi para os EUA estudar medicina, retornando ao Brasil 3 anos depois, em 1895, para trabalhar na área da saúde, e foi também grande defensora por melhores condições para as mulheres. Disponível em: <<http://belgianclub.com.br/nl/creator/renotte-maria-1852-1942>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

fiscalização dessas escolas; e o Capítulo X: sobre o curso noturno, para moças e menores pobres que não podem frequentar as aulas diurnas.

O número 2 traz a continuação do Capítulo X, os artigos 38, 39 e 40, informando que as alunas devem pagar 2\$000 mensais para a despesa com luz e limpeza das salas, portanto o ensino não era totalmente gratuito, havia uma contribuição por parte das alunas; o Capítulo XI: dos Liceus femininos, para pessoas do sexo feminino que se propusessem à profissão do magistério nas escolas maternais e elementares da Associação, descrevendo as matérias de cada um dos três anos com a carga horária (número de lições) além de exercícios práticos (físico); Capítulo XII: dos exames no Liceu, com provas orais e escritas, explicando que a aprovação com “distinção” era para provas ótimas, “plenamente” se as notas fossem boas e “simples” se as notas fossem sofríveis; Capítulo XIII: da matrícula no Liceu, permitida a todas que apresentassem certidão de idade e atestado de moralidade, com pagamento de 10\$000 na matrícula e para obter os benefícios de sócia pagava-se 2\$000 mensais, portanto era mediante pagamento que poderia ser associada da AFBI.

No terceiro número vem a última parte do Regimento, o artigo 56 do Capítulo XIII que, no parágrafo “c”, comunica que todas alunas do Liceu eram obrigadas a trazer um contingente de sócios para a Associação; o Capítulo XIV: disposições gerais, esclarecendo que as diplomadas para as Escolas Maternais receberiam um salário anual de 1:300\$000, para as Escolas Elementares de 1:800\$000, mas que só receberiam esses ordenados integralmente depois de um ano de exercício nas Escolas Maternais do interior com o mínimo de 25 alunos frequentes. O documento encerra com o local, na Sala das Sessões da Diretoria, no dia 05 de dezembro de 1903, assinado pela Presidente Analia e a secretária interina.

O terceiro exemplar mostra, ainda, o Relatório da AFBI apresentado na assembleia geral ordinária no dia 19 de janeiro de 1904, informando sobre o Liceu (cujo objetivo era formar as professoras da Associação) e as Escolas Maternais, o Asilo e Creche, as bibliotecas escolares e sobre a ordem, divisão do trabalho e balanço. Quanto ao Liceu, entre outros dados, é relatado que a solenidade da instalação do 1º Liceu feminino foi em 25 de janeiro de 1902, no aniversário da fundação de São Paulo e, das 80 alunas matriculadas, 50 frequentavam as aulas regularmente, que os recursos da Associação eram “em extremo minguados” e o corpo docente era muito mal remunerado;

e as Escolas Maternais acolhiam crianças dos 2 aos 12 anos, sem distinção de classe, seita ou sexo, e, somando o Liceu, as escolas noturnas para adultos analfabetos, 3 escolas isoladas no interior, dois grupos de escolas reunidas e 14 escolas isoladas na capital, totalizavam 28 escolas da Associação, com uma frequência superior a mil alunos (em um período de 2 anos a partir da fundação da AFBI).

Com relação ao Asilo e Creche, consta que o aluguel mensal do prédio era de 350\$000, com 29 órfãos e muitas viúvas com filhos, não havendo mais vagas. Quanto às bibliotecas, foram entregues 200 volumes por ordem do sr. Bento Bueno⁷⁶ e, conforme o método pedagógico adotado por Analia, ela pedia por livros para as escolas maternais com o método de Maria Pape-Carpantier⁷⁷, “o ensino pelos olhos”. E, por último, a respeito da ordem, divisão do trabalho e balanço, é relatado que, de acordo com os Estatutos do Asilo e Creche, para uma melhor regularidade e método, foram divididas as escolas e os asilos e creches; que os recursos da Associação baseavam-se nas mensalidades das sócias e benfeitores, das doações e das verbas do Congresso do Estado e das câmaras municipais da capital, de Dois Córregos e de Jaú, e em relação ao ano anterior, houve um aumento do ativo de 16:542\$128.

Nos números 5 e 6 estão expostos os Estatutos da AFBI aprovados em assembleia geral extraordinária em 26 de dezembro de 1903, totalizando 12 Capítulos. O Capítulo I é sobre as denominações, sede e fins sociais, cuja fundação foi em 17 de novembro de 1901, e que era uma sociedade de caridade e instrução, com número ilimitado de sócias sem distinção de nacionalidade ou crença. O Artigo 2º trata das finalidades da Associação:

- 1º) Estabelecer nesta capital e em outras cidades do Estado lyceus femininos destinados a derramar a instrução pelas escholae da Associação;
- 2º) Criar nesta capital e em outras cidades do Estado escholae maternae destinadas ás creanças de 2 a 8 annos;
- 3º) Estabelecer escholae destinadas a completar a educação dos alumnos das escholae maternae;
- 4º) Fundar escholae profissionaes para senhoras;
- 5º) Criar uma bibliotheca;

⁷⁶ Bento Pereira Bueno foi Secretário de Estado dos Negócios da Justiça que, pela Lei N. 778, de 28 de Junho de 1901, passou a se denominar Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça. no período de 1900-1906. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1901/lei-778-28.06.1901.html>. Acesso em 02 jul. 2019.

⁷⁷ Marie Pape-Carpantier (1815-1878), pedagoga e feminista francesa, teve significativa importância para a educação infantil por seu método intuitivo para a educação dos sentidos - lições de coisas (*leçons de choses*). Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/507/395>. Acesso em 08 jul. 2019.

- 6º) Promover conferencias sobre assumptos de instrucção e de moral;
- 7º) Estabelecer crèches;
- 8º) Crear asylos para creanças e senhoras desamparadas;
- 9º) Prestar soccorros medicos a todos os protegidos pela Associação.

O Capítulo II é sobre os associados e categorias, divididos em: 1. Contribuintes, eram os que aceitassem este Estatuto e pagassem a mensalidade a que se propusessem, 2. Remidos, que pagassem 200\$000 de uma só vez, e 3. Beneméritos, que prestassem relevantes serviços e fizessem generosas dádivas. Este último não poderia votar nem ser votado e não poderia tomar parte nas discussões. O Capítulo III trata dos deveres e direitos das associadas, o Capítulo IV da assembleia geral, que se reuniria no 1º dia do mês de dezembro para a eleição da nova diretoria e na 1ª quinzena de janeiro para prestação de contas. O Capítulo V é sobre as eleições, o Capítulo VI da diretoria, Capítulo VII das instituições sociais, sendo creches (para filhos de mães que trabalham), liceus, escolas noturnas (para adultos e meninos de até 12 anos), escolas maternais (até 8 anos), escolas especiais (acima de 8 anos), asilos (para órfãs e senhoras desamparadas), escolas profissionais (nos asilos, para asiladas e filhos das associadas). O Capítulo VIII trata dos fundos sociais, que eram provenientes das mensalidades, donativos, subvenções ou auxílios, o Capítulo IX é sobre os empregados, terminando com as disposições gerais.

Os exemplares 6 e 7 trazem os Estatutos do Asilo e Creche, com total de 3 Capítulos, sendo o Capítulo I - da natureza, sede e fins do asilo e creche, destinados a órfãos e mulheres desamparadas com ou sem filhos e filhos de mães operárias, o Capítulo II - sobre os tipos de sócios: efetivos, filiados, diplomados, beneméritos e remidos, o Capítulo III - diz respeito à diretoria e, por fim, as disposições gerais.

4.2.2.3 Balanços Financeiros

Ao final de cada número são apresentados os balanços financeiros com as respectivas datas, discriminados os débitos (caixa, despesas gerais, material escolar, móveis e utensílios, assistências, bens tipográficos, bibliotecas, quermesse, com o *Brazilianisch Bank Für Deutschland*⁷⁸, Banco de São Paulo, suprimentos, etc.) e créditos

⁷⁸ Antigo banco alemão, construído em 1897, na rua 15 de novembro, 268, centro de São Paulo. Durante a II Guerra Mundial o edifício foi parcialmente destruído e, entre os anos de 1939 e 1945, aumentaram os números de bancos nacionais em detrimento dos estrangeiros. Disponível em:

(contas correntes, donativos, associadas e benfeitores, contribuições, Asilo de Órfãos e Senhoras Desamparadas, auxílio da câmara municipal, Caixa Econômica, juros e descontos, verbas do governo, etc.) e os totais, sendo sempre equivalentes. Abaixo de cada quadro dos balancetes, são descritos os nomes da tesoureira, da presidente Analia Franco, e do guarda-livros Francisco Antonio Bastos que, a partir do final de 1902, já era cônjuge de Analia. A seguir há um resumo do saldo dos débitos e créditos apresentados nos 12 primeiros exemplares, com as respectivas datas dos balancetes, de acordo com o quadro 5.

QUADRO 5 – SALDO MENSAL DA ASSOCIAÇÃO E SUAS INSTITUIÇÕES

| EXEMPLAR E DATA | ASSOCIAÇÃO | ESCOLAS | ASILO |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| 01 - 31/07/1903 | 27:124\$000 | | |
| 01 - 31/08/1903 | 29:383\$300 | | |
| 02 - 30/11/1903 | | 38:813\$560 | 9:633\$652 |
| 03 - 31/12/1903 | | 45:291\$089 | 15:343\$152 |
| 04 - 31/01/1904 | | 13:654\$077 | 11:013\$181 |
| 06 - 31/02/1904 | | 13:239\$549 | 12:497\$781 |
| 07 - 31/03/1904 | | 16:805\$809 | 14:899\$581 |
| 08 - 30/04/1904 | | 19:218\$411 | 15:280\$621 |
| 09 - 31/05/1904 | | 22:073\$611 | 17:771\$021 |
| 10 - 30/06/1904 | | 24:888\$631 | 19:644:221 |
| 11 - 31/07/1904 | | 26:608\$313 | 20:940\$421 |
| 12 - 31/08/1904 | | 28:982\$775 | 23:328\$836 |

Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro exemplar mostra dois balancetes da Associação, sem menção das Escolas e Asilo, e o número 5 não publicou nenhum balancete. Nota-se um erro na data do balancete do exemplar número 6, pois está registrado no dia 31 de fevereiro. E, apesar de haver um aumento gradativo dos valores dos saldos a cada mês, há uma queda significativa entre 31 de dezembro de 1903 e 31 de janeiro de 1904.

Além dos balancetes, alguns jornais trazem informações adicionais de valores financeiros arrecadados em eventos, de despesas com atividades específicas da Associação, de ativos e passivos das instituições. O primeiro exemplar, por exemplo, mostra 04 balanços financeiros: da excursão realizada de abril a julho de 1903 pela fiscal

das Escolas Maternais, D. Emilia Silva, para Campinas, Jaguari, Dois Córregos, Jaú e Jaboticabal, com os respectivos valores recebidos e gastos nesta viagem (nota-se que, em pouco mais de 01 ano após a criação da AFBI, já havia sido instituída Escolas Maternais nessas 5 cidades do interior); o balanço da quermesse realizada na Penha, de 03 a 14 de setembro de 1903, em benefício do Asilo e Creche, em que a despesa equipara com os recebimentos; e os balancetes de 31 de julho e 31 de agosto de 1903.

O número 2 mostra o balanço de um concerto organizado em favor do asilo e creche, com um saldo de 450\$000. O número 3 apresenta demonstrativos de ativos e passivos das escolas e asilo e creche e, por ser esse o último balancete do ano de 1903, finaliza com um parecer da comissão de contas declarando que tudo está em perfeita ordem e que fossem aprovadas as contas do ano de 1903. No número 10 é apresentado o balancete semestral, em 30 de junho de 1904, das seções de Escola e Asilo, por soma bruta, de acordo com o artigo 5º, Capítulo VI.

4.2.2.4 Notícias, anúncios e agradecimentos

Constam, em todos os números, anúncios, agradecimentos e divulgações sobre atividades gerais da AFBI, tais como a necessidade da educação e amparo às mulheres e crianças desfavorecidas, divulgação de livros, entre eles o romance da própria Analia, *A filha do artista*, pedidos de assinatura do jornal e o registro de gratulação pelas contribuições materiais, pelos registros de enaltecimento da Associação por outros, e pelas visitas de representantes da imprensa de todo o país.

Na coluna “Pequenas notícias”, ao final dos exemplares, são apresentadas breves notas predominantemente sobre as atividades da AFBI: agradecimentos pelo recebimento dos mais variados livros e de contribuições financeiras; as datas de matrículas das escolas maternais e do Liceu; listas de nomes de assinantes deste jornal de diversas cidades dos diferentes estados; sobre o funcionamento das oficinas de costura e tipografia do Asilo e Creche, nas quais se fazia toda espécie de costura, cestinhas com flores e doces para festas, cartões de visitas, “tudo por preços modicos”; uma comunicação que a frequência do mês de março de 1904 de todas as escolas da Associação foi de 980 alunos; a instalação da primeira escola maternal havia sido em Itapetininga, em abril de 1904, com 50 crianças matriculadas; e sobre os exames trimestrais de Escolas Maternais.

Na coluna chamada *Imprensa*, que consta em todas as 12 edições, são citados os diferentes periódicos (jornais e revistas), de diversas cidades e Estados, cujos “distinctos collegas” concederam “a subida honra de tão apreciáveis visitas” à Associação. Em cada um dos 12 exemplares há uma lista desses vários periódicos da cidade de São Paulo e do interior, de outros Estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maceió, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, e até de outros países, como a Argentina.

Na última página do primeiro exemplar, são apresentados pequenos informes, como conferências a serem realizadas, o grande número de órfãs que aguardavam vaga no Asilo, início do ensino profissional destinado às cadeiras das Escolas Maternais e de aulas de costuras, flores artificiais, tipografia e escrituração mercantil, sobre os encerramentos dos trabalhos dos grupos escolares, agradecimentos de donativos em dinheiro e dos opúsculos “Synopses Geographicas” e “Defesa contra a Tisica” que auxiliavam os professores, o oferecimento de serviços médicos gratuitos aos pobres por alguns clínicos (Maria Renotte, por exemplo), a instalação de aulas de francês, inglês, italiano e alemão oferecidas por professoras estrangeiras, uma propaganda do “Almanack Alagoano das Senhoras”, e finaliza com uma carta destinada à Analia, de um remetente do estado de Sergipe, louvando a atitude dela em prol da infância desvalida e oferecendo a doação de cinquenta mil réis.

No segundo número há uma informação que no dia 31 fora realizada a assembleia geral para eleição da nova diretoria, mostrando o resultado com os nomes e suas respectivas funções. E a seguir, o agradecimento no valor de 50\$000 da doutora Maria Renotte que, além de outras contribuições, ajudava financeiramente.

As escolas acolhiam também crianças de outros países, pois na última página do número 3, há um relatório apresentado ao sr. Bento Bueno, feito pelo inspetor escolar, sr. Emilio Mario de Arante, no qual ele agradece à AFBI por oferecer educação gratuita às crianças estrangeiras imigrantes, com a criação de mais de 20 escolas na capital, entre elas 07 no Braz, nos locais onde afirmou ser vasta a população estrangeira, principalmente a italiana.

O número 5 informa a mudança de localidade de cinco escolas maternais: a escola “João Pinto” passou a funcionar no grupo escolar das escolas reunidas no Largo do

Arouche n. 64, a dos “Academicos” na rua Rodrigo Silva n. 48 junto com a dos “Artistas”, a “Dr. Antonio Pinto Prado” nas escolas maternais reunidas no asilo à Ladeira dos Piques n. 21, a dos “Funcionarios Publicos” da rua Almirante Barroso para a rua da Glória n. 107, e a dos “Operarios” da Alameda Nothman para a rua dos Italianos n. 64.

No número 7 encontra-se a notícia, reproduzida do jornal *Commercio de São Paulo*, de que Analia havia feito a primeira inspeção trimestral do ano de 1904 nas diferentes nas escolas da Associação que funcionavam no Largo do Arouche, com a descrição de toda a programação deste evento, incluindo cantos, recitações, arguições orais, e as salas onde funcionavam os cursos tinham os seguintes nomes: “Cesario Motta”, do 1º ano do sexo masculino, “D. Elisa de Abreu”, do 1º ano do sexo feminino, “Bento Bueno”, do 2º e 3º ano do sexo masculino, “Bernardino de Campos”, do 2º e 3º ano do sexo feminino, ficando notória a homenagem aos políticos que apoiavam, diretamente ou não, o projeto educacional de Analia.

No exemplar número 8 aparece uma lista de 10 das 22 escolas maternais isoladas nas quais foram realizados exames trimestrais com 760 alunos. São elas: *5ª Escola Maternal dos Comerciantes, 8ª Escola Maternal dos Academicos, 11ª Escola Maternal dos Empregados do Commercio, 12ª Escola Maternal dos Militares, 13ª Escola Maternal dos Artistas, 14ª Escola Maternal dos Advogados, 16ª Escola Maternal Dr. Getulio Vargas, 19ª Escola Maternal Guilherme Rudge, 21ª Dr. Germano Vert e 22ª Escola Maternal Dr. Carlos Botelho*. Este exemplar data de 1º de julho de 1904, portanto percebe-se o aumento de alunos e escolas na capital em 3 anos de criação da Associação.

Na edição número 9 há um informe de que estão sendo solicitadas escolas, na capital e interior, para centenas de crianças privadas de instrução, sendo que o número de matrículas nas escolas havia crescido muito, uma escola da capital, por exemplo, era superior a 50 crianças, em Itapetininga chegava a 70 e em Campinas já havia passado de 100 crianças. E que seriam abertas 3 escolas nos bairros do Pary, Estiva e José Paulino.

O número 10 informa que algumas escolas criadas no bairro do Brás estavam reunidas em grupo na rua Chavantes n. 10, e eram as seguintes: *11ª Eschola Maternal dos Empregados do Commercio, 14ª dos Advogados, 16ª Dr. Getulio Monteiro, 18ª Grande Oriente, 21ª Germano Vert*, tendo este grupo 130 crianças de ambos os sexos, além de 6 Escolas Maternais reunidas em outros pontos da cidade e 07 isoladas, todas na capital. E

que todas as Escolas Maternais da capital tinham placas com o nome da AFBI. Também havia 2 Escolas Maternais funcionando em Campinas no mesmo prédio, à rua General Osório n. 117, com 120 crianças matriculadas.

Ao final das edições de 8 a 12, há um informativo do boletim de frequência das escolas da Associação, dos meses de junho a outubro, como mostra no quadro 6. Não há informação sobre a frequência das viúvas e órfãos do Asilo nos exemplares 8 e 9.

QUADRO 6 – FREQUÊNCIA MENSAL DAS ESCOLAS DA AFBI

| Número | Data | Escolas Maternais | Liceu Feminino | Escola Noturna | Creche | Viúvas do Asilo | Órfãos do Asilo | TOTAL |
|--------|---------|-------------------|----------------|----------------|--------|-----------------|-----------------|-------|
| 8 | 06/1904 | 721 | 34 | 25 | 56 | | | 836 |
| 9 | 07/1904 | 724 | 40 | 18 | 50 | | | 832 |
| 10 | 08/1904 | 781 | 40 | 18 | 48 | 17 | 59 | 963 |
| 11 | 09/1904 | 887 | 50 | 15 | 45 | 8 | 55 | 1060 |
| 12 | 10/1904 | 700 | 55 | 20 | 50 | 8 | 58 | 891 |

Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se uma oscilação para mais e para menos no número de frequência das instituições, com exceção do Liceu, que houve um crescimento constante, e que no mês de outubro foi registrado um crescimento em todos os segmentos, menos nas Escolas Maternais, com uma expressiva diminuição, e no Asilo das viúvas, que não se alterou em relação ao mês anterior.

Há uma seção sem título em que se agradece pelo recebimento de donativos em dinheiro para as Escolas Maternais, apresentando uma extensa lista de colaboradores, divididas em partes por todos os 12 números, com os respectivos valores de suas doações em réis que vão se somando a cada edição. São citações de nomes completos, apenas um nome, farmácias, fazendas, siglas, grupos, do Governo do Estado, da Câmara Municipal, loja maçônica, Circo Americano, muitas vezes com a identificação da localidade (bairros de São Paulo, cidades do interior), e anônimos (com as palavras “anonymo”, “anonyma”, “um devoto”, “uma devota”, “um donativo”, “duas irmãs”, “pessoas caridosas”, “?”), e alguns muitas vezes se repetem. No quadro 3 há a quantia total (somada à anterior) de cada número do jornal, sendo que os números 1, 2 e 3 são referentes a 1902, dos números 4 ao 7 referem-se a 1903 e dos números 8 a 12 são de 1904, com variação na quantidade de nomes em cada número. Algumas quantias são referentes aos valores dos objetos

doados, por exemplo corte de vestido, par de chinelos, pratos, rolo de fumo, roupas de crianças, roupas de cama, toalhas, um terreno no Tatuapé, sacos de farinha e outros.

QUADRO 7 – VALOR DOS DONATIVOS PUBLICADOS EM CADA EXEMPLAR

| | | | | | | |
|---------------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|
| nº do jornal | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Valor total | 1:704\$000 | 2:877\$500 | 3:672\$300 | 13:797\$660 | 581\$500 | 2:029\$700 |
| Quantidade de nomes | 148 | 120 | 33 | 187 | 87 | 54 |
| nº do jornal | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Valor total | 6:573\$880 | 7:346\$980 | 934\$600 | 892\$400* | 1:774\$600 | 2:366\$600 |
| Quantidade de nomes | 53 | 37 | 72 | 11 | 133 | 93 |

Fonte: elaborado pela autora.

*Este valor vem somado a um anterior de 8:34\$400.

A partir do exemplar número 5 o valor total não está somado aos anteriores, e os valores dos próximos jornais serão somados a partir desse. O mesmo se dá a partir do exemplar número 9, por causa da transição de ano.

Todos os dados informativos deste jornal que foram aqui destacados mostram o crescimento considerável no número de escolas expandidas pela capital e interior, do envolvimento da sociedade, com suas devidas contribuições, na implantação e funcionamento das instituições, e todo esse empreendimento ter sido efetivado de forma filantrópica. E a luta ideológica de Anália a favor do acesso à instrução dos menores desvalidos e pela educação igualitária para as mulheres como melhoria de sua condição social e profissional, “A lei declara obrigatorio o ensino primario e fica lettra morta a obrigatoriedade decretada. A sociedade reconhece o direito dos pequeninos e é desolador o tristissimo espetaculo que nos offerece as creanças nascidas das infimas camadas sociais”, e continua “O sexo feminino necessita de tanta instrucção como seu companheiro; e á maioria se lhe sonega igual bem, o que é uma usurpação, uma tyrania, uma insensatez”⁷⁹, revelando sua crítica e apelo à justiça.

⁷⁹ Exemplar número 3, página 03.

4.2.3 Jornal “O Estado de S. Paulo”

O jornal O Estado de S. Paulo⁸⁰ foi utilizado como fonte de pesquisa devido à considerável quantidade de informações referentes à atuação da Analia e os empreendimentos da AFBI em favor da educação ao alcance de quaisquer pessoas, precipuamente de crianças desafortunadas. As notícias publicadas concernentes à Associação e suas atividades são aqui apresentadas de forma cronológica, identificadas pela data da edição, página e seção, desde o ano de 1902, a partir da fundação da associação, até 1919, ano da morte de Analia.

Inicialmente são apresentadas as primeiras publicações sobre as ações da AFBI, a fundação do Liceu feminino em São Paulo, os eventos oficiais, sobre o crescimento das escolas, as receitas e despesas, os eventos beneficentes, as contribuições dos vários setores, relatos em favor da instrução das crianças desvalidas, pedidos de ajuda em prol das escolas e a Colônia Regeneradora. Na sequência são as notícias referentes às Sucursais, instituições educacionais criadas no interior e litoral do Estado de São Paulo, totalizando 11 diferentes cidades.

4.2.3.1 Divulgações da AFBI

As notícias mostradas a seguir iniciam com os informes sobre as assembleias da Associação, esclarecimentos sobre o uso do salão do Centro Espírita para aulas das escolas, um relatório apresentado por Analia sobre as escolas que a Associação mantinha (número de escolas, de alunos e as idades), valores do balancete de contas, festa infantil promovida pela AFBI em benefício das instituições (com apresentação de comédia, bailado, cena, apoteose e conferência), bazar de caridade para venda dos trabalhos dos órfãos, assembleia para tratar de assuntos referentes à Colônia Regeneradora do Asilo e Creche, e endereços de escolas primárias mantidas na capital, revelando a intensa

⁸⁰ Houve algumas mudanças no nome deste periódico: da primeira edição, de 04/01/1875, até a do dia 30/12/1889, o jornal chamava-se “A Província de São Paulo”, de 04/01/1890 a 20/03/1892, mudou o nome para “O Estado de São Paulo” e, a partir de 27/03/1892, passou a chamar “O Estado de S. Paulo”. O nome Estadão deve-se ao fato de o jornal pertencer ao conglomerado de mídia, o Grupo Estado, ou Grupo OESP. Todas as edições deste periódico, desde a primeira, de 04 de janeiro de 1875, estão disponíveis digitalmente no site do jornal O Estadão.

atividade, solicitação de todo tipo de ajuda (publicada em várias edições) feita pela própria Analia, e atuação no cumprimento dos objetivos propostos no projeto de Analia.

As datas, horários e locais das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da AFBI são noticiadas com certa frequência neste jornal, em um total de 7 publicações:

- 27 nov. 1902, um ano depois da fundação da AFBI, sobre a assembleia geral extraordinária;
- 29 dez. 1902, no Largo do Arouche, n°s 58 e 60, para eleição da nova diretoria e comissão de contas (conforme rezava o estatuto sobre a anuidade dos membros);
- 30 dez. 1902, a confirmação desta assembleia geral anterior;
- 14 jan. 1908, assembleia geral ordinária em um novo endereço, na Ladeira dos Piques n° 21, sobre a prestação de contas, leitura do relatório e posse da nova diretoria;
- 17 fev. 1911, novamente mudança de endereço, que seria o definitivo, à rua São Paulo n° 47, e nesta reunião seria sobre a Colônia Regeneradora (adquirida naquele ano);
- 29 e 30 dez. 1912, eleição da nova diretoria;
- 01 ago. 1914, para tratar de diversos assuntos.

A respeito de possíveis críticas e manifestações sobre a relação da AFBI com o Centro Espírita de São Paulo, a edição do dia 10 de dezembro de 1902, p. 03, traz uma declaração de Analia, assinada em 09 de dezembro de 1902, na qual a diretoria da AFBI esclarece que as aulas noturnas do Centro Espírita de São Paulo nada tem com as aulas maternas da Associação, que funcionam durante o dia no prédio 61, e que as aulas noturnas funcionam na sede da diretoria, nos n°s 58 e 60. Logo abaixo vem outra declaração, do presidente do Centro Espírita, Braulio Prego, assinada em 09 de dezembro de 1902, esclarecendo que, devido à má interpretação dos anúncios de aulas noturnas gratuitas, publicadas nos jornais desta capital, o Centro Espírita de São Paulo declara nada ter com a AFBI da sra. d. Analia Franco. E que se uma das aulas maternas tem funcionado no salão do Centro é porque foi cedido gratuitamente à Associação, sem implicar dependência de nenhuma parte.

Sob o título “Associação Feminina Beneficente e Instrutiva”⁸¹, é relatado que este jornal possui o relatório da Associação apresentado em 09 de janeiro de 1903, pela Analia, e também o primeiro número da *Revista*, sem citar o nome (provavelmente a *Revista Feminina da Associação*). E, por esses documentos, verifica-se “a prosperidade desta instituição, que já tem prestado relevantes serviços á instrucção popular”. O texto informa que a associação mantém um liceu noturno com o objetivo de preparar moças para reger as escolas maternais, e que a diretoria e as professoras do liceu não recebem nenhum tipo de remuneração. E ainda mantém, na capital, 03 escolas noturnas, 16 escolas maternais nos diversos distritos (contando com o Liceu, somam-se 20 escolas com um pouco mais de 1 ano de existência da Associação), com uma frequência de cerca de 800 alunos de 2 a 8 anos, filhos de pobres operários, e uma biblioteca. Na sequência informa que a AFBI mantinha escolas maternais em Santos⁸², São Manoel e Dois Córregos, pretendendo instalar outra em Campinas; e que a sociedade foi fundada devido à iniciativa particular, sem capital, e a renda para a manutenção da Associação provinha, exclusivamente, dos esforços individuais da diretoria, das associadas e do público. Os cargos remunerados da associação eram: as auxiliares, fiscal das escolas isoladas, diretor do grupo, guarda-livros, ajudantes, cobradores, parteiras, tipógrafos e serventes. Não eram remunerados: cargos da diretoria do Liceu, inspetora das escolas maternais, professoras do Liceu, curso primário e secundário.

No mesmo texto é informado o balancete de dezembro de 1902, cujo saldo era de 8:060\$490 réis que seria o ativo da sociedade demonstrado no respectivo balanço. E no balancete de janeiro verificou-se que o ativo foi aumentado para 8:7??\$??? réis (esses números estão ilegíveis). São citados os seguintes nomes e seus cargos: sra. Amelia de Arruda, diretora do grupo, sra. Analia Franco, diretora do Liceu, as sras. Elza de Abreu e Emília Silva, inspetora geral e fiscal das escolas. O texto termina comunicando que as escolas noturnas serviam para a prática das alunas do segundo ano, e todas essas escolas apresentavam uma frequência de 122 alunos; e que a Associação foi fundada em 17 de novembro de 1901, com 21 associadas.

Em 16 de maio de 1904⁸³, encontra-se publicada a notícia da festa infantil “com extraordinaria concorrencia de familias”, no *Eden Club*, promovida pela AFBI em

⁸¹ A edição de 26 de março de 1903, p. 03, na coluna “Movimento Associativo”.

⁸² Não se tem notícias de escolas maternais da Associação em Santos, apenas o Liceu.

⁸³ p. 02, na seção “Movimento Associativo”, com o título “Associação Beneficente e Instrutiva”.

benefício das “obras meritorias que ella se propoz instituir nesta capital”, com a presença do representante do sr. Presidente do Estado, várias sociedades e “muitas familias e cavalheiros da melhor sociedade desta capital”. Houve a apresentação da comédia “A Caipira”, com citação dos nomes de todos os atores (“graciosas meninas” e meninos); em seguida “um bailado, muito bem ensaiado, em que a creançada se houve de um modo irreprehensivel”. Na segunda parte apresentou-se a cena “A Caridade”, com os nomes das meninas que representaram os papéis, seguindo de uma apoteose em que foi cantada, a duas vozes, “o côro da Caridade, de Rossini”. E, por fim, uma conferência pela “exma. sra. dra. Maria Renotte” sobre o papel da mulher na sociedade e dos grandes benefícios que prestam as sociedades humanitárias que têm os ideais da AFBI e, ao terminar, “foi a oradora saudada com uma prolongada salva de palmas”. A festa terminou às 22h30.

Os boletins das diversas escolas de ensino privado a cargo de Analia são remetidos à Inspeção Geral do Ensino por meio do sr. Presidente da câmara municipal da capital, conforme publicado no dia 05 de abril de 1906, p. 02, referentes ao mês de fevereiro.

A participação da imprensa era solicitada em eventos, tais como na publicação do dia 13 de fevereiro de 1909⁸⁴, o jornal informa que “recebemos um convite, assignado pela respectiva directora, sra. d. Analia Franco” para assistir a solenidade dos exames finais dos órfãos do Asilo e Creche da AFBI, na rua São Paulo nº 17, às 11h30, no dia da publicação do jornal.

A partir da edição de 09 de agosto de 1910, o jornal traz uma nota de Analia, datada de 01 de agosto de 1910, na qual ela se apresenta como diretora da AFBI, das Escolas Maternais da capital e do interior, do Albergue Diurno para crianças filhas de mães jornaleiras e um Asilo Creche, onde se acham internados 150 órfãos desvalidos, sendo cerca de mil crianças nas escolas, e solicita qualquer tipo de ajuda a ser enviada à rua São Paulo nº 47. Esta mensagem, mostrada na figura 3, foi publicada em várias edições, de 1910 a 1918, em um total de 147 edições, sem alteração dos dados da mensagem.

FIGURA 7 – NOTÍCIA PUBLICADA NOS JORNAIS

⁸⁴ p. 03, em “Notícias Diversas”.

**Associação Feminina Beneficente e
Instructiva de S. Paulo**

Analia Franco, directora da Associação Feminina, das Escolas Maternae da Capital e interior do Albergue Diurno para crianças, filhas de mães jornalêiras, e um Asylo e Crêche, onde se acham internadas 150 orphans desvalidas, sendo nas escolas cerca de mil crianças, vem solicitar das pessoas altruistas que se dignarem soccorrer a estas instituições que qualquer quantia, ou memo generos, fazendas e roupas usadas, sejam enviadas á directora na séde á rua de S. Paulo n. 47, por pessoa de toda a confiança dos remetentes.

S. Paulo, 1 de agosto de 1910.
A directora,
ANALIA FRANCO.

Fonte: acervo digital do jornal O Estado de S. Paulo.

<https://acervo.estadao.com.br/>

Analia participava como diretora de escolas da maçonaria, como consta na edição de 22 de fevereiro de 1911, p. 02, na coluna “Notas e Informações”, informando que a Loja Maçônica “Sete de Setembro” oficiou aos Srs. Drs. Secretário do Interior e Diretor da Instrução Pública que estão abertas e funcionando regularmente as oito escolas primárias mantidas por ela nesta capital, sob a direção da presidente da AFBI, Analia Franco, com os seguintes endereços de 8 escolas: Rua do Gasômetro, 138; Rua das Palmeiras, 282; Rua São João, 379; Rua Bonita, 97; Rua da Concórdia, 41; Rua Augusta, 154; Rua Três Rios, 14; Rua Corrêa dos Santos, 51.

Para efeito de esclarecimento de algum possível equívoco com outra associação feminina, na publicação de 10 de abril de 1911⁸⁵ é informado que Analia, diretora da AFBI, fundada há dez anos na capital, declara que os únicos intuitos dessa Associação são o amparo e a instrução da mulher pobre e das crianças órfãs desvalidas, nos seus Asilos Creches, Escolas Maternais, na capital e no interior, bem como a Colônia Regeneradora (há pouco criada), portanto não tendo nada em comum com a Associação Feminina da Escola Moderna, recentemente fundada na capital.

⁸⁵ p. 07, na “Seção Livre”, título “Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo”, datado do dia 08 abr. 1911.

4.2.3.2 Aportes da sociedade

Nesta mídia são veiculados vários tipos de colaboração dos setores público, privado e da sociedade em geral, com bens materiais, financeiros, manifestações em favor da causa, como: valores doados pela prefeitura, a concessão do governo na isenção de taxa de consumo de água, a liberação de impostos para venda de produtos das escolas, donativos para a construção de um prédio para o Asilo, oferta de terreno, dinheiro oriundo de doação de sacas de café, anúncio de espetáculo e conferência humorística em benefício da associação, testemunhos da caridade e apelo em prol da AFBI, o envolvimento do senador Dr. Paulo Egydio, campanha pela educação infantil, enaltecimento das obras de Analia pelo sr. Curvelo de Mendonça, um longo relato do Dr. Victor Godinho sobre creches maternais após sua viagem a Montevideú e a importância dos estabelecimentos de assistência de Analia, auxílio para manutenção das escolas, discurso de Analia em favor da caridade por causa da ajuda insuficiente que confessava receber, citando os colaboradores e as respectivas quantias, e um relato da situação miserável em que se encontrava a Colônia Regeneradora.

a) Participação dos órgãos oficiais:

- 22 mar. 1905, a prefeitura entregou o valor de 3:000\$000 à AFBI;
- 24 fev. 1906, requerimento de Analia pedindo ao governo isenção de taxa de consumo de água do prédio da rua Alegre da Luz, nº 22, onde funciona uma escola da AFBI. E no despacho proferido pelo secretário da Fazenda, oficia-se à Secretaria de Agricultura sobre o funcionamento do fornecimento de água deste prédio e sobre a forma de concessão pedida; e da Secretaria do Interior requisita-se informações referentes ao ensino regular e gratuito como é exigido na lei para que se possa ter a concessão;
- 07 out. 1906, as comissões de justiça e finanças concedem à Analia Franco, diretora do Asilo e Creche da AFBI, isenção de impostos para venda de produtos deste estabelecimento;
- 09 nov. 1908, Analia declara ter perdido “a cautela de gaz que garantia o consumo de luz na ladeira dos Piques n. 23”;
- 13 mar. 1909, na seção “Atos Oficiais”, título “Requerimentos despachados”, a respeito de d. Analia Franco pedindo cancelamento de imposto, foi publicado “Cancelle-se imposto”.

b) Diversos tipos de doações:

- 17 out. 1906, com o título “Bazar de Caridade”, há a notícia de que a diretoria do Asilo e Creche da AFBI, “achando-se em dificuldades para abrigar e manter 89 orphãos desvalidos” inaugurou, no dia anterior, um pequeno bazar de caridade à rua Direita nº 32, para vender os trabalhos dos órfãos e as prendas a eles oferecidas que seriam revertidos em favor daquela instituição;
- 19 jun. 1906, a aquisição de um terreno, na seção “Forum”, do Quinto Ofício (cartório do escrivão Oliveira), sobre a doação de um terreno feita por D. Genebra de Aguiar Barros ao Asilo e Creche da AFBI;
- 14 dez. 1906, doações provenientes do comércio de sacos de café, depositadas no Banco de S. Paulo, em conta especial, mais a quantia de 689\$000, resultado da venda inclusa, atingindo 1:299\$340 o valor total das doações. Abaixo encontra-se a nota de crédito de Irmãos Maffei ao Asilo Creche da AFBI, discriminados os números de sacos de café, peso, os remetentes, cidade onde residiam, o preço por cada 10 quilos, o valor total com a subtração do valor do frete, conforme mostra a figura 5.

FIGURA 8 – NOTA DE CRÉDITO DE IRMÃOS MAFFEI

| N. de sacos de café | Kilos | REMETENTE | RESIDENCIA | Por 10 kilos | TOTAL |
|---------------------|-------|--|--------------|--------------|----------|
| 2 | 120 | Joaquim T. Toledo... | S. Pedro | 6\$000 | 48\$000 |
| 1 | 120 | J. Carneiro & Comp... | Jahú | 6\$500 | 52\$000 |
| 1 | 60 | Oliveira Pinheiro..... | C. Guimarães | 7\$000 | 28\$000 |
| 1 | 60 | " | " | 6\$500 | 26\$000 |
| 2 | 120 | Dr. J. Machado Portella | Cordeiros | 6\$700 | 53\$000 |
| 2 | 120 | Duarte Nunes Brandão | S. Carlos | 6\$000 | 48\$000 |
| 2 | 120 | Guilherme Wanner | Mattão | 6\$500 | 52\$800 |
| 2 | 120 | Mario Junqueira | " | 7\$200 | 57\$600 |
| 2 | 120 | Luiz Teixeira Almeida | Jahú | 7\$100 | 56\$800 |
| 8 | 480 | José Moraes Salles | V. Bomfim | 6\$500 | 208\$000 |
| 2 | 120 | Manuel Guedes | Tatubá | 6\$100 | 48\$800 |
| 2 | 120 | Dr. José R. de A. Santos | Morro Grande | 6\$800 | 52\$800 |
| 2 | 120 | Machina Bressane | Botucatu | 3\$800 | 30\$400 |
| 1 | 60 | R. de Carvalho & Comp. | Santos | 6\$400 | 25\$600 |
| | | | | | 788\$400 |
| | | 31 saccos vazios | | \$500 | 15\$600 |
| | | Menos fretes | | | 803\$000 |
| | | (Seiscentos e oitenta e nove mil réis) | | | 689\$000 |

Fonte: acervo do jornal O Estado de S. Paulo.

<https://acervo.estadao.com.br/>

- 01 fev. 1907, é anunciado um espetáculo, na casa Sant’ana, em benefício da AFBI, com apresentação de duas óperas: os “Palhaços” e a “Cavalleria Rusticana”, realizada pela companhia Tornesi, e na edição de 23 fev. 1907, informa que o

colega Baptista Coelho, o João Phoca, do Jornal do Brasil realizará na quinta feira seguinte uma conferência humorística em benefício da AFBI.

Uma interessante notícia sobre a denúncia de desvio do dinheiro, com o título “O Correio”⁸⁶, fala de um senhor chamado Esperidião Prado, de Rio Claro, que se declarava vítima “dos olhos de aguia do correio”, pois ele havia remetido, no dia 02 do corrente, uma carta à Analia com um cheque de 50\$000 réis do Banco de Custeio Rural daquela cidade. Depois de muitos dias, Analia não acusou recebimento do cheque, então o Sr. Prado ficou ciente que o correio havia dado sumiço aos cinquenta mil réis. E ele afirmou que esta situação é corriqueira. Então finalizou perguntando se haveria alguém, no governo da União, que tivesse coragem de moralizar a situação anárquica dos correios de São Paulo.

Quanto ao apoio por meio de testemunhos a favor da Associação, há um texto⁸⁷ assinado por G. Taveira (o mesmo Gastão Taveira da notícia anterior), intitulado “Impressão de uma festa escolar”, no qual o autor narra, de forma lírica, que testemunhou uma multidão de crianças da AFBI, no Parque Antártica, para a distribuição de prêmios aos alunos que se destacaram nos exames; uma pequena festa para a qual o autor foi “gentilmente convidado”. Relatou que, a princípio, imaginou a alegria dos pais dessas crianças por seu “preparo do intelecto”. Mas, quando disse voltar à realidade, confessou que se sentiu-se triste pois os pais de muitas delas era “a caridade pública” e que, após aquele dia festivo, muitos órfãos passariam fome no dia seguinte, e que só a caridade mudaria sua situação. Então o autor lamentou que uma instituição que educava “mil e muitas creanças, e se abrigam oitenta e tantos orphãos” fosse obrigada a fechar suas portas, e então fez um apelo à prática da caridade aos que estavam “na prosperidade dos bens materiaes”. E que a competência para esse assunto, a autoridade do governo, deveria se interessar por essa causa que ele considerava “nacional”, conhecendo as condições pecuniárias da associação, para evitar que as crianças pobres deixassem de receber a instrução e a moral. Ao terminar, o autor informou que acabava de ser nomeada uma comissão de professoras normalistas, sendo um dos intuitos vir a São Paulo estudar a prática das escolas maternais.

⁸⁶ 25 dez. 1911, p. 06, na seção “Notícias Diversas”.

⁸⁷ 15 jan. 1907, p. 04, na “Seção Livre”.

Nessa mesma coluna⁸⁸ e assinada pelo mesmo autor, com o título “Cumprindo um dever”, ele fez um pedido de atenção e auxílio em favor da AFBI, dizendo reproduzir as palavras sentimentais que, segundo o autor, encontrariam eco em todos os corações, na homenagem que a AFBI prestou ao senador Paulo Egydio por ocasião do seu falecimento: “Foi com a mais viva e dolorosa surpresa que, pelos jornaes diarios da capital, vimos, a 15 do vigente, a infausta noticia de subito fallecimento do dr. Paulo Egydio”. Lamentou a perda de um dos seus mais ilustres e dedicados protetores, por sua benevolência e altruísmo. Analia afirmou ter estado com ele poucos dias antes do seu falecimento (contato direto com essa autoridade na rede de solidariedade), por seu espírito estar amargurado por dolorosas decepções e queria se consolar com as palavras de conforto e com os conselhos dele, o qual disse a ela para não perder a coragem diante das dificuldades, ter paciência e ânimo, completando: “Infelizmente, em nosso meio, ainda não foi compreendido, como devia sel-o, o vasto e grandioso alcance da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva”. Ela reconheceu que era realmente assim, que aqueles que dispunham da palavra e da influência deviam mostrar, diante dos princípios cristãos, que a obra da instrução popular era igual às outras obras de caridade.

A seguir Paulo Egydio afirmou que naquela capital havia “duas instituições ás quaes consagro intranhavel amor”, pelas quais ele haveria de trabalhar sempre: o Instituto Pasteur e a AFBI. Então Anália se disse convencida de que na “mansão onde pairam a luz, a verdade e a justiça” o seu espírito nimiamente benévolo e humanitário, tão compadecido das dores alheias, olharia enternecido para as instituições de caridade e as protegeria. E que a AFBI queria registrar sua profunda gratidão, apresentando condolências à família de quem ela afirmava ser o benemérito e ilustre benfeitor. E na sequência, é transcrito o discurso que ele pronunciou diante do Senado em prol da AFBI (já citado anteriormente em *A Vóz Maternal*), dirigindo-se ao sr. Presidente, pedindo a atenção do senado para a AFBI por sua grandeza, narrando a história de como ele havia conhecido Analia e por ela ser uma benfeitora, concorrendo em favor da instrução primária e da emancipação social do indivíduo, aliviando o ônus que cumpria ao Estado sofrer e, por tudo isso, o senador terminou afirmando a justificativa da emenda que ampliava a verba consignada em favor desta associação. O discurso está transcrito na íntegra no anexo B.

⁸⁸ 21 jan. 1907, p. 03.

Um texto⁸⁹ escrito pelas iniciais H. M., da cidade de Santos, intitulado “Apelo às consciências”, faz um enaltecimento e defesa da AFBI e da “illustre e respeitavel” Analia Franco, pela nobre campanha em prol da educação infantil, por sua luta gloriosa, pela obra grandiosa, contra seus inimigos, os “arreganhos padrescos”. O autor defendeu o ensino praticado nas escolas de Analia: a noção do bom, do belo, do justo, do amor ao trabalho, à vida, à liberdade do cumprimento do dever. E citou um jovem com as iniciais L. M. que criticou, num “enxurro de parlapatices”, a AFBI nas colunas da “boa imprensa”. E finalizou desejando que a AFBI quebrassem todas as lanças pela causa que defendia, que o Estado continuasse a dispensar seu patrocínio, entre outros votos, e que as heroicas senhoras da Associação recebessem calorosas palmas.

O apoio de pessoas de notoriedade, como o sr. Curvelo de Mendonça⁹⁰, aparece na edição de 09 de maio de 1907, p. 02, na seção “Jornais do Rio” (do dia 8), do jornal O Paiz, em que, tratando das escolas maternais, ele faz uma apologia ao esforço de Analia, considerando como grandiosa e vasta sua obra, que sustentava mais de vinte escolas maternais na capital de São Paulo, outras no interior e em vários pontos do país, com quase três mil crianças que “se salvam da miséria, da ignorância e da perdição”, por meio da AFBI, que também criou mais de um liceu, asilo e creche, com o apoio “dos mais nobres espíritos”, provando, assim, o valor da iniciativa particular. E questionou, a exemplo de Analia, por que as “muitas professoras inteligentes e possuídas de ardor social”, do magistério municipal, “não iniciam essa brilhante tarefa?” e, ainda, “Por que não aproveitam a boa vontade do governo federal em dar combate ao analfabetismo?”.

Outra personalidade, Dr. Victor Godinho⁹¹, em sua viagem para Montevidéu, na edição de 12 de maio de 1907, na primeira página, coluna “Viagem ao Prata”, com o título

⁸⁹ 22 fev. 1907, e publicado em 24 fev. 1907, p. 04, na “Seção Livre”.

⁹⁰ Manuel Curvelo de Mendonça (1870-1914) nasceu em Sergipe. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1893, onde, além das atividades literárias, exerceu o cargo de chefe de seção na Intendência Municipal, foi membro do Conselho de Instrução Pública, professor e diretor do Instituto Comercial do Distrito Federal. Disponível em: [file:///C:/Users/romol/Downloads/194-Texto%20do%20artigo-457-1-10-20100707%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/romol/Downloads/194-Texto%20do%20artigo-457-1-10-20100707%20(2).pdf). Acesso em 07 dez. 2018.

⁹¹ Victor Godinho (1862-1922) formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1887. Eis algumas de suas atividades: como inspetor sanitário do Estado de São Paulo, coordenou várias comissões de saúde; dirigiu o Hospital de Isolamento de Santos, em 1898, por ocasião do surto de peste bubônica; em 1902, integrou comitiva do Governo do Estado que viajou à Europa para visitar os sanatórios para tratamento de tuberculose; fundou a Revista Médica de São Paulo, em 1898, e dirigiu-a ao longo de 20 anos; compôs a comissão que elaborou os primeiros estatutos da Faculdade de Farmácia de São Paulo; publicou o livro Bacteriologia, que atingiu três edições; presidiu a Sociedade Anônima Estrada de Ferro Campos do Jordão entre os anos de 1912 e 1918. Disponível em: <http://www.efci.sp.gov.br/Historia/BuscaArquivoDiretoresId/247>. Acesso em 05 dez. 2018.

“VIII Montevidéu – Asilos Maternais”, relatou a boa impressão que teve sobre os Asilos ou escolas maternais na sua passagem por Montevidéu. Ele começou falando sobre o modelo de creches instituído por Firmin Marbeau⁹² e que, baseado neste modelo, o governo de Montevidéu criou, em 1877, os Asilos Maternais, cujo artigo 1º do decreto definiu os seguintes fins: servir de asilo diurno às crianças de 2 a 8 anos de pais trabalhadores que não podiam atendê-las em seus lares, estendendo, posteriormente, para moças de 14 a 22 anos. Entravam das 07h00 às 09h00 e saíam às 17h00. Durante esse tempo, aprendiam lições de coisas, sistema froebeliano, alternado por momentos de repouso, jogos, cantos, exercícios, refeições, entre outras recreações. São exclusivamente destinados aos operários e pobres, que davam uma pequena contribuição pecuniária: dois centésimos da nossa moeda, que dava para pagar a quinta ou sexta parte das despesas do Asilo, mas faz crer ao operário que seu filho não estava recebendo esmola; porém nada exigindo aos que não podem pagar nem mesmo aquela quantia. Os serviços prestados, segundo Dr. Victor, eram de relevância extraordinária, pois não se via em Montevidéu meninos endiabrados pelas ruas, e que esses Asilos faziam muita falta em São Paulo pois, além da grande vantagem da proteção à infância, tinham proveitos econômicos e sociais. E graças a isto, as mulheres dos operários deixavam de ser parasitas de seus maridos para serem operárias também, concorrendo para a prosperidade da indústria e riqueza do país. Montevidéu era, portanto, uma cidade adiantadíssima em relação à instrução aos filhos dos pobres. Na segunda parte da coluna, o autor referiu-se aos estabelecimentos de assistência visitados por ele em São Paulo, depois da viagem a Montevidéu, em especial aqueles fundados por d. Analia Franco. Afirmou que notava, há quatro anos, uma casa muito modesta, com o letreiro “Asilo e Creche da Associação Beneficente e Instrutiva”, sem imaginar a obra gigantesca que era, pois Analia, uma normalista com 25 anos de prática do magistério, reconhecendo a escassez de escolas para crianças, fundou uma escola, junto à que dirigia no Largo do Arouche, também gratuita, sem recusar matrículas e então, auxiliada por companheiras, multiplicou o número das escolas. O autor enalteceu Analia como heroína por seu valor moral e magnitude do seu esforço, pois chegou ao número de 17 escolas gratuitas só na capital, com cerca de 1.000 crianças pobres e muitas

⁹² Jean Baptiste Firmin Marbeau (1798-1875) foi um filantropo francês, planejou uma creche para o cuidado de filhos de mães trabalhadoras. A primeira creche foi aberta em 14 de novembro de 1844 em Chaillot; uma Société des Crèches foi fundada em 1846; e seu plano foi descrito em seu livro "Des Crèches" (1845). Disponível em:

[https://en.wikisource.org/wiki/The_Encyclopedia_Americana_\(1920\)/Marbeau,_Jean_Baptiste_Firmin](https://en.wikisource.org/wiki/The_Encyclopedia_Americana_(1920)/Marbeau,_Jean_Baptiste_Firmin).

Acesso em 05 dez. 2018.

viúvas que estavam protegidas. Lembrou o autor que, no Asilo e Creche, o ensino era froebeliano. E que ela era desajudada para a manutenção de seus vários institutos, pois os poderes públicos auxiliavam com apenas 20 contos de réis anuais, mas contava com a generosidade pública, principalmente das senhoras que colaboravam como sócias. Por isso a pobreza de suas instalações atestava o esforço de seus fundadores, sua honestidade administrativa e sua dedicação, preenchendo a grande lacuna do ensino deste rico Estado. E que, ao invés dos estabelecimentos suntuosos, fundados e mantidos pelo governo, trazendo uma dualidade nefasta à organização do ensino, a municipalidade deveria amparar as instituições da Analia, e que ela fosse comissionada para estudar o funcionamento dos Asilos Maternais em Montevideú para que suas instituições fossem melhoradas. Esta seria a solução para o desaparecimento das crianças das ruas.

Muitos apelos em prol dos necessitados eram invocados pela própria Analia, como o texto⁹³ com o título “Creches e Asilos Analia Franco e Colônia Regeneradora”, no qual ela discursou em favor da caridade, argumentando que as tendências generosas da tríade liberdade, justiça e fraternidade eram os laços que uniam a família humana, e que era dever de todos contribuir humildemente com aquele trabalho para esse fim, e “para que a revolução pacífica das ideias venha tomar a posse definitiva”, devia-se apoiar as instituições democráticas e a educação do povo, e que “a causa justa e benemérita da educação as pobres crianças desprotegidas precisa encontrar melhores defensores”. Ela se disse forçada a confessar que eram pouquíssimas pessoas que atendiam ao ensino caritativo dos pobres, filhos das classes desprotegidas, pois, segundo a autora, o país inteiro precisava da “educação beneficente não só para a orfandade desvalida, como para as crianças das classes menos favorecidas da fortuna”. Afirmou que havia um antagonismo cada vez maior entre o simples operário, que possuía apenas o seu minguado salário, e o rico, sempre ávido de gozos e riquezas, e que essa deslocação social, as loucas ambições, aumentavam espantosamente o pauperismo. Para ela o único remédio era a educação do povo, e citou o seguinte pensamento de alguém que ela chamava de ilustre pensador: “Um povo ignorante folga com a crueldade, nenhuma inteligência o alumia, nenhum respeito o contém, é um instrumento que fere e mata e que de crime em crime alcança a mão que o maneja”.

⁹³ Assinado no dia 02 de março e publicado no dia 05 de março de 1916, p. 13, “Seção Livre”.

Ela defendia que, para melhorar efetivamente o ensino popular, era preciso medidas certas que levassem a fatos salutareos por parte dos dirigentes, e não por meio de uma “legislação pomposa na teoria”. Ela afirmava que as pessoas pensavam que o auxílio para o ensino caritativo não tinha o valor moral dos legados para os hospitais ou casas de misericórdia, e então ela lembrou da peregrinação de Jesus, que consistia no ensino, na manifestação da Justiça, mansidão e confraternidade. E fez um apelo: “Concidadãos que amaes a nossa patria! Unamo-nos numa gloriosa empresa e pugnemos pela educação das classes desprotegidas”. Portanto, não se poderia dizer ser um bom cidadão se fosse indiferente à falta de educação do povo, uma das desgraças mais pungentes. Em seguida ela citou a AFBI que criava, por meio de apoio, creches asilos, escolas maternais, liceus e colônias destinados aos pobres, e que quando se tornava difícil a manutenção, transferia-se para outro, estendendo essas instituições modestas e pouco conhecidas. Analia disse da urgência do compadecimento por essas crianças pobres e da contribuição com a inteligência, haveres e amor pela causa do ensino beneficente, pois era só por meio da educação que se poderia regenerar o futuro.

Então, após afirmar que esperava e solicitava a atenção dos que amavam o progresso do Estado para as creches asilos na capital e interior, ela apresentou o número de 1.700 crianças internas e externas, que eram alimentadas com pão e educação. Por fim, ela agradeceu a generosidade dos que atenderam ao apelo “em prol das infelizes crianças abrigadas na Colonia Regeneradora ‘D. Romualdo’”, que eram: Luiz M. Pinto de Queiroz, pela Sociedade de Produtos Químicos “L. Queiroz”, com 200\$000; Banco do Comércio e Indústria de S. Paulo, com 500\$000; Casa Arouche, com 200\$000; José Figueiredo Junior, com 2000\$000; Companhia Paulista de Drogas, com 50\$000; e The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd., com 1:000\$000.

Uma nota na “Seção Livre”⁹⁴, assinada por Analia Franco Bastos (aqui ela usa o sobrenome do marido), com o título “Em prol da orfandade”, declarou que, devido à crise prolongada e indefinida para os “desprotegidos da sorte”, era enorme a quantidade de crianças que pediam socorro nos asilos, onde havia cerca de 500 internadas abrigadas nos diversos asilos da AFBI na capital, Santos e interior, e solicitava a piedade e o altruísmo

⁹⁴ Edições de 29 ago. 1916, p. 11, 10 set. 1916, p. 11, 20 set. 1916, p. 10 e 26 set. 1916, p. 10.

dos bons com qualquer donativo a ser entregue na redação deste jornal ou avisar pelo telefone 13.55 na sede do Asilo, à rua de São Paulo nº 47.

A imprensa foi um veículo fundamental de comunicação para a divulgação das atividades da AFBI, avisos e convites das assembleias, pedidos formais aos órgãos oficiais, notícias do funcionamento das escolas, testemunhos e relatos de apoiadores da educação às crianças desfavorecidas, comunicação de doações materiais e monetárias e, com bastante frequência, pedidos de ajuda e de compaixão, principalmente pela própria Anália, para a causa da instrução infantil altruísta. Por meio desse periódico impresso, e considerando que os recursos de informação da época eram bem poucos, percebe-se a intensa atuação pedagógica e social da associação e que, hodiernamente, a acessibilidade desse material tornou-se bastante aproximável devido à tecnologia da digitalização e dos veículos eletrônicos.

4.2.3.3 As Sucursais

Analia Franco chamava de Sucursais as escolas criadas no interior de São Paulo e em outros Estados, como filiais da Associação, com o mesmo método de ensino e bibliografia, recebendo assistência e apoio de educadores, autoridades, figuras proeminentes, maçons e espíritas das localidades interioranas (MONTEIRO, 1992). As notícias do jornal O Estado de S. Paulo sobre essas escolas, não necessariamente sobre suas fundações, mas sobre atividades relacionadas à AFBI, são expostas por ordem das datas, desde a primeira, em 1902, até 1918, nas seguintes cidades: Dois Córregos, São Manoel, Jaú, Jaboticabal, Jundiaí, São Vicente, Dobrada, Rio Claro, Sorocaba, São José do Rio Pardo e Ribeirão Preto, totalizando 11 municípios.

- Dois Córregos⁹⁵ - instalada a primeira escola maternal, em sessão presidida pelo presidente da câmara, com a presença do tenente-coronel, do capitão, vereadores, representantes da sociedade italiana, professores públicos, entre outros.
- São Manoel⁹⁶ - Informa a realização dos exames finais da Escola Maternal, com frequência de 55 crianças, constando que a comissão examinadora deixou um

⁹⁵ 20 ago. 1902, p. 01, seção “Telegramas – Serviço especial de ‘O Estado de S. Paulo’”. Dois Córregos, 19 (2h20) e 27 de agosto de 1902, p. 2, na coluna Os Municípios – Dois Córregos.

⁹⁶ 10 dez. 1902, p. 02, seção “Os Municípios” – São Manoel do Paraíso.

abaixo-assinado que, apesar da Escola Maternal ter pouco tempo de existência e da tenra idade dos alunos, notou-se grande aproveitamento e amor ao estabelecimento.

- Jaú⁹⁷ - desde o dia 01 de julho de 1903 começou a funcionar a Escola Maternal fundada pela AFBI, Analia havia requerido, na capital, o auxílio para a escola maternal de Jaú, e a câmara aprovou um parecer declarando que a requerente deveria dirigir-se à câmara de Jaú para obter o que desejava.
- Jaboticabal⁹⁸ – estava previsto o término, para aquela semana, dos trabalhos de reparação do prédio onde seria instalado o asilo de órfãos desta cidade, e que “A esta feliz iniciativa as famílias daqui tem prestado grande apoio”.
- Jundiaí⁹⁹ - Analia, diretora das escolas maternais, “vai delegar poderes a uma comissão de pessoas estranhas, para fiscalizar as escolas e creches mantidas nesta cidade, de maneira a desviar qualquer interpretação má que possam temerariamente fazer dos fins da benemérita instituição”. E na publicação do dia 18 de agosto de 1918, p. 3, encontra-se uma breve nota que, de acordo com a nova lei do ensino, foram autorizados a funcionar os seguintes estabelecimentos particulares: Jundiaí – Creche Asilo D. Analia Franco.
- São Vicente¹⁰⁰ - foi inaugurado oficialmente em São Vicente a Creche e Asilo da AFBI.
- Dobrada¹⁰¹ –houve uma assembleia geral no dia 30 de março elegendo a diretoria para o Asilo de Órfãos e Creche naquela vila, sendo que esta diretoria serviria durante o triênio de 1914 a 1916. Em seguida, alguns desses membros da diretoria escolheram e alugaram uma casa, conseguindo todo o mobiliário e utensílios com os “habitantes caridosos”, com a possibilidade de começar a funcionar no dia 25 do corrente mês. Relatou-se que a população da cidade estava “contentíssima com este grande melhoramento, o qual vem preencher a lacuna há muito tempo notada aqui, com a falta de professores para o sexo feminino, cujas escolas estaduais nunca foram providas”, ou seja, não havia professoras nas escolas estaduais da cidade.

⁹⁷ 10 jul. 1903, p. 02, seção Os Municípios – Jaú, 17 de outubro de 1905, p. 2, seção “Os Municípios” e 09 de maio de 1914, p. 02, seção Notícias do Interior.

⁹⁸ 03 abr. 1911, p. 06, na coluna “Notícias do Interior e do Litoral do Estado” - pelo telefone e pelo telégrafo e 07 de janeiro de 1917, p. 10, na coluna Notícias do Interior.

⁹⁹ 20 jan. 1914, p. 07, 22 de janeiro de 1915, p. 07 e 18 de agosto de 1918.

¹⁰⁰ 05 abr. 1914, p. 02, idem.

¹⁰¹ 07 abr. 1914, p. 06, idem.

- Rio Claro¹⁰² – sobre a chegada da “exma. sra. d. Analia Franco” para inauguração de “uns estabelecimentos de educação em um edificio espaçoso, elegante e ha tempos adquirido para esse fim”.
- Sorocaba¹⁰³ - anuncia que em dois dias, a senhorita professora Benedicta Faria deveria seguir para a capital para tratar, com Analia, da instalação de um asilo e creche naquela cidade.
- São José do Rio Pardo¹⁰⁴ – De acordo com a nova lei do ensino, foram autorizados a funcionar os seguintes estabelecimentos particulares: S. José do Rio Pardo – Asilo de Órfãos D. Analia Franco.
- Ribeirão Preto¹⁰⁵¹⁰⁶ – A diretoria do Asilo Analia Franco acabara de fazer uma “belissima” exposição de vários trabalhos executados pelas alunas, nos mostradores da alfaiataria do sr. Miguel Mancini.

Com este levantamento das informações fornecidas pelo jornal, pode-se observar as seguintes sucursais da AFBI que funcionavam em 11 cidades no interior e litoral do Estado de São Paulo citadas neste periódico: instalação de uma escola maternal em Dois Córregos, realização de exames de uma escola maternal já instalada em São Manoel, o funcionamento de uma escola maternal e, posteriormente, a instalação de uma Creche Asilo Jaú, instalação do Asilo de órfãos em Jaboticabal, escolas e creches em Jundiá, inauguração de um Asilo e Creche em São Vicente, Asilo de órfãos e Creche em Dobrada, inauguração de um estabelecimento de educação em Rio Claro, instalação de um Asilo e Creche em Sorocaba, autorização de funcionamento de um Asilo de Órfãos em São José do Rio Pardo e exposição de trabalhos das alunas do Asilo de Ribeirão Preto.

¹⁰² 09 ago. 1914, p. 06.

¹⁰³ 12 mar. 1917, p. 4, na coluna “Notícias do interior e do litoral do Estado” - pelo telefone e pelo telégrafo.

¹⁰⁴ 18 ago. 1918, p. 3, na coluna “Notas e Informações”.

¹⁰⁵ 13 out. 1918, p. 4, na coluna “Notícias do interior e do litoral do Estado” - pelo telefone e pelo telégrafo, com o título: Exposição de trabalhos.

¹⁰⁶ Sobre a sucursal de Ribeirão Preto, consta também, em um artigo de Sérgio C. Fonseca (2012), que o “Asilo de Orphans Anália Franco” foi fundado naquela cidade em 1917 e, em 1922, inaugurou a nova sede, ocasião do discurso da diretora, a Sra. Anita dos Santos, registrado no livro de atas do asilo, aberto naquele momento. O autor relata que, até então, essa era a única instituição na cidade que recebia crianças pequenas, pobres, abandonadas ou deixadas pelos pais, oferecendo alguma instrução escolar e para o trabalho, contando com auxílios e subvenções públicas, sempre insuficientes, e com a contribuição em serviços, em dinheiro e gêneros oferecidos pela população e, ainda, com as relações estabelecidas entre seus mantenedores e os representantes das elites econômicas e políticas locais, fato atestado pela presença do prefeito, João Rodrigues Guião, nessa cerimônia de inauguração.

4.2.4 Jornal “Correio Paulistano”

No jornal “Correio Paulistano” encontra-se um número considerável de publicações, com alguns assuntos e notícias semelhantes ao jornal O Estado de S. Paulo, que abordam sobre as atividades escolares, suas festas de encerramento, exames finais e instalação de mais instituições; os diversos tipos de colaborações prestadas pela sociedade em prol da instauração e manutenção das escolas; a criação das sucursais que corroboram as informações de outras fontes e acrescentam outras, sendo priorizadas as notícias do efetivo acontecimento e não das intenções e anúncios dos planos futuros.

Para entender um dos objetivos da criação da AFBI, é importante destacar um texto escrito por Anália, publicado na edição de 14 nov. 1905, p. 04, coluna “Opiniões”, título “Em prol da mulher desvalida”, datado de 12 nov. 1905, no qual ela defendeu a educação feminina pela necessidade da mulher ter uma profissão como recurso indispensável devido à situação social. Por isso foi fundado o Asilo e Creche com mais de 70 órfãs e viúvas abrigadas, e foi criado, em seguida, o ensino primário, secundário e profissional, com aulas no Asilo e Liceu e oficinas de costura, flores e tipografia. É citado novamente Marbeau por ter instalado a primeira creche em Paris em 1844.

4.2.4.1 Anúncios escolares

Estas notícias referem-se às atividades das escolas da capital, iniciando com um convite feito ao jornal para as solenidades de instalação do Liceu e a presença de autoridade governamental, nomeações das escolas maternais dos distritos da cidade de São Paulo, os exames finais e as festas de encerramento, e sobre as escolas maçônicas dirigidas por Anália.

Instalação do Liceu Feminino Noturno¹⁰⁷ – O jornal agradeceu o convite enviado por Anália Franco e Aracy Paranhos da instalação, naquele dia, do Liceu Feminino Noturno no prédio n. 58 do Largo do Arouche, ocasião em que falaria Anália Franco e o professor Carlos de Escobar. E na edição de 26 jan. 1902, p. 01, coluna “Notas e Factos”,

¹⁰⁷ 25 jan. 1902, p. 03, coluna “Associações”.

título “Lyceu Feminino Nocturno”- sobre a instalação do Lyceu Feminino Noturno que foi realizada na noite anterior, às 7 horas, na escola pública do 8º distrito da capital, do Largo do Arouche, cujo ato foi presidido pelo Dr. Bento Bueno, secretário do Interior e Justiça, que proferiu um discurso dizendo que o governo do Estado se empenharia em ajudar esta instituição. A matéria detalhou a programação do evento com as representações artísticas e que, ao final, foram distribuídos, aos assistentes, o 1º volume do romance de Analia “Filha do Artista” (sem o “A” inicial)¹⁰⁸.

Segundo grupo maternal¹⁰⁹ – Sobre o encerramento do ano letivo no dia 03 corrente do segundo grupo maternal da AFBI no Braz, rua Chavantes n. 10, composto pelas seguintes escolas: 11ª Empregados do Comércio, 14ª Advogados, 16ª Dr. Getulio Monteiro, 18ª Grande Oriente e 21ª Dr. Germano Vert. E que este exame foi presidido pela presidente Analia Franco Bastos, com a descrição do programa composto por hinos, poesias, cantos, saudações e o conteúdo do discurso de Analia sobre a augusta missão dos professores, com destaque para d. Ernestina Ferreira, e a educação como formadora de cidadãos para as 150 crianças que compõem esse grupo. O evento encerrou às 3 da tarde com distribuição de doces e prêmios e a afirmação de que este 2º grupo existia há 4 meses.

Escola do 8º distrito¹¹⁰ – Referente aos exames finais da escola do 8º distrito, regida por Amalia Franco Bastos e os nomes que constituíam a banca examinadora, entre outros presentes, comparecendo 45 dos 50 matriculados e a lista dos nomes das alunas do 1º ao 4º ano que foram aprovadas plenamente, aprovadas com distinção e simplesmente. Segue a descrição do programa da festa com cantos e poesias, e encerrando com a fala do presidente da banca examinadora sobre os méritos de Analia e um “profuso *lunch*” que foi servido à comissão.

Asylo e Crèche¹¹¹ - Sobre a festa de encerramento das aulas do Asylo e Creche da rua Ladeira dos Piques, n. 13, no dia 07, com a descrição das apresentações de canto, comédia teatral, poesia, monólogo, cena dramática e os respectivos nomes dos participantes.

¹⁰⁸ Nas edições de 28 abr. 1903, e 30 abr. 1903, ambas na p. 04, há um anúncio que o 1º e 2º volumes do romance “A Filha do Artista” estaria à venda no Largo do Arouche n. 58.

¹⁰⁹ 5 dez. 1904, p. 01, coluna “As Escolas”.

¹¹⁰ 22 dez. 1904, p. 03, coluna “As Escolas”.

¹¹¹ 09 jan. 1906, p. 02.

Exames e Formaturas¹¹² – A solenidade de encerramento das aulas do Asilo e Creche da rua dos Estudantes, 76, às 11h30 da manhã do mesmo dia, com a descrição do programa, com apresentação da orquestra do asilo e peças teatrais.

Externato Sete de Setembro¹¹³ – A instalação, dois dias antes, do Externato Sete de Setembro, à rua Marechal Deodoro n. 04, mantido pela Beneficente Loja Capitular Sete de Setembro, com o comparecimento de muitos maçons, a mensalidade de 10\$000, e a abertura, no mesmo dia, de mais duas escolas primárias: à rua Monsenhor Anacleto n. 32 e rua das Palmeiras n. 169, e que em ambas já estavam matriculados 59 menores. E todos estavam sob a direção imediata de Analia Franco.

Escolas Primárias¹¹⁴ - Sobre as matrículas abertas das escolas maçônicas dirigidas por Analia: Escola n. 1, rua Gasômetro n. 138; n. 2, rua Palmeiras n. 282; n. 3, rua Bonita n. 97; n. 4, rua S. João n. 379; e as matrículas do externato “Sete de Setembro”, rua Marechal Deodoro n. 04 que abririam no dia 16 do corrente.

Escolas da Loja Sete de Setembro¹¹⁵ – Informa sobre o número das escolas primárias mantidas pela Loja Sete de Setembro, que diverge da informação da matéria anterior: Escola n. 1, rua do Gasômetro; n. 2, rua da Mooca; n. 3, rua de S. João; n. 4, rua S. Paulo; n. 5, rua da Concórdia; n. 6, rua Augusta; n. 7, rua Três Rios n. 51; n. 8, rua Anhaia n. 39; externato, rua Marechal Deodoro n. 04, com um número aproximado de 400 alunos matriculados. A cada uma dessas escolas, cujo curso obedecia ao programa das escolas do governo, estava anexada uma escola maternal mantida pela AFBI.

4.2.4.2 Aportes da sociedade

As divulgações abaixo descrevem alguns tipos de auxílio prestados às instituições de Analia, como o discurso do senador Paulo Egydio, isenção de taxa de água e de imposto sobre vendas do Bazar, aumento do auxílio constante, relato da inspetoria escolar e de outros visitantes às escolas maternais, e donativos, como por exemplo, de mudas de

¹¹² 25 dez. 1910, p. 09, coluna “Factos Diversos”.

¹¹³ 04 set. 1910, p. 05, coluna “Factos Diversos”.

¹¹⁴ 10 jan.1911, p. 04, coluna “Factos Diversos”.

¹¹⁵ 26 jun. 1911, p. 07, coluna “Nossos Bairros”.

árvores, canos, equipamentos agrícolas e até mesmo vacas para a Colônia Regeneradora e à AFBI.

a) Participação dos órgãos oficiais:

- “Discurso pronunciado pelo sr. Senador Paulo Egydio, em sessão de 16 de novembro”¹¹⁶ - O discurso, na íntegra, que tratava do projeto de leis orçamentárias e das verbas consignadas para subvenções, onde declarou ter apresentado emendas a duas instituições da iniciativa particular: o “Abrigo Santa Maria” e a “Associação Feminina” e, para a AFBI, ele consignou, ao invés de 5:000\$000, a importância de 8:000\$000, afirmando que não houve justiça distributiva pela rejeição desta emenda de ampliação de verba que ele apresentou, por causa da ignorância do Senado em relação à instituição que ele chamou de “Associação Feminina de Instrução Publica” e, a seguir, ele relatou como conheceu Anália e seu projeto, como já foi escrito anteriormente, dizendo que, por meio da Associação, em menos de um ano já havia sido fundadas 25 escolas na capital e interior, com mais de 1.000 crianças de todas as origens, procedências e religiões, com muitos elogios pelo seu empreendimento a favor da mulher e da instrução primária, “Que alcance social o deste empreendimento audaz, audaciosissimo? Esta mulher está fazendo o que os mais intrepidos homens não fizeram ainda”, e completou “É uma benfeitora, sr. Presidente, que vem concorrer para alliviar o Estado do onus que lhe cumpre sofrer em favor da instrução primária”.
- Na coluna “Notas”¹¹⁷, o secretário da Fazenda oficiou ao secretário da Agricultura declarando ter deferido o requerimento do pedido de Analia, diretora da AFBI, de isenção da taxa de consumo de água para os prédios da Ladeira dos Piques n.ºs. 21 e 13.
- “Ordem do dia 13 de outubro”¹¹⁸ - Parecer n. 76, em que Analia requereu a esta Câmara isenção de imposto para um Bazar de Caridade que pretendia abrir à rua Direita, n. 32, a fim de vender os trabalhos das órfãs do Asilo e as prendas doadas. A Comissão de Justiça considerou o Bazar de caráter temporário e altruísta, e converteu em lei o projeto em que a Câmara Municipal de S. Paulo decreta, no Art. 1º, a concessão da isenção do pagamento de imposto de indústrias e profissões

¹¹⁶ 18 nov. 1903, p. 02, coluna “Camara”.

¹¹⁷ Edição de 18 jul. 1906, p. 01.

¹¹⁸ 12 out. 1906, p. 03, e 19 out 1906, p. 03, coluna “Camara Municipal”.

para este Bazar, durante o corrente exercício financeiro, podendo estar franqueado ao público até 31 de dezembro do ano corrente. Assinado na data de 06 de outubro de 1906 por Candido Motta e Goulart Penteado.

- “Senado”¹¹⁹ – presidência do sr. Rodrigo Leite, discussão do parecer n. 126 da Comissão de Finanças sobre um pedido de Analia para o aumento do auxílio constante do orçamento para a AFBI, que foi aprovado.
- “Secretaria da Camara Municipal”¹²⁰ – Expediente do dia 21 de agosto; da concessão, em termos, da isenção de imposto pedida por Analia.
- “Congresso Legislativo – Camara”¹²¹ – Emendas ao Projeto n. 34 de 1913 – N. 103. Sobre a quantia de 30:000\$000 para a AFBI para manutenção das escolas. Ficaram isentos do pagamento de impostos estaduais os imóveis da Associação.
- “Secretaria da Agricultura”¹²² – Consta que Analia, diretora do Asilo e Creche e da Colônia Regeneradora, nos altos da Mooca, solicitou mudas de árvores diversas e canos para represa e encanamentos para as Diretorias de Agricultura e Obras Públicas. 17445, 20 fev. 1912, p. 05, coluna “Actos Officiaes” – Secretaria da Agricultura – Analia agradece a concessão de aparelhos agrícolas à Colonia Regeneradora.

b) Diversos tipos de doações:

- 17 jul. 1907, p. 05 – sobre o agradecimento ao Sr. Sousa Brandão, proprietário do Café Brandão, pela quantia de 33\$340 doada para o Asilo e Creche.
- “Mala do Interior”¹²³, da cidade de Ribeirão Preto, informou que o sr. Alexandre Abreu estava naquela cidade para receber donativos para a AFBI, que contava com mais de 20 escolas na capital e outras no interior do Estado e várias partes do Brasil, com mais de 3 mil crianças.
- 24 jun. 1916, p. 04, da cidade de Pederneiras, do dia 22, sobre a notícia de dois agricultores “abastados”, citando o nome de um capitão e de um coronel, os quais mandaram “embarcar na estação da Paulista duas vaccas de optima qualidade”, que foram oferecidas ao Asilo e Creche de S. Paulo.

¹¹⁹ 31 out 1906, p. 03, coluna “Congresso Legislativo”.

¹²⁰ 25 ago. 1908, p. 06, coluna “Camara Municipal”.

¹²¹ 16 dez. 1913, p. 02.

¹²² 05 out. 1911, p. 06, coluna “Actos Officiaes”.

¹²³ 20 jul. 1907, p. 04.

Foram publicados depoimentos sobre inspeções e visitas feitas em escolas da AFBI, como consta na notícia “Associação Feminina”¹²⁴ – sobre o relato do inspetor escolar sr. José Monteiro Boanova sobre a visita feita naquele mês às instituições da AFBI na capital, no qual enaltece o altruísmo em prol da infância praticado por Analia.

“Associação Beneficente e Instructiva”¹²⁵ – carta de d. Guilhermina Barradas, professora catedrática na Capital Federal, enviada a Analia, sobre a visita feita a todas as escolas maternais da Associação na capital, escrita no Rio de Janeiro em 25 de março de 1907, na qual ela relatou que tinha ouvido sobre a AFBI pela primeira vez numa sessão do Congresso de Instrução que aconteceu em S. Paulo, em setembro de 1906, pelo dr. Curvello de Mendonça, que expôs sobre as escolas maternais da Associação e, depois de conhecer pessoalmente as escolas maternais, o Liceu, o Asilo e Creche e o Albergue Noturno, ela considerou a Analia com altos dotes de espírito e grande amor ao próximo, a quem ela estimava e admirava.

“Escolas maternas”¹²⁶ – impressão do dr. Curvello de Mendonça, professor de Pedagogium, da Capital Federal, deixada no livro de visitas das escolas maternais da AFBI, na qual afirmou aquela ser uma obra social verdadeiramente grandiosa e divina, com poucos recursos materiais e grande número de órfãs, solicitando às autoridades governamentais que conhecessem a Associação e prestassem auxílio àquela tarefa social indispensável.

4.2.4.3 As Sucursais

Nesta sessão são apresentadas notícias, em ordem cronológica, que, de certa forma, atestam a existência de escolas da Associação, por meio de informações de inauguração, algumas com uma detalhada descrição da solenidade festiva e a presença de autoridades, a instalação de mais de uma escola na mesma cidade, a associação de algumas com a maçonaria e a prefeitura, e breves informes sobre a existência de escolas no referido local. São 11 cidades que constam nas publicações do ano de 1907 até 1918:

¹²⁴ 22 fev. 1907, p. 03, coluna “Factos Diversos”.

¹²⁵ 15 abr. 1907, p. 03, idem.

¹²⁶ 23 abr. 1907, p. 02, idem.

Jaú, Barretos, Limeira, Rio Claro, Sertãozinho, Jaboticabal, Jundiá, Brotas, São Vicente, Pederneiras e São José do Rio Pardo.

- Jaú: 10 ago. 1907, visita de Analia para dirigir a escola maternal e introduzir reformas neste instituto jauense. E na edição de 02 set 1907¹²⁷, informa que seria aberta no dia 1º de setembro próximo, no bairro de Santa Cruz, a segunda escola maternal da AFBI.
- Barretos: 26 set. 1907, inauguração da primeira escola maternal de Barretos no dia 19, com a presença do prefeito da cidade, do juiz de direito da comarca, de capitães e coronéis.
- Limeira: 19 jul. 1908, no dia 19 seria inaugurada a escola maternal, do “Instituto Maternal de S. Paulo” (assim que a notícia chama a AFBI), com a chegada de Analia, a qual faria uma conferência no teatro da Paz e que desde então eram aceitos órfãos e crianças pobres.
- Rio Claro: 21 jan. 1909, foram instaladas no dia anterior, as escolas maternais da AFBI nos edifícios das lojas maçônicas “Estrela do Rio Claro” e “Vinte e Um de Abril”.
- Sertãozinho: 08 mar 1909, há um detalhado relato sobre a instalação da escola maternal “Amor e Luz”, ramificação da AFBI, sob a presidência do juiz de direito as comarca, citando a presença de membros desta diretoria, comissões, representantes da comarca municipal, das lojas maçônicas “Amor e Luz”, desta cidade, e “Corações Unidos”, de Santa Cruz das Posses, da sociedade italiana, de professores, autoridades, imprensa local, famílias e o correspondente do “Correio Paulistano”. Ao final o prefeito faz os agradecimentos, executa-se peças da corporação musical, uma salva de 10 tiros e foram tiradas muitas fotos.
- Jaboticabal: 06 nov. 1911, Analia dirigiu um ofício à Câmara solicitando aumento da verba que era atualmente concedida à escola maternal daquela cidade, portanto a escola já estava instalada.
- Jundiá: 03 nov. 1913 – duas notícias: já se achava instalada a creche fundada por Analia, à rua Dr. Rangel Pestana, e que a banda e orquestra vinda de S. Paulo, formada pelas alunas de Analia, executou diversas peças musicais no largo da matriz e outros pontos da cidade e, à noite, tocaram no Polytheama, em benefício

¹²⁷ p. 02, idem.

das creches de Analia. E se apresentaram novamente no Polytheama no dia 08 novembro¹²⁸. E em 08 jan. 1915¹²⁹, do dia 06, sobre a realização, naquele dia, dos exames da creche-asilo “Analia Franco”, que foi uma “festa”. Os exames constaram de leitura, geografia, aritmética, zoologia, botânica e história do Brasil, foram recitadas várias poesias e a banda e a orquestra da creche tocaram muitas vezes. E houve uma manifestação por ser aquele dia o aniversário do sr. Franco (provavelmente o marido de Analia).

- Brotas: 13 nov. 1914, informa que no dia 12 foi realizado o festival de inauguração da Creche e Asilo “D. Analia Franco” no Salão do Cinema Popular com a presença do conselho diretor, de Analia, do juiz de direito da comarca, do presidente da câmara municipal e do prefeito, com breves discursos e a apresentação da peça “A Caridade”, recitação de poesias, o discurso do presidente do conselho diretor e apresentação de bandas de música de Brotas e da AFBI. Compareceram mais de 800 pessoas.
- São Vicente: 02 fev. 1915, realização da assembleia geral na Creche e Asilo “Analia Franco” da cidade de S. Vicente para eleição da nova diretoria, com a citação dos nomes e dos cargos.
- Pederneiras: 22 mar. 1916, sobre a doação de 15\$000, por um farmacêutico de Jaú, ao Asilo Creche da cidade, a cargo de d. Analia Franco.
- São José do Rio Pardo: 29 mar. 1918 - a inauguração do Asilo “D. Analia Franco, devido aos esforços desta illustre educadora, que tão bons serviços vem prestando ao nosso Estado e acaba de prestar á nossa cidade”.

4.2.5 Nas demais publicações

Esta seção traz informações sobre a criação de relevantes instituições educacionais da Associação, registradas em jornais, revistas e livros, como a criação do Liceu Feminino em Santos, SP, publicada no jornal A Tribuna, informações em livro, revistas e jornais sobre a instauração da Colônia Regeneradora Dom Romualdo, desde a aquisição da

¹²⁸ 09 nov. 1913, p. 03.

¹²⁹ p. 02 “Mala do Interior”.

Chácara Paraíso até o falecimento de Anália e notícias em jornais do Rio de Janeiro sobre a fundação de escolas da AFBI na cidade carioca.

4.2.5.1 Liceu Feminino

O jornal O Estado de S. Paulo noticia sobre a criação do Liceu Feminino em São Paulo, fundado em 25 de janeiro de 1902, com o intuito de formar professoras para lecionar nas escolas da Associação. Consta uma notícia¹³⁰ com o título “Associação Feminina Beneficente e Instructiva” na qual Analia Franco e Aracy Paranhos convidam para a instalação do Liceu Feminino Noturno, naquele dia, às 19h00, no prédio nº 58 do Largo do Arouche (no mesmo local da sede da AFBI), com a programação da festa dividida em duas partes. Na primeira parte, uma breve alocução por Analia e o discurso oficial do professor Carlos Escobar; na segunda parte, a execução das seguintes poesias: “Canção”, de Casimiro de Abreu, por algumas alunas do oitavo distrito¹³¹; “Agonia de Jesus”, “Miséria e fé”, “A órfã e a caridade” (as três escritas por Analia); “Recitativos”; “Tango infantil”; e terminando com um hino cantado pelas alunas do oitavo distrito.

A criação do liceu feminino em Santos, em 1902, é citada em uma matéria publicada pelo jornal A Tribuna¹³², de 7 de junho de 1953, ocupando toda a página 05, com o título “Associação Feminina Santista – sua origem, sua vida e suas glórias”, por Durwal Ferreira, relatando que, por ocasião do jubileu da Associação Feminina Santista, em relação à sua finalidade e estrutura, foi a segunda instalada no país, constituindo uma dependência da primeira instalada em São Paulo sob o nome de Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, destacando Analia Franco, cujo nome está perpetuado na cidade de Santos denominando uma via pública (a rua onde resido, no bairro Aparecida) e um asilo (atual Educandário Anália Franco, localizado na Avenida Ana Costa, 277).

Segundo a matéria, em 1902 Analia Franco fundou, em São Paulo, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, citando o artigo 35 dos estatutos: “distribuir o pão que mata a fome, como o pão dos bons exemplos, da educação e do amor a Deus e ao próximo,

¹³⁰ Edição de 25 jan. de 1902, p. 02, na seção “Movimento Associativo”.

¹³¹ Como foi descrito anteriormente, o sr. Bento Bueno, secretário do Interior e Justiça de então, colocou à disposição de Analia o edifício da escola do 8º distrito.

¹³² Pesquisa realizada no arquivo de exemplares impressos na sede do jornal A Tribuna, Rua João Pessoa, 129, Santos-SP, no dia 20/08/2018.

o que forma boas mães de família, o que faz o cidadão honrado e o operário laborioso, sem, contudo, filiar-se a credo algum, a fim de abranger todas as classes sociais”, e o artigo 5: “Os intuitos devem ser que unidas trabalhem para que a instituição possa largamente suavizar os sofrimentos dos deserdados da sorte e prestar todo o seu concurso na educação da infância, porque nada há mais nobre na vida que concorrer para minorar as dores dos nossos semelhantes e guiar as criancinhas ao bem pela educação”. E que, por meio desta, criou e manteve em pleno funcionamento um Liceu, uma escola noturna e duas maternais, citando o estatuto: “Esta associação tem igualmente a seu cargo os jardins da infância e prepara, em liceus noturnos, diretoras para as próprias escolas da associação (...) Como o fim da associação é levar aos pontos mais obscuros do Estado a sua ação benéfica e regeneradora, haverá escolas em toda parte onde o número de sócias permita estabelecê-las, o que será fácil”. Neste texto, o autor destaca a figura de Eunice Caldas, elogiada pela Analia, em uma publicação do jornal A Tribuna, em 20 de maio de 1902: “É com a mais íntima satisfação que sei existir em Santos uma evangelizadora do ensino caritativo, a qual, atendendo ao apelo que desta capital lhe foi dirigido, alistou-se em nossas fileiras para defender a sorte de tantos pequeninos seres condenados à ignorância. Da. Eunice Caldas, digna e inteligente diretora do Grupo Escolar de Santos é quem propõe a devotar-se resolutamente, a fim de agremiar em Santos distintas e dedicadas senhoras, que trabalhem no intuito de descobrir, à medida de suas forças, para o engrandecimento de nossa pátria (...)”.

E, como informado na matéria, três dias antes desta publicação foi fundada a seção de Santos da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, de acordo com o primeiro livro de atas: "Aos dezessete dias do mês de maio de mil novecentos e dois nesta cidade de Santos, na sala do Centro Espanhol, cedida para esse fim, às três horas da tarde, reunidas as sócias abaixo assinadas, tomou a palavra da. Eunice de Caldas, que expôs o fim da reunião e pelas mesmas sócias foi eleita uma diretoria provisória que deverá dirigir os destinos da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, constituída da seguinte forma: presidente, da. Eunice Peregrina de Caldas”, e na sequência o nome de todos os cargos e seus respectivos ocupantes com 139 sócias efetivas, 37 sócios benfeitores (o simples contribuinte, podendo apenas participar das discussões de assuntos em assembleias gerais) e 32 sócias candidatas (alunas matriculadas no Liceu). O Liceu Feminino constituía o curso das professoras, alunas que se destinam a professoras das escolas maternais, e outros cursos: Música, Desenho e Costura. As Escolas Maternais

fundadas foram denominadas "Anália Franco", "Júlio Conceição", "Almeida Moraes" e "União Operária".

Mas o primeiro relatório da Associação sobre a assembleia geral do dia 8 de dezembro de 1902 relata um conflito importante: “Em todas as sessões foram discutidos assuntos de interesse da Sociedade, reinando sempre a melhor ordem, sendo que numa delas foram discutidos alguns pontos dos Estatutos ultimamente organizados, não aceito pela diretoria que nesta cidade dirige os destinos da mesma e lavrado um protesto firmado por todas as sras. sócias presentes. Na mesma ocasião foi proposta a desligação desta Associação da Capital, sendo unanimemente aprovada dita proposta". O autor desta coluna relata que um cidadão (sem citar o nome) afirmou que a causa principal foi o fato da diretoria central (de São Paulo) arrecadar a contribuição dos associados de Santos e não distribuía a ajuda para a seção desta cidade, e que a diretoria da seção de Santos queria que a sua renda aqui ficasse e fosse aplicada de acordo com a necessidade. Houve, então, a emancipação da seção de Santos, que passou a chamar-se Associação Feminina Santista. E a outra parte da matéria narra como se deu o desenvolvimento, as atividades e a consolidação dessa Associação.

Portanto o “pertencimento” do Liceu Feminino e da AFBI de Santos à AFBI de São Paulo se deu num período muito breve, de apenas 7 meses, contando da fundação da Associação da seção de Santos em 17 de maio de 1902, e o seu desligamento da Associação da capital em 8 de dezembro de 1902.

4.2.5.2 Escolas no Rio de Janeiro

Alguns jornais, principalmente do Rio de Janeiro, informam sobre escolas que funcionaram tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais, a partir de 1910, sobre a criação de uma filial da AFBI, ou sem ligação direta, como foi o caso do asilo fundado por Antonio bastos após a morte de Analia.

O Commercio de São Paulo (SP), jornal publicado entre os anos de 1893 a 1909, apresenta uma matéria no dia 24 abr. 1909, p. 04, “Seção Neutra”, na qual Analia, como diretora da AFBI, oferecia vagas para professoras nas escolas maternais do interior deste Estado, Minas e Rio de Janeiro, cujas interessadas deveriam comparecer à rua de S. Paulo,

47, das 12h às 15h30 nos dias úteis, atestando a presença de escolas da Associação nestes dois outros Estados.

No jornal O Paiz, do Rio de Janeiro, impresso nos anos de 1900 a 1909, há uma notícia na edição de 22 jan. 1910, p. 05, “Escolas Maternaes”, que o Sr. João Gioia havia acabado de fundar, na estação de Madureira, uma filial da AFBI e que a primeira escola maternal de Madureira seria aberta em princípios do mês de fevereiro, anunciando os nomes do conselho diretor, e que seria instalada a segunda escola maternal em D. Clara.

Neste mesmo jornal, na publicação do dia 09 fev. 1911, p. 05, “Escolas Maternaes Asylo e Crèche”, consta que no primeiro dia do corrente fora realizada a primeira assembleia geral extraordinária na sede da AFBI do Rio de Janeiro, à praça da República n. 205, para a escolha da diretoria feminina e aprovação dos estatutos, com a presidência do sr. João Gioia. São descritos os nomes e os respectivos cargos e conferido o título de presidente honorária à Analia. E que esta associação havia sido instalada em 16 de dezembro de 1909 pelo seu diretor geral e fundador sr. João Baptista Gioia, e desde o início dos trabalhos “as varias escolas maternas dos suburbios, bem como a importante secção asylo e crèche, e nos mezes que se seguiram, a instituição ficou popularizada nos bairros mais pobres do Rio de Janeiro”.

Outro periódico carioca, o Correio da Manhã, impresso de 1910 a 1919, apresenta duas notícias a respeito da presença da AFBI na cidade do Rio de Janeiro, a primeira publicada em 24 jan. 1910, p. 05, com o título “Uma associação feminina de beneficencia”, falando sobre a criação da filial da AFBI no Rio de Janeiro, capital, no bairro Madureira, com uma descrição do objetivo educacional da associação, e que possuía mais de 20 Escolas Maternais na capital paulista, além das do interior e em vários pontos do Brasil, com a frequência de 3 mil crianças, e os nomes dos que compunham o conselho diretor. A segunda encontra-se na edição de 13 fev. 1911, p. 05, sob o título “Asylo e Crèche Escolas Maternaes”, informando sobre a 1ª assembleia geral extraordinária da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva do Rio de Janeiro, fundada em 16 de dezembro de 1909, com sede na praça da República n. 205, na qual os estatutos foram discutidos e aprovados, citando os nomes e os cargos instituídos. À Analia foi conferido o título de presidente honorária. E que, devido aos bons resultados da Creche de Madureira, fundou-se outra na rua Leopoldo e o Asilo mudou para um edifício mais amplo no Andaraí.

Após o falecimento de Analia, seu viúvo muda-se para Minas Gerais fundando lá um Asilo e, 3 anos depois, transfere esta instituição para o Rio de Janeiro, como consta no jornal O Malho, do Rio de Janeiro, publicado entre os anos de 1902 a 1953, na edição de 02 mai. 1925, p. 26, há uma notícia de que Francisco Antonio Bastos, viúvo de D. Analia Franco, fundou a instituição Asylo de Orphãos Analia Franco, em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 12 de junho de 1919, após o falecimento da esposa. E que ele havia transferido este “Asylo e o Apostolado do Bem”, em 05 de maio de 1922, para o Rio de Janeiro, instalando a primeira sede nos subúrbios, em Todos os Santos, à rua Visconde de Tocantins, 53, e que este não tinha nada em comum com a AFBI fundada por Analia em 1901 (caracterizando a independência com a Associação). E o “Asylo de Orphãos Analia Franco” tem sua sede própria na Rua Figueira, 65, abrigando 72 órfãs, cujo fundador vai completar 70 anos e “é ainda um velho forte, cheio de energias, capaz de outros empreendimentos congeneres”. E na sequência da notícia há a descrição dos cargos e nomes que compõem a diretoria desta instituição, tendo como Diretor Geral Antonio Francisco Bastos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao completar estes três anos de experiência nas atividades acadêmicas deste programa de doutorado, estou convicta de ter aprendido muitos valores que a prática da pesquisa pode oportunizar no contato com o material de investigação nos baús de tesouros das memórias e registros, nos conteúdos repletos de descobertas e revelações, nas eficientes diretrizes e instrumentações dadas pelos conhecedores do campo metodológico nos processos de construção de significados e, como consequência, o encantamento em conhecer, no processo de relacionamento e diligência, uma história de vida tão abundante de aventuras, ideais, altruísmo, resiliência, dedicação, combates e conquistas.

Os velhos papéis amarelados, desgastados pelo tempo, agora possuem, aos meus olhos, o brilho da originalidade, despertam a emoção do contato com um tesouro preservado, poder sentir o cheiro de mofo, como uma viagem ao passado, e vivenciar experiências individuais e subjetivas, poder “tocar” na história que ainda se apresenta viva e concreta, sem prazo de validade. Esta foi a sensação que tive quando folhee uma edição de 1953 no acervo do jornal A Tribuna, da cidade de Santos, ao sentir o peso do material, a textura da folha, o cheiro do bolor, que nos remete a outros tempos e lugares, e, ainda, as visitas realizadas em bibliotecas, sebos e livrarias.

Mesmo os documentos digitalizados que, graças à facilidade dos recursos tecnológicos, ao trabalho de historiadores, escritores e a instituições de preservação e divulgação de memórias, o acesso a eles tornou-se possível, como foi o caso dos Anuários do Estado de São Paulo, dos anos de 1902 a 1915, no repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, as edições do jornal A Vóz Maternal, da AFBI, de 1903 e 1904, no site da Fundação Carlos Chagas, o jornal O Estado de S. Paulo, desde 1875, disponível no acervo do site do Estadão e, na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, encontram-se o jornal Correio Paulistano, pesquisado a partir de 1895, e o jornal A Família, de Josephina Álvares de Azevedo, de 1888 a 1894, e tantas outras fontes documentais disponibilizadas em variados sites.

Mas de que forma se pode apreender todas as informações, dadas de maneira intencional ou não intencional, por meio do que está posto nos materiais? Com os mestres da metodologia e os conceitos teóricos e empíricos, pude entender que, como ensinou Paul Veyne (1998), que os eventos são apresentados de forma incompleta e lateralmente,

e o grande historiador Edward Palmer Thompson (1981), que se deve “dialogar” com os textos, fazer indagações que busquem a compreensão dos acontecimentos como foram registrados, com suas cargas ideológicas, então buscar novas evidências, propor novas questões e, nessa interlocução, que sejam ouvidas as vozes da história que está inserida num contexto e numa cadeia de relações, levando a uma reflexão e análise historiográfica das fontes documentais, para identificar e localizar a pesquisa nessa discussão, e considerar as possibilidades de integração das questões e dos procedimentos de exame e produção. É interessante a possibilidade de se estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com as do passado, pois todo passado está carregado de possibilidades de futuro e que podem ter uma significação, daí a relevância do “futuro do pretérito”.

Quanto ao gênero biográfico, um gênero que está se popularizando devido ao espaço cada vez maior que as pessoas têm na sociedade e do interesse constante da mídia sobre a vida social, Vavy Pacheco Borges (2005) explica a importância de se atentar aos condicionamentos sociais do biografado, seu grupo de atuação e todas as suas redes de relações; o cuidado com a ilusão retórica, como pontua Bourdieu (2006), de se produzir um relato de vida com coesão de sequência dos acontecimentos sem considerar as particularidades ocasionais e imprevisíveis; nessa mesma linha de pensamento, Giovanni Levi (2006) alerta para as distorções que se faz ao supor que as personalidades sejam coerentes e estáveis, agindo sem inércia e tomando decisões sem incertezas. E François Dosse (2009) destaca o inevitável envolvimento do biógrafo, pelo contato direto, pela empatia e identificação com a finitude da personagem biografada, correndo o risco de, na ânsia de se querer fazer justiça e trazer o reconhecimento de sua grandeza, criar uma unidade significativa e coerente, porém esta “paixão” também se faz necessária.

As fontes de informação desta pesquisa foram, principalmente, as notícias dos jornais do final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, levando em conta que os periódicos têm sido um dos principais recursos de averiguação histórica, mas há que se considerar as particularidades deste material, como por exemplo, as circunstâncias das fontes de informação, da publicação, da área de divulgação, dos interesses econômicos e financeiros a que atendem, da subjetividade e da intencionalidade. Tania Regina de Luca (2005) destaca a riqueza dessa fonte documental pelos informes de natureza econômica, demográfica e os múltiplos aspectos da vida social e política, apesar das ideologias dos grupos editoriais; Cruz e Peixoto (2007) levantam a questão da historicidade da imprensa que não se constituem um simples depositário de

acontecimentos, mostrando um viés da história do capitalismo, por exemplo, no campo de lutas sociais, e essas autoras propõem um roteiro de análise dos periódicos considerando tudo o que compõe a estrutura e o conteúdo para identificar a imprensa num momento, expressão ou reflexo de uma dada realidade. Barreira (2017) apresenta um estudo do jornal O Operário no qual analisa as relações entre gêneros, classes, etnias, gerações, tempos e os espaços geográficos, sociais e culturais, pois a condição do ser social deve ser percebida nas suas singularidades, contradições e nas práticas sociais historicamente determinadas.

A proposta deste trabalho foi conhecer Analia Franco, seu papel na história, suas origens, personalidade, experiências, lutas e seu contexto, analisar os elementos que identificaram a sua trajetória como professora de primeiras letras nas cidades do interior de São Paulo e capital, escritora, pedagoga, intelectual, empresária, vanguardista, idealista, cristã.

Desde a adolescência dedicou-se às atividades educacionais como professora de crianças, ocupando as cadeiras do magistério público em algumas cidades do interior de São Paulo; foi aprovada com louvor no primeiro ano do curso de docente da Escola Normal de São Paulo, em 1877; com 29 anos era diretora de uma colégio particular para crianças e jovens do sexo feminino; e, a partir de 1901, foi professora na capital e diretora das escolas da Loja Maçônica 7 de Setembro.

Como escritora, participou ativamente das questões sociais, educacionais, econômicas e de gênero com seus textos informativos, exortativos, doutrinários e denunciadores da situação de miséria de grande parte da população, do descaso com as crianças desvalidas, da condição de subserviência da mulher e da negligência com a educação como direito fundamental e acessível a todos. Desde 1888, na primeira edição do jornal de cunho feminista A Família, até 1894, foram publicados 43 de seus artigos periodicamente, sendo registrado como colaboradora deste periódico. Entre outros jornais, seus textos também foram divulgados no seu próprio jornal, A Voz Maternal, de tiragem mensal, a princípio, e que circulou até 1910, e também publicou vários materiais didáticos, baseado no método intuitivo para a educação dos sentidos, *leçons de choses*, de Marie Pape-Carpantier: Manual para as Escolas Maternais, Lições para as Escolas Maternaes, Leituras Progressivas para Creanças, Novo Manual Educativo, Manual das Mães, Lições aos Pequeninos e a revista Album das Meninas.

A partir de 1888 são registrados alguns textos como contos, crônicas, dissertações evangélicas, hinos, peças teatrais, poemas, folhetos e por volta de 15 romances literários, protagonizados por mulheres pertencentes a todas as classes sociais, de diferentes idades, comportamentos e circunstâncias, que representam as muitas heroínas do cotidiano e agentes de sua história.

Seu engajamento pela causa das crianças pobres e das mulheres não se limitou às palavras e aos textos. Em 1901 ela cria a AFBI, uma associação por meio da qual foram fundadas escolas maternas e elementares, asilos, creches, liceus, escolas noturnas e oficinas profissionalizantes, na capital paulista (grupos de escolas reunidas e escolas isoladas) e no interior, no Rio de Janeiro, além da Colônia Regeneradora e de grupos artísticos, totalizando mais de 40 instituições educacionais, objetivando oferecer ensino gratuito a todas as crianças desfavorecidas e oportunizar às mulheres educação para sua emancipação econômica e social, com o apoio de vários segmentos da sociedade, como órgãos públicos, iniciativa privada, instituições de benemerência e muitos cidadãos.

Dedicou toda sua vida à causa social e educacional, contraindo um matrimônio tardio para a época, aos 49 anos, e viveu os últimos dez anos de sua vida na Colônia Regeneradora, uma chácara no Tatuapé, cuidando dos órfãos e demais crianças pobres, administrando e fundando escolas, angariando fundos com o grupo dramático e musical, criado por ela e composto pelas alunas das escolas da AFBI, que apresentavam peças, muitas de autoria da própria Anália, e músicas com uma orquestra de vários instrumentos por todo o Estado de São Paulo, até contagiar-se com a gripe espanhola, causa de sua morte.

Por todas as suas atividades literárias, sociais e educacionais, foi possível vislumbrar a dimensão das ações dessa mulher que entendeu a educação como instrumento de ação política e de inclusão, e sua assistência social e o grupo do qual ela fazia parte revelam o seu engajamento no movimento feminino e no empreendedorismo educacional, como uma das pioneiras no campo da educação escolar brasileira.

Perscrutar a vida da Anália Franco serviu como instrumento de reconstrução de uma história a fim de entender ideias e ações como processos de mudança social na época, além de ser inspiradora às gerações do presente e o futuro. Enfim, o que posso dizer desta mulher brilhante que tanto contribuiu com esse extraordinário legado? Que foi um grande prazer conhece-la!

REFERÊNCIAS

A CIGARRA, de São Paulo. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20191>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

A EPOCA, Rio de Janeiro. Disponível em:<

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20191>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

A FAMILIA: jornal litterario dedicado a educação da mãe e família (RJ) – 1888 a 1894 – de Josephina Alvares de Azevedo. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=379034&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20188>. Acesso em 03 mar. 2019.

A TRIBUNA, Rua João Pessoa, 129, Santos - SP, 07 jun. 1953, p. 05.

A VÓZ MATERNAL. História da Educação e da Infância. Fundação Carlos Chagas.

Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=1>>. Acesso em 20 out. 2017.

ABARCA, Pedro. **Tatuapé: Uma história fascinante**. São Paulo: Rumo, 1994.

ALMANAK DO ESTADO DE SÃO PAULO: Administrativo, Commercial e Profissional (SP), publicado em 1987. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829200&pesq=analia%20emilia%20franco&pasta=ano%20189>>. Acesso em 10 nov. 2018.

ALMANACH PROVINCIA DE SÃO PAULO: Administrativo, Commercial e Industrial (SP), publicado de 1884 a 1888. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829161&PagFis=506&Pesq=analia%20emilia%20franco>. Acesso em 19 mar. 2019.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) – 1891 a 1940. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=amalia%20franco&pasta=ano%20190>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

BARREIRA, Luiz Carlos. **A mulher na imprensa operária sorocabana: jornal O Operário (1909-1913)**. In: BARREIRA, Luiz Carlos; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Orgs.). **Mulher: Leitora, autora e formadora**. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Disponível em:
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2 ed., 1975.

BOURDIEU, Pierre. **A Ilusão Biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 182-191.

BURKE, Peter. **A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista**. *Estudos Históricos. Indivíduo, biografia e história*. Rio de Janeiro: FGV, v.10, n.19, 1997, p. 83-97.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHAGAS, Floriza Garcia. **Álbum Das Meninas, Revista Literária E Educativa Dedicada Às Jovens Brasileiras: Estudo De Um Impresso De Anália Franco (1898-1901)**. 2016. Dissertação (mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=amalia%20franco&pasta=ano%20191>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 1900 a 1919. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20190&pesq=analia%20franco>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DEL PRIORE, Mary (org.); BESSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DESCOBRINDO BARRETOS: 1845-2012. Imprensa Imprensa Oficial, 2012. Disponível em:< <http://www.barretos.sp.gov.br/imagens/historiadebarretos.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2018.

DIARIO DE S. PAULO, São Paulo. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709557&pasta=ano%20187&pesq=analia>. Acesso em 05 mar. 2019.

DIÁRIO OFICIAL. Imprensa Oficial. Disponível em:

<https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1903/diario%2520oficial/janeiro/27/pag_0218_BK6GI9RKSDDI6eEPOT6FMC9AFI2.pdf&pagina=218&data=27/01/1903&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100218>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Edusp, 2009.

ECHO DAS DAMAS: Orgão dedicado aos interesses da Mulher (RJ) – 1879 a 1888. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248207&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20188>. Acesso em 03 mar. 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FONSECA, Sérgio C. **A interiorização da assistência à infância durante a primeira república: de São Paulo a Ribeirão Preto**. Educação em Revista. Educ. rev. vol. 28 no. 1. Belo Horizonte, Mar. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100005>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 16 ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **História da Educação e da Infância**. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=1>>. Acesso em: 05 out. 2017.

ILUSTRAÇÃO PAULISTA, de São Paulo. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186848&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20191>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ILLUSTRAÇÃO PHOTOGRAPHICA, de São Paulo. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=352012&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20191>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

ISMAIL, Kenyo. **Curso de História da maçonaria no Brasil**. No Esquadro: Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://noesquadro.com.br/wp-content/uploads/2017/12/APOSTILA-HIST%C3%93RIA-DA-MA%C3%87ONARIA-NO-BRASIL-ENE.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2020.

KUHLMANN JR., M. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais**. Bragança Paulista: Edusf, 2001.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2006, p. 174, p. 167-182.

LODI-CORRÊA, Samantha. **Analia Franco e sua ação sócio-educacional na transição do império para a república (1868-1919)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. DEL PRIORE, Mary (org.); BESSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Imprensa e luta pela educação feminina: propostas e debates (fim do século XIX, início do século XX)**. In: BARREIRA, Luiz Carlos; PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Mulher: Leitora, autora e formadora**. Santos, SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2017.

MELO, Wanderson Fabio. **A Comuna de Paris e a educação: a luta pela escola pública, gratuita, laica e universal, e a recuperação de um debate para a historiografia**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307965408_ARQUIVO_Texto_A_npuh_Nacional_2011_Wanderson_Fabio_de_Melo.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 13 ed. 1975.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. **Analia Franco: a grande dama da educação brasileira**. São Paulo: Editora Eldorado Espírita, 1992.

O BALUARTE, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=845019>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

O COMBATE: Independencia, Verdade, Justiça. São Paulo. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830453&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20191>>. Acesso em 10 jul. 2018.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=227900&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20190>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

O MALHO, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20190>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

O PAIZ, Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=analia%20franco&pasta=ano%20190>. Acesso em: 28 jan. 2019.

OLIVEIRA, Eliane de Christo. **Analia Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva**: idéias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870 - 1920). 2007. Dissertação (mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.

PANTANO FILHO, Rubens. **Breve histórico da Maçonaria no Brasil**. Revista Intellectus. Ano VII - Nº. 17, Out-Dez 2011. Disponível em:

<<http://www.revistaintellectus.com.br/ArtigosUpload/17.184.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2020.

PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos.

Inventário – organizando os achados de uma pesquisa. EntreVer, Florianópolis, v. 01, n.01, p. 137-154, 2011.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BESSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

REVISTA DO TATUAPÉ, São Paulo, 07 de fevereiro de 2017, nº 126. Disponível em: <<http://revistadotatuape.com.br/2017/02/07/joia-historica/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SILVA, Ivanilson Bezerra; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932)**. Rev. Bras. Hist. Educ. vol.18. Maringá, 2018. Epub, Feb. 11, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942018000100223>. Acesso em 18 abr. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **A mulher trabalhadora**. In: **História das mulheres no ocidente**. Vol. 4: O século XX. Edições Afrontamento, Lda. Porto. 1991.

SOIBET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BESSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras**. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BESSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIVA TATUAPÉ, São Paulo, 01 de março de 2016. Disponível em: <<http://vivatatuape.com.br/portal/2016/03/01/casa-do-regente-feijo-um-pedaco-da-historia-do-tatuape/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Imprensa e cultura popular: uma perspectiva histórica**. *Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, n. 35, p. 15-26, dez. 2007.

ANEXO A - CERTIFICAÇÃO DA CERTIDÃO DE BATISMO DE ANALIA FRANCO



DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ – VOLTA REDONDA
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
 Praça Oliveira Botelho. S/nº, Centro – Resende/RJ.
 CEP: 27511-120 Tel.: (24) 3354-0862

CERTIDÃO DE BATISMO

De: **ANÁLIA**

Certifico que, revendo os livros de termos de Batismo realizados nesta Paróquia, foi encontrado o do teor seguinte no Livro do ano de 1853.

Aos vinte e nove de Março de mil oitocentos e cinquenta e três nesta Matriz de Resende baptizei e pus os santos óleos a innocente **ANALIA**, branca, filha legítima de Antônio Mariano Franco Junior, e de Dona Teresa Emilia Franco, nascida aos primeiro de Fevereiro do corrente, forão padrinhos Tenente coronel Joaquim Louis Jardim e Dona Antonia Ferreira Jardim.

Celebrante: Ignácio Ferreira Franco, Vigário Encomendado.

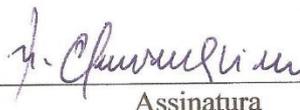
OBS: PARA FINS ARQUIVO DE FAMÍLIA.

Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original.



DO REFERIDO DOU FÉ.

Resende-RJ, 21/06/2011.



 Assinatura

SECÇÃO LIVRE

Cumprindo um dever

Mais uma vez tenho a grata ventura de trazer ao conhecimento do honrado povo paulista uma prova do que tenho affirmado, quer falando, quer escrevendo, quando para isso se me offerece occasião.

Ouso mais uma vez pedir a attenção e valioso auxilio desse mesmo povo em favor da Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de S. Paulo que tem como directora d. Analia Franco; pois tenho a felicidade de poder fazer reproduzir palavras sentimentaes, que constituem, para mim um documento, e para a Associação, a pedra fundamental, em cuja base tendo a levantar-se um verdadeiro monumento. São palavras que certamente encontrarão eco em todos os corações, que possam ter uma particula dessa «virtude», que se chama o «bem», bastando para isso conhecerem a procedencia.

Continuarei cumprindo a minha missão.

GASTÃO TAVEIRA.

Eil-as:

DR. PAULO EGYDIO

(Homenagem da Associação Feminina Beneficente e Instructiva do Estado de S. Paulo)

Foi com a mais viva e dolorosa surpresa que, pelas jornaes diarios da capital, vimos, a 15 do vigente, a infausta noticia de subito fallecimento do dr. Paulo Egydio.

Com o desaparecimento do illustre finado, perdeu a Associação Feminina Beneficente e Instructiva um dos seus mais illustres e dedicados protectores.

A sua alma de eleição era dotada dos mais elevados sentimentos de benevolencia e altruismo.

Ainda ha bem poucos dias, antes do seu fallecimento, o meu espirito amargurado por dolorosas decepções foi acolher-se junto de sua grande alma, ouvindo palavras inspiradas de conforto e conselhos para que não perdesse a coragem ante as penosas difficuldades que antolham os meus passos.

Lembra-me perfeitamente en-

tre as palavras reconfortantes com que me exhortava a ter paciencia e animo, elle disse-me: — «Infelizmente em nosso meio aiada não foi comprehendido, como devia sel-o, o vasto e grandioso alcance da Associação Feminina Beneficente e Instructiva.»

E realmente assim é, aquelles que dispõem da palavra e da influencia, deviam mostrar, á face dos principios christãos, que a obra da instrucção popular é igual ás outras obras de caridade.

— «Ha nesta capital, disse-me elle por diversas vezes, duas instituições ás quaes consagro intranhavel amor.

Uma é o Instituto Pasteur e outra a Associação Feminina Beneficente e Instructiva

Por estas duas instituições hei de trabalhar sempre, afim de vel-as na altura que desejo que ellas attingam.»

Mas a sua alma dedicada alou-se para outras regiões mais felizes.

Estou, porém, convencida que lá mesmo, nessa mansão onde pairam a luz, a verdade e a justiça; o seu espirito nimiamente benevolo e humanitar! tão compadecido das dores alheias, volverá um olhar enternecido para as instituições de caridade, estendendo sobre ellas a sua egide protectora.

A nossa Associação Feminina, que se fez representar nas ultimas homenagens prestadas ao illustre extinto, consigna nestas singelas linhas o seu preito de profunda e indeleavel gratidão.

Ferida do mais doloroso pesar, apresentamos á desolada familia do nosso benemerito e illustre benefeitor as nossas condolencias.

Ao finalisar e como para provar o muito que elle fez em prol da Associação Feminina, transcrevemos hoje as memoraveis palavras que, perante o Senado, elle pronunciou, chamando eloquentemente a attenção daquella casa para os nossos trabalhos em bem da infancia desvalida. Eil-as:

«Mas, agora vamos á outra instituição a Associação Feminina.

Sr. presidente, peço ao Senado que me ouça com um pouco de attenção porque essa instituição não tem rival, não pôde ter rival entre nós na grandeza, na magnificencia e nos resultados que se devem della esperar.

Eu não conhecia a Associação Feminina para a promoção da instrução publica no Estado. Não tinha della noticia alguma.

Conheci-a por acaso em uma occasião em que me procurava, em casa, uma senhora que me apresentou uma lista de subscrição consistente na consignação de quantias de 500 réis, 1\$000 réis, 2\$000 réis, sendo a maxima de 5\$000 réis.

Apresentada que foi essa senhora, em minha casa, lendo a sua subscrição começou ella por mostrar-me estatutos, projectos, etc.

Eu fui lendo, interessando-me, interessando-me, interessando-me, até que, sr. presidente, eu disse a essa senhora: senhora, ide dizer áquella que vos enviou a mim que eu de-sejo associar-me a esse seu empreendimento, e que estou prompto, por todos os modos ao meu alcance, como escriptor, como orador, como legislador, como senador, a acorçoar, a dar-lhe a mão; ide dizer ainda a quem vos enviou cá, ide dizer a essa senhora, que o papel, que o serviço que ella vae prestar por meio da sua associação é da alta relevancia: ide dizer-lhe que esse serviço nenhum presidente de Estado, nenhum homem politico, nenhum presidente da Republica o tem feito e o poderá fazer.

Eis aqui, sr. presidente, como recebi e como respondi ao appello dessa senhora.

Essa senhora é a distincta paulista d. Analia Franco, que fundou uma Associação Feminina para promover a instrução particular das creanças do Estado.

Dentro em um espaço inferior a um anno, esta senhora e a associação que ella dirige fundaram no Estado e na capital e nalgumas cidades do interior 25 escolas e ha 4 mezes mais ou menos, essas 25 escolas tinham uma população escolar de 1.000 creanças de ambos os sexos, de todas as origens e procedencias.

Alli estão juntos o tureo, o judeu, o mahometano, o catholico, o christão e o calvinista.

Tudo isto eu sei, porque examinei todos os documentos da associação e por exposição verbal dessa senhora.

Eu respondi-lhe que ella me surprehendia e que eu não tergiversava em dizer isto que ella me surprehendeu porque, realmente, não conheço no Brasil, uma senhora da sua estatura em dedicação e espirito.

O SR. ALMEIDA NOGUEIRA.— E' verdade, tem prestado os mais relevantes serviços.

O SR. PAULO EGYDIO.—E' uma paulista que nos deve orgulhar, que nos deve honrar, é uma senhora que deve ser acatada, venerada e respeitada e a associação que ella fundou, é, mais do que qualquer outra, digna de ser favorecida pelo legislador em todas as circumstancias e em todas as occasiões.

Eis a razão porque, sr. presidente, euousei tambem em minhas emendas consignar um augmento de 50 por cento em favor da Associação Feminina, promotora da instrução publica do Estado.

Que beneficio, sr. presidente, é licito esperar desta Associação Feminina? Que alcance social o deste empreendimento audaz, audaciosissimo?

Esta mulher está fazendo o que os mais intrepidos homens não fizeram ainda.

E', portanto, sr. presidente, uma mulher que vem dar um attestado eloquente desta grande escola modernissima chamada escola feminista, que professa a necessidade de emancipar a mulher dos preconceitos seculares em que a envolveram.

E' uma beneficitora, sr. presidente, que vem concorrer para alliviar o Estado do onus que lhe cumpre soffrer em favor da instrução primaria e que, portanto, vem socialmente concorrer para a emancipação do individuo, para se tornar a iniciativa particular uma verdadeira força social que se contraponha á força collectiva, á força do Estado.

Eu pergunto: póde haver beneficios eguaes a este, póde haver um maior beneficitor do que esta senhora, póde haver uma associação que se compare com esta Associação Feminina?

Eis, sr. presidente, a razão porque tive a honra de apresentar no Senado uma emenda ampliando a verba consignada em favor desta associação.

Tinha eu razão do dizer que não houve da parte do Senado, quando votou as emendas aqui apresentadas, a titulo de subvenções, nenhuma justica distributiva, e creio ter justificado essa minha asserção.